

# tempopsicanalítico

53

Nº 1

## TEMPO PSICANALÍTICO

53.1, 2021

Publicação da Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle

Filiada a International Federation of Psychoanalytical Societies (IFPS)

Rua Visconde de Pirajá, 156, salas 307/310 - Ipanema - 22410-001 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

Telefone: (21)2522-0032

E-mail: spid@unisis.com.br - Homepage: <http://www.spid.com.br>

### EDITOR CIENTÍFICO

*Pedro Sobrino Laureano*

### EDITORES ADJUNTOS:

*Alexandra de Gouvêa Vianna*

*André Soares Pereira Avelar*

*Daniela Teixeira Dutra Viola*

*Eduardo Name Risk*

*Rodrigo Sanchez Peres*

*Véronique Donard*

### CONSELHO EDITORIAL

*Ana Cleide Guedes Moreira - UFPA*

*Ângela Maria Resende Vorcaro - UFMG*

*Anna Carolina Lo Bianco - UFRJ*

*Antônio Márcio Ribeiro Teixeira - UFMG*

*Edilene Freire de Queiroz - UNICAP*

*Francisco Moacir de Melo Catunda Martins - UNB*

*Fuad Kyrillos Neto. UFSJ*

*Luiz Augusto Monnerat Celes - UNB*

*Luiz Eduardo Prado de Oliveira - Paris 7, França*

*Marco Antônio Coutinho Jorge - UERJ*

*Marta Gevez Ambertin - UNT, Argentina*

*Nelson da Silva Júnior - USP*

*Octavio Almeida de Souza - Fiocruz*

*Raul Albino Pacheco Filho - PUC - SP*

*Ricardo Salznager - Unirio*

### EDITORAS ASSISTENTES:

*Eloísa Aparecida de Castro*

*Karin Yasmin Veloso Müller*

### COMISSÃO EXECUTIVA:

*Adelina Helena de Freitas*

*José Durval C. Cavalcanti de Albuquerque*

### REVISÃO:

*Sandra Felgueiras*

### DIAGRAMAÇÃO:

*Marco Aurélio Costa Santiago*

---

Tempo psicanalítico. - V. 53.1 (2021) Rio de Janeiro. - Rio de Janeiro: Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle, 1978 - 334 p.; 21-28 cm

Semestral (1978-1989), anual (1990-2007), Semestral (2008- )

ISSN 0101-4838

1. Psicanálise - Periódicos. I. Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle

CD:616.8917

---

### LINHA EDITORIAL

A revista Tempo Psicanalítico é uma publicação semestral de trabalhos originais que se enquadrem em alguma das seguintes categorias: estudos teórico-clínicos, relatos de pesquisa, revisões críticas da literatura, relatos de experiência profissional, notas técnicas e resenhas na área da Psicanálise e áreas relacionadas. Excepcionalmente serão publicados artigos não originais, de difícil acesso e/ou traduções.

Versão online: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_serial&pid=0101-4838&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=0101-4838&lng=pt&nrm=iso)

### PERIÓDICO INDEXADO NAS BASES DE DADOS:

PEPSIC - [http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php/Ing\\_es](http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php/Ing_es)

SSCI - Social Sciences Citation Index - [scientific.thomsonreuters.com](http://scientific.thomsonreuters.com)

PsycINFO - American Psychological Association - <http://www.apa.org/pubs/database/psycinfo/index.aspx>

IndexPSI - [www.bvs-psi.org.br](http://www.bvs-psi.org.br)

LILACS/BIREME Literatura Latino-Americana e do Caribe das Ciências da Saúde, da Organização Pan-Americana da Saúde-OPAS e da Organização Mundial da Saúde - <http://regional.bvsalud.org/php/index.php>

CLASE - [www.dgbiblio.unam.mx/clase.html](http://www.dgbiblio.unam.mx/clase.html)

PSICODOC - <http://www.psicodoc.org/>

QUALIS da CAPES - <http://qualis.capes.gov.br/webqualis> (A2)

# tempopsicanalítico

53

Nº 1



SPID

Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle  
Janeiro/Junho - 2021

# SUMÁRIO

## ARTIGOS

- O PARCEIRO-SINTOMA E A CONCEPÇÃO DO ARTISTA: CRÔNICA DO NASCIMENTO DE FRIDA KAHLO  
Guilherme Pimentel Jordão  
Carla D’Alessandro ..... 6
- NEUROSE OBSESSIVA: A CONSTRUÇÃO DE UMA PSICONEUROSE  
Stephanie Brum ..... 30
- A INTERPRETAÇÃO DOS SONHOS E SUA RELAÇÃO COM O SIGNIFICANTE: UM ACHADO QUE IMPLICA A DIMENSÃO DA PERDA  
Simone Ravizzini  
Talita Baldin ..... 58
- UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM EQUOTERAPIA ORIENTADO PELA PSICANÁLISE  
Jacqueline Danielle Pereira ..... 84
- A DEPRESSÃO EM FREUD: UMA ANÁLISE DO CONCEITO A PARTIR DA TEORIA FREUDIANA DA LIBIDO  
Alberto Antunes Medeiros  
Roberto Calazans ..... 108
- DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO FAZER DO PSICANALISTA NUMA EQUIPE INTERDISCIPLINAR EM INSTITUIÇÕES  
Jacqueline de Oliveira Moreira  
Juliana Marcondes Pedrosa da Souza  
Juliana Morganti  
Mara Alice Avelar Saraiva Horta  
Bruna Machado Lagares Côrtes  
Mariana Benjamin de Oliveira Dutra ..... 126
- REVISITANDO A TRANSFERÊNCIA: UM PERCURSO FREUDIANO  
Márcio Rimet Nobre  
Cassandra Pereira França ..... 149

ANÁLISE DA AGRESSIVIDADE DOCENTE NA CENA PEDAGÓGICA: IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS(ES) Andréa Pires de Oliveira Fábio Roberto Rodrigues Belo Fernando César Bezerra de Andrade Katherine Rozy Vieira Gonzaga .....	178
--	-----

PSICANÁLISE E NORMATIVIDADE Jô Gondar Nelson Ernesto Coelho Junior .....	202
--	-----

NOTAS SOBRE O MAL-ESTAR NA CIBERCULTURA EM TEMPOS DE HIPERACELERAÇÃO DIGITAL Samuel Alcântara José Clerton de Oliveira Martins Francisco Welligton de Sousa Barbosa Junior Maria Celina Peixoto Lima .....	221
---	-----

MIRAGENS DO EU: ANGÚSTIA, DESEJO E PRODUÇÃO ESTÉTICA DO CORPO FEMININO IDEAL Eveliny Barbosa Coelho da Silveira Roberta de Sousa Mélo Shimênia Vieira de Oliveira Cruz .....	249
--	-----

UMA BALIZA DE MÉTODO: AS RELAÇÕES ENTRE LITERATURA E PSICANÁLISE Cristina Moreira Marcos Silvane Carozzi .....	279
---	-----

PSICANÁLISE E JOGOS DE REGRAS: NOTAS TEÓRICO-CLÍNICAS À LUZ DOS TRABALHOS DA LATÊNCIA Mariana Inés Garbarino .....	301
--	-----

## RESENHA

NO INÍCIO, ERA O CORPO Antonio Henrique Ruiz Nakashima Érico Bruno Viana Campos .....	328
---	-----

## O PARCEIRO-SINTOMA E A CONCEPÇÃO DO ARTISTA: CRÔNICA DO NASCIMENTO DE FRIDA KAHLO

Guilherme Pimentel Jordão\*  
Carla D'Alessandro\*\*

### RESUMO

O Outro, como representante do gozo feminino, inalcançável e não-todo, exige o recurso ao gozo fálico como modo de se conceber em seu ser, ainda quando se está situado do lado feminino da sexuação. Frida Kahlo, sujeito cuja visada no plano da arte serve como objeto de análise deste artigo, parece demonstrá-lo por meio de suas telas. Sua fórmula consiste, em parte, em tentar atingir, com o apoio do parceiro amoroso, um dizer sobre o seu ser de gozo. No par Diego e Frida, a pintura aparece para dizer *basta* ao gozo masoquista da privação, devolvendo a artista à perspectiva do amor pelo pai, *père-version*, que enlaça de modo sintomático, em sua obra, amor, feminilidade e trauma.

Palavras-chave: parceiro-sintoma; feminilidade; *père-version*; arte; Frida Kahlo.

### THE PARTNER-SYMP TOM AND THE CONCEPTION OF THE ARTIST: CHRONICLE OF FRIDA KAHLO'S BIRTH

#### ABSTRACT

*The Other, as representative of feminine jouissance, unattainable and not-whole, demands an appeal to the phallic jouissance as a way to know itself, even when one is placed at the feminine side of sexuation. Frida Kahlo,*

\* Médico psiquiatra, possui mestrado em psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2018). Atualmente é doutorando do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e trabalha como psiquiatra na Prefeitura Municipal de Campinas –SP.

\*\* Psicóloga e psicanalista graduada pela PUC Minas (1994). Especialização em psicologia hospitalar pela Universidade FUMEC (1998). Mestrado e doutorado em psicologia pela PUC Minas (2020).

*subject whose view in the field of art is the object of analysis at this article, seems to demonstrate those facts through her pictures. Her formula consists, to a certain extent, in trying to reach with support of the loving partner a speech about her being of jouissance. In Diego and Frida partnership, painting appears to say enough to the masochist privation jouissance, sending the artist back to the perspective of love for father, père-version that enlance in a symptomatic way, in her work, love, femininity and trauma.*

*Keywords: partner-symptom; femininity; père-version; art; Frida Kahlo.*

## LE PARTENAIRE-SYMPÔME ET LA CONCEPTION DE L'ARTISTE: CHRONIQUE DE LA NAISSANCE DE FRIDA KAHLO

### RÉSUMÉ

*L'Autre, en tant que représentant de la jouissance féminine, inaccessible et pas-tout, requiert l'usage de la jouissance phallique comme une manière de se concevoir dans son être, même lorsqu'on est située du côté féminin de la sexuation. Frida Kahlo, sujet dont le but sur le plan d'art fait l'objet de l'analyse de cet article, semble le démontrer à travers ses toiles. Sa formule consiste, en partie, à essayer de réaliser avec le soutien du partenaire aimant un dicton sur son être de jouissance. Dans le couple Diego et Frida, la peinture semble dire basta au plaisir masochiste de la privation, ramenant l'artiste à la perspective de l'amour du père, père-version qui relie symptomatiquement dans son œuvre, l'amour, la féminité et le traumatisme.*

*Mots clés: partenaire-symptôme; féminité; père-version; art; Frida Kahlo.*

### INTRODUÇÃO

Sabe-se que, para a psicanálise lacaniana, o objeto de arte é considerado propício a elevar o ser de gozo de um sujeito, via sublimação, apontando para a possibilidade de enlaçar esse ser primitivo que foi condicionado pela introdução do significante e as circunstâncias da história de determinado sujeito. Na pintura, por exemplo, o dito, por meio da tela, oculta o dizer que deriva do que no sujeito fez-se furo na interação do simbólico com o real. Se “a imagem do corpo relega o real do corpo” (Wajcman, 1984, p. 125-126, tradução nossa)<sup>1</sup>, a pintura, por outro lado, torna evidente que “o sujeito não terá relação com o outro, com o corpo do outro, senão pela imagem” (Wajcman, 1984, p. 125, tradução nossa)<sup>2</sup>. Seguindo de perto o que elabora Wajcman (1984), ainda que se mantenha centrado sobre a

perspectiva do fantasma na construção do itinerário do artista em sua obra, a proposta deste trabalho intenta realizar o raciocínio que aquele autor estabelece como próprio da visada lacaniana acerca da arte, que indica que “a obra de arte é uma causa para o sujeito, para o espectador assim como para o próprio artista” (Wajcman, 1984, p. 110, tradução nossa)<sup>3</sup>.

Expressão afim com o domínio do corpo feminino e sua sexualidade, a construção proposta por Frida, em sua obra de inegável natureza biográfica, ilustra o destino desse modo de expressão sexuada, mais além da visada fálica, ainda que sem dela prescindir. Por meio das balizas oferecidas pela concepção do feminino, a partir da relação com seu parceiro-sintoma, Frida seria capaz de compor um nome que, como um elemento que tinha por horizonte assegurar a sua posição de sujeito diante do Outro, proporcionaria um apaziguamento do gozo associado ao dilaceramento de seu corpo.

Feitas as considerações acima, este artigo aborda a biografia da pintora mexicana Frida Kahlo. Sua origem remete ao diálogo produzido em torno de uma pesquisa de doutorado que, do ponto de vista metodológico, pretende a reunião entre arte e psicanálise por meio da apreciação do legado da artista. Importa ainda dizer que a pesquisa que enseja a produção deste texto, na condição de pesquisa teórica em psicanálise, busca o esclarecimento, a partir da orientação lacaniana, de temas que dizem respeito à constituição do feminino e à implicação, nessa gênese, da presença da arte e do parceiro amoroso.

### CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES: AMOR E SEXUALIDADE FEMININA

Na teorização lacaniana dos anos 1950, é possível identificar a figura da falta-a-ser, mediante o esvaziamento significante. Sua definição se apresentaria, no interior do seminário *As formações do inconsciente* (1957-1958/1998, p. 476), pela releitura da lógica edípica como uma dialética que apresentaria ao vivente essa falta-a-ser “cuja dimensão o significante introduz na vida do sujeito”. Do lado do sujeito, do lado do corpo libidinal, em sua dimensão de gozo, a entrada em cena do significante implicaria a mortificação. Aproximadamente vinte anos depois, no ensino de Lacan, com a colocação em primeiro plano do *parlêtre* (falasser), o ser torna a ocupar a cena principal. A partir desse momento



passa-se a conceber que, além de determinar um efeito de mortificação, o significante é também produtor de gozo. Diferentemente do Outro simbólico, que, ao emprestar ao sujeito os seus significantes, significa e reconhece a sua existência, o parceiro do *parlêtre* é um Outro sexuado cujo corpo só se alcança, de modo parcial, pela via do sintoma, ou como recurso privilegiado quando se está do lado feminino, por meio do amor.

O amor como estratégia para o laço com o Outro visa ao ser, ultrapassando aquilo que seria da ordem do ter. Essa perspectiva é exatamente aquela que leva ao infinito, posto que o ser resta sempre um pouco mais adiante do que é possível apreender na dimensão significante. Assim sendo, a ele não é facultado o acesso por qualquer que seja a palavra de amor. A dimensão do ser aportada pelo amor está apta a se combinar com a mulher naquilo que ela tem de não-todo, de acordo com a lógica lacaniana.

Há, portanto, do lado feminino, uma dimensão de infinito que torna impossível totalizar, fato que se compreende quando se recorre aos retratos psicológicos que são propostos para as mulheres. Quanto a esses retratos, cabe destacar o que Lacan evocaria como o máximo de virilidade, posto que, no indecível que às mulheres concerne, dentro de uma lógica em que o Um não faz, como exceção, o seu limite, somente uma mulher poderia crer na existência dessa proeminente qualidade viril. Apesar da aparente contradição desta última afirmação, é da própria língua que se pode justificar sua consideração, por exemplo, no *vir* que está presente na forma da virgem (e em seu correspondente latino, *virgo*), conforme assinala Lacan (1971-1972/2012, p. 197): “Se o homem é tudo o que vocês quiserem no gênero virtuose [...], o viril fica do lado da mulher. Ela é a única a acreditar nisso”. O traço de exceção com que se caracteriza a mulher vem cumular o ser feminino de uma desmedida que levanta suspeita, ainda quando seja portadora de insígnias fálicas, caso da mulher rica, retrato que a psicologia masculina reverencia por sua marca de excesso, muito distante daquilo que se denomina a justa medida ou a temperança (Miller, 1997-1998/2008).

Tais observações são ratificadas pela fórmula de Lacan, segundo a qual “Tudo pode ser imputado à mulher, já que, na dialética falocêntrica, ela representa o Outro absoluto” (Lacan, 1958/1998, p. 741). Tão Outro ela se mostra, que o será, ainda para si própria e, sem a baliza do órgão fálico

para orientar-se, buscará no parceiro o veículo para que se resguarde, por intermédio da mediação fálica, do infinito em que seria capturada na forma de devastação. “O homem serve aqui de conector para que a mulher se torne esse Outro para ela mesma, como o é para ele” (Lacan, 1958/1998, p. 741).

Se, conforme observamos, a mulher como tal não se autopredica, torna-se possível, a partir disso, sugerir-lhe diversas significações na ordem do predicado e, conseqüentemente, afirmá-la simplesmente quanto à existência, ao modo do Um sozinho concebido por Lacan (1971-1972/2012). Seu parceiro, na sua função de conector, deve, de acordo com Miller (1997-1998), servir como bússola que contenha os seus extravios. Isso já podia ser capturado na intuição de Freud quando, em “O eu e o isso” (1923/2006), associa as influências dos caracteres dos amantes sobre a subjetividade de suas mulheres.

A despeito do que se possa denunciar de anacrônico na afirmação freudiana, passadas já muitas décadas desde que se viu, no Ocidente moderno, avançar o movimento de emancipação das mulheres no plano dos direitos civis e dos costumes, não é incomum ver revelados na clínica fenômenos como o que descreveu Freud há quase um século. Tais impressões servem para ensinar quanto da subjetividade feminina – tomada, certamente, ao modo de uma posição subjetiva, e não de uma condição anatômica – é ainda, em seus desenvolvimentos, presa dos destinos do amor que, dirigido ao pai, no Édipo, espera dele obter o dom que a compensaria da falta de substância.

## FRIDA: UM BONDE CHAMADO DIEGO?

Magdalena Carmen Frida Kahlo Calderon nasceu em 1907, na Cidade do México, pouco antes da eclosão da Revolução Mexicana (Jamis, 2015). Foi a terceira de quatro filhas de um pai judeu alemão (Guillermo Kahlo) e de uma mãe mexicana (Matilde Calderón). Após seu casamento com Matilde, Guillermo tornou-se fotógrafo oficial do governo e pintor.

Sobre o nome Frida, as biógrafas – Hayden Herrera (2011), Rauda Jamis (2015) – esclarecem, em comum acordo, que evoca a ideia de paz (do alemão *Frieden*). De acordo com Herrera: “[...] embora em sua certidão de nascimento conste a grafia “Frida”, o nome da pintora foi

escrito com um *e* – Frieda –, à moda alemã até o final da década de 1930 [...]” (Herrera, 2011, p. 19), época da ascensão do nazismo, motivo atribuído pela biógrafa para que ela abandonasse a letra *e* de seu nome. É também, sem dúvida, digno de nota que oficializara pouco tempo antes, em 1929, sua relação amorosa com o pintor e militante comunista Diego Rivera (Jamis, 2015), a qual redundara em consequências sobre a estética de suas obras, bem como sobre sua atividade política. Desse modo, tal como procedera seu pai, anos antes, ao latinizar seu nome de batismo (de Wilhelm para Guillermo), a mudança de nome a que se propôs Frida tornou-a personagem símbolo de uma cultura mexicana que ela queria representar, fundada em preceitos ideológicos aproximados às concepções políticas do marido que elegera.

O casamento com o famoso muralista torna célebre sua vida afetiva. Frida viveu com Diego, ao longo de 25 anos, uma relação conflituosa, durante a qual o casal experimentou um divórcio e em seguida um novo casamento. Frida resume do seguinte modo o evento Diego: “Sofri dois graves acidentes, na minha vida. Um em que fui abalroada por um bonde; o outro acidente é Diego” (Herrera, 2011, p. 85).

Nascida logo após a morte do único filho homem de seus pais, Frida encarna, muito cedo, o lugar de sucedânea dessa criança perdida. Foi também marcada pela privação, tornada explícita graças à seqüela de uma poliomielite que a deixou, já aos seis anos de idade, com um membro atrofiado. Em função do tratamento para aquela doença, que envolvia exercícios tradicionalmente masculinos para o fortalecimento de sua perna e incomuns para as meninas de então (a exemplo do boxe) (Herrera, 2011), Frida passou a se comportar, por assim dizer, “como um menino”, tendo, inclusive, para tanto, o incentivo de seu pai. Esse esforço, no entanto, não obstante possa indicar o gérmen de uma identificação à figura paterna, sem dúvida importante para o destino da pintora, quando esta inaugurar para si uma salvação por meio das tintas e dos retratos, não garantiu, durante a infância, a plena recuperação estética de sua perna, que permanecia muito fina. Remanescentes lesões no mesmo membro valeram-lhe o apelido de “Frida *pata de palo*” (perna de pau). Talvez como “estratégia de supercompensação”, Frida evoluiu, de menina levada e de interesses masculinos, à forma conhecida de sua personagem (Herrera, 2011).

Cerca de dez anos depois, Frida sofreria um terrível acidente que transformaria sua vida. O ônibus em que estava, acompanhada de Alejandro, seu namorado de então, sofreu uma batida com um bonde elétrico e foi dividido ao meio. Tal acidente quase a levou à morte. Como consequência, porém, ela sofreu fraturas na terceira e na quarta vértebras lombares, três fraturas na bacia e onze no pé direito, luxação no cotovelo, além de ter sido atravessada por uma barra de ferro que perfurou seu corpo à altura do quadril e saiu pela vagina, gerando ferimento profundo no abdome e, em decorrência disso, peritonite, cistite, entre outros danos (Jamis, 2015, p. 103-104). O namorado sofreu ferimentos leves. Kahlo, referindo-se à sua sexualidade, após o ocorrido, diz que “perdeu sua virgindade” nesse acidente (Zamora, 1987, p. 24).

Esse acontecimento no ônibus viria reatualizar a marca da privação em seu corpo, que padeceria outros nove meses imobilizado, período em que a pintura fez sua entrada definitiva na vida da artista, então com dezoito anos de idade. É a profusão dos autorretratos, nesse período da produção artística de Frida, que permite consumir a expressão de um parceiro imaginário como constituinte do eu, afetado em sua imagem, sobre a qual a vivência traumática produziria uma espécie de cicatriz subjetiva.

Destarte, os autorretratos do momento posterior ao acidente, ao mesmo tempo que oferecem um modelo do que seria a função da imagem do outro na formação de uma imagem corporal, incluem a dimensão da decisão do sujeito Frida, quando ela decide fazer dessa imagem objeto de arte e mesmo alterar-lhe essencialmente as formas. Essa atitude se assemelha a um esforço, por parte do sujeito, para elaborar um significado de si mesmo, mediante a composição de um personagem. Essa personagem, composta como uma alegoria, acabou por gerar, alguns anos mais tarde, a imagem de mulher em trajes mexicanos nativos, muitas vezes acoplada aos seus autorretratos. Com isso, observa-se, em alguma medida, uma inversão do vetor outro-eu do casal imaginário (aa' – eixo imaginário do Esquema L de Lacan), não obstante seja necessário complexificar essa observação por meio da colocação em causa da influência, já nessa época, de seu amante Diego Rivera. Se, por um lado, a montagem dessa personagem pareceu servir ao sucesso da associação desse par amoroso, por outro, como será melhor precisado adiante, acabaria sendo redesenhado e investido de modo diverso, como um recurso frente à devastação.

Decorreram ainda, para Frida, nos anos que se seguiram ao desastre no ônibus, mais de vinte e cinco cirurgias. Seu saldo, além das lesões ortopédicas, foi o insucesso relativo à maternidade, testemunhado pelos abortos espontâneos que sofreu. Segundo Andrea Kettenmann (2015), em 1930 Frida teve que fazer um aborto por razões médicas. Dois anos depois, quando residia em Detroit (EUA), em 1932, veio novamente a engravidar, perdendo, então, esse outro filho, após três meses e meio de gestação. Ela voltaria a engravidar em 1934, o que novamente culminaria na perda do bebê devido a um alegado infantilismo dos seus ovários.

Sobre seu desejo em relação à maternidade, Frida escreveu para um cirurgião amigo seu, o Doutor Eloesser<sup>4</sup>, em 1932:

Até agora não sei por que abortei e por que razão o feto não se formou, então quem sabe que diabos está acontecendo dentro de mim, pois é muito estranho, não acha? Eu tinha tanta esperança de ter um pequeno Dieguito, um bebezinho chorão, mas agora que isso não aconteceu, não há nada a fazer senão aguentar [...] (Kahlo, citado por Herrera, 2011, p. 111).

Cinco dias depois de seu segundo aborto, ocorrido naquele ano, Frida começou a desenhar. Ainda estava internada quando passou a solicitar aos médicos livros de medicina com ilustrações sobre abortamento, mas teve seu pedido negado pela equipe responsável por seus cuidados. Foi preciso então que seu marido, Diego, interviesse – “O senhor não está lidando com uma pessoa comum. Frida vai produzir alguma coisa com isso, ela vai criar uma obra de arte” (Rivera, citado por Herrera, 2011, p. 111) – e acabasse, ele mesmo, providenciando esse material. Ela começou, a partir desse momento, uma série de desenhos sobre o aborto, o feto, as entranhas etc. Tem início, então, com o quadro “Hospital Henry Ford”, de julho de 1932, em sua pintura, uma série de autorretratos “sangrentos”, não obstante deveras expressivos, cuja peculiaridade é o modo como passam a incluir o sofrimento feminino de uma maneira nunca antes pintada. Quanto à importância desses quadros para a sua vida, Frida demonstrou estar consciente, conforme é possível compreender pela leitura do relato que deixou a esse respeito: “A pintura preencheu minha vida. Perdi três filhos e uma série de outras coisas que poderiam ter preenchido minha horrível vida. Tudo isso foi substituído pela pintura” (Kahlo, citada por Jamis, 2015, p. 258).

Sobre esse relato de Frida, Eli Bartra (2003) questiona se a arte, para ela, não teria funcionado como um substituto para os filhos que não pôde ter e se, de alguma forma, ela se tornou pintora por não ter conseguido ser mãe. Seguindo a opinião de Bartra, é como se, no entendimento de Frida, a maternidade fosse o único e autêntico destino de toda mulher. Assim, todas as mulheres que fossem mães estariam consagradas e teriam que abrir mão do trabalho criativo, de modo que restaria àquelas a quem esse destino se mostrava impossível, ou mesmo às que voluntariamente recusavam a experiência da maternidade, preencher esse vazio com o auxílio das artes.

A maternidade, como é bem sabido, de acordo com a concepção freudiana, constitui-se no destino edípico esperado para as meninas (Freud, 1925/2006). A partir de tal entendimento, interpreta-se que, diante da privação originária do órgão fállico, teria lugar uma relação com a castração que, diferentemente do que seria verificado no modo de vivenciá-la no sexo masculino, encaminhar-se-ia para a espera de um dom vindo do exterior na forma de um filho. Essa distinção é dada de maneira enfática por Freud em 1925, quando, a respeito da constatação, por parte da criança do sexo feminino, da diferença anatômica que a separa do representante do sexo masculino, no qual a menina verifica a presença do pênis, ele descreve: “A menina se comporta diferentemente. Faz seu juízo e toma sua decisão num instante. Ela o viu, sabe que não o tem e quer tê-lo” (Freud, 1925/2006, p. 281).

Esse ponto, que é desenvolvido tardiamente por Freud, leva-o a produzir uma teoria que propõe uma distinção lógica quanto ao desenvolvimento da sexualidade feminina. Essa opção teórica, que provocaria embaraço nos pós-freudianos, que permaneceram resistentes à proposição do primado do falo, só seria retomada em meados da década de 1950, por Lacan. Por meio do expediente do primado do falo, portanto, a interpretação da falta do pênis como privação – “[...] a mãe da menina, que a enviou ao mundo assim tão insuficientemente aparelhada, é quase sempre considerada responsável por sua falta de pênis” (Freud, 1925/2006, p. 283) – une-se à feminilidade, aproximada muitas vezes por Freud à ideia de passividade, por intermédio da noção de masoquismo (feminino). Sobre a ideia de privação, Laurent (2012) esclarece que ela interessa, a princípio, a Lacan, porque é a partir dela que pôde propor um desvio em relação à noção de frustração, excessivamente considerada nos meios psicanalíticos anglo-saxões e que se ligava diretamente

à noção de ter – mais especificamente, ao que do desejo não se conseguia veicular por meio da demanda, fazendo com que a demanda fosse, por sua própria essência, irrealizável. Desse modo, com a ideia de privação avançava-se menos com relação ao ter, e mais com relação ao ser.

Assim, como se viu, no sentido próprio da teorização freudiana do Édipo, a menina desde sempre é uma presa da falta ou do não ter, de maneira que sua relação com a castração se conformaria de outro modo que não aquele da ameaça. E pode-se dizer, com Laurent (2012, p. 81), que “se ela faz seu ser, é se livrando do seu ter”. Tal fenômeno é destacado aí pelo autor com o nome de gozo da privação. O gozo da privação, como tal, seria o fundamento lacaniano do masoquismo feminino. Ele permitiria explicar essa parcela de gozo que constitui uma mulher no interior de uma relação em que elegeria como parceiro o ser que viesse a degradá-la, que a fizesse sofrer. Nesse estilo de relação leva-se em conta o percurso da cadeia de reconhecimento, em que se recebe do outro a própria mensagem de maneira invertida. Seria ela mesma que se faria, pelas mãos do outro, maltratar. Desse modo, a atitude do parceiro que a degrada corresponderia à própria assunção desse parceiro na condição de outro para o sujeito, sintetizada na fórmula em que responde: “Tu és minha mulher” (Lacan, 1953/1998).

É certo que o destino da sexualidade feminina se escreve de modo próprio para cada sujeito e, ainda na elaboração empreendida por Freud, existem conclusões diversas para a privação antes aludida, seja na forma da revolta masculina, que foi tratada de *Penisneid* (inveja do pênis), seja na substituição do desejo de pênis pela expectativa de ser amada. Esses componentes acima considerados não estão, decerto, ausentes da personalidade de Frida Kahlo, e a relação por ela mesma estabelecida entre o desejo insatisfeito de se tornar mãe e a produção de suas telas – em número aproximado de 143, sendo grande parte delas (55) autorretratos –, aliada a outros conteúdos conhecidos da sua biografia, permitem tratá-los como ilustrativos da teoria considerada.

## FRIDA, O AMOR E O “PARCEIRO-TRAUMA”

Ainda resta uma questão sobre a relação entre a pintura e as marcas sobre o corpo na biografia de Frida. Mais além do ponto, já considerado, a respeito da maternidade, há que se considerar o seu exercício, bem conhecido, de ilustrar suas telas com elementos e cenários alusivos à dor e à

visão do corpo dilacerado. Pintar o trauma, moldar o sintoma, fazer o gozo condescender ao desejo: a arte de Frida Kahlo se irmanaria, por intermédio de suas virtudes sublimatórias, com a definição lacaniana de amor (Lacan, 1962-1963/2005). O amor, fato da cultura, pode ser revelador de traços singulares dos sujeitos, mesmo do que lhes é mais estranho: o corpo – expressão do furo em torno do qual o novelo da alma tece o seu nó. Eis uma via por meio da qual o amor pode compor um sintoma.

O corpo frágil de Frida bem poderia implicar o afastamento do interesse por parte do Outro sexo em favor da presença de um outro da beneficência. Aparentemente, porém, produziu-se um saber capaz de responder aos apelos do narcisismo do corpo doente, permitindo que um parceiro fosse capturado não pela tirania do dever face ao corpo carente de cuidados, mas pelo valor fálico dele emanado.

Frida, para quem a castração se reatualizou a cada etapa da existência, quando de sua busca pelo amor seria ainda tomada pela contingência do trauma. A isso ela respondeu dando ao parceiro o apoio que, na via da identificação, instituiu a associação dos iguais – mais *philia* do que amor erótico, característica que é ressaltada nas atitudes em que se revela um afã de igualdade, mediante o jogo recíproco que é próprio do amor. Havia, aparentemente, a necessidade de colocar reiteradamente à distância o feminino mediante um tipo de camaradagem com Diego que passava, vez por outra, pela disputa e pela competição, seja na política, seja no amor das belas mulheres. Le Clézio (2010, p. 152) ilustra essa característica da relação de Frida com Diego do seguinte modo: “[...] Frida tenta sobreviver a esse período, fugir com Anita Brenner, flertar muito com outros homens e mostrar uma experiência lésbica”. Ressalta-se, porém, que, na pintura, como destaca Herrera (2011), esse tipo de competição não parece estar colocado.

Esse arranjo, para o sujeito Frida, conforme indicado acima, talvez tivesse finalidade defensiva, pois é certo que, quando se entregava ao amor, do lugar de mulher de Diego era capaz de todo o sacrifício de si própria, dando aquilo que não tinha a um outro que respondia, em geral, de modo ingrato, o que tinha como efeito a devastação e acentuava ainda certo sadismo, admitido por Rivera: “Quando eu amava uma mulher [...], quanto mais eu a amava, mais queria machucá-la. Frida era apenas a vítima mais óbvia desse meu traço de personalidade” (Rivera, citado por Herrera, 2011, p. 139). Rivera respondia, no entanto, talvez não somente a esse traço autorreferido de sadismo mas



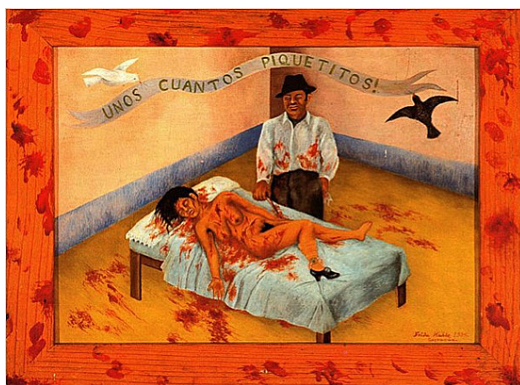
também ao próprio masoquismo de sua consorte. O masoquismo, cujo segredo é a erotomania (Miller, 1998), é um dos nomes femininos do amor. Tais características encontradas em Diego tendiam a arrastar Frida para o desvario e para o ilimitado. O mesmo risco estaria colocado pela sua paixão diante das agruras experimentadas em seu corpo. Parece ser por intermédio das telas que Frida alcança a sua estabilização.

Quanto à particularidade que interessa ao plano do amor, ressalta-se que, por mais que a parceria entre Frida e Diego se fizesse valendo-se de um suporte identificatório centrado sob a perspectiva imaginária, a artista era frequentemente reenviada a um gozo que a ultrapassava e ao qual parecia fixada. Nesse sentido, o traço de identificação que induzia a certa especularidade entre Frida e seu parceiro amoroso a colocava a serviço dos mesmos ideais que ele. Também esse traço de identificação responderia pela reprodução na personagem de Frida dos aspectos físicos próprios de Diego, inclusive das mesmas preferências eróticas. Esse elemento, ainda que arranjado sob a égide do dualismo sadismo/masoquismo, podia resvalar para um gozo solitário do corpo golpeado, traumatizado.

Esse modo de gozo, associado ao dano corporal, concorre para firmar aquilo que é sugerido por Del Conde como uma “natural predisposição à hipocondria” (Del Conde, citado por Morais, 2015, p. 12), relevante para a criação artística de Kahlo, em particular de seus autorretratos. Por influência dessa relação mantida com o próprio corpo, a artista poderia reivindicar, via pintura, que reouvesse a posse presumida de seus atributos ao modo de uma compensação. Há um outro modo pelo qual Frida estabelece compensações. Esse segundo modo se encadearia com a perspectiva de insuficiência de que estava carregada a saída via parceira amorosa. É, por exemplo, significativo que, de um rompimento com Diego, após o envolvimento deste com a irmã de Frida, a pintora tenha passado a se vestir como homem, abandonando o seu personagem mexicano folclórico, e que tenha experimentado notório incremento da sua atividade artística, que conseguiu então, por certo período, desenvolver e expor de modo independente, como foi o caso do período em que se dispôs a expor seus quadros em Paris, acentuando sua característica fálica. É digno de atenção, como se nota, o fato de que, mediante o corte estabelecido com a ficção do amor, Frida acabasse sendo devolvida ao caráter histérico do seu sintoma. Apesar de insistente, tal sintoma serviu como moderador do gozo

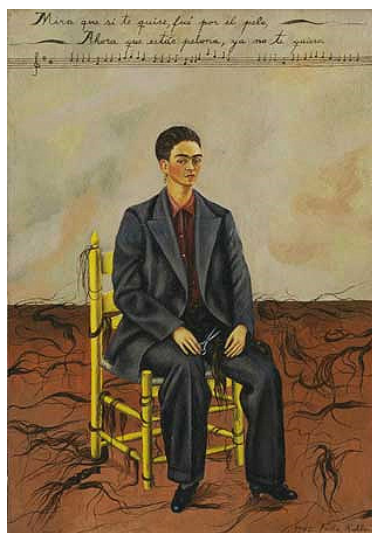
masoquista, ao mesmo tempo que foi responsável, em parte, por suportar o seu investimento no caminho que inventou como artista.

Herrera (2011) escreve que não se consegue precisar quando, exatamente, começou o romance de Diego e Cristina, irmã de Frida, mas que, provavelmente, se deu no verão de 1934. O casal – Frida e Diego – havia voltado ao México e ambos enfrentavam problemas de saúde. Diego culpava Frida de haver precipitado essa volta. Frida, então, apesar do seu enorme sofrimento, escreve para o Dr. Eloesser<sup>5</sup>, afirmando que a culpa da traição de Diego seria realmente sua, uma vez que não havia compreendido as necessidades do marido. Confessa, na mesma carta, haver perdoado sua irmã e que ela, Frida, acreditava dever fazer concessões a Diego quanto às ditas “necessidades do marido”, se quisesse vê-lo feliz. É nessa época que cria o quadro “Umás facadinhas de nada” (1935) (Fig. 1), baseado numa notícia de jornal em que um homem bêbado jogou a namorada numa cama estreita e a apunhalou vinte vezes, havendo afirmado depois, quando questionado pela polícia acerca do crime, que tinha desferido contra a mulher morta apenas “umas facadinhas de nada”. Apesar da tentativa de deixar Diego após essa infidelidade, Frida retomou seu casamento, mas de modo diferente, segundo salienta Herrera (2011). Ela transforma o ciúme e a traição num novo tipo de abertura, tornando-se, daí em diante, uma mulher sexualmente livre, namoradeira, que, embora insistisse em seu sofrimento, podia se apresentar como despreocupada e irônica.



[Fig. 1: Umás facadinhas de nada, 1935, Óleo sobre metal, 38 x 48,5 cm. Cidade do México, Museo Dolores Olmedo.]

Alguns anos depois, em 1940, ocorreu o divórcio e Frida reagiu do mesmo modo que em 1934, ao descobrir que Diego estava com Cristina: cortou os cabelos bem curtos. Em seguida, em carta escrita para Nickolas Muray, assim se descreveu: “agora estou parecendo uma bichinha” (Kahlo, citado por Herrera, 2011, p. 210). Ela havia alertado Diego de que cortaria os cabelos que ele adorava, caso ele insistisse em manter o seu romance do momento, fato pintado no quadro “Autorretrato com cabelos cortados” (1940) (Fig. 2). Nesse quadro, ela tira, ainda, suas roupas *Tehuanas*, de que Diego também gostava, veste um terno masculino, senta-se com as pernas abertas, como um homem, e usa camisa e sapatos masculinos, preservando apenas os brincos como sinal de feminilidade (Herrera, 2011).



[Fig. 2: Autorretrato com cabelo cortado, 1940, Óleo sobre tela, 40 x 27,9 cm.

Nova York (NY), The Museum of Modern Art, Gift of Edgar Kaufmann Jr.]

Na parte superior do quadro, Frida escreve os versos de uma canção: “Olha, se te amei foi pelo teu cabelo; agora que estás careca já não te amo”.

Frida faz de sua impotente retaliação uma pesarosa piada: extirpar um sinal de feminilidade torna-se pouco mais do que a ilustração de uma

canção popular. Desafiadora, sozinha, cercada por um testemunho de sua vingança, que é tão horripilante quanto as gotas e manchas de sangue de outros quadros, Frida é uma imagem inesquecível de fúria e sexualidade machucada (Herrera, 2011, p. 211).

### FRIDA: SINTOMA E *PÈRE-VERSION*

Da maneira como Frida a concebe, sua produção artística mostra-se intensamente implicada nos detalhes de sua história de vida e, em especial, na história de seus amores. Tal ocorrência se faz perceber quer na apreciação de seus quadros, quer na leitura de seus diários e cartas. Para ela, se há, por um lado, a necessidade de identificar-se com o parceiro homem para recompor a identidade, abalada em virtude do acidente, por meio do narcisismo da imagem corporal, que é a via dos autorretratos, por outro lado, há, no mesmo processo, uma recomposição do sujeito Frida, que, a partir de então, será tornado comunista, folclorista, imagem símbolo de uma causa política, meio de se fazer reconhecer no traço que despontava do Outro Diego – como afirma Le Clézio (2010, p. 18): “a história de Diego e Frida – essa história de amor inseparável da fé na revolução”. Para Le Clézio, a revolução de Frida não passa pela grande manifestação, pois consiste em liberar seu corpo do sofrimento, revelar um amor total, sem limite, que a faça viver em paz com o homem escolhido. Essa revolução não é realizável, e a arte acabará sendo a sua verdadeira revolução.

É na exageração do processo do reconhecimento que busca em Diego que Frida incorpora os traços fantasmáticos que a fazem corresponder ao objeto desejado por aquele Outro que idealiza, como parecem mesmo asseverar as relações amorosas fortuitas da artista com líderes políticos e mulheres de grande beleza, circunstâncias que são marca de um interesse que a leva a rivalizar com o amante. Ela parece tão ancorada no marido que sua identidade se apresenta com relação à dele, o que se verifica, inclusive, na forma como se pinta com traços rudes e andróginos, como se fosse simplesmente uma extensão da estrutura de aparência desalinhada de Rivera.

A forte identificação de Frida com Diego assemelha-se, no que se dá a ver por meio dos acontecimentos de sua vida comum, à tentativa de escrita de uma relação, que fracassa quando um elemento concernente ao gozo do

parceiro vem se imiscuir, alterando o contrato de bom funcionamento que, no caso de Frida e Diego, exigia certa lealdade, a despeito da liberdade sexual pretendida. Assim, a ficção da relação sexual se desmantelaria, reconduzindo Frida àquilo que poderia ser lido como uma falha presente no seu corpo, instado a assumir na fantasia o esplendor da compleição viril. O apelo ao sintoma funcionaria como anteparo do enlouquecimento, que é apanágio da ilimitada demanda feminina de amor. Esse mais além do que se delimita pela sombra do falo, de sua função, justifica a precaução a ser observada nesse ponto, mesmo quando estruturalmente se aponte para uma histeria.

Seguindo-se de perto a referência acima, pode-se notar que o modo de aparecimento dessa expressão da arte como sintoma em Frida parece vir em apoio à afirmação de Lacan (1972, p. 480), de acordo com a qual, por trás das “ficções da mundanidade”, importa resgatar aquilo que, com o auxílio da linguagem, promove “uma *fixação*” – a um só tempo fixação e semblante – do real. Apela-se, nas circunstâncias do parágrafo anterior, do modo como está colocado, um arranjo que, se é feliz em satisfazer o que, na relação do falasser com seu corpo, implica o sentido, não se faz, mesmo assim, suficiente. É a repetição dessa saída que denuncia a sua insuficiência, como se se tratasse de uma muleta que, ainda que evite a queda, não substitui plenamente um membro ausente. O que se enuncia por meio da ficção, portanto, implica uma solução somente enquanto relega ao olvido o fato do dizer, o que está certamente relacionado à lógica do sintoma como modo de gozar do próprio inconsciente.

Essa explicação vai ao encontro daquela do seminário RSI, do sintoma com valor de gozo, “modo como cada um goza do inconsciente” (Lacan, 1974-1975, lição de 18 de fevereiro de 1975), sintoma que é condicionado por uma letra – idêntica a si mesma. Pode-se, então, entender o destino do sujeito Frida como governado pela contingência dos seus traumas, ao que a linguagem lhe viria fazer, por seus apelos ao sentido, *fixação* desse real. Essa determinação que sofre por parte do real está patente no tema de suas telas, que representam frequentemente a dor e o corpo destroçado.

É, talvez, essa a via do estabelecimento, pela castração, de uma lei do amor, capaz de impor limites ao gozo masoquista ao mesmo tempo que instaura os mediadores perfeitos em meio a tão díspar casal de amantes – Diego e Frida –, quais sejam: a arte e as tintas que Frida tomou de empréstimo a seu próprio pai.

Por muitos anos meu pai guardou num canto de seu pequeno estúdio fotográfico uma caixa com tintas a óleo e pincéis num velho pote de vidro e uma paleta. Puramente por prazer ele saía pra pintar, no rio em Coyoacán, paisagens e figuras, e às vezes copiava cromos. Desde menina, como diz a expressão popular, eu estava de olho naquela caixa. Não sei explicar o porquê. Depois de tanto tempo acamada, me aproveitei da situação e pedi a caixa ao meu pai. Como um menino cujo brinquedo é tomado e dado a um irmão doente, ele me “emprestou” a caixa. Minha mãe pediu a um carpinteiro que construísse um cavalete, se é que dá pra chamar de cavalete o aparato especial que podia ser acoplado à minha cama, porque o colete de gesso me impedia de me sentar. E foi assim que comecei a pintar (Kahlo, citada por Herrera, 2011, p. 54).

Caberia então, nesse ponto, interrogar acerca de uma versão do pai (*père-version*, como escreve Lacan em 1974-1975) que ronda a biografia de Frida. Seu segredo estaria associado à perda, para o seu pai, do filho homem, que teria condicionado, em certa medida, as escolhas da formação dela, o que, por sua vez, a teria feito uma menina de modos excessivamente masculinos para o meio em que vivia. Tratar-se-ia, é possível dizer, de um menino com um quê a menos, menos que seria expresso tanto por meio do defeito físico da infância quanto por meio daqueles que foram consequência do acidente aos 18 anos. Esses fatos teriam sido responsáveis por gerar uma personalidade que ora se poderia caracterizar como rebelde, reivindicativa, ora como masoquista.

O pai a que o sujeito se referiria por meio de sua *père-version* é decorrência de sua crença na nomeação, pela qual vê chancelada a escolha do seu desejo na esteira do que é o mandato paterno. Seria em consequência dessa associação que poder-se-ia se referir ao pai como uma versão para cada sujeito. É o dito mandato paterno que decide, na história de Frida, que ela será uma mulher emancipada. Não obstante, a eficácia desse mandato não se fez sem que, para isso, Frida tivesse que recorrer à autoridade de um grande homem, a quem pudesse venerar e por quem pudesse se fazer reconhecer.

O Nome-do-Pai, na teoria lacaniana, resolve o enigma do desejo da mãe ao endereçá-lo ao falo, o que conjuga a lei da proibição do incesto e a lei do desejo. Isso faz da lei do pai a lei do amor, incluído o fato de que o pai só é, como tal, capaz de fundá-la ao preço de sua própria castração, que se apresenta uma vez que esse pai investiu um outro como objeto de

seu desejo, o que, segundo Lacan, o torna, somente sob essa condição, digno do amor e do respeito: “O amor [...] se endereça ao pai, em nome disso, de ele ser o portador da castração” (Lacan, 1975-1976/2007, p. 146-147). Trata-se, portanto, para os neuróticos em geral, de sustentar o pai em sua posição. É assim que Frida suporta o seu pai decadente, tomando para si o trabalho com as tintas e os retratos – e que esses sejam os seus próprios, isso não poderia afigurar-se para ela mais satisfatório.

Lacan apresenta a ideia de *père-version*, a ser traduzida como versão em direção ao pai, de um modo particularmente chamativo no interior do *seminário 23*. A existência de uma tal noção suporia uma novidade na elaboração teórica de Lacan quanto ao que denomina relação sexual. Se é certo que, desde a época do *seminário 16*, Lacan advogava pela não existência da relação-sexual – como está escrito na lição de 12 de março de 1969 (Lacan, 1968-1969/2008, p. 220) –, por ocasião do *seminário 23* ele afirmaria a possibilidade de sua existência. A suposição dessa outra face da tese lacaniana acerca da relação sexual – sua existência – suportaria, em associação com o conceito de *père-version*, a ideia de que seria na conjunção entre o pai e o filho que ela passaria a se estabelecer. O que se transmite do pai para filho é idealmente da ordem de uma falta. Pode-se, desse modo, intuir que a interação entre filho e pai é feita por meio da castração, legado maior que, de um a outro, se transmite. Visto que aqui já não se trata de ratificar a crença no ativo e no passivo, a relação não se efetua. O delírio joyceano do redentor, conforme assinala Schejtman (2013), é o fenômeno que permite ensejar, no texto do seminário de Lacan, essa novidade da *père-version*, que auxilia na interpretação dos fenômenos que concernem ao parceiro-sintoma e gravitam ao redor dessa solução, que se fixa no mais íntimo do sujeito, determinando suas escolhas na vida, incluídas as que respondem por seus vínculos eróticos. A passagem aludida, citada por Schejtman (2013), está contida na lição de 10 de fevereiro de 1976, da maneira que se segue:

A imaginação de ser o redentor, pelo menos na nossa tradição, é o protótipo da pai-versão. Na medida em que há relação de filho com pai, surge essa ideia tresloucada do redentor, e isso há muito tempo. O sadismo é para o pai, o masoquismo é para o filho. Freud, de todo modo,

tentou se desprender desse sadomasoquismo. Esse é o único ponto onde há uma relação suposta entre o sadismo e o masoquismo (Lacan, 1975-1976/2007, p. 82).

O relevo que aqui é dado por Lacan a essa relação fá-la transbordar, evidentemente, do delírio de Joyce para a relação dos seres falantes de modo geral, vindo então a concordar com a afirmação que faria, na lição seguinte, de que há relação sexual: “Na medida em que há *sinthoma*, não há equivalência sexual, isto é, há relação” (Lacan, 1975-1976/2007, p. 98). A relação sexual, acima descrita, só se efetuará, portanto, se é suposta nesse parceiro a presença do objeto do desejo – o pequeno *a* –, aquilo que é próprio a ser buscado no sexo que é, para cada um, Outro, o seu *sinthoma*, ou seja, o sexo ao qual não se pertence (Lacan, 1975-1976/2006). Como observa Miller (2010): “Se há relação sexual, [...] só pode ser em relação a uma alteridade interna à estrutura do falasser. É a isso que devemos a famosa oposição encontrada em *O sinthoma*, entre o *sinthoma* e a devastação” (Lacan, 1975-1976/2006, p.116-117). Em Frida, é desse modo que se afigurará a ideia da relação que construiu com Diego ao redor da questão da arte. Trata-se da organização de um tipo de *sinthoma*, uma relação sexual que se faz com essa figura do Ideal que encontra em Diego e na qual ressoa aquilo a que nos referimos como sua versão do pai. Se Frida foi capaz de estabelecer essa relação, foi provavelmente por ter conseguido distingui-la dessa outra associação, com  $S(\triangle)$ , que a arrastaria, repetidas vezes, para a devastação.

É por ser estabelecida, mediante uma proporção, uma complementariedade que a relação sexual, como é o caso daquela que se afigura entre Nora e Joyce, objeto da observação de Lacan (1975-1976/2007), pode ser entendida por meio da metáfora da luva esquerda que, posta do avesso, veste a mão direita. Imagine-se que possa, da mesma forma, como sugere ali Lacan, fazer o masoquista servir como complemento ao sádico, assim como o passivo, ao ativo. Aí se tem algo da relação que se haveria estabelecido entre Frida e Diego, na sequência daquela que fora, para Frida, a relação entre ela e seu pai. A atitude de Frida diante de seu parceiro-sintoma apontaria para esse recurso e, de forma bem-sucedida, justificar-se-ia a partir da sugestão de Lacan por uma



aproximação com a imagem da estranha relação consumada entre Nora e Joyce (Lacan, 1975-1976/2007). Seu ponto de encontro estaria naquilo que, no contexto da histeria, Lacan designou como a colocação de uma armadura, a qual definiria o sintoma: “A histérica é sustentada [...] por uma armadura. [...] Esta armadura é seu amor por seu pai” (Lacan, 1976-1977, lição de 14 de dezembro de 1976, tradução nossa<sup>6</sup>). Eis que a não equivalência pode supor a abertura para uma dada espécie de proporção que consolida a vigência de uma polaridade, conforme ainda faz observar Lacan (1975-1976/2007, p. 82): “[...] É preciso verdadeiramente crer no ativo e no passivo para imaginar que o sadomasoquismo possa ser explicado por uma polaridade”.

A relação pai-filho, que é o protótipo da *père-version*, surge, desse modo, como solução para a impossibilidade de alcançar o Outro em seu gozo, de modo que se cria, por meio daquela *versão do pai*, no lugar desse Outro, um parceiro talhado sob medida para responder ao fantasma, conforme a ideia que se distingue no texto de 1960, em que Lacan enuncia:

De fato, a imagem do Pai ideal é uma fantasia de neuróticos. Para além da Mãe, Outro real da demanda de quem se quereria que ela acalmasse o desejo (isto é, o desejo dele), perfila-se a imagem de um pai que fecharia os olhos aos desejos. Mediante o que fica ainda mais acentuada do que revelada a verdadeira função do Pai, que é, essencialmente, unir (e não opor) um desejo à Lei (Lacan, 1960/1998, p. 839).

Tais observações levam a compreender do que se trata na afirmação de Lacan, por ocasião de seu seminário 25: “Não há relação sexual, salvo para as gerações vizinhas, a saber os pais de um lado, os filhos de outro. É o que evita... falo da relação sexual... é o que evita o interdito do incesto” (Lacan, 1977-1978, lição de 11-04-1978, tradução nossa)<sup>7</sup>. Portanto, a lei edípica, que viria se instituir na continuidade do interdito da castração, não serviria simplesmente para orientar os jovens *falasseres* em direção à identificação com o ideal de seu sexo a fim de que realizassem a dita relação com o Outro sexo. Pelo contrário, essa lei, ao interditar a relação sexual incestuosa, teria antes por função o papel de erigir, por meio do enlace com o parceiro sexuado, o mal-entendido que só lhe franqueia esse encontro pela via do sintoma.

## CONCLUSÃO

Frida, como obra que emerge da tela para dar corpo a um ser despedaçado, é exemplo de uma inversão que faz a representação artística ganhar precedência sobre o modelo. Como se pode verificar, tal representação emerge com a potência descrita por estar fixada no Ideal que se importa de um Outro, cuja existência permite reconhecer, nos amores de Frida, uma ilustração bem-acabada do que se denomina parceiro-sintoma.

Considerando como modelo o artifício de Joyce, é possível afirmar que Frida se engaja na invenção de um nome próprio de modo que possa manter a inscrição desse lugar que, na vizinhança do pai, pôde articular a despeito de suas limitações físicas, ou com o apoio delas. O enlace amoroso com Rivera parece importante para que Frida se mantenha fiel à relação que travara com a sua versão do pai. A construção dessa pai-versão parece ter sido o que sustentou o seu ser de artista, assim como revelou ser aquilo que sobressaía do seu encontro amoroso com Diego. De outro modo, considerado nos termos das ditas “necessidades” de Diego, esse encontro pareceria só ter como resultado mais e mais devastação.

Frida é obrigada inventar para si um nome e, por meio do mesmo expediente, um corpo, para, por meio dele, reparar a desarticulação entre o seu fantasma e a matéria frágil sobre a qual se erguia, vítima das contingências que a marcaram duramente quando da reedição do dano físico. É com isso que ela produz arte e, por meio da arte, a narrativa necessária para dar dignidade às suas cicatrizes, tornando-as admiráveis. Em seu caso, a arte e o amor permitem tecer o sintoma Frida, invenção poética sobre um corpo traumatizado de mulher.

## REFERÊNCIAS

- Bartra, E. (2003). *Frida Kahlo: mujer, ideología y arte*. Barcelona: Icaria Editorial.
- Freud, S. (2006). O ego e o id. In Freud, S. [Autor], *Edição brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XIX. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1923)
- Freud, S. (2006). Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In Freud, S. [Autor], *Edição brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XIX. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1925)
- Herrera, H. (2011). *Frida: a biografia*. São Paulo: Globo.
- Jamis, R. (2015). *Frida kahlo*. (3ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Kettenmann, A. (2015). *Frida Kahlo 1907-1954: dor e paixão*. Köln: Taschen.
- Lacan, J. (1974-1975). *O seminário, livro 22: R.S.I.* (seminário inédito). Recuperado em 01 jan. 2018 de <http://staferla.free.fr/s22/s22.htm>.
- Lacan, J. (1976-1977). *O seminário, livro 24: L'insu que sait de l'ubévue s'aile à mourre* (seminário inédito). Recuperado em 01 jan. 2018 de <http://staferla.free.fr/S24/S24.htm>.
- Lacan, J. (1977-1978). *O seminário, livro 25: le moment de conclure* (seminário inédito). Recuperado em 01 jan. 2018 de <http://staferla.free.fr/s25/s25.htm>.
- Lacan, J. (1998). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1953)
- Lacan, J. (1998). Diretrizes para um congresso sobre a sexualidade feminina. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1958)
- Lacan, J. (1998). Subversão do sujeito de dialética do desejo no inconsciente freudiano. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1960)
- Lacan, J. (1999). *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Seminário de 1957-1958).
- Lacan, J. (2003). O aturdido. In Lacan, J. [Autor], *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1972)

- Lacan, J. (2005). *O seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original de 1962-1963)
- Lacan, J. (2007). *O seminário, livro 23: o sintoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Seminário original de 1975-1976)
- Lacan, J. (2008). *O seminário, livro 16: de um Outro ao outro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Seminário original de 1968-1969)
- Lacan, J. (2012). *O seminário, livro 19: ... ou pior*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Seminário original de 1971-1972)
- Laurent, E. (2012). Do masoquismo “feminino” à privação. In Laurent, E. [Autor], *A psicanálise e a escolha das mulheres*. Belo Horizonte: Scriptum.
- Le Clézio, J. M. G. (2010). *Diego e Frida*. Rio de Janeiro: Record.
- Miller, J.-A. (1998). *O osso de uma análise*. Salvador: Biblioteca-Agente.
- Miller, J.-A. (2008). *El partenaire-sintoma*. Buenos Aires: Paidós. (Original publicado em 1997-1998)
- Miller, J.-A. (2010). *Perspectivas do seminário 23 de Lacan: o sintoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed.
- Morais, F. (2015). *O diário de Frida Kahlo: um autorretrato íntimo*. (4ª ed.). Rio de Janeiro: José Olympio.
- Schejtman, F. (2013). *Sinthome, ensayos de clínica psicoanalítica nodal*. Buenos Aires: Grama Ediciones.
- Wajcman, G. (1984). Narcisse ou le fantasme de la peinture. In *art et fantasme* (p. 107-126). Paris: Champ Vallon.
- Zamora, M. (1987). *Frida: el pincel de la angustia*. México: La Herradura.

## NOTAS

<sup>1</sup> [...] L'image du corps relègue le réel du corps.

<sup>2</sup> [...] Le sujet n'aura de rapport à l'autre, au corps de l'autre que par l'image...

<sup>3</sup> [...] en quoi l'œuvre d'art est une “cause” pour le sujet, pour le spectateur aussi bien que pour l'artiste lui-même.

<sup>4</sup> Leo Eloesser era um famoso cirurgião torácico especializado em cirurgias ósseas, chefe do serviço do Hospital de São Francisco e professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Stanford. Frida fez amizade com ele em São Francisco (1930) e, a partir daí, pelo resto da vida confiaria mais em suas opiniões do que nas de qualquer outro especialista. (Herrera, 2011, p. 95)

<sup>5</sup> Conforme carta de 26 de novembro de 1934, citada por Herrera, 2011, p. 140.

<sup>6</sup> L'hystérique est soutenue, dans sa forme de trique, est soutenue par une armature.

Cette armature est en somme distincte de son conscient. Cette armature, c'est son amour pour son père.

<sup>7</sup> Il n'y a pas de rapport sexuel, sauf pour les générations voisines, à savoir les parents d'une part, les enfants de l'autre. C'est à quoi pare... je parle au rapport sexuel... c'est à quoi pare l'interdit de l'inceste.

Recebido em 09 de junho de 2018  
Aceito para publicação em 03 de junho de 2020

## NEUROSE OBSESSIVA: A CONSTRUÇÃO DE UMA PSICONEUROSE

*Stephanie Brum\**

### RESUMO

A neurose obsessiva é uma das duas psiconeuroses de defesa descritas por Freud e sobre as quais se baseou fundamentalmente a construção e desenvolvimento de seu modelo de aparelho psíquico. No presente artigo, nos propomos promover um estudo sobre a neurose obsessiva, sua dinâmica e mecanismos de defesa. Para tal, desenvolveremos uma revisão de literatura sobre o tema tomando como ponto de partida a consideração angular de Castel (2011), segundo a qual teria sido a neurose obsessiva e não a histeria a responsável pelo surgimento das bases da psicanálise e da construção da ideia de um aparelho psíquico. A fim de circunscrever a ideia proposta por Castel, nos dedicaremos prioritariamente a um percurso sobre a construção da neurose obsessiva pautados nas proposições freudianas. Seguiremos a linha temporal buscando lançar luz sobre o desenvolvimento de uma forma de organização própria a essa neurose e sua dinâmica do desejo em pauta. Por fim, apresentaremos as considerações de Abraham a partir das quais desenvolveremos a ideia de um movimento de regressão libidinal posta em questão nesses casos, e não uma lógica de fixação a um estágio específico do desenvolvimento libidinal.

Palavras-chave: neurose obsessiva; desejo; regressão; mecanismos de defesa; libido.

### OBSESSIVE NEUROSIS: THE CONSTRUCTION OF PSYCHONEUROSIS

#### ABSTRACT

*Obsessive neurosis is one of the two defense psychoneuroses described by Freud and on which the construction and development of his model of psychic*

---

\* Psicóloga, formada com honras pela UFRJ. Mestre em Teoria Psicanalítica pela UFRJ. Doutoranda em Psicologia Clínica pela PUC-Rio. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Nebulosa Marginal. Atende em Consultório particular no Rio de Janeiro.

*apparatus was fundamentally based. In this article, we propose to promote a study on obsessional neurosis, its dynamics and defense mechanisms. To this end, we will develop a literature review on the subject taking Castel's (2011) angular consideration as a starting point, according to which it was obsessive neurosis and not hysteria that was responsible for the emergence of the bases of psychoanalysis and the construction of the idea of a psychic apparatus. In order to circumscribe the idea proposed by Castel, we will dedicate ourselves primarily to a journey on the construction of obsessional neurosis based on Freudian propositions. We will follow the timeline seeking to shed light on the development of a form of organization specific to this neurosis and its dynamics of desire on the agenda. Finally, we will present Abraham's considerations from which we will develop the idea of a libidinal regression movement in question in these cases and not a logic of fixation to a specific stage of libidinal development.*

*Keywords: obsessive neurosis; wish; regression; mechanisms of defense; libido.*

## NÉVROSE OBSESSIVE: LA CONSTRUCTION DE LA PSYCHONÉVROSE

### RÉSUMÉ

*La névrose obsessionnelle est l'une des deux psychonévroses de défense décrites par Freud et sur lesquelles reposait fondamentalement la construction et le développement de son modèle d'appareil psychique. Dans cet article, nous proposons de promouvoir une étude sur la névrose obsessionnelle, sa dynamique et ses mécanismes de défense. Pour cela, nous développerons une revue de la littérature sur le sujet en prenant comme point de départ la considération angulaire de Castel (2011), selon laquelle c'est la névrose obsessionnelle et non l'hystérie qui a été responsable de l'émergence des bases de la psychanalyse et de la construction de l'idée d'un appareil psychique. Afin de circonscrire l'idée proposée par Castel, nous nous consacrerons principalement à un voyage sur la construction de la névrose obsessionnelle à partir de propositions freudiennes. Nous suivrons la chronologie cherchant à éclairer le développement d'une forme d'organisation propre à cette névrose et sa dynamique du désir à l'ordre du jour. Enfin, nous présenterons les considérations d'Abraham à partir desquelles nous développerons l'idée d'un mouvement de régression libidinale en question dans ces cas et non une logique de fixation à un stade spécifique du développement libidinal.*

*Mots clés: névrose obsessionnelle; souhait; régression; mécanismes de défense; libido.*

## INTRODUÇÃO

Ao voltarmos-nos para a obra freudiana, nos deparamos com todo um arcabouço clínico e teórico que se ergueu sobre a problemática da histeria. Decerto o próprio surgimento da psicanálise deve muito aos questionamentos de Freud suscitados por seu período ao lado de Charcot no hospital Salpêtrière, no qual se dedicou ao estudo da prática da hipnose. Contudo com o desenvolvimento dessa disciplina para um campo mais amplo no qual o sintoma ganha em si um lugar de reconhecimento ao ser-lhe atribuído um sentido, a psicanálise se desenvolve na criação de um modelo de aparelho psíquico e de uma metapsicologia que lhe é própria.

Apesar dos créditos iniciais concedidos à histeria, Castel (2011) atribui grande parte dos louros do desenvolvimento da teoria psicanalítica à criação da neurose obsessiva por Freud. Afinal, teria sido a partir da formulação dessa psicose que o pai da psicanálise conseguiu encontrar as bases para a proposição de seu modelo de aparelho psíquico (Castel, 2011). Tal ponto concede ao estudo da neurose obsessiva, sua dinâmica psíquica e mecanismos de defesa predominantes um lugar de destaque no que tange ao entendimento do funcionamento do próprio aparelho psíquico.

Desse modo, partiremos de alguns pontos apresentados por Castel na defesa de sua tese para que, em seguida, possamos adentrar no estudo dessa psicose, lançando luz sobre o desenvolvimento das principais modificações sofridas ao longo da obra freudiana. Essa formulação nos convida a um percurso frutífero em torno da circunscrição da neurose obsessiva, o que nos permitirá entender a tese central de Castel e, conseqüentemente, alguns pontos fundamentais na compreensão do funcionamento do psiquismo.

## O FLORESCEM DE UM MODELO DE APARELHO PSÍQUICO

Podemos atribuir o surgimento da categoria de neurose obsessiva, formulado por Freud, a uma série de circunstâncias próprias de seu contexto histórico e cultural. Embora o terreno para a articulação entre compulsões e obsessões sob o reinado de uma única patologia fosse fértil, foi Freud o responsável pela organização daquilo que até então era tido como um conjunto de sintomas desordenados, em uma dinâmica psíquica própria (Castel, 2011).



Na Alemanha e na Áustria do século XIX, questões referentes aos sonhos e enigmas da sexualidade ganhavam grande ênfase. Isso se devia, em parte, às diferenças suscitadas pelo contraponto entre protestantismo e catolicismo, a ideia de uma individualidade subjetiva e a noção de intimidade. A partir desse contexto, o pai da psicanálise teria observado uma série de atos dotados de sentido e formas de expressão de uma subjetividade particular pela qual o desenvolvimento de sua clínica lhe permitiu articular tais ações a toda uma vivência fantasmática vinculada a uma sexualidade reprimida. A essas formações que denunciam uma vida interior à qual o sujeito não poderia ter acesso senão de forma indireta, Castel (2011) relaciona a ideia de certo “constrangimento interior”, o qual, para o autor, limitar-se-ia inicialmente ao campo da ação. Esse movimento se configura a partir da presença de uma limitação interna – um constrangimento interno – que se opõe aos atos do indivíduo, freando e distorcendo seu impulso inicial, acarretando uma mudança de curso da ação e paralisado o sujeito. É importante termos em mente que os termos obsessões – enquanto referência a pensamentos que assolam o sujeito – e compulsões – enquanto uma série de atos autoimpostos e repetitivos – são relativamente recentes. Sendo ambos derivados dessa ideia de um constrangimento interior à ação, a construção desses conceitos é proveniente de uma historicidade muito anterior.

Castel (2011) afirma que a restrição ao agir seria algo inerente ao próprio ato uma vez que não seria possível pensarmos uma ação que não carregue consigo certa ressalva. Nesse ponto, Castel afirma também a importância de o sujeito sentir-se agente de seus atos e propositor de seu discurso, o que viria a requerer certa superação dessas resistências interiores e autolocalização enquanto agente de seus atos. Tal ponto implicaria um movimento refratário em decorrência da realização da ação, o que, por outro lado, desencadearia tanto certo sofrimento quanto um deixar-se afetar pelas consequências de seu agir. Ou seja, a custa do agir estaria referida a uma apropriação da intencionalidade de sua ação e assunção da responsabilidade sobre esta. “Rien ne se fait tout à fait sans angoisse, sans anticipation d’un regret ou d’un remords, sans l’inquiétude de ne pas pouvoir reprendre son action ni revenir au *statu quo ante*, une fois qu’on l’a entreprise”<sup>1</sup> (Castel, 2011, p. 18). É justamente esse papel

do agir no que tange à apropriação de si que faz com que esta se coloque como fruto da condição humana em si. Nesse ponto, nos deparamos com o supracitado lugar conferido ao individualismo nessa limitação do agir.

O surgimento de uma subjetividade individualista lança o sujeito em um terreno de responsabilização por seus atos, tornando-o foco de uma pressão social direcionada tanto a seus atos quanto às intenções conferidas a estes. Aqui, a religião ganha espaço como a propositora de uma moralidade que cola o constrangimento da ação ao coração da problemática da existência. Esse movimento se dá na medida em que é a partir da religião que o movimento de regulação não necessitaria de um controle externo a fim de circunscrever os atos e intenções do indivíduo, estes seriam internamente vigiados e regulados. É a partir dessa regulação autorrealizada proveniente da aquisição de um cuidado moral instituído que passa a habitar a esfera psíquica que nos deparamos com o início de uma consciência moral. Esse percurso acarreta um desenvolvimento da experiência de si, assim como aprofundamento e multiplicação de maneiras de se afetar por suas ações. Embora nos últimos anos possamos pensar em um afastamento progressivo da religião, Castel (2011) afirma que não podemos deixar de pensar nos efeitos psíquicos dessa dinâmica já constituída; afinal, as barreiras propositoras da moralidade promotora de conflito já teria se deslocado para uma série de objetos e dinâmicas, não se restringindo à lei potencial de uma divindade reguladora.

Outro ponto importante ao qual devemos atentar refere-se à localização do estado de dúvida enquanto referido a uma vertente afetiva. Nesse ponto nos vemos diante de impossibilidade de estabelecer uma continuidade entre emoção, intelecto e ação, uma vez que a dúvida passa a ser concebida como um obstáculo radical à ação, conduzindo à abolição das reações impulsivas. Nesse ponto, Castel (2011) acrescenta ainda que, a partir da concepção de Krafft-Ebing, o cérebro seria o ponto de ligação entre a excitação sensorial e a emoção, gerando efeitos paradoxais da lei de contraste da mente cansada. Por um lado, temos que essas considerações lançam as obsessões em um lugar de previsibilidade. Por outro, as obsessões passam a ser referidas a representações intelectuais de sentimentos e desejos. A argumentação apresentada por Castel (2011) nos apresentam uma nosologia das obsessões como não referidas a um

momento histórico específico, ao invés disso como provenientes de uma série de construções e influências que deixariam suas marcas na vida mental. Seguindo essa linha, Castel (2011) aproxima as obsessões e pequenas fobias aos sonhos, propondo que essas formações – dadas as especificidades de cada uma – seriam universais. Dessa forma, não se restringiriam a um meio cultural específico, mas à própria dinâmica humana. Tal ponto suscita a afirmação construída pelo autor de que é a partir da aproximação traçada entre os sonhos e as obsessões que se dá a elaboração da grande proposição freudiana de um modelo de aparelho psíquico dotado de uma dinâmica própria.

Um dos pontos fundamentais da doutrina freudiana que contribuiu para a construção da neurose obsessiva seria a separação da neurastenia em dois complexos de sintomas distintos. De um lado teríamos as neurose de angústia e de outro as obsessões e fobias. Essa diferenciação se deve à consideração de que as verdadeiras obsessões para Freud carregam em si afetos outros que não a angústia, trazendo à cena também a dúvida, o remorso e a culpa por exemplo. Estes afetos seriam desencadeados principalmente pela tensão sexual provocada por uma limitação interna. E aqui nos vemos diante de um entrelaçamento entre um constrangimento interior e a sexualidade. Desse modo, o trabalho das obsessões consiste em forjar substitutos para os objetos suscitadores do afeto promotor de tensão a fim de poupar o sujeito da incidência deles. Já as fobias ignorariam esses substitutos em sua relação com a neurose de angústia. Ao contrário, o que condiciona o afeto na verdadeira obsessão é a cena sexual que inspira o início da censura, cólera ou remorso. Desse modo, podemos pensar em uma relação entre fobia e obsessão, na medida em que, se tomarmos como ponto de referência as antecipações próprias da fobia, na qual a angústia é proveniente do reencontro com o objeto vinculado ao afeto inicial ou realização de um ato que conduza a ele, podemos facilmente ser direcionados ao conteúdo mental de uma obsessão. De maneira recíproca, a obsessão apresenta uma marca imediatamente fóbica ao encontrar o objeto promotor de angústia.

É a partir do entrelaçamento entre a dinâmica por trás das obsessões e a formulação da ideia de censura proposta na neurose obsessiva que se torna possível ao pai da psicanálise relacionar obsessões e compulsões sob uma

unidade sistemática, historicamente estável e aceitável psicologicamente (Castel, 2011). Assim, ao articular obsessões e compulsões, Freud teria oferecido meios definitivos de restringir a proliferação excêntrica do termo *Zwang* (compulsão) a uma série de sintomas reunidos com o fim de constituir, mais que uma síndrome, uma dinâmica psíquica e mecanismos que lhe são específicos. Logo, é com Freud que a leitura das obsessões ganha um caráter preciso, com intencionalidade e profundidade e tendo por base a relação da sintomatologia das obsessões. A compulsão torna-se uma forma de agir que denuncia um impulso à ação e a inibição deste. Afinal, a partir dessa modalidade de agir somos capazes de nos deparar com o próprio desejo do sujeito e a espessura afetiva de sua subjetividade. Nesse contexto, as compulsões tornam-se formações defensivas atuando frente à incidência das obsessões. Desse modo, a formulação da categoria de neurose obsessiva é atribuída a Freud na medida em que o autor foi capaz de propor toda uma dinâmica e mecanismos que lhe são específicos. Assim, se pensarmos na neurose obsessiva dentro da obra freudiana, vemos que esta passou por inúmeras alterações no que tange a sua formação. No entanto, um ponto que parece constante ao longo dos anos é a relação entre obsessão e compulsão. As ideias obsessivas aparecem como pensamentos angustiantes para o sujeito dos quais ele não consegue se livrar. A partir daí haveria então o surgimento de uma ação que seria realizada de forma compulsiva como tentativa de defesa contra as obsessões que assolam o sujeito (Freud, 1907/2015; 1909/2013; Green, 1967/2005). Essa ação seria também dotada de significado uma vez que seria a partir dela que o sujeito reviveria no ato o que foi recalçado.

Segundo Castel (2011), a teoria psicanalítica seria fruto de todo esse contexto que florescia na Alemanha e a partir do qual Freud teria integrado as ideias referentes às fobias, às obsessões e à angústia e formulado sua técnica psicanalítica. Assim, a psicanálise poderia ser situada como um ponto de vista independente no panorama histórico das obsessões. “Se détachant du contexte historique qui lui avait donné naissance, la psychanalyse force alors plutôt l’époque à se situer par rapport à elle”<sup>2</sup> (Castel, 2011, p. 392). Logo, é com Freud que a leitura das obsessões ganha um caráter preciso, com intencionalidade e profundidade, tendo por base a relação da sintomatologia das compulsões.

Nessa linha, Castel (2011) aponta que teria sido a neurose obsessiva, e não a histeria, a inspiração de Freud para a proposição de seu modelo de aparelho e dinâmicas psíquicas, nos quais a própria dinâmica do desejo, como podemos pensar, se espelharia, por exemplo no movimento de deslocamento constante – mecanismo próprio dessa psicose.

## UM OLHAR INICIAL A PARTIR DA TEORIA DA SEDUÇÃO

Não é novidade que em meio às suas primeiras considerações sobre as formas de adoecimentos psíquicos, Freud acreditava que a origem destes se encontraria remetida a uma raiz traumática. Dessa forma, o pai da psicanálise propôs a ideia de um trauma psíquico precoce que não acessível à consciência do sujeito em um primeiro momento. Esse evento traumático seria de ordem sexual e remetido a um período infantil do desenvolvimento, sendo este ainda desprovido de sexualidade (Freud, 1896/1990). A teoria da sedução foi elaborada em decorrência de evidências clínicas a fim de explicar a problemática dos sintomas psiconeuróticos. A importância de sua elaboração se encontra em sua construção enquanto uma “tentativa muito elaborada para explicar o mecanismo do recalque na sua origem” (Laplanche, & Pontalis, 1982/2012, p. 469).

A teoria da sedução de Freud foi pautada na ideia de que as psicoseiros seriam formas de expressão próprias de um sujeito vítima de um trauma sexual precoce, dotado de dois tempos. Em um primeiro momento, a criança – ainda não dotada de uma vivência sexualizada da experiência – seria vítima de um abuso sexual. No entanto, como o infante ainda não se encontra inserido no registro do sexual, a experiência não provoca nele nenhuma resposta ou eco em outras representações também sexuais. Por isso é dito que o evento é vivenciado passivamente, pois se trata de um registro no qual o sujeito ainda não se encontra inserido.

Com o advento da puberdade e a ocorrência de alguma experiência sexual atual, esse sujeito – adentrando agora o terreno da sexualidade – é remetido à experiência de abuso. Tal retorno ao momento traumático faz com que o ocorrido na infância seja atualizado a partir de um olhar sexualizado, atribuindo ao evento uma dimensão erótica que o sujeito não possuía no quando de sua experiência. O indivíduo, tomado pela culpa

e pela vergonha, próprias de alguém que seduziu uma figura proibida, sofre uma cisão entre a atividade mental consciente e a inconsciente, que seria denominada de *recalque* (Freud, 1915/2010). Temos que, a partir da divisão psíquica provocada pela incidência do evento traumático, entrará em cena um mecanismo de defesa que buscará manter longe da consciência o ocorrido – pelo qual a criança acredita ter sido responsável. No entanto, esse movimento defensivo não apresenta êxito total e, assim, o que foi cindido insiste em retornar à consciência, agora sob a forma de sintoma.

Já nesse momento inicial da obra freudiana nos deparamos com a positividade atribuída aos sintomas na medida em que estes seriam dotados de sentido. Tal ponto lança o sintoma no lugar de narrador da história daquele indivíduo em particular. “Freud deu ao sintoma um caráter histórico através de um peculiar manejo do tempo segundo o qual o passado está de certa forma na dependência do futuro” (Barros, 2012, p. 23). Tal consideração já está presente em “Estudos sobre a histeria” (Breuer, & Freud –1895/2016, p. 20) texto no qual Freud afirma que “[...] com muita frequência são acontecimentos da infância que produziram um fenômeno patológico de maior ou menor gravidade, por todos os anos subsequentes”.

Sem mais delongas, retornaremos agora à teoria da sedução. Naquele período inicial, o adoecimento psíquico se daria do seguinte modo: 1) a criança é vítima de uma sedução que se configura como uma experiência real de abuso sexual. No entanto, esta é vivenciada com prazer pelo infante. Esse evento deixa uma marca psíquica, ou seja, um signo perceptivo, o qual o sujeito ainda não poderia remeter ao registro da sexualidade por não se encontrar inserido nele (cena I); 2) com o advento da puberdade e a inserção desse indivíduo no registro da sexualidade, o sujeito se depara com um segundo evento (cena II), que o remete a essa experiência de abuso na infância; 3) a cena II é associada à cena I, lhe conferindo um caráter sexual que não possuía quando ocorreu. Devido a uma relação entre a cena I e a cena II, a cena I é interpretada nesse segundo momento agora sob o olhar de um sujeito sexualizado que confere à cena I um caráter sexual que ela não possuía no momento do ocorrido. Assim, o traumático aqui seria o efeito da cena II sobre a cena I, que culminaria no retorno do recalado sob a forma de sintoma. Nesse contexto, o que

justifica o problema da escolha da neurose é que diante do advento da cena II, neurose obsessiva e histeria se configurariam de forma diferente, tendo também afetos distintos como motor do processo de recalçamento.

Na histeria, após a associação entre a sedução sofrida na infância e o conteúdo sexualizado da adolescência, a fantasia histérica se constitui a partir da atribuição de responsabilidade, o que confere à cena primária um sentimento de desprazer e passividade. Na histeria, o sujeito se apropria desse lugar de passividade, e o afeto desprazeroso é direcionado ao corpo sob a forma de conversão histérica. O corpo, inserido nessa lógica fantasmática, é tomado como forma de representação de um ocorrido que não pode ser recordado através do processo de rememoração.

No que tange a nossas considerações sobre a neurose obsessiva, nesta a fantasia se constitui a partir de uma saída do lugar de seduzido para sedutor. Ou seja, embora a cena primária do obsessivo seja dotada de desprazer, ela seria de certa forma encoberta por uma cena posterior, que seria associada à cena primária na qual a criança, agora mais velha, atribui à experiência de ordem sexual um sentimento de prazer, assumindo assim um lugar de atividade que associa o prazer atual a um desprazer inicial. Podemos inferir que, devido a esse lugar de atividade no qual o prazer se encontra vinculado a um desprazer inicial, ocorre a separação desse afeto de suas representações de origem, o que não resultaria no esquecimento do evento em si, mas na retirada do componente afetivo que seria fonte de conflito desse ocorrido. O afeto seria então deslocado para outros representantes análogos que não fossem fonte de conflito.

Dessa forma, a neurose obsessiva seria composta então por uma complexa teia temporal na qual, apesar de contar com uma cena secundária que expressa sua atividade e prazer relacionados, estaria vinculada a uma cena anterior cuja questão central continua referida à passividade e desprazer vivenciados. Ou seja, apesar da mudança de uma posição passiva para uma posição ativa, ambas as cenas estariam vinculadas na cadeia associativa. Tendo isso em vista, o que levaria ao recalque específico dessa neurose seria o fato de a experiência de prazer se pautar em uma vivência anterior de desprazer. Dessa forma, podemos pensar que a neurose obsessiva teria como fundo uma configuração histérica, devido à sua posição de subordinação primária a esta. Green (1964/2005) considera que, embora

a neurose obsessiva não apresente a possibilidade de conversão do afeto, é justamente a partir da problemática inerente ao destino dessa ideia, que não pôde ser liquidada, que Freud observa a presença de “[...] tendências para a multiplicação das defesas e para a criação de novos sintomas num sentido evolutivo” (Green, 1964/2005, p. 173).

Outra distinção importante entre essas duas psiconeuroses foi feita em 1896, no “Manuscrito K”, texto no qual Freud aponta que, enquanto a histeria seria fruto de um conflito, a neurose obsessiva teria como centro uma culpabilização. Podemos remeter tal distinção ao par prazer-desprazer relacionado à passividade-atividade entendidos como o esquema-chave para o adoecimento neurótico. Tendo em vista as considerações apresentadas no “Manuscrito K”, Castel (2011) aponta que, nesse texto, Freud considera dois tipos diferentes de neurose obsessiva. No primeiro tipo seria enfatizada a lembrança da cena primária, fruto de uma deformação na qual o que estaria em evidência seriam os processos de substituição e disfarce dessa cena. No segundo tipo, a ênfase se encontraria no movimento de autoacusação. Segundo o autor, a separação em duas categorias distintas de neurose obsessiva nos possibilitaria compreender por que em um momento posterior essa acusação daria lugar a uma angústia decorrente de um afeto desligado de representação, podendo se transformar em uma enorme gama de sentimentos ou sintomas. “Essa dosagem entre esquecimento e lembrança é bem característica da neurose obsessiva: o sujeito se lembra de ter cometido o ato, mas não se reconhece propriamente como seu autor” (Barros, 2012, p. 34).

Em 1896, Freud apresenta mais algumas contribuições ao lugar de atividade sobre as vivências sexuais conferidas à neurose obsessiva. Nesse sentido, o pai da psicanálise afirma que as ideias obsessivas presentes nesta neurose possuem o caráter de autoacusação que denuncia algum ato sexual praticado com prazer na infância. Em um movimento de defesa bem sucedido sintomas emergem a fim de substituir a autoacusação. Aqui, teríamos a conscienciosidade, a vergonha e a autodesconfiança como marca deste desconforto interno proveniente de um prazer experienciado anteriormente e que agora ganha o caráter de proibido. Uma marca dos movimentos defensivos freudianos é que estes são sempre fadados ao fracasso, uma vez que algo do recalcado sempre escapa a censura, mesmo que



sob a ordenação de uma formação de compromisso. E o mesmo acontece aqui. Nesse contexto, as obsessões surgem como marca de uma formação defensiva primária fonte do processo de recalçamento. Além destas formas de expressão sintomática, a neurose obsessiva conta com uma defesa secundária na tentativa de afastar os derivados do recalçamento, a estas formações estariam referidas as ações compulsivas. Nesse sentido teríamos o processo de recalçamento enquanto defesa primária o qual, diante de suas falhas, desencadearia os pensamentos obsessivos e os atos compulsivos na tentativa de afastar o sujeito do objeto primário do conflito.

Após tecermos os fios principais do panorama apresentado até o momento, podemos perceber que o papel conferido à separação entre afetos e representações tira a neurose obsessiva do hall de um adoecimento de cunho moral. E graças às constatações freudianas, a consciência moral passa a ser um motivo entre vários para o recalçamento ao promover um conflito entre um desejo inconsciente e uma limitação a este. Esta ideia conflitual seria a promotora de um descompasso na economia do prazer e do desprazer. Este ponto lança o adoecer psíquico em um lugar diretamente ligado a questões referentes à economia psíquica (Freud, 1895/2006).

Tendo isso em vista, na neurose obsessiva se formaria – em um primeiro momento – um “contrassintoma” original, o qual traria consigo um sentimento de culpa dissociado de representação, ou seja, sem conteúdo. Um ponto importante a ser ressaltado, é que, devido ao mecanismo que separa as representações dos afetos e a importância conferida à segunda cena na neurose obsessiva, esta não é tratada como um não ocorrido. Ao invés disso, o que é negado são as representações para as quais o afeto e tudo que dele se aproxima é deslocado. Dessa forma se dá o desenvolvimento de defesas secundárias a partir das quais os substitutos do que não pode ser lembrado, sentido ou feito remontam ao recalque primordial para o surgimento dessa neurose. Nesse sentido, a existência de uma ideia que será passível de sofrer modificações enquanto o afeto atrelado anteriormente a ela permanece imutável é um ponto ressaltado por Green (1964/2005) como traço dominante para a caracterização da neurose obsessiva. Mas é claro que devemos ter em mente que, a partir do caminho percorrido pelo afeto ao se deslocar entre as representações, seria possível retornar à representação original uma vez

que tal afeto se encontraria sempre secretamente orientado para o foco do recalque primitivo. Tal concepção sobre a gênese das psiconeuroses só sofreu modificações diante da proposição de uma teoria da fantasia em 1900 e de uma sexualidade infantil em 1905.

## MUDANÇAS PROMOVIDAS PELO ADVENTO DA SEXUALIDADE INFANTIL

Com a publicação de “A interpretação dos sonhos” em 1900, fica clara a mudança de Freud sobre o ponto de vista da sua *neurótica*. Agora, não seriam mais os traumas sexuais reais que justificariam o movimento de defesa que apresentariam como efeito os sintomas psíquicos próprios da neurose, estes seriam fruto de um conteúdo fantasmático proveniente de uma realidade psíquica. Embora aqui a problemática ainda esteja remetida à dinâmica da sexualidade, é apenas em 1905 que esta passa a dizer respeito a uma sexualidade infantil. É somente a partir de “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905/2016) que é posta em questão a capacidade das crianças de fantasiar acerca de cenas e conteúdo da ordem do sexual como algo próprio do desenvolvimento psíquico pré-genital. Nesse sentido, a proposição de uma sexualidade infantil teria por base um corpo composto por zonas erógenas, ou seja, o desenvolvimento da libido se encontraria ancorado particularmente em zonas distintas em cada fase do desenvolvimento pré-genital. Com o passar dos anos e o desenvolvimento de sua teoria, Freud considera que cada forma de adocimento psíquico estaria vinculada à fixação da libido a uma fase específica do desenvolvimento. Essa fixação da libido ditaria não apenas a zona erógena associada, mas também a forma através da qual o prazer é alcançado a partir dos diferentes modos de relação objetual, próprias de cada fase do desenvolvimento (Abraham, 1965/1970).

Tendo em vista tais considerações, o neurótico obsessivo apresentaria uma fixação da libido na fase anal. Os sujeitos remetidos a essa fase se relacionariam com o objeto de forma parcial e ambivalente. As pulsões anais em vigor remetem o sujeito a sua antiga relação com o excremento, não mais a uma relação de incorporação do objeto (como na fase oral), mas a uma tentativa de domínio do objeto já reconhecido como exterior (Abraham, 1965/1970). Dessa forma, à fase anal estaria

referido o movimento de controle dos esfíncteres que se encontraria relacionado ao estado de onipotência, ponto importante na dinâmica obsessiva. Da mesma forma, o movimento de eliminação dos conteúdos internos a partir das fezes relaciona-se ao movimento de agressão posto fantasmaticamente na ambivalência do obsessivo.

Por isso o sujeito obsessivo seria marcado por um eterno dilema no qual nada quer perder, afundando-se assim em ruminções para, por fim, não tomar uma decisão sobre o que o atormenta, ou, como no caso de “O homem dos ratos” (Freud, 1909/2013), agir como que retirando uma pedra para em seguida pô-la novamente no mesmo lugar. Da mesma forma a ambivalência é uma forte marca dos obsessivos, que sentem de forma concomitante amor e ódio pelo objeto que se *tem*. É justamente nesse ponto que encontramos a culpa do obsessivo. Afinal, como se pode desejar fazer mal a um objeto tão amado? E então surgem os atos compulsivos, com a finalidade de anular tais pensamentos obsessivos que perseguem esse sujeito. Ora, eles tentam constantemente justificar seus desejos ambivalentes com relação a seus objetos de amor através do pensamento.

### PRINCIPAIS MECANISMOS DE DEFESA DA NEUROSE OBSESSIVA

O pensamento possui nessa neurose uma importância especial, afinal a dinâmica do obsessivo é quase que exclusivamente regida pelo pensamento, o que coloca o corpo em um plano secundário. Nesse sentido, Barros (2012, p. 37) aponta que o obsessivo realiza um processo de *erotização do pensamento* “[...] que significa tratar o pensamento à maneira de um corpo erógeno cujo limite é a angústia”. Tal processo acarreta, por exemplo, uma supervalorização dos rituais, dos desejos em forma de profecia, dos termos aparentemente descabidos e do pensamento mágico.

No discurso do obsessivo não são comuns os lapsos, sua memória não foi recalçada, o mecanismo em ação aqui é de outra ordem. Nesses pacientes, os afetos são cindidos das representações, retirando da consciência as relações entre o objeto amado e o ódio por este. O afeto gerador de conflito é então ligado a uma representação que não traga à tona seu caráter agressivo e ambivalente. Contudo, como resquício dessas relações inconscientes, emergem sentimentos como a culpa e a vergonha. Estes denunciariam a

veracidade das experiências fantasmáticas obsessivas, assim como o prazer proveniente das relações de compromisso estabelecidas e a partir das quais tais desejos podem emergir na consciência.

A partir das mudanças desencadeadas pelo advento da sexualidade infantil, também é reafirmado o papel criativo da libido na formulação e veracidade conferidas ao conteúdo fantasmático. Isso se justifica na medida em que para o inconsciente não haveria diferença entre uma cena real e um conteúdo ficcional investido libidinalmente. Além disso, o espaço entre as representações substitutas promovido pelo processo de deslocamento faz com que a única constante seja a vertente afetiva. Logo, na neurose obsessiva o objeto oferecido à consciência pela representação associada à compulsão não existe verdadeiramente como um objeto exterior, que se ancora mesmo que secretamente nas representações obsessivas. Ao invés disso, ele será produto de uma criação fantasmática, o que põe em cena o surgimento de um sujeito cujo centro de gravidade não se refere mais à consciência e à vontade como formas de empoderamento de si, mas a um sujeito habitado por pulsões e fantasias. Tal mudança de paradigmas põe em xeque a autoridade do Eu. Nesse ponto, podemos identificar como germe central da formação neurótica o conflito proveniente da relação entre desejo sexual e proibição.

A separação entre os afetos e suas representações geradoras de um conflito psíquico faz com que, para o obsessivo, os rituais adquiram um caráter de “meras formalidades” (Freud, 1907/2015), muitas vezes não reconhecendo neles, de imediato, um sentido subjacente. Ao mesmo tempo, esses pacientes se veem impossibilitados de fugir à realização do cerimonial, visto que sua não realização é geradora de intenso sentimento e angústia. Mais uma vez, é importante ressaltarmos que, embora as raízes do pensamento freudiano se nutram da visão de um sujeito influenciado pela moral da religiosidade cristã, o sentimento de culpa e a angústia estão sempre presentes. Podemos atribuir a angústia em formações típicas da neurose obsessiva à impossibilidade de escoamento libidinal quando esse afeto não se encontra vinculado a nenhuma representação não conflituosa. Da mesma forma, localizamos o sentimento de desprazer

do obsessivo não apenas nessa vinculação conflitual entre ideia e afeto, mas também na não vinculação afetiva, que impede que ocorra um movimento de descarga que promoveria sensações de prazer.

Barros (2012) afirma que o obsessivo almeja que o analista lhe diga que ele não é culpado da falta pela qual ele próprio se acusa. A partir disso podemos pensar que há no sujeito obsessivo certo não reconhecer-se em seu agir, o que podemos remeter à tentativa do sujeito de manter-se afastado do afeto que seria fonte de sofrimento. Afinal, reconhecer-se como sujeito de sua ação implicaria justamente em deixar-se afetar por ela (Castel, 2011), o que desencadeia o movimento de defesa do obsessivo.

Desse modo, a dinâmica à qual o obsessivo se encontra remetido conta também com alguns mecanismos de defesa que lhe são próprios, sendo eles: 1) deslocamento; 2) anulação retroativa; 3) formação reativa. Pensando na cadeia representacional e na formação sintomática a partir dela, podemos considerar que o deslocamento seja o mecanismo de defesa que dinamicamente marca de forma mais clara as distinções entre neurose obsessiva e histeria. As formações obsessivas, diferentes das históricas, teriam sua origem no deslocamento dos afetos que, desconectados de suas representações ambivalentes de origem, se conectariam a outras representações. O mecanismo do deslocamento cria uma cadeia sintomática vinculada à representação ambivalente inicial que pode alcançar amplitude ao ponto de paralisar toda a vida do sujeito – estando este regredido a uma dinâmica onipotente. Podemos considerar que o modo de funcionamento da cadeia criada a partir dos deslocamentos próprios da neurose obsessiva – na qual o afeto transitaria rapidamente por uma série de representações – seria extremamente similar à cadeia desejante, porém no sentido inverso. Esse movimento de inversão se deve ao fato de essas representações estarem vinculadas entre si, no entanto o principal objetivo da cadeia desejante seria alcançar a satisfação do conteúdo reprimido na ausência do objeto foco do conflito, ou seja, afastando o objeto inicial do objeto sobre o qual o desejo poderá ser realizado. Nesse ponto nos remetemos à anulação retroativa a partir da qual o sujeito tenta desfazer algo que disse ou fez, utilizando-se de atos ou palavras que adquirem um caráter de certa forma mágico. O último mecanismo de defesa a ser citado é o da formação reativa, no qual

o sujeito atua de forma contrária a um desejo que lhe seria conflituoso.

Em todos esses mecanismos de defesa podemos ver a faceta onipotente desses pacientes que acreditam em nada precisar renunciar. Remetido às questões referentes à ambivalência de seus desejos, o obsessivo não consegue *escolher* apenas um impulso – amor ou ódio –, postergando ao máximo tal escolha, o que o manteria preso nessa dinâmica contínua.

Ao nos depararmos com as consequências da proposição de um inconsciente e uma realidade psíquica, nos vemos diante de movimentos que são capazes de promover uma mudança no que tange ao centro de gravidade do homem moderno. Antes, poderíamos localizá-lo como inserido em um ideal individualista próprio de uma prática cristã, a qual colocava o sujeito comum em um lugar de responsabilização sobre suas ações. Agora, graças às premissas sobre o inconsciente e à influência que este tem sobre a vida do sujeito, temos: 1) um consciente que se defende de desejos conflituosos; 2) um inconsciente que recalca os conteúdos conflitantes que não podem assim advir à consciência; 3) e uma autolimitação psíquica que surge como efeito mecânico desse conflito interno primordial (Castel, 2011). Nesse contexto somos levados a pensar que, na neurose obsessiva, teríamos um sujeito que se culpa e responsabiliza não apenas por seu agir, mas também pelos desejos proibidos, mesmo estes lhe escapando à consciência, nos apresentando assim *um sujeito constantemente culpado por um não cometido*.

A partir de mudanças de paradigmas do próprio sujeito, a ideia de uma culpa, referida não apenas a ele próprio, mas como marca universal, se torna algo central na formação da psicanálise. No entanto, como agora a culpabilização não se encontra mais remetida às entranhas do individualismo, pensaremos nessa culpa como *natural* uma vez que se enuncia como marca de influências e limitações que atravessam o próprio surgimento do sujeito e sua constituição psíquica. Tal mudança de perspectiva se dá a partir da naturalização da ideia de uma culpa universal que levaria à substituição do mito cristão da falta pelo mito do Édipo, o qual teria seu destino marcado pelas marcas de um desejo profético do qual não pôde esquivar-se. Assim, em 1900, Freud se apropria de uma mitologia a fim de explicar a dinâmica conflitual que estaria em questão na dinâmica psíquica das neuroses, trazendo à cena o mito do Édipo e

promovendo uma mudança de paradigmas no que tange à formação neurótica. Embora a primeira apresentação de que a neurose teria por base um conflito edípico – no qual haveria amor dirigido ao genitor do mesmo sexo enquanto ao outro seria direcionado um sentimento de ódio – tenha se dado antes da proposição de uma sexualidade infantil propriamente dita, o desenvolvimento do conceito se deu em textos posteriores, nos quais inclusive o autor descreve um complexo mais elaborado no caso das mulheres (Freud, 1924/2011).

Com a proposição de um Complexo de Édipo temos que o sintoma neurótico não seria fruto de um conflito proveniente da relação entre um desejo e uma proibição quaisquer. Ao invés disso, o desejo estaria relacionado a uma figura de amor, a qual seria também uma figura proibida, e relacionado ao ódio referente à outra figura do par parental – normalmente o genitor do sexo oposto. No que tange à neurose obsessiva propriamente, o papel da ambivalência e dos desejos contraditórios ganham especial relevância. Eles passam a ser motivadores da separação entre afetos e representações a partir da qual esses afetos hostis com relação à figura amada seriam recalçados, só podendo retornar à consciência vinculados a outras representações.

Podemos situar o que Castel (2011) chama de um “inconsciente edípiano”, que se referiria a esse estádio enquanto fenômeno universal, promovendo, em contrapartida, um novo tipo de igualdade entre os indivíduos, fundando assim uma nova antropologia da culpa e da angústia. Castel (2011) completa suas considerações afirmando que Freud teria oferecido aos indivíduos um mundo fora dos encantos presentes no reinado da religião, levando-os a deparar-se com os paradoxos e as dores inerentes a um retrocesso à individualidade.

## O OBSESSIVO E SEU DESEJO

Quando nos voltamos para o modo de funcionamento neurótico, temos que este estaria deveras remetido a um desejo ambivalente focalizado no par parental, o que Freud nomeou de “Complexo de Édipo”. Na saída desse estádio, o sujeito seria *castrado*, visto que se depararia com renúncia e limitação de seu desejo em alguma ordem.

Nesse sentido, Dor (1991, p. 97) afirma que “[...] o obsessivo sente-se amado demais pela mãe”, o que o colocaria em um lugar privilegiado de investimento materno na dinâmica edípica. O autor ainda afirma que, aos olhos da criança, se o pai é capaz de impor sua lei também à figura materna, seria porque esta deseja algo que ele tem e que falta para ela. Então, a mãe colocaria a criança em suposto lugar de suplência à satisfação de seu desejo. É claro que, aos olhos da criança, a mãe não pareceria completamente insatisfeita, mas também não estaria remetida a um estado de plenitude de seu desejo, o que a faria buscar um complemento junto ao infante, colocando-o no lugar onde o sujeito obsessivo acreditaria ter sido o do filho preferido. Essa dinâmica implicaria em um dilema: obedecer à lei paterna, que restringe o vínculo com a mãe, ou permanecer nesse lugar privilegiado de investimento materno?

“Por mais que este retorno ao ser [como lugar do desejo materno] seja fortemente cobçado em vista da satisfação falha do discurso materno, ele nunca é plenamente conseguido” (Dor, 1991, p. 99). E aqui nos deparamos com o lugar da dúvida do obsessivo com relação a seu desejo, que expressa um desejo de nada perder e remete o sujeito a seu fantasmático lugar de não castrado. Afinal, para o obsessivo, a perda está vinculada à falha. Esta última, por sua vez, traz à tona a castração como ferida a seu narcisismo inflado pelo investimento materno. Barros (2012) afirma que o sentimento de dúvida vivenciado pelo obsessivo diante da necessidade de escolha entre dois objetos de amor distintos seria também uma marca da indistinção que estes adquirem para o sujeito. Afinal, os objetos seriam sempre tratados, comparativamente, remetendo-se um ao outro. Tal dinâmica levaria ao tamponamento das falhas de um pelas qualidades do outro e vice-versa. Com a ênfase colocada nas qualidades do objeto, a dimensão da falta é tirada de pauta, possibilitando que esses sujeitos se relacionem fantasmaticamente com um único objeto constituído de qualidades dos dois primeiros. Desse modo, os sujeitos inseridos nessa dinâmica buscariam a todo custo um estado desejanste que não trouxesse consigo a dimensão da falta que denunciaria sua própria ferida narcísica. É importante nesse ponto destacarmos o lugar da figura paterna na triangulação edípica enquanto representante de uma instância reguladora que, nesse momento, limita a relação entre mãe e infante a partir da ameaça de castração. Ao



voltarmos-nos ao lugar específico que o obsessivo ocupa na dinâmica materna, podemos pensar que a ameaça de castração se refere justamente a uma ameaça a seu estado de onipotência a partir do qual o obsessivo não apenas se reconhece como o portador do desejo materno como também se vê acometido a não sofrer perdas, mantendo sua onipotência.

No entanto, o desejo carrega em si uma falha, a qual podemos entender enquanto subjacente ao desejo, como algo inerente ao princípio de realidade. Afinal, a cadeia desejante se constitui tendo em vista a experiência mítica de satisfação e a tentativa de revivê-la. No entanto, por mais que os desejos subsequentes sejam satisfeitos: 1) eles nunca alcançaram, na realidade, fidedignidade às fantasias do sujeito; 2) o sujeito não será capaz de retornar ao estado de plenitude idealizado primariamente. Seguindo essa linha, o obsessivo tentará negar a falha inerente ao desejo em sua busca por um estado de nada desejar. Nesse ponto a anulação retroativa emerge como um importante mecanismo de defesa a partir do qual se tornaria possível escapar ao desejo e ao mesmo tempo anulá-lo. Já a movimentação proveniente do mecanismo de deslocamento se encontraria vinculado a uma ideia de afastamento do seu desejo. “[...] o ideal para o obsessivo é que esse movimento fosse infinito, que nunca houvesse um ponto de parada, pois, enquanto se mantém o deslizamento não se impõe para ele a questão do seu desejo, que pode se manter como impossível” (Barros, 2012, p. 49). Ao mesmo tempo, o autor ainda afirma que essa estratégia impediria o surgimento de um objeto sem equivalente, o qual interromperia o deslocamento contínuo e acabaria por remeter o obsessivo à dimensão de seu desejo. Esse objeto único estaria referido à demanda do outro, dimensão que, ao mesmo em tempo que seria buscada também seria evitada por lhe apontar sua castração.

Devido a essa relação primordial com a mãe, na qual esta coloca o obsessivo em um lugar de suplência de seu desejo insatisfeito, a passagem de um desejo pautado na necessidade para a organização e elaboração de uma formação desejante – fruto de uma demanda – não se daria por completo. Sobre isso, Green (1964/2005) traça a diferenciação entre necessidade e demanda, apontando que, enquanto a necessidade implica algo que deve ser satisfeito, a demanda se configura como a produção de algo que, por se encontrar referido à ordem da fantasia, deve permanecer insatisfeito. Dessa forma, a partir do advento da castração e a consequente construção de uma

barreira ao desejo neurótico, o sujeito se tornaria refém de um outro capaz de articular o que ele anseia e não pode demandar.

Esse vínculo com o outro nos mostra que nas relações amorosas o obsessivo seria capaz de tudo para satisfazer os desejos de seu objeto de amor. Afinal, esgotando-se as possibilidades de desejo do outro, este se torna um objeto morto, remetido a um estado de não desejo (Dor, 1991). A única restrição à qual o obsessivo não consegue renunciar é a diretiva de nada perder. Da mesma forma, Ramos (2012) aponta que, no que diz respeito à dinâmica do desejo na neurose obsessiva, o sujeito tentaria a todo custo se livrar do desejo, tendo como objetivo principal o desejo de nada desejar, o qual seria alcançado pelo escoamento libidinal próprio das compulsões. Esse vazio desejante produziria no sujeito uma sensação de congelamento do tempo e se assemelharia a morte.

A partir das considerações sobre a dinâmica do desejo na neurose obsessiva, afirmamos que, para os sujeitos referidos a essa forma de organização, o prazer seria proveniente de formações que equilibrem sua dinâmica dual que se expressa a todo o momento, seja no investimento ambivalente ou em sua própria relação com o desejo. Dessa forma, seus sintomas trariam consigo suas duas faces, representando ao mesmo tempo o desejo reprimido e a própria limitação a este em uma mesma formação. A dinâmica sintomática do obsessivo poderia exprimir em si a tão marcante ambivalência presente nesta neurose, expressando não apenas um sentido original, mas, também, aquele que lhe seria diretamente contrário (Freud, 1926/2014). Assim, o prazer para o obsessivo estaria remetido a poder ocupar esse lugar privilegiado de desejo e ao mesmo tempo não descumprir os limites de uma lei superior.

Ramos (2012) afirma que o que estaria em jogo seria uma dinâmica edípica regida por uma regressão da libido a um estado de anialidade. Contudo, ao nos debruçarmos sobre essa tendência regressiva da libido a partir das considerações de Abraham (1965/1970), nos vemos diante de questões não apenas remetidas ao Édipo e à sexualidade, mas ao próprio modelo relacional e à forma como este se expressa.

## **O MOVIMENTO REGRESSIVO DA LIBIDO**

Desde a publicação de “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905/2016) – em sua última edição – Freud define o movimento de

desenvolvimento libidinal a partir de um conjunto de zonas erógenas que seriam fonte de prazer para o sujeito. Embora essas partes do corpo capazes de promover sensações prazerosas se encontrem interligadas, ainda não constituem uma unidade corporal capaz de promover o sentimento de integração. Ao longo do desenvolvimento, cada zona erógena seria de certo modo privilegiada em determinado momento, o que criaria as ditas fases de desenvolvimento da libido. Com a proposição de um desenvolvimento psicosssexual a partir das diferentes fases de investimento libidinal Freud conseguiu manter a sexualidade como um conceito chave em sua obra. O pai da psicanálise associa – inicialmente – a dinâmica obsessiva a uma fixação da libido na fase anal durante o desenvolvimento. Mais tarde, essa consideração foi revista, propondo-se então uma *regressão* a esse modo de relação e não a uma fixação (Freud, 1926/2014). A ideia de fixação traria consigo um não desenvolvimento das fases subsequentes, enquanto o movimento regressivo da libido indicaria um retorno da mesma a um estado anterior do desenvolvimento.

Tendo em vista esses pontos iniciais, percebemos que, embora Freud diferencie desde o início as formações sintomáticas presentes na neurose obsessiva e as observadas na histeria, até 1926 ambas eram fruto do processo de recalçamento. Apenas em 1926, Freud afirma que na neurose obsessiva o recalçamento não apresenta um papel tão fundamental quanto na histeria, possuindo, essa neurose, outras defesas mais eficientes. Assim, embora Freud (1926/2014) aponte uma semelhança no objetivo da defesa entre ambas as neuroses de transferência, também fica marcada a distinção e separação de sua forma de atuação e do desenvolvimento de seus processos.

Sobre isso, Verztman (2016) afirma que, embora na primeira tópica a regressão seja uma ocorrência geral das neuroses a partir da qual podemos observar um forte enlaçamento entre os mecanismos de recalque, fixação e regressão, esse processo expressaria um colorido particular para cada sujeito regredido ao terreno que lhe seria mais familiar. Com o advento da segunda tópica esses enlaces se tornam consideravelmente mais frouxos e, embora o recalçamento mantenha seu papel fundamental no que tange à histeria, o mesmo não ocorre com a neurose obsessiva. A formação sintomática dessa neurose passa a ter por base um mecanismo regressivo. Verztman (2016) ainda aponta que, na segunda tópica, a

regressão à qual a formação sintomática dessa neurose estaria remetida seria da ordem de uma transformação da própria dinâmica pulsional, que se encontraria referida a uma separação entre as pulsões de vida e de morte que agora também estariam presentes na equação. Essa nova dinâmica em jogo na neurose obsessiva estaria em conformidade com os investimentos ambivalentes promovidos pelo obsessivo. Do mesmo modo, nos vemos também diante de uma relação particular com o pano de fundo desejante, que traz consigo a polaridade entre um estado de vinculação privilegiado, que seria almejado, e a fuga constante deste, o que acarreta o anseio por um estado de nada desejar.

Voltemos às ideias desenvolvidas por Abraham (1965/1970), que traz à tona alguns pontos-chave para uma abertura de panorama com relação à neurose obsessiva no que tange à dinâmica psíquica e relações objetais. Em seu livro *Teoria psicanalítica da libido* (1965/1970), Abraham propõe que o surgimento de determinado quadro psicopatológico seria definido por um movimento de regressão da libido a um ponto chave do desenvolvimento do sujeito. Vale a pena destacar que, até o momento, o que se propunha era uma *fixação* na fase anal nos pacientes obsessivos, o que difere da proposta de uma *regressão* na medida em que no movimento regressivo não haveria uma estagnação do desenvolvimento libidinal; ao invés disso, esse desenvolvimento seria marcado por *pontos de fixação* aos quais o sujeito poderia regredir em um momento posterior devido a um movimento defensivo de seu aparelho psíquico.

Essas fases de desenvolvimento da libido representariam para Abraham a forma pela qual o prazer é encontrado em cada fase, nunca sendo abandonadas completamente. Nesse sentido, temos que a ideia de regressão traz à tona não apenas um movimento regressivo da libido àquela zona erógena, mas, à forma de relação *objetal vivenciada nesse período*. Do mesmo modo, é possível traçarmos certa correspondência entre as fases de desenvolvimento libidinal e o desenvolvimento do Eu (Abraham, 1965/1970), o que pode corroborar a ideia de que os sintomas obsessivos atuam no sentido de garantir a integridade do Eu (Ramos, 2012).

A fase anal, à qual o sujeito obsessivo se encontraria regredido, traria à tona a questão da ambivalência, referida a uma capacidade do sujeito de se relacionar com o objeto como um todo e não mais como um objeto

cindido em negativo e positivo. Tal ponto nos lança diante de uma oscilação entre os polos opostos, amor-ódio, que aponta para uma tentativa desses sujeitos de manter relações com a realidade (Bouvet, 1952/2005). A questão da onipotência também estaria referida à fase anal, na qual poderíamos encontrar a representação na relação da criança com as fezes. Essa correlação se dá na medida em que, assim como cria os excrementos e os controla a partir dos esfíncteres, na fase anal o sujeito acredita ser o criador do mundo. Outra problemática própria da fase é a separação Eu x mundo. Tendo acabado de fazer a transição da fase anal anterior – na qual o objeto se encontrava cindido em bom ou mau, sendo a parte boa incorporada e a má rechaçada – na fase anal posterior – na qual a relação do sujeito com o mundo não se dá mais via incorporação –, os limites entre o que é meu e o que sou eu e o que é mundo e o que pertence a ele, ainda estão em construção. Isso nos leva a pensar no controle do obsessivo como um medo de esvaziamento de seu próprio mundo interno.

É importante notarmos que Abraham (1965/1970) ainda nos apresenta considerações importantes no que tange a uma proximidade entre a neurose obsessiva e o modelo de neurose narcísica apresentado por Freud em 1915. Tal ponto se enuncia uma vez que nos direcionamos à melancolia. Esta seria uma patologia relacionada à fase sádico-anal primitiva na qual, embora o sujeito já se encontre referido a uma dinâmica ambivalente, também estaria deveras próximo do estágio anterior, cujo foco seriam questões do desenvolvimento narcísico. Não devemos perder de vista que, ao citarmos questões narcísicas, nos referimos a um movimento de incorporação total dos objetos próprio de um estado psicótico. Dessa forma, a fase sádico-anal primitiva, a qual se encontraria remetida à melancolia, seria como um período de transição entre a fase oral posterior e a fase sádico-anal posterior, à qual estaria regredida a neurose obsessiva. A neurose obsessiva se encontraria então remetida a uma dinâmica de apropriação e dominação do objeto como exterior e não um movimento de identificação e introjeção.

Logo, sujeitos regredidos à fase sádico-anal posterior já teriam sua existência reconhecida e assegurada para além de si mesmos. Ou seja, o sujeito obsessivo não necessita mais introjetar os objetos para que estes se mantenham existentes, esse trabalho já foi realizado nas fases anteriores. O

reconhecimento da existência do objeto enquanto exterior – movimento que pode ser observado diante de sua perda – nos coloca diante das diferenças entre neurose obsessiva e melancolia. Sobre isso, Bouvert (1952/2005) aponta que a técnica obsessiva, pautada na separação entre ideias e representações, permite a esses sujeitos manter, através de um complexo jogo psicológico, as relações de objeto “concretas e estáveis”.

A defesa obsessiva também atua como forma de proteção contra o adoecimento psicótico. A esse respeito, Ramos (2012) afirma que a tendência à reparação observada na neurose obsessiva indica não apenas uma tentativa de reparar o objeto ao qual é dirigido seu ódio – o que promove um intenso sentimento de culpa no sujeito obsessivo, mas também uma tentativa de reparação de si mesmo. Do mesmo modo, a tentativa de controle sobre os objetos ditaria as linhas para considerarmos uma dinâmica que traz à cena um controle que seria lançado também sobre si, algo que escapa a esses sujeitos. Seria então nesse entrelaçamento entre relações de objeto e questões referentes ao controle e reparação de si que Bouvert (1952/2005, p. 59) afirma que: “[...] a neurose obsessiva é uma boa garantia contra a psicose”. Afinal, é a partir de relações reais, que para estes sujeitos apresentam uma importância vital, que se constrói uma barragem que impede que o movimento regressivo da libido leve o obsessivo a estados anteriores do desenvolvimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos ao longo do presente artigo, a categoria neurose obsessiva foi criada por Freud em meio a um contexto histórico e cultural propício não somente à expressão dessa forma de sofrimento, mas também à sua delimitação enquanto dinâmica psíquica própria. Podemos atribuir o surgimento da categoria neurose obsessiva a uma série de circunstâncias específicas de seu tempo, tais como: 1) o enfoque conferido à neurastenia na época enquanto uma patologia física cuja origem era atribuída a causas nervosas; 2) o desenvolvimento das práticas de si – promovidas pela religião – que desembocaram no desenvolvimento de um sentimento de interioridade; 3) surgimento de uma moral religiosa que, juntamente com os ideais individualistas, lança o sujeito moderno em um lugar de

responsabilização por suas ações e intenções. Devemos então ter em mente que: “Os sintomas não são desligados do que ocorre no mundo: isto é o que nos permite, sejamos nós psicanalistas ou não, reconhecer um sintoma como característico de determinada época” (Barros, 2012, p. 108). Embora a histeria receba destaque como a patologia fundadora da psicanálise, podemos já de início reconhecer que a neurose obsessiva trouxe para essa disciplina um contraponto importante em relação à histeria no referente à questão da ação e sua inibição, além de considerações fundamentais ao entendimento e elaboração do próprio aparelho psíquico (Castel, 2011).

A neurose obsessiva ocupa um lugar de destaque não apenas dentre as neuroses de transferência freudianas. Essa psiconeurose inscreve sua importância também em sua própria dinâmica psíquica e mecanismos de defesa particulares que podem ser reconhecidos como base para a constituição da ideia de um aparelho psíquico e os movimentos inerentes (Castel, 2011). A dinâmica do desejo na neurose obsessiva, por exemplo, nos direciona a uma organização com um forte viés relacional. A ideia de regressão da libido na neurose obsessiva, seguindo a perspectiva apresentada por Abraham, nos coloca diante dessa neurose como uma dinâmica que de certo modo protegeria o sujeito do rompimento psicótico com a realidade, o que lança questionamentos sobre a questão da escolha da neurose, ou mesmo sobre a relação entre sintoma e dinâmica psíquica.

Além disso, embora a neurose obsessiva não se utilize classicamente do corpo tal qual a histeria, a própria relação entre corpo e pensamento ganha relevo. Aqui, o corpo assume o papel de diretor e orquestrador de uma peça narrada em atos, sendo estes também dotados de sentido. Do mesmo modo, a corporeidade na neurose obsessiva enuncia sua relevância no estudo das compulsões contemporâneas, as quais por vezes parecem desatreladas de uma teia fantasmática ou pensamentos obsessivos que justifiquem tais ações (Gondar, 2001). Assim, percebemos que promover um estudo sobre a neurose obsessiva muito além de uma revisão de literatura se configura como a construção de um pensamento mais abrangente sobre o psiquismo e mesmo sobre as formações sintomáticas e dinâmicas psíquicas contemporâneas.

## REFERÊNCIAS

- Abraham, K. (1970). *Teoria psicanalítica da libido*. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1965)
- Barros, R. (2012). *Compulsões e obsessões, uma neurose de futuro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Bouvet, M. (2005). O ego na neurose obsessiva. Relação de objeto e mecanismos de defesa. In Berlink M. T. (Org.), *Obsessiva neurose*, p. 51-123. São Paulo: Escuta. (Original em 1952)
- Castel, P. H. (2011). *Âmes scrupuleuses, vies d'angoisse, tristes obsédés*. Paris: Ithaque.
- Dor, J. (1991). *Estruturas e clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Taurus-Timbre Editores.
- Breuer, J., Freud, S. (2016), Estudos sobre a histeria. In Breuer, J., Freud, S. [Autores], *Obras completas*, v. II. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1885 [1893])
- Freud, S. (1990). Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 1. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1896)
- Freud, S. (2006). Projeto para uma psicologia científica. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. I. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1895)
- Freud, S. (2010). A repressão. In Freud, S. [Autor], *Obras completas*, v. XII. São Paulo: Companhia das letras. (Original publicado em 1915)
- Freud, S. (2011). A dissolução do complexo de Édipo. In Freud, S. [Autor], *Obras completas*, v. XVI. São Paulo: Companhia das letras. (Original publicado em 1924)
- Freud, S. (2013). O homem dos ratos. In Freud, S. [Autor], *Obras completas*, v. IX. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1909)
- Freud, S. (2014). Inibição, sintoma e angústia. In Freud, S. [Autor], *Obras completas*, v. XVII. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1926)



- Freud, S. (2015). Atos compulsivos e práticas religiosas. In Freud, S. [Autor], *Obras completas*, v. VIII. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1907)
- Freud, S. (2016). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In Freud, S. [Autor], *Obras completas*, v. VI. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1905)
- Gondar, J. (2001). Sobre as compulsões e o dispositivo psicanalítico. *Ágora*, 4(2), p. 25-35.
- Green, A. (1964/2005). Neurose obsessiva e histeria: suas relações em Freud e a partir de Freud estudo clínico, crítico e estrutural. In Berlinck, T., M. (Org.), *Obsessiva neurose*, p. 165-236. São Paulo: Escuta.
- Green, A. (2005). Metapsicologia da neurose obsessiva. In Berlinck T., M (Org.), *Obsessiva neurose*, p. 215-236. São Paulo: Escuta. (Original publicado em 1967)
- Laplanche, J., & Pontalis, J. (2012). *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1982)
- Ramos, G. A. (2012). *Obsessão e psicanálise depois de Freud*. São Paulo: Editora Campinas.
- Verztman, J. S. (2016). Édipo, narciso e o sintoma compulsivo em Freud. In Birman, J., Fulgêncio, L., Kupermann, D., & Cunha, E. L. (Orgs.), *Amar a si mesmo e amar o outro: narcisismo e sexualidade na psicanálise contemporânea*, p. 202-214. São Paulo: Zagodoni.

## NOTAS

- <sup>1</sup> “Nada é feito sem ansiedade, sem antecipação de um arrependimento ou remorso, sem a preocupação de não poder retomar a ação ou retornar *ao status quo ante*, uma vez que tenha sido realizada.” (Tradução nossa)
- <sup>2</sup> Destacando-se do contexto histórico que lhe deu nascimento, a psicanálise força então a época a se situar em relação a ela.

Recebido em 17 de maio de 2019  
Aceito para publicação em 12 de novembro de 2020

## A INTERPRETAÇÃO DOS SONHOS E SUA RELAÇÃO COM O SIGNIFICANTE: UM ACHADO QUE IMPLICA A DIMENSÃO DA PERDA

*Simone Ravizzini\**

*Talita Baladin\*\**

### RESUMO

Este artigo se debruça sobre a seguinte questão: como poderíamos encontrar a palavra exata capaz de delimitar aquilo que as palavras não podem dizer? Com intuito não de dar conta, mas de alimentar reflexões sobre ela, o caminho que encontramos foi o de investigar o trabalho de Lacan e assim nos encontramos com Freud, à medida que aponta para um uso ímpar da interpretação, um uso que visa transcender o sentido explícito que nos é oferecido pela fala, ao contrário de compreender o que da linguagem jaz cristalizado. A partir das discussões tecidas ao longo do artigo concluímos que o discurso analítico vem para evidenciar que o sentido é pura aparência, pois ele não faz senão apontar para a direção onde fracassa e é justamente nesse fracasso do significante que o sujeito pode advir. Assim, na linguagem trata-se de um tropeço, de um desfalecimento da palavra, justamente onde Freud vai buscar o inconsciente. Esse achado implica a dimensão da perda estrutural para o sujeito, uma vez que o constitui.

Palavras-chave: inconsciente; linguagem; falha do significante.

---

\* Psicanalista. Mestre e doutora em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenadora e professora do curso de Pós-graduação em Clínica Psicanalítica na Contemporaneidade do Unilasalle, em Niterói-RJ. Membro do coletivo Entrelinhas da Psicanálise.

\*\* Atriz e psicanalista. Mestre e doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense. Docente de graduação e pós-graduação na Universidade Salgado de Oliveira e Faculdade Maria Thereza, em Niterói – RJ, e membro do coletivo Entrelinhas da Psicanálise. É bolsista CAPES de doutorado.

## THE INTERPRETATION OF THE DREAMS AND ITS RELATIONSHIP WITH THE SIGNIFIER: A FINDING THAT IMPLIES THE DIMENSION OF THE LOSS

### ABSTRACT

*This article focuses on the following question: how could we find the exact word capable of delimiting what words can not say? In order not to give an account, but to foster reflections on it, the path we found was to investigate Lacan's work, and thus to meet Freud, as he points to an unequal use of interpretation, a usage that seeks to transcend the explicit sense offered to us by speech, as opposed to understanding what is already crystallized in language. From the discussions throughout the article, we conclude that the analytical discourse comes to show that the sense is pure appearance, since it only points to the direction where it fails, and it is precisely in this failure of the signifier that the subject can come. Thus, language is a stumbling block, a failure of the word, just where Freud goes to seek the unconscious. The finding of this implies the dimension of the structural loss for the subject, because it constitutes it.*

*Keywords: unconscious; language; failure of the signifier.*

## LA INTERPRETACIÓN DE LOS SUEÑOS Y SU RELACIÓN CON EL SIGNIFICANTE: UN HALLAZGO QUE IMPLICA LA DIMENSIÓN DE LA PÉRDIDA

### RESUMEN

*Este artículo se centra en la siguiente pregunta: ¿cómo podríamos encontrar la palabra exacta capaz de delimitar lo que las palabras no pueden decir? Con el fin de no dar cuenta, pero alimentar reflexiones sobre ella, el camino que encontramos fue el de investigar el trabajo de Lacan, y así encontrarnos con Freud, a medida que apunta hacia un uso impar de la interpretación, un uso que pretende trascender el camino sentido explícito que nos es ofrecido por el habla, al contrario de comprender lo que del lenguaje ya está cristalizado. A partir de las discusiones tejidas a lo largo del artículo, concluimos que el discurso analítico viene para evidenciar que el sentido es pura apariencia, pues él no hace sino apuntar hacia la dirección donde fracasa, y es justamente en el fracaso del significante que el sujeto puede venir. Así, el lenguaje trata de un tropiezo, de un desfallecimiento de la palabra, justamente donde Freud va a buscar el inconsciente. El encuentro de ese hallazgo implica la dimensión de la pérdida estructural para el sujeto, una vez que lo constituye.*

*Palabras clave: inconsciente; lenguaje; falla del significante.*

Como poderíamos encontrar a *palavra exata* capaz de delimitar *aquilo que as palavras não podem dizer*? É sobre essa pergunta que este artigo visa se debruçar. Para tal, o caminho que encontramos foi o de investigar o limite intrínseco à interpretação visto que, além de encarnar o vazio inapreensível da palavra, seu confronto também acarreta diversas consequências para a clínica analítica. Podemos dizer que esse ponto limite emerge como um divisor de águas, posto que o sentido a ele conferido não é unânime no meio psicanalítico e que a forma tal qual é designado possibilita distinguir a posição de um analista em sua tarefa de interpretar. Isso porque quando tomamos a interpretação como uma via para o esclarecimento das questões inerentes ao ser humano estamos fadados a conceber esse ponto limite como um ponto a ser superado, algo a ser corrigido. Porém, se seu limite é pensado como intransponível a interpretação não pode mais estar atrelada à ideia de clarificação, de irrestrito esclarecimento, mudando completamente seu percurso.

É por percebermos a possibilidade de diversos caminhos referentes à questão da interpretação que escolhemos desenvolver algumas formulações demarcadas no trabalho de Lacan, à medida que elas apontam para um uso ímpar da interpretação: uso que visa transcender o sentido explícito que nos é oferecido pela fala, ao contrário de compreender o que da linguagem jaz cristalizado.

Devemos considerar que a apropriação da linguagem constitui-se singularmente e não de forma unívoca. De modo que, se as palavras possuem diferentes usos, não seria papel da interpretação uniformizá-las por um padrão de compreensão. Nesse sentido, Lacan insiste em dizer que se pretendemos respeitar a descoberta freudiana do inconsciente não é possível concebermos uma interpretação que vise a completude do sentido, pois, tal como nos revela Freud, o inconsciente só se faz ouvir como a parte do discurso imune ao advento da palavra – há algo que escapa a qualquer compreensão e evidencia a inadequação entre o homem e o mundo, entre as palavras e as coisas.

Se o inconsciente apresenta-se dessa forma, então devemos nos perguntar qual seria seu lugar no texto que escrevemos. Para tal, voltamo-nos para a interpretação e para o papel de uma análise, a fim de averiguarmos se Lacan é guiado pela palavra de Freud e qual seria a delimitação de sua proposta

para a interpretação, visando demarcar que lugar caberia ao analista e quais as consequências dessa concepção em sua escuta.

## DOS CAMINHOS DA INTERPRETAÇÃO, CONFORME FREUD

Lacan (1969/1992) declara que a interpretação analítica está na contramão do sentido comum do termo. Ela não seria um esclarecimento, mas apontaria para um enigma que diz respeito à singularidade de cada sujeito, ideia fruto do pensamento proposto por Freud em suas elaborações. Em “A direção do tratamento”, Lacan (1958/1988) aponta não ser possível entender o que Freud concebe como interpretação sem nos voltarmos às linhas de “A interpretação dos sonhos” (1900/1976), uma vez que é nesse texto que Freud lança os alicerces do que chama “uma nova ciência”, a psicanálise. Para Freud (1932/1976), a doutrina dos sonhos é o que mais diferencia a sua nova ciência, uma possibilidade de se fazer uma nova leitura de conhecimentos que outrora estiveram apenas ligados às crenças populares e ao misticismo.

Para Lacan (1953/1998), esse texto freudiano serve como referência que permite distinguir o lugar que ocupa um analista durante o percurso de uma análise. A seu ver, deve-se reconduzir a psicanálise à fala e à linguagem, sendo a tarefa do psicanalista mostrar que esses conceitos só adquirem sentido quando orientados numa estrutura de linguagem. Mas o que Lacan teria visto nesse texto inaugural que lhe permitiu avançar na delimitação de uma interpretação distinta de um esclarecimento do sentido, a ponto de afirmar que esse direcionamento da interpretação a afasta do princípio proposto por Freud?

Tomemos então a palavra de Freud a fim de esclarecer a proposta lacaniana quanto à interpretação. Freud (1900/1976) vê a interpretação dos sonhos como a via régia para conhecer as leis do inconsciente. O sonho não é equivalente ao inconsciente, contudo sua interpretação possibilita o advir de uma lógica que lhe é própria e que pode ser atribuída a todo falante. Essa lógica não se institui como um avesso da consciência. As leis que a regem possuem um estatuto diferenciado e agregam efeito de sentido, o qual não é apreendido de forma direta. Lacan (1958/1988) pensa esse efeito de sentido principalmente como efeito de metáfora, na medida em que no sonho as coisas não se apresentam diretamente, mas em relação de substituição.

Soler (1988, p. 76) acrescenta que, “como metáfora, o sonho faz surgir um espectro evanescente” de algo que ali se enuncia, porém imediatamente se esvai. O que o sonho produz são “nadas de sentido” (Soler, 1988, p. 77) e essa característica evanescente do sentido do sonho demarca que o que ali se mostra não é com o intuito de firmar um sentido, mas de possibilitar uma construção perante sua metáfora. Assim, a encenação do sonho consiste em uma “porta entreaberta, em uma ruptura do quadro, em uma descontinuidade do tempo e do espaço, se presta a convocar um mais além – ou o lado de cá – da realidade” (Soler, 1988, p. 80).

Freud (1932/1976) admite que os sonhos são uma comunicação feita por meios inadequados, posto que não consistem como um modo de fornecer informação, e portanto não se definem como uma comunicação social. “Na verdade, nem nós compreendemos o que o sonhador nos tenta dizer, como ele próprio igualmente o ignora” (Freud, 1932/1976, p. 19). Por isso, se o sentido de um sonho não nos é oferecido de uma maneira direta, pronta e acabada, resta-nos perguntar como ele se constitui. Essa é uma das perguntas cruciais feitas por Freud em seu texto de 1900.

Para Cosentino (1993), Freud elabora essa pergunta buscando diferenciar sua resposta do que se apresentava para o senso comum. Ele necessita mostrar que mesmo sonhos aparentemente ininteligíveis são atos psíquicos válidos que podem ser utilizados na análise, como qualquer outra comunicação. Sua preocupação em procurar esse embasamento advém de uma tentativa de ter seu trabalho reconhecido pelos meios científicos da época. O autor acrescenta que, como as teorias científicas vigentes não possibilitavam a Freud conceber uma interpretação para os sonhos, essa pergunta quanto à interpretação nem mesmo se formulava. O que Freud faz é “deslizar ao mundo dos profanos, que desde sempre se empenharam em interpretar sonhos” (Cosentino, 1993, p. 54).

Ali Freud encontra dois tipos de interpretação, uma simbólica e outra de decifração. Na interpretação simbólica o texto é pensado como um todo e procura-se substituí-lo por outro conteúdo compreensível e análogo ao original. Esse método tem o inconveniente de buscar esclarecer o sentido enigmático do sonho somente num tempo futuro, não sendo possível aplicar a interpretação simbólica ao se tratar de sonhos que são não apenas ininteligíveis, como também confusos. Portanto, a interpretação

simbólica serve a atividades artísticas, mas era inoperante em parâmetros do pensamento científico, pois a ciência de seu tempo pressupunha um método que pudesse ser aplicado a todos. Daí os impasses em configurar seu trabalho como ciência e vice-versa.

Freud (1900/1976) qualifica a segunda forma de interpretação como método de decifração. Nela, o sonho é tratado como uma estrutura cifrada em que cada signo que se apresenta precisa de uma chave fixa para sua tradução. O sonho não é tomado em sua globalidade, mas em partes fragmentadas, criptografadas, perante as quais seus signos devem ser entendidos um a um. Freud chega a elaborar uma crítica a posturas rígidas quanto à transposição dos significados, por isso introduz uma modificação que tende a corrigir esse caráter puramente mecânico do método, passando a considerar não apenas o conteúdo do sonho, mas também o que diz respeito ao sonhador (Freud, 1900/1976). Nesse sentido, Cosentino (1993, p. 55) acrescenta que o fundamental para Freud, no procedimento de decifração, é que com esse método “se introduz uma certa explicação, que vai consistir em pedir associações ao sonhador, a partir de cada um dos elementos do sonho”.

Freud verifica esse procedimento através de sua própria clínica. Ele percebe que, ao perguntar a um sujeito quanto a seu sonho como um todo, o que ocorre é uma obturação em sua fala. Todavia, quando se coloca diante do sujeito seu sonho fracionado, isso possibilita uma série de associações (denominadas “pensamentos de fundo”) e conclui que

O método de interpretação dos sonhos que pratico já difere em um aspecto importante do popular, histórico e legendário método de interpretação por meio do simbolismo, aproximando-se do segundo método, ou método de “decifração”. Como este, ele emprega a interpretação *en détail* e não *en masse*; como este, considera os sonhos desde o início, como tendo um caráter múltiplo, como sendo conglomerados de formações psíquicas (Freud, 1900/1976, p. 125).

Ainda que Freud se aproxime mais do método de decifração, ele também descarta a possibilidade de ser um método científico. Isso porque nesse método tudo depende da confiabilidade de um código previamente fixado. E que parâmetros teríamos para avaliar a verdade dessas correlações? Freud parte do princípio de que um mesmo elemento

do sonho pode evocar diferentes associações, portanto não apenas o sonho é um conglomerado de formações psíquicas como cada elemento em um sonho possibilita uma multiplicidade de novos sentidos. Ele enfatiza a existência de uma fonte inesgotável de “arbitrariedade e incerteza” no sonho, uma vez que um mesmo signo possibilita inúmeros significados a diferentes pessoas. Com isso Freud percebe não ser possível estabelecer correspondência biunívoca entre a palavra e a coisa. E é esta não correlação que podemos evidenciar em sua interpretação, pois um elemento do sonho não designa a coisa a que se refere.

Para Cosentino (1993), quando Freud estabelece que um signo não equivale a um determinado significado, o que ele promove é a quebra da lei da representação. Embora não conceituado, isso é empregado em sua prática. Possivelmente, se ele assim faz, é por entender que não existiria qualquer possibilidade de se instaurar uma cadeia associativa caso a relação entre palavra e coisa fosse feita uma a uma. Portanto, nenhum elemento do sonho tem o privilégio de possuir uma chave que desvele seu sentido. Ao contrário, o sentido é uma produção que se estabelece num contexto específico.

Quando Freud (1900/1976) confere o advento do sentido ao próprio sonhador, ele desloca o acento dado ao saber de quem interpreta àquele a quem pertence o sonho e, diante disso, propõe a seus pacientes que renunciem a qualquer crítica que possam estabelecer quanto às suas associações. Elas devem ser livres, no sentido de *falar tudo o que lhes vier à cabeça*, e disso depende o sucesso do tratamento.

Se Freud assim coloca é com o intuito de mostrar que as associações que se constituem não são tão livres como parecem, elas são regidas pelas leis do inconsciente deduzidas a partir do trabalho do sonho, seja por seu conteúdo manifesto, seja por seu conteúdo latente: o primeiro é o texto relatado pelo paciente em sua análise e o segundo é um novo material psíquico, homólogo aos “pensamentos do sonho”. Lacan (1957/1998) acrescenta que não é paradoxal o uso desse termo (pensamento) por Freud na medida em que pensamentos são todos “os elementos que estão em jogo no Inconsciente” (Freud, 1900/1976, p. 521).

Para Freud (1900/1976) o trabalho do sonho parte dos pensamentos inconscientes para o conteúdo manifesto. Desse modo, outras exigências se impõem aos analistas, a saber, a de buscar relações entre essas duas



diferentes linguagens e por consequência de examinar como uma influencia a produção da outra. A seu ver a chave de um sonho, ou seja, o que é essencial na sua formação, não se apresenta no conteúdo manifesto, já que este é uma fachada que precisa ser decifrada e uma distorção necessária que se promove quando se procura transpor para uma outra linguagem.

O trabalho do sonho transcreve na forma de um enigma uma certa mensagem (Cosentino, 1993), sendo que o sonho põe em jogo uma determinada situação através da “encenação” e pelo uso de imagens. Em troca, por se tratar de uma expressão abstrata, quando é colocada em imagens perde seu poder de relação, ou seja, perde a capacidade de representar conectivos, negação ou formas que indiquem temporalidade, sendo esse o ganho da censura.

Assim, o conteúdo do sonho se aproxima de uma escrita hieroglífica (Lacan, 1957/1998). O hieróglifo define-se como um ideograma que constitui a notação de certas escritas, tal como a egípcia. Nelas se observam três tipos de signos: os signos palavra, que ao serem lidos possuem mais de um significado; os signos fonéticos, que podem ser homófonos, acarretando uma equivocidade; e os determinativos, que são escritos, mas não lidos e servem para determinar o valor dos signos-palavra no contexto.

O valor significante da imagem nada tem a ver com sua significação e parte daí a concepção freudiana de que os signos que se apresentam no texto de um sonho não valem por si mesmos (Lacan, 1957/1998). Freud nos indica que, no sem sentido dessa composição, ao se substituir as imagens por associações de palavras, um novo sentido pode se produzir.

Cosentino (1993) declara que Freud se utiliza dos hieróglifos porque nessa escrita não existem valores fixos para os signos. Essas escritas antigas são escritas não alfabéticas – que não se utilizam da fala, mas do processo de leitura – e, se o relato do sonho nos é apresentado como uma escrita hieroglífica, devemos ter em mente que sua leitura só pode ser efetuada diante da relação que os signos estabelecem entre si. Não se trata do valor que cada signo tenha em particular, mas da relação possível de se colocar ali.

Um bom exemplo dessa constituição do sentido nos é fornecido por Freud (1900/1976) ao relatar um de seus sonhos, no qual “monografia

de botânica” aparece de forma destacada. Se Freud estivesse limitado a entender a imagem como se apresenta no sonho “monografia de botânica”, reduzir-se-ia à descrição preestabelecida num contexto social. Contudo, a mensagem do sonho é definida pelas inúmeras associações que promove naquele que sonha e, diante da multiplicidade de novas articulações, é tomado por Freud como uma confirmação de que um mesmo elemento pode estar emaranhado de diferentes significados. Freud deriva uma infinidade de novas significações a partir não apenas da forma composta “monografia de botânica”, como também de cada um de seus componentes (botânica e monografia) de forma separada (Freud, 1900/1976).

Diante da multiplicidade que caracteriza a formação do sonho, não é possível alcançar a certeza de que o sonho foi completamente interpretado. Conforme Freud (1900/1976, p. 276), “mesmo que a solução pareça satisfatória e sem lacunas, resta sempre a possibilidade de que o sonho tenha outro sentido”.

Essa inexatidão do sentido advém para Freud da sobredeterminação a que estão submetidos os elementos do sonho. Entretanto, Freud (1900/1976) insiste em dizer que as representações mais importantes do sonho não são as que mais se destacam no conteúdo manifesto, mas as que possibilitam irradiar uma diversidade de novas articulações para o sonhador. Esses elementos aparecem de forma bastante frequente e se distinguem pela repetição com que surgem no percurso do sonho, sendo que Freud declara que o material que “a análise traz à luz” (1900/1976, p. 295) permanece relativamente longe do que ele denomina como núcleo do sonho. Ao contrário, são como ajustes artificiais que perseguem algum fim específico, um fim inatingível.

Para Cosentino (1993) as conexões que se produzem e que Freud classifica como *artificiais* são uma tentativa de abordar algo inabordável. “Poder-se-ia pensar que, com o trabalho teórico posterior que Freud vai realizar, esse poder psíquico (que exterioriza o trabalho do sonho) vai ter alguma relação com o recalque primário” (Cosentino, 1993, p. 78). Ulteriormente Freud caracteriza essa força enigmática como a atração que o recalque primário exerce sobre tudo aquilo que com ele se relaciona.

Cosentino (1993, p. 73) ressalta que

Freud vai chamar, posteriormente, a este algo recalcado desde antes, o que atraí. Então, este poder psíquico, que todavia aqui Freud não conhece, vai dar lugar a esta atração, que o recalcado primordial exerce sobre tudo aquilo com o qual se pode pôr em contato.

A ideia de um recalcado primordial insinua-se no trabalho de Freud através do que ele apresenta como “umbigo do sonho” (Freud, 1900/1976, p. 482), porque Freud concebe não ser possível esclarecer todos os pontos de um sonho. Há um momento em que as palavras não seriam suficientes para compor todos os elementos presentes e, mesmo que a interpretação possibilite um sentido coerente, algo ainda poderá escapar.

Mesmo no sonho mais minuciosamente interpretado, é frequente um trecho que tem de ser deixado na obscuridade. É que, durante o trabalho de interpretação, apercebemo-nos de que há nesse ponto um emaranhado de pensamentos oníricos que não se deixa desenredar e que, além disso, nada acrescenta a nosso conhecimento do conteúdo do sonho. Esse é o umbigo do sonho, o ponto onde ele mergulha no desconhecido. Os pensamentos oníricos a que somos levados pela interpretação não podem, pela natureza das coisas, ter um fim definido; estão fadados a ramificar-se em todas as direções dentro da intrincada rede de nosso mundo do pensamento (Freud, 1900/1976, p. 482).

Portanto, é impossível para Freud definir o sentido de um sonho via interpretação. Contudo, essa indefinição não é caracterizada como um limite a ser superado e sim como uma faceta que constitui a linguagem. Segundo Soler (1995), embora a interpretação dos sonhos viabilize a emergência do sentido, este não é seu objetivo final. O que importa numa análise são os *efeitos de fala* que se produzem para o sujeito a partir dela. Soler (1995, p. 8) ressalta que para Lacan “é necessário decifrar a sequência na qual os signos tomam sentido”. Porém não devemos esquecer que há duas dimensões implicadas nesse processo, a dimensão do sentido e a que a ele escapa.

## **A INTERPRETAÇÃO DE FREUD A LACAN: O ADVENTO DO SENTIDO?**

Há a dimensão da decifração, que substitui signo a signo e, após esta substituição, se gera o sentido... Deciframos até encontrar o sentido congruente, digamos, se podemos falar em congruência do sentido, e portanto, este sentido dá o limite da operação de decifração (Soler, 1995, p. 8).

Para Soler (1995) a decifração tem como ponto de parada o advento do sentido. Todavia, se chegamos a esse limite, a uma certa congruência que se estabelece, isso não configura completude de sentido porque, se pensarmos num sentido como “completo”, deveríamos consequentemente interrogar quanto ao que definiria seu valor. Como seria possível medir um sentido a fim de estabelecermos se ele se constitui por completo? Para Soler (1995) essa é a questão que se coloca diante de Lacan, pois, mesmo que um sentido determine um limite na decifração, “não o impede de fazer furo” (Soler, 1995, p. 8).

Há um aspecto intrigante nessa afirmação, pois nos direciona para um caminho diferente do que estamos acostumados: como poderia um sentido fazer furo, se o concebemos como algo esclarecedor?

É que o efeito do sentido, mesmo quando ele se produz, é incompreensível. Então, quando se diz dar sentido a qualquer coisa, imaginamos sempre que isso quer dizer: torná-la compreensível, é a ideia comum que se dá ao sentido. E a ideia de Lacan é que, quando se dá sentido a qualquer coisa, isso resta incompreensível (Soler, 1995, p. 8).

Ao avaliar os *Problemas cruciais da psicanálise*, Lacan (1965) caracteriza o que resta incompreensível como “a face de recusa do sentido”. É o que ele introduz com a ideia de *nonsense*, porque, embora um sentido possa se estabelecer, a mensagem decifrada permanece um enigma. E ela se constitui como um enigma porque não há acoplamento de sentido de um signo a outro. Lacan (1964/1988) enfatiza que entre o que se diz e o que é dito há sempre uma hiância. Esta hiância traz como consequência um desvio do sentido, tornando impossível prever que sentido se produzirá para um sujeito. Para Lacan, há uma espécie de “divórcio” entre o que se enuncia e o efeito que se constitui, o qual é sempre uma surpresa.

Desde Freud já havia um interesse em ressaltar tal hiância através dos furos produzidos nos discursos pela via dos esquecimentos e dos lapsos de memória, por exemplo, o que posteriormente Lacan fará ao retomar os furos do corpo como possibilidades de o sujeito encontrar alguma satisfação (Vieira, 1999). A definição de furo trazida por Lacan e evidenciada por Vieira (1999, p. 4) é a de que “o furo é o que está em torno de uma reta infinita”, o que quer dizer que só se faz furo de fato

porque há uma superfície limitada, mas sem fundo – de fundo infinito – e é precisamente aí que, em se tratando de linguagem, há algo do sentido que não pode ser dito ou que escapa ao ser dito e evidencia algo de um mistério, para além de apenas a satisfação.

Nesse sentido, conforme Soler (1995), o furo se verifica a cada vez que se profere uma interpretação, pois qualquer que seja (uma palavra ou um silêncio), o que se destaca é a imprevisibilidade demarcada por Lacan.

O proferimento da interpretação, eu entendo por isso simplesmente o fato de formular uma interpretação, quer se trate de uma palavra, quer se trate de um ruído, ou que se trate de uma interpretação complexa sob a forma de frase, qualquer que seja o proferimento, o que se constata entre ele e o efeito de sentido é o hiato, a surpresa do efeito (Soler, 1995, p. 9).

Perante essa imprevisibilidade o saber é posto na berlinda por Lacan (1969/1992), pois ele repudia a ideia de que seja possível se constituir uma totalidade fechada no que diz respeito à compreensão. Para Lacan (1972/1985), quando lidamos com a linguagem a cópula não se realiza. Ele esclarece que no falante a relação está fadada ao fracasso na medida em que é somente a partir daí que se pode enunciar o que vem em suplência. Por isso, nada impede a presentificação de novos elementos.

Freud (1912/1976) é pioneiro em destacar essa característica surpreendente do sentido. Ele recomenda a quem exerce a psicanálise o mesmo que propõe a seus pacientes, ou seja, que não direcione seu pensamento para qualquer ponto específico. Sua atenção dever ser “uniformemente suspensa” (Freud, 1912/1976, p. 150) perante tudo o que escuta, pois quando deliberadamente prestamos atenção ao que nos é fornecido começamos a selecionar no material apresentado alguns aspectos enquanto negligenciamos outros. Isso é exatamente o que não deveria ser feito. “Ao efetuar a seleção, segundo suas expectativas, estará arriscando a nunca descobrir nada além do que já sabe” (Freud, 1912/1976, p. 150).

Se o sentido se instaura pelo que o sujeito faz ao dito, não cabe ao analista delimitar com seu saber suas opções, visto que, como ressalta Freud (1912/1976), quando o psicanalista segue suas pressuposições o que ele faz é falsificar o que poderia vir a perceber. “Não se deve esquecer que o que se escuta são coisas cujo significado só é identificado posteriormente” (Freud, 1912/1976, p. 150).

Freud (1912/1976) conclui que também o médico deve abandonar-se à memória inconsciente. Podemos traduzir essa afirmação como uma maneira de Freud acentuar que o trabalho do médico é escutar sem se preocupar com qualquer juízo de valor.

Os casos mais bem-sucedidos são aqueles em que se avança, por assim dizer, sem qualquer intuito em vista, em que se permite ser tomado de surpresa por qualquer nova reviravolta neles, e sempre os enfrenta com liberalidade sem quaisquer pressuposições. A conduta correta para um analista reside em oscilar, em evitar especulação ou meditação sobre os casos, enquanto eles estão em análise, e em submeter o material obtido a um processo sintético de pensamento após a análise ter sido concluída (Freud, 1912/1976, p. 153).

Portanto, cabe ao analista surpreender-se perante o sentido que se instaura para um sujeito. Para Freud (1912/1976) não há sentimento mais perigoso em uma análise do que a ambição terapêutica, visto que ela pressupõe alcançar um efeito convincente sobre outras pessoas. O efeito de sentido não se constitui pela transmissão de saber de um sujeito a outro, é outra coisa, algo inapreensível em termos de saber.

Como então poderíamos falar acerca do sentido se este não se apreende pelo saber? Lacan (1964/1988) acredita só ser possível falar do sentido em sua relação com o significante. Eis o que, a seu ver, é essencial para manter o cerne da experiência analítica. “Ao centro desse esforço que é o meu, orientado para uma práxis, eu introduzi a noção de significante” (Lacan, 1964/1988, p. 15).

## OS EFEITOS DO SIGNIFICANTE

A noção de significante é apropriada por Lacan de Ferdinand de Saussure. Em seu *Curso de linguística geral* (1916/2006), Saussure divide o signo linguístico em duas partes. A primeira ele denomina significante, isto é, a imagem acústica de um conceito: “esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão (*empreinte*) psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos, tal imagem é sensorial” (Saussure, 1916/2006, p. 80). A outra, chamada significado, é o conceito em si, geralmente mais abstrato. Assim, Saussure nos mostra, por exemplo, que a palavra árvore não remete linguisticamente à árvore real (o referente), mas à ideia de árvore (o significado) e a um som (o

significante) que é pronunciado com a ajuda dos fonemas: á.r.v.o.r.e. O signo linguístico, desse modo, une um conceito a uma imagem acústica e não uma coisa a um nome.

Há, nessa formulação de Saussure relativa à articulação entre o signo e o significado, um deslocamento. Se pela semiologia – ciência dos sistemas de signos – conhecemos o significado de algo ao se efetivarem as aproximações entre referente externo e signo, para Saussure (1916/2006) o significado se constitui na própria composição do signo. É o que podemos denominar como a reviravolta por ele promovida no campo linguístico.

Para certas pessoas, a língua, reduzida a seu princípio essencial, é uma nomenclatura, vale dizer, uma lista de termos que correspondem a outras tantas coisas. Tal concepção é criticável em numerosos aspectos. Supõe ideias completamente feitas, preexistentes às palavras... ela não nos diz se a natureza vocal ou psíquica, pois arbor<sup>1</sup> pode ser considerada sob um outro aspecto, por fim ela faz supor que o vínculo que une um nome a uma coisa constitui uma operação muito simples, o que está bem longe da verdade. Entretanto, esta visão simplista pode aproximar-nos da verdade, mostrando-nos que a unidade linguística é uma coisa dupla, constituída da união de dois termos (Saussure, 1916/2006, p. 79).

Saussure (1916/2006) utiliza-se de um modelo explicativo que consiste no exemplo de uma folha de papel, unidade formada por duas faces. O signo linguístico é representado graficamente pelo seguinte esquema:



Figura 1

A elipse estabelece o caráter fechado do signo, sua unidade, e as flechas representam a relação que se constitui entre significado e significante. Saussure (1916/2006) propõe que “estes dois elementos estão intimamente unidos e um reclama o outro” (Saussure, 1916/2006, p. 80). Todavia, o laço que os une é arbitrário. Tal arbitrariedade é articulada no interior do signo e o referente externo não é considerado no campo do estudo da linguística.

Assim, a ideia de “mar” não está ligada por relação alguma interior à sequência de sons m-a-r que lhe serve de significante; poderia ser representada igualmente por outra sequência. Não importa qual; como prova temas as diferenças entre as línguas e a própria existência de línguas diferentes: o significado da palavra francesa *boef*(boi) tem por significante b-o-f de um lado da fronteira franco-germânica, e o-k-s (ochs) do outro (Saussure, 1916/2006, p. 82).

Para Saussure (1916/2006), o princípio de arbitrariedade não seria uma inovação sua. Todavia, mesmo que esse princípio fosse reconhecido seria difícil demarcar o lugar que lhe cabia. “O princípio enunciado acima domina toda linguística; suas consequências são inúmeras. É verdade que nem todas aparecem com igual evidência” (Saussure, 1916/2006, p. 82). Desse modo, Saussure entendia ser importante demarcar a função da palavra *arbitrário*, pois ela não deveria trazer a ideia de significado.

Dosse (1991) acrescenta que a principal contribuição de Saussure não concerne à arbitrariedade do signo, na medida em que todos os linguistas já compartilhavam desse princípio no final do século XIX. A importância de seu trabalho deve ser compreendida na vinculação do signo à teoria do valor.

A teoria do valor é pensada por Saussure (1916/2006) quando ele estabelece a distinção entre linguística sincrônica e diacrônica. “É sincrônico tudo que se relacione com o aspecto estático de nossa ciência; diacrônico tudo que diz respeito às evoluções” (Saussure, 1916/2006, p. 96). Segundo Saussure (1916/2006), a maior parte das ciências de sua época não levava em conta esta dualidade radical, visto que nelas o fator tempo não produzia efeitos particulares. Porém no caso da linguística era necessário demarcar os valores considerados em si e aqueles considerados em função do tempo.

Saussure (1916/2006) pretende demonstrar que, embora haja alterações na língua causadas pelo tempo, os valores linguísticos só podem ser concebidos no estado momentâneo. Do mesmo modo que num jogo de xadrez, exemplo que ele considera mais ilustrativo para as relações sincrônicas e diacrônicas, uma pessoa que dele não participasse só poderia entendê-lo olhando a posição das peças que se apresentassem num determinado momento. As jogadas que ocorreram anteriormente não seriam deduzidas a partir dessa posição que ali se coloca. E, se as peças do jogo permitem essa elaboração, é porque possuem uma relação de oposição que define seu valor em um instante específico da partida.



Esse enfoque poderia nos parecer paradoxal, visto que por um lado Saussure (1916/2006) define o signo como uma unidade fechada em si mesmo: “tudo se passa entre a imagem acústica e o conceito, nos domínios da palavra considerada como um domínio fechado existente por si próprio” (Saussure, 1916/2006, p. 133) e esse mesmo signo está relacionado de igual modo a outros signos da língua. A explicação de Saussure para isso reside na concepção da língua como um resultado tão somente da presença simultânea de outros. O valor de um signo é dado, portanto, pela semelhança e dessemelhança entre eles.

Quando se diz que os valores correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são (Saussure, 1916/2006, p. 136).

Portanto, podemos dizer que, tal como na “Interpretação dos sonhos” freudiana (1900/1976), para Saussure (1916/2006) a noção de valor emerge como resultado da posição de um signo perante outros signos. Apesar de seu caráter unitário, a significação também depende dessa relação, ou melhor, de seu lugar no sistema linguístico.

Em “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud”, Lacan (1957/1998) retoma a noção de valor demarcada por Saussure (1916/2006). Todavia critica o princípio de arbitrariedade do signo por ele exposto. Do primeiro, Lacan (1957/1998, p. 501) subtrai que “nenhuma significação se sustenta a não ser pela remissão a uma outra significação”. Deduziu disso que um significante é insuficiente para abranger a totalidade do significado, pois ele se encontra isolado deste como uma letra, como um traço desprovido de significação, embora determinante como função em um discurso.

Para Lacan (1957/1998) estaremos iludidos quanto à natureza da linguagem se não situarmos o significante em sua devida função.

E fracassaremos em sustentar sua questão enquanto não nos tivermos livrado da ilusão de que o significante atende à função de representar o significado, ou melhor dizendo: que o significante tem que responder por sua existência a título de uma significação qualquer (Lacan, 1957/1998, p. 501).

O significante não representa o significado, embora surja como seu efeito. Lacan (1957/1998, p. 501) acrescenta que qualquer texto, mesmo “repleto de sentido”, decompõe-se através da análise no que ele denomina “bagatelas insignificantes”. O que se apreende ao desarticularmos as ligações entre os significantes é um vazio de sentido. “Donde se pode dizer que é na cadeia significante que o sentido insiste, mas que nenhum dos elementos da cadeia *consiste* na significação de que ele é capaz nesse momento” (Lacan, 1957/1998, p. 506).

Assim, Lacan (1957/1998) relança o esquema gráfico proposto por Saussure (1916/2006) efetuando-lhe algumas modificações. Primeiramente ele faz desaparecer as flechas e a elipse que circunda o signo, indicando o término do paralelismo entre significante e significado bem como o fim da ideia de uma unidade estrutural do signo. Outra distinção consiste na substituição das duas faces do signo por duas etapas do algoritmo o que acarreta maior independência de seus elementos, visto que eles deixam de ser o verso e o anverso de uma mesma superfície. Finalmente, promove a inversão dos termos propostos por Saussure (1916/2006) situando o significante acima do significado, o que prioriza o significante em seu deslocamento sobre a barra.

As modificações propostas por Lacan não são isentas de consequências. Na análise de Nancy e Labarthe (1991), o interesse lacaniano, no que se refere às alterações promovidas, é o de acirrar a destituição da função atribuída ao signo de representar as coisas.

Consiste isto em trabalhar o signo até destruir nele toda função representativa, isto é, a própria relação de significação. Aí está precisamente o papel da função do algoritmo. O algoritmo não é o signo. Ou melhor, o algoritmo é o signo enquanto não significa (sobre o modo da representação do significado pelo significante). Poder-se-ia, talvez, arriscar a escrever: o algoritmo é o signo (cancelado). Signo sob canceladura de preferência a signo destruído. Não funcionando. Nenhum dos conceitos da teoria do signo desaparece: significante, significado, significação ainda estão ali. Seu sistema, no entanto, é subvertido, é perverso (Nancy, & Labarthe, 1991, p. 47).

Essa perversão do sistema aponta para a necessidade de uma outra explicação para a significação, pois se, com Saussure (1916/2006), a

significação se estabelece no interior do próprio signo através de uma relação arbitrária, para Lacan seu paralelismo só nos leva a um grande mistério, posto que a discussão acerca da inserção do significante no significado resta inexplicada. Lacan (1957/1998, p. 500) reforça que “um estudo das ligações próprias do significante e da amplitude da função destas na gênese do significado” vai muito além do debate inerente à arbitrariedade do signo.

Não esqueçamos que, de partida, qualificou-se, erradamente, de arbitrária a relação do significante e do significado. É assim que se exprime, provavelmente contra seu coração, Saussure... Ora, o que se passa por arbitrário é que os efeitos de significado tem o ar de nada terem a ver com o que os causa. Só que, se eles têm o ar de nada terem a ver com o que os causa é porque a gente espera que aquilo que os causa tenha uma certa relação com o real. Falo do sério real...

Isto quer dizer que as referências, as coisas que o significante serve para aproximar, restam justamente aproximativas... O que caracteriza, no nível da distinção significante/significado, a relação do significado ao que lá está como terceiro indispensável, isto é, o referente, é propriamente que o significado rateia (Lacan, 1972/1985, p. 30-31).

O significado “rateia” com relação ao referente, mas dele não pode prescindir, pois se faz necessário passar por ele a fim de que o significado se constitua (Lacan, 1965/1985). Essa acepção já diferencia as posições de Lacan e Saussure. Todavia, é preciso enfatizarmos o que Lacan denomina como “referente”, posto que sua definição resta distante da heterogeneidade de um objeto. Para Lacan (1972/1985) só conseguimos lidar com a concepção de referente no que este faz liame entre aqueles que falam: liame como discurso. “O significante como tal não está referido a nada a não ser que se refira a um discurso, a um modo de funcionamento, a uma utilização da linguagem como liame” (Lacan, 1972/1985, p. 43). Por isso, Lacan (1972/1985) não pressupõe que o significante seja arbitrário em sua relação com o significado, ele prefere defini-lo como contingente, no sentido em que uma articulação pode ou não ser efetivada.

Portanto, dizer que a fumaça é signo do fogo não é suficiente para Lacan. É preciso que o signo se constitua por um ser que fala.

E por que não colocaria eu aquilo que me parece? A fumaça bem pode ser também o signo do fumante. E mesmo ela o é sempre, por essência. Não há fumaça senão como signo do fumante. Todos sabem que, se vocês veem uma fumaça no momento em que abordam uma ilha deserta, vocês dizem logo para si mesmos que há todas as chances que lá haja alguém que saiba fazer fogo. Até nova ordem, será um homem. O signo não é portanto signo de alguma coisa, mas de um efeito que é aquilo que se supõe, enquanto tal, de um funcionamento do significante.

Este efeito é o que Freud nos ensina, e que é o ponto de partida do discurso analítico, isto é, o sujeito (Lacan, 1972/1985, p. 68).

No desdobramento da ideia de que um signo é efeito do funcionamento significante e visando mostrar de que modo esse significante entra no significado, Lacan (1957/1998) oferece-nos um exemplo que se inicia pelo uso da imagem de duas portas idênticas que simbolizam a entrada de um banheiro. As palavras “homens” e “mulheres” estão sobre as portas e instauram entre si uma relação diferencial. É na medida em que “homens” pode ser tomado por sua relação a “mulheres” (ou vice-versa) que iremos distinguir qual o melhor lugar para satisfazer nossas necessidades. Contudo, não é só por uma relação dialética que se estabelece o sentido. Para Lacan (1965), se assim fosse, nesse exemplo só teríamos acesso à oposição entre os sexos e não à distinção entre banheiro masculino e banheiro feminino. Então, o que mais estaria em jogo no olhar de Lacan sobre a determinação do sentido?

A atribuição de um novo sentido para homens e mulheres materializa a dissensão entre significante e significado. Essa dissensão fica ainda mais evidenciada quando Lacan (1957/1998) incrementa o poder das imagens com o relato da história de duas crianças em um trem. Nessa história, o trem chega à estação. Instaladas em uma de suas cabines, essas duas crianças, irmão e irmã, avistam as construções da plataforma na qual o trem se situa. “– Olha!”, diz o irmão, ‘chegamos a Mulheres!’; ‘– Imbecil!’, responde a irmã, ‘não está vendo que nós estamos em Homens?’” (Lacan, 1957/1998, p. 503).

Para Lacan (1957/1998), a partir dessas observações homens e mulheres serão lembrados como duas pátrias distintas “para as quais cada criança puxará sua brasa divergente” (Lacan, 1957/1998, p. 503). A seu ver, o caráter inédito concedido a esses significantes só vem apontar que um

signo, da forma que seja composto, mantém em si a própria visão. Disso se conclui que o significante é definido primeiro como aquilo que tem efeito de significado, não podendo suprimir que há algo barrado a atravessar. Nessa tentativa de ultrapassamento um novo sentido pode se constituir.

Mas em que consiste essa barra, resistente à significação, interposta a significante e significado? Segundo Lacan (1972/1985), a barra se “reserva” a significar a negação. Todavia, a negação não é fácil de ser explicada, porque existe “uma grande variedade de negações” (Lacan, 1972/1985, p. 48) que são impossíveis de serem agregadas por um só conceito. De qualquer forma, a barra não é mesmo para ser entendida. Ela aparece como algo da escrita e que deve ser lido, pois se a barra não existisse nada poderia ser explicado. Não teríamos como pressupor a injeção significante no significado.

A barra não é como se diz a simples existência do obstáculo entificado, ela é desde o início, ponto de interrogação sobre o circuito de retorno. Mas ela não é somente isso, ela é o outro efeito do significante, em que o significante não faz senão que representar o sujeito. E o sujeito, desde sempre, eu o encarnei naquilo que chamei o sentido onde ele se esvai. Como sujeito, no nível da barra, produz-se o efeito de sentido (Lacan, 1965, p. 17).

Desse modo, a barra deve ser concebida como o que aponta para a incompletude. Ayres (2005) destaca o valor de resistência da barra a significações dadas e estabelecidas, por isso no algoritmo de Lacan significante e significado estão impossibilitados de permitir qualquer suposição de relação e, conseqüentemente, determinação de um sentido. O papel da barra, entretanto, não é intransponível, podendo-se fazer um *point de capiton*, ou seja, uma organização em cadeia que circunscreve a significação pela via da articulação dos significantes, muito mais que pela relação do significante com o significado.

Assim, a barra é o indício de que alguma coisa não se fecha. No exemplo recontado por Lacan (1957/1998), podemos dizer que, embora as duas crianças concordem em definir “homens” e “mulheres” como pátrias, o sentido que isso reserva para cada uma delas não é o mesmo, o que viabiliza uma distinta posição de uma e outra no âmago de sua discussão. Segue-se que o efeito de sentido não é, para Lacan (1965), a possibilidade de um significante dar conta de toda diversidade ou da infinitude de significações,

mas do que se passa onde ele nos revela a barreira de *nonsense*. Lacan (1965) enfatiza que essa barreira não é sem significação. Contudo, mesmo que ela signifique, mesmo que esteja inserida numa cadeia significante, devemos nos perguntar que sentido ela possibilita.

Essa pergunta é correlata a outro efeito do significante, distinto do significado, para o qual nos alerta Lacan (1965), pois se, para determinarmos um significado, precisamos de um referente (não esquecendo que o referente é articulação de linguagem), o mesmo não acontece com o sentido. O sentido emerge quando estabelecido por um sujeito como a face que não cola ao significado.

Dizer isso poderia nos parecer paradoxal, posto que Lacan (1965) define o sujeito como o que desaparece no sentido, mas se ele assim faz é por pensar que é pelo não sentido que o sentido se instaura. Essa conclusão é fruto da relação do sujeito com o significante, pois o significante é definido como *o que representa o sujeito para um outro significante*, sendo em sua queda ou no que não se apreende por sua materialidade que podemos supor um lugar para o sujeito. Ele está sempre em um lugar indeterminado, porque a característica do sujeito é estar sob o significante que desenvolve sua história e assim lhe possibilita ocupar diferentes lugares de acordo com o significante ao qual se aliena. A esse sujeito, não assimilável a um eu, Lacan chama sujeito do inconsciente.

Podemos trazer como exemplos dessa face que não se elabora dois sonhos bastante conhecidos, interpretados por Freud e revisitados por Lacan. Eles nos permitem vislumbrar a presença desse ponto opaco que requer uma leitura para além do eu. Lacan (1954-1955/1985) adverte que não se trata de realizar uma nova interpretação da interpretação freudiana, mas de estar atento ao relato do sonho em sua integralidade, ou seja, é imprescindível que tomemos o texto de um sonho como um escrito sagrado, respeitando aquilo que nos é dirigido por aquele a quem escutamos. Essa sempre foi a postura e o conselho de Freud.

Sob essa perspectiva, Lacan (1954-1955/1985) retoma o segundo sonho de Dora. Nesse caso, o elemento obscuro e enigmático escapa a Freud quando ele deixa esvair-se a pergunta central de sua paciente sobre o que quer uma mulher. Tal ponto fica soterrado sob a sustentação de Freud de sua posição de intérprete do pai em contraposição à tentativa de elaboração da questão

inerente à filha. O próprio Freud (1905[1901]/1976, p. 116), em uma nota de rodapé, alerta quanto ao seu mal posicionamento e como ele o impede de ouvir a questão suscitada por Dora para além de qualquer compreensão do eu do sonhador e aponta que “aquilo que no sujeito é do sujeito e não é do sujeito, isso é o inconsciente” (Lacan, (1954-1955/1985, p. 203).

No sonho, Dora encontra uma carta da mãe que lhe comunica a respeito da morte do pai com as seguintes palavras: “Agora ele está morto e, se você quiser, pode voltar”. Ela está perdida, caminha a esmo por uma cidade estranha e não encontra a estação. Embora tenha perguntado por ela diversas vezes, é tomada por uma angústia de imobilidade. Chega ao apartamento e todos já estavam no cemitério. Em seguida, sobe ao quarto e vai ler um livro. Dora não segue em direção ao pai. Detém-se diante de um escrito e, em suas associações, descreve através de suas lembranças como permanecera absorta diante da imagem da Madona Sistina. Ao ser indagada por Freud (1905[1901]/1976) sobre o que a fascinara tanto no quadro, as palavras lhe escapam. Um vazio lhe vem à memória. Enfim, lhe responde: “a Madona!” (Freud, 1901-1905/1976). Perante tal fascinação, o que Dora de fato quer?

Do sonho, Lacan (1954-1955/1985) nos instiga a lê-lo a partir de seus furos e ressalta o quanto Dora está capturada pelo mistério da feminilidade. Ali o feminino se entreabre para um ponto de não reconhecimento, de suspensão radical do sentido, e aponta para a questão do elemento não interpretável que assim se apresenta: um nó no dizível, o umbigo que nenhum significante é capaz de esclarecer e o que faz faltarem as palavras.

Como um segundo exemplo, lançamos mão de outro sonho que também concerne à questão da busca da significação enquanto tal e de seu ponto de limite. Ele se corporifica através do sonho paradigmático apresentado por Freud (1900/1976) na “Interpretação dos sonhos”. O sonho é de um pai que vela seu filho morto e que ouve perguntar: “Pai, não vês que estou queimando?”. O sonho, estruturado pelo desejo, faz inflamar o encontro com o real inassimilável: o filho está morto!

De tal forma na elaboração do sonho o inconsciente persiste interpretando, ressoando de palavra em palavra perante uma cadeia de associações e aponta para a produção de sentido em jogo no funcionamento psíquico do sonhar e do despertar.

Todavia, o aspecto traumático do sonho expõe a função de descontinuidade. Tal descontinuidade cinge o outro lado da interpretação dos sonhos, o do vetor que vai contra o sentido. Não é à toa que a interpretação em uma análise visa produzir um corte na rede de significantes que nos determina e introduz um ponto de ruptura no devaneio da vida cotidiana.

A angústia do despertar interrompe o sonho para que continuemos a dormir na vida desperta, depois de um breve encontro com o real, ao qual nenhum significante é capaz de se sobrepor. E assim prosseguimos passo a passo, de palavra em palavra. É aí que se elabora, através de um desfiladeiro de significantes, mas não sem perder a respiração entre cada advento semântico. Conforme Lacan, (1964/1988, p. 57) “a realidade está lá, em *souffrance*, lá esperando”.

Quanto ao sonho da criança queimando, se para Freud esse pai deseja prolongar a vida de seu filho, para Lacan o pai é despertado pelo fogo incandescente que ofusca a impossibilidade de ver a morte. Nesse percurso, o sonho se produz diante do encontro com o real, deste que sempre nos escapa. O inconsciente como interpretação, cifrando e decifrando, envelopa um furo cingindo-o para o sonhador. No sonho da criança queimando, o torpor do simbólico é despertado pelo brilhar do incêndio suscitado no confronto com o impossível.

De acordo com Lacan (1954-1955/1985), o sonho assume a qualidade de um acontecimento através de um encontro no qual o ser falante acumula sentido. Dessa forma, interpretar um sonho pode apenas resvalar na visada do deciframento, estimulando a produção de sentido ao redor dessa erupção enigmática, ou, por outro viés, a interpretação de um analista pode direcionar o sonho de volta à sua função delimitadora do furo que nos é inerente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com Freud, Lacan e outros psicanalistas de nosso tempo podemos apreender que o discurso analítico vem para evidenciar que o sentido é pura aparência, pois não faz senão apontar para a direção onde fracassa. É justamente nesse fracasso do significante que *o sujeito pode advir*. Lacan considera que é essa a grande inovação freudiana, dizer que há um saber



que não se sabe e que dele só temos a certeza perante o que falha, pois nessa falha algo de não-realizado acontece.

Trata-se de um tropeço, de um desfalecimento da palavra. É ali, segundo Lacan (1964/1988), que Freud vai buscar o inconsciente, o grande achado da teoria psicanalítica freudiana. Esse achado implica a dimensão da perda, estrutural para o sujeito, pois uma perda que o constitui.

Desse modo, o sujeito se situa sempre na descontinuidade, seja no sonho ou num ato falho, e “é aí que Saussure espera por Freud”, como nos diria Lacan (1972/1985, p. 129). Enquanto Saussure busca entender *a intenção dos versos de uma poesia*, Freud já a evidenciou no *nonsense* dos sonhos.

## REFERÊNCIAS

- Ayres, S. (2005). Da quase equivalência à necessidade de distinção: significante e letra na obra de Lacan. *Revista do Gel*, 2.
- Cosentino, J. (1993). *Construcción de los conceptos freudianos*. Buenos Aires, Argentina: Ediciones Manantial.
- Dosse, F. (1991). *História do estruturalismo*. São Paulo: Ensaio.
- Freud, S. (1976). A interpretação dos sonhos. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. IV, V. Rio de Janeiro: Imago Editora (Original publicado em 1900)
- Freud, S. (1976). Fragmento da análise de um caso de histeria. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. VII: Rio de Janeiro, Imago Editora. (Original publicado em 1905[1901])
- Freud, S. (1976). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XII. Rio de Janeiro: Imago Editora. (Original publicado em 1912)
- Freud, S. (1976). Novas conferências introdutórias sobre psicanálise. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XXII. Rio de Janeiro: Imago Editora. (Original publicado em 1932)
- Lacan, J. (1965). *O seminário, livro 12: problèmes cruciaux pour la psychanalyse*. Inédito.
- Lacan, J. (1985). *O seminário, livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Seminário original de 1954-1955)
- Lacan, J. (1988). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1958)
- Lacan, J. (1988). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Seminário original de 1964)
- Lacan, J. (1998). Função e campo da fala e da linguagem. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1953)

- Lacan, J. (1998). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1957)
- Lacan, J. (1992). *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1969)
- Lacan, J. (1985). *O seminário, livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Seminário original de 1972)
- Nancy, J.-L., & Labarthe, P.-L. (1991). *O título da letra*. São Paulo: Escuta.
- Saussure, F. (2006). *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix. (Curso original de 1916)
- Soler, C. (1988). *Finales de análisis*. Buenos Aires: Ediciones Manantial.
- Soler, C. (1995). *El decir del analista*. Buenos Aires: Eolia-Paidós.
- Vieira, M. A. (1999). Cogitações sobre o furo. *Ágora estudos em Teoria Psicanalítica*, 2(2), 43-52.

## NOTA

<sup>1</sup> *Arbor* é a forma em latim da palavra árvore.

Recebido em 06 de junho de 2019  
 Aceito para publicação em 16 de setembro de 2020

## UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM EQUOTERAPIA ORIENTADO PELA PSICANÁLISE

*Jacqueline Danielle Pereira\**

### RESUMO

Este relato de experiência tem como objetivo apresentar uma experiência de estágio supervisionado em Psicologia Clínica no trabalho da equoterapia com a orientação da Psicanálise. Neste trabalho, refletimos sobre a atuação do(a) estagiário(a) em psicologia no espaço institucional multidisciplinar, as particularidades desse trabalho e as dificuldades encontradas na experiência. Para isso, recorremos à perspectiva psicanalítica sobre a prática em instituições e discutimos alguns extratos da experiência de estágio, na qual a estagiária acompanha sujeitos autistas em sessões de equoterapia.

Palavras-chave: estágio; psicanálise; instituição; equoterapia.

### A TRAINING EXPERIENCE ORIENTED BY PSYCHOANALYSIS IN EQUINO THERAPY

#### ABSTRACT

*This experience report aims to present an experience in a Clinic Psychology graduate training in equine therapy sessions oriented by Psychoanalysis. In this work, we reflect about the psychologist intern practice at the multidisciplinary institutional space, the particularities of this work and the difficulties found in the experience. To do this end, we resort to Psychoanalysis perspective about the practice in institutions and discuss some excerpts from the training experience, in which the intern accompanies autistic subjects in equine therapy sessions.*

*Keywords: graduate training; psychoanalysis; institution; equine therapy.*

### UNA EXPERIENCIA DE PASANTÍA ORIENTADA POR PSICOANÁLISIS EN EQUINOTERAPIA

#### RESUMEN

*Este relato de experiencia tiene como objetivo presentar una experiencia en una pasantía de graduación en Psicología Clínica en sesiones de equinoterapia*

---

\* Psicóloga pela Universidade Federal de São João del Rei, Mestranda pela Universidade Federal de Uberlândia.

*orientada por Psicoanálisis. En este trabajo, reflexionamos sobre la actuación de aprendiz de Psicología en el espacio institucional multidisciplinario, las particularidades de este trabajo y las dificultades encontradas en la experiencia. Para esto, recurrimos a la perspectiva del psicoanálisis sobre la práctica en instituciones y discutimos algunos extractos de la experiencia, en la que el aprendiz acompaña a los sujetos autistas en sesiones de equinoterapia. Palabras clave: pasantía; psicoanálisis; institución; equinoterapia.*

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é relatar a experiência de uma graduanda em Psicologia de uma universidade do interior de Minas Gerais em um estágio realizado em um centro hípico, onde era oferecida equoterapia<sup>1</sup>. A prática foi orientada pela Psicanálise em supervisão na universidade. Com essa experiência particular, pretende-se trazer contribuições da teoria psicanalítica acerca da atuação em instituições, destacando características da condição de estagiário(a) nelas. Além disso, busca-se apresentar alguns aspectos do referido estágio que podem ter dificultado o emprego da orientação psicanalítica. Por último, esboça-se a concepção de autismo e expõem-se extratos da vivência com sujeitos autistas.

O estágio aconteceu durante seis meses. O haras onde ocorreu o estágio adaptou-se para iniciar seus trabalhos com a equoterapia em meados de 2016. Providenciou-se o básico para desenvolver tal especialidade: o picadeiro, um grupo gestor e a equipe multiprofissional envolvida na prática. A equipe multiprofissional, cujo caráter era interdisciplinar, era formada por, a princípio, uma educadora física, uma fisioterapeuta, três instrutores de equitação e uma psicóloga. Após a saída da educadora física, a equipe ganhou mais um fisioterapeuta<sup>2</sup>.

Também faziam parte dessa equipe, duas vezes por semana cada uma, duas estagiárias do curso de Psicologia. Somente a estagiária autora do presente artigo permaneceu no estágio, assistindo às crianças em turnos e dias diferentes da semana até a suspensão temporária dele.

A equoterapia é um método terapêutico e de educação que tem como recurso principal o cavalo. Fundamentada em uma visão interdisciplinar (saúde, educação e equitação), objetiva estimular o desenvolvimento biopsicossocial de sujeitos com diversidades funcionais e/ou sofrimentos

psíquicos (Associação Nacional de Equoterapia [Ande-Brasil], 2008). O centro hípico dispunha do tratamento equoterapêutico para crianças com comprometimentos no desenvolvimento em diferentes dimensões. A princípio, a oferta do serviço era apenas particular. Os gestores, após um tempo, se sentiram estimulados a escrever um projeto com o objetivo de angariar fundos para atender gratuitamente crianças oriundas de famílias com baixa renda. Mesmo sem os subsídios pretendidos, o atendimento gratuito já estava acontecendo quando a estagiária iniciou sua passagem pelo haras.

O estágio começou com um curto período de observação não participante. Em seguida, a estagiária passou a integrar a equipe nos atendimentos, que circula dentro do picadeiro, levando o cavalo a realizar percursos com a criança sobre seu dorso. Em momentos propícios, cada um dos membros da equipe intervinha conforme sua especialidade profissional.

## PSICANÁLISE E INSTITUIÇÃO

Para se pensar a instituição a partir da psicanálise, é preciso abordá-la como estrutura e então analisar o espaço ocupado pelo profissional de orientação psicanalítica nesse âmbito. A instituição se constitui em uma forma de fazer com mais de um envolvido e essa variedade está intrinsecamente ligada ao Um instituidor (Di Ciaccia, 1999). Isso quer dizer que, segundo Lacan (1969-1970/1992) em *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*, em uma instituição prevalece o discurso do mestre. Ao situar tal discurso, Lacan sobrepõe, em seu matema, o significante mestre ( $S_1$ ) ao sujeito, demonstrando a lógica determinante por detrás de seu funcionamento e faz analogia com o saber do senhor e do escravo, como se vê à página 20:

Porém vejamos, o escravo, mas que venha, o pequenino, vocês veem, ele sabe. Faz-se-lhe perguntas, perguntas de senhor, de mestre, obviamente, e o escravo responde com naturalidade as perguntas o que as perguntas já ditam como respostas. [...] o importante, a finalidade, é mostrar que o escravo sabe, mas, ao confessar isto apenas por esse viés de derrisão, o que se oculta é que trata-se exclusivamente de arrebatar do escravo sua função no plano do saber.

De outra maneira, implica dizer que um significante regula a estrutura institucional de maneira a ocultar a verdade da instituição, suas faltas, e homogeneizar os sujeitos. Nesse espaço, portanto, não há lugar para as singularidades dos sujeitos nem para eventuais falhas e fracassos da lógica institucional, que tendem a ser veladas pelo discurso unificador.

Para se contrapor à homogeneização que apaga as singularidades com efeitos nocivos sobre o trabalho a ser realizado, Di Ciaccia (1999) propõe o encadeamento do Um, significante regulador, com a multiplicidade como forma de realizar a instituição. Desse modo, ao mesmo tempo que não se abdica do Um, não se cai nas armadilhas do repetir e do normalizar institucional gerados pelo discurso do mestre. Isso se daria pelo Um vazio, o qual se depreende no um a um – escapando ao igualamento de todos – e porta concomitantemente a lei pertinente à instituição e o furo, possibilitando a emergência do sujeito e o inesperado que este comporta, posto que o furo promove um hiato entre o sujeito e o Outro institucional, tornando-o não estático.

Nesse sentido, o modo de operar da instituição, segundo uma hipótese psicanalítica, se dá por meio da clínica da exceção<sup>3</sup>, isto é, a instituição se faz ao ser um Outro diferente, possibilitando um retorno particular e singular à demanda do sujeito. Ao ser menos-um, também é incumbida à instituição a moderação do gozo (Alkmin, 2008). Nessa mesma direção, conforme Lebrun (2009), a instituição deve prescindir do pai, mas não deixar de utilizar-se dele, uma vez que o pai é a exceção e funciona como barra para o gozo, possibilitando o desejo.

Numa instituição, o agir psicanalítico deve possibilitar que o discurso do mestre, subjacente à estrutura institucional, seja interditado (Berni, 2015). O psicanalista ocupa o lugar de ser apenas semblante, ou seja, ser causa de aparecimento da verdade do sujeito, a qual o Um da instituição não permite que apareça. Dentro da instituição, o psicanalista desenvolve uma clínica que não responde a um padrão, no entanto tem a direção orientada pelos fundamentos psicanalíticos (Barros, 2003).

Miller, em 1997, sugere a Di Ciaccia (1999) a expressão “prática entre vários” para a forma da clínica que este último já experimentava em Antenne 110<sup>4</sup>. Zenoni (2000) explica que tal técnica é possibilitada pela instituição, pois esta é um espaço no qual a clínica acontece na medida

em que o sujeito é acolhido, proporcionando a transição de uma clínica a dois para uma clínica de muitos. Além disso, Zenoni (2009) reitera que, quando o Outro se apresenta na forma de vários, tanto na posição de poder quanto na de saber, seu caráter invasivo de um Outro gozador é mingüado.

O furo no saber propicia a falta no Outro. Eis a questão central de um trabalho orientado pela psicanálise por meio de mais de um e o princípio norteador das intervenções. O saber psicanalítico é edificado por cada sujeito e vai dizer de seu gozo, de seu sintoma. A equipe pode cooperar nessa construção (Abreu, 2008).

A intervenção entre vários é instantânea. Dá-se de modo diferente da que é praticada na clínica a dois. Não é algo mais ou menos previsto. Entretanto, deve-se estar à espreita para que, quando a elaboração se realizar, haja intervenção (Baio 1999). O interventor aguarda, mas é de surpresa que se dá o ato da elaboração e da intervenção.

Segundo Stevens (2007), há quatro eixos que sustentam a prática entre vários. São eles: desespecialização, formação, invenção e transmissão. O primeiro refere-se ao modo de atuar da equipe multiprofissional, o qual não deve basear-se unicamente na formação profissional de cada um, mas ir além e dar maior espaço ao saber do sujeito. Ainda nesse eixo, ele diz sobre a desespecialização no campo do sintoma, o qual não deve ser fixado ao seu significante (Berni, 2015), como acontece quando se adota uma perspectiva biológica. O segundo aborda uma formação comum aos diferentes profissionais, a qual seria orientada pela psicanálise. Assim, a formação é um processo em que se apreende a política e a ética psicanalíticas. O terceiro versa sobre a importância de perceber e estar aberto a acolher a criação que o sujeito realiza, sendo crucial proporcionar as condições para que ela aconteça. O último propõe a discussão dos casos recebidos na instituição via reunião clínica, durante a qual haverá construção do caso clínico e contará com a colaboração de cada membro da equipe, que deve falar sobre suas observações e hipóteses. A partir disso, há tomada de decisões quanto à conduta do caso.

Nas psicoses e nos autismos, o Outro é causa de sofrimento e detém um gozo invasor. Essas estruturas psíquicas são perturbadas pelo saber sem furo do Outro. Diante desses sujeitos, carece um Outro que não seja demandador. Portanto, é pertinente que haja um tratamento do



Outro (Kupfer, Faria, & Keiko, 2007) – posto que o que se encarna é demandante. Essa ideia, introduzida por Zenoni (1991), é semelhante aos direcionamentos da prática entre vários. A intenção é moderar o gozo que o Outro traz recorrendo a intervenções criadas especialmente para cada caso (Kupfer *et al.*, 2007). O Outro, para estabelecer laço, deve ser comedido. Daí a possibilidade de uma intervenção frutífera.

As estratégias são capturadas do conjunto dos próprios sujeitos. Para os autistas, algumas delas são uma postura neutra a fim de que o autista tome a iniciativa e, com isso, a moderação das solicitações; o temperamento vocal e escópico; a propiciação de condições para relacionar-se, sem excluir a borda e o objeto autísticos e a preponderância sgnica, trabalhando-os (Pimenta, 2019) para que haja encadeamento significativo e se saia do estático. A voz baixa, o canto e até o sussurro, tal como o desfoque do olhar são empregados. Desse modo, a instituição pode também afastar a tensão persecutória advinda do Outro.

A instituição é um lugar favorável para tratar o Outro, pois é um espaço de muitos. Estes devem circular “nas diferentes instâncias de profissionais, entre estagiários e funcionários, não havendo hierarquia entre saber e poder, mas, sobretudo, parceria na construção clínica” (Kupfer *et al.*, 2007, p. 07).

## ASPECTOS DA CONDIÇÃO DE ESTAGIÁRIO NA INSTITUIÇÃO

Berni (2015) compreende o estágio como um espaço de transmissão. Ao longo de sua realização o saber está sendo transmitido ao aprendiz. A dinâmica institucional confere um lugar diferenciado ao estagiário, do qual a própria tende a se beneficiar para o tratamento do sujeito com sofrimentos psíquicos.

O espaço institucional pode possibilitar a identificação desse sujeito com algo ou alguém que lhe seja ameno, favorável às suas particularidades para o laço social. Quando isso ocorre, o objeto ou a pessoa pode servir como mediador entre o sujeito e o Outro invasor, pois cria um espaço entre este e aquele. A condição de estagiário pode ser propícia a tal identificação.

Segundo Vilela (2014), o estagiário, sendo aluno universitário, é orientado, por regra, por um professor. Desse modo, o aprendiz como ainda portador de um não saber está como que notificado disso. Ao

apostar no estagiário, a instituição encara o questionamento do saber, o que provoca os profissionais a pensar e discutir os casos (Vilela, 2014).

As dúvidas instigadas pelo estagiário marcam a incompletude do saber, conferindo a ele uma posição excêntrica em relação ao discurso da instituição. Tal aspecto evidencia a falta na estrutura institucional (Berni, 2015).

Desse lugar, o estagiário consegue atuar na instituição como um entre os profissionais e, concomitantemente, ser percebido como alguém diferente daquela equipe. Assim, o estagiário pode ser menos um a imprimir o significante do mestre, tornando-se um apaziguador da figura institucional diante dos sujeitos.

É na convergência desses pontos que a instituição é favorecida pelo estagiário, pois este, na posição de um “sujeito suposto não saber” (Zenoni, 2000, p. 20), se faz um Outro ainda menos invasivo que os demais, além de apontar a falta estrutural. Possibilita-se então uma aproximação mais aceitável para o sujeito psicótico ou autista.

### **OBSTÁCULOS PARA UMA EXPERIÊNCIA ORIENTADA PELA PSICANÁLISE EM UMA INSTITUIÇÃO DE EQUOTERAPIA**

Na experiência apresentada neste artigo, constataram-se alguns obstáculos a um trabalho orientado pela psicanálise que, na interpretação da estagiária, decorreram de certas características da instituição. Nota-se como a expectativa de um sujeito passível de vir a ser sem faltas entremeava a rotina institucional.

Primeiramente, é marcante a visão um tanto biológica da equipe multiprofissional em relação aos sofrimentos psíquicos dos sujeitos, de modo distinto da concepção psicanalítica que, por sua vez, concebe a singularidade do sintoma. A psicanálise não toma aquilo de que padece o sujeito como doença ou déficit, como faz o discurso psiquiátrico. Enquanto a psiquiatria toma o sintoma como signo de uma doença, isto é, um representante fiel objetivável de uma anormalidade no organismo, a psicanálise considera-o, pela dimensão do significante, que alcança o sujeito do inconsciente em uma manifestação psíquica singular de um mal-estar que tem estreita ligação com a trama vivida e, portanto, se dá na relação com o outro. Como corolário, tem-se de um lado a busca

exaustiva da medicina pela cura e, com isso, a medicação imoderada com vistas à extirpação de todo e qualquer sintoma; de outro, tem-se a orientação psicanalítica à subjetivação do sintoma, de modo que o sujeito tire proveito dele, *savoir y faire* com seu sintoma. Subjetivação, pois, por mais que o sintoma seja algo muito próprio do sujeito, ele lhe é estranho e precisa ter sentido para o sujeito. Contrariamente, na prática médica, o sentido do sintoma vem *a priori* e para o médico. (Quinet, 2011).

De fato, o diagnóstico médico que envolve o sintoma como signo compreende uma lógica classificatória que fala em nome do sujeito, tomando-o a partir de seu sofrimento e obturando-o. Ao passo que o psicodiagnóstico psicanalítico, do qual se serve o psicanalista e não o paciente, trabalha com o significante e visa a abertura de sentido a fim de que o sujeito possa emergir e não se tornar estático, congelado no que determina o seu sofrimento. O desencontro das perspectivas gera embate, como no caso da estagiária que vê sua prática atravessada por uma outra posição da equipe.

Nesse sentido, é importante lembrar que um dos eixos da prática entre vários apontados por Stevens (2007) é a desespecialização em relação ao sintoma. Sobre isso, Abreu (2008, p. 77) afirma:

Uma clínica na instituição pela luz da psicanálise não pode ser uma clínica monossintomática, que identifica o sujeito ao significante de seu sofrimento. A identificação à nomeação advinda do discurso científico conduz à alienação. O sujeito tende a seguir no caminho da repetição, atrelando-se aos ganhos secundários e não produzindo corte em sua cadeia para o surgimento de um novo significante que possa representar melhor sua história. O que se busca numa intervenção é a descoberta, melhor dizendo, invenção de um significante que faça corte, que produza para o sujeito um sentido outro, que o localize em lugar seguro frente ao gozo que o atormenta.

O que ocorria na instituição de equoterapia era uma espécie clínica monossintomática, visto que a equipe muitas vezes justificava alguns modos de agir dos praticantes pelas suas diversidades funcionais. Por exemplo, em uma sessão em que o praticante Lilo<sup>5</sup>, com Síndrome de Down, não queria fazer as atividades, parte da equipe se mobilizou para convencê-lo. O praticante repetia que não queria mais voltar para

a equoterapia, pois não gostava mais. Os demais estranhavam, porque nas sessões passadas ele parecia muito interessado na atividade. Após um tempo de resistência, Lilo vai para o picadeiro. Após montar o cavalo, ele volta a dizer que quer ir embora. A equipe faz algumas chantagens, do tipo: “Se você for embora hoje, não poderá voltar mais”. Nesse momento, o garoto começa a dar argumentos pertinentes para ir embora. Então, um integrante da equipe diz para mim, que prestava atenção no que Lilo dizia, para que eu tomasse cuidado e não acreditasse em tudo que ele diz, “porque crianças com Síndrome de Down mentem muito, eles tentam te convencer para conseguir o que querem”. O profissional pareceu não se preocupar com o fato de que estava ao lado da criança e que esta ouvia tudo. Desconsiderou o sujeito que estava entre mim e ele e que partilhava da linguagem conosco.

Outro obstáculo encontrado, também na equipe multiprofissional, foi a atuação excessivamente pedagógica em alguns momentos. Tendo em vista que o discurso pedagógico é subjacente ao discurso do mestre, ele se diferencia do discurso do analista (Lacan, 1969-1970/1992). Isso equivale a dizer que a prática psicanalítica abdica de qualquer ensino e normatização, pois importa a emergência da singularidade subjetiva. Contrariamente, o discurso daquela equipe muitas vezes era na forma de direcionamentos às crianças, que se baseavam na dicotomia certo-errado, tais como, “a mão não pode ficar aqui”, “não pode gritar”, “isso é feio”.

Não é que a Pedagogia seja dispensada pela perspectiva psicanalítica. Inclusive, a ANDE (2008) prevê a participação de pedagogos em equipes de equoterapia. No entanto, a intervenção pedagógica de acordo com a psicanálise tem algumas particularidades, nas quais não adentraremos, afinal na nossa equipe nem havia um pedagogo.

A falta de reuniões com toda a equipe para discutir os casos e construir uma intervenção conjunta também foi uma dificuldade. As reuniões clínicas são de extrema necessidade para se fazer um bom trabalho entre vários, pois é nesse momento que cada um vai juntar seu saber ao do outro e, ainda assim, prescindir do saber especialista e abrir espaço para saber fazer com o que vem do sujeito. Isso aponta para um dos eixos elencados por Stevens (2007) na prática entre vários: a transmissão.

Outro eixo do mesmo autor que nos lembra a importância da reunião clínica é o da formação. Esta se daria por meio de uma orientação teórica, seminários, incentivo por parte da instituição a buscar formação psicanalítica fora da mesma entre outros. Entretanto, como esses meios se dão de acordo com a realidade da instituição, e uma formação psicanalítica não condizia com a realidade desta, seria durante essas reuniões que os profissionais teriam a oportunidade de ter o mínimo contato com a prática psicanalítica e compreendê-la um pouco mais.

Houve também uma questão, de certo modo administrativa, que com o tempo a estagiária pôde perceber como um empecilho ao desenvolvimento de um trabalho orientado pela psicanálise. Como já mencionado, o haras não tinha uma psicóloga em tempo integral<sup>6</sup>. À medida que o estágio foi se estendendo, constatou-se por meio de falas, principalmente dos administradores, que o objetivo de oferecer o estágio à psicologia era que o estagiário fizesse o papel do psicólogo e suprisse essa falta. Com isso desprende-se uma desvalorização da Psicologia e de seu profissional, sendo que a própria ANDE (2008) coloca o psicólogo como figura essencial e insubstituível da equipe básica de equoterapia. Outrossim, conforme as diretrizes para os estágios realizados na graduação em Psicologia, entende-se o estágio supervisionado como o meio pelo qual o aluno se aproximará do cotidiano profissional (Resolução n. 5, 2011). Para além da supervisão de seus docentes, extrai-se desse ponto a importância de um outro profissional da mesma classe para acompanhá-lo e prestar-se como guia do aluno nesse apêndice da formação, auxiliando-o a discernir ali e naquele momento as atitudes profissionais a serem empreendidas, baseando-se em sua experiência para que a ocasião resulte em um efetivo trato com a realidade profissional. Ademais, o documento condiciona o endossamento pela instituição de ensino de estágios em instituição distinta à premissa de que ele tenha colaborado com o *know-how* esperado para aquele estagiário (Resolução n. 5, 2011). Tal condição é proporcionada se houver o amparo do profissional já formado e com experiência.

Ao longo deste tópico, enfatizo as dificuldades, o que não significa que o estágio tenha sido sem efeitos positivos. A instituição e toda sua equipe acolheram a estagiária, além de terem sido abertas, na medida do possível, às suas ações e escuta.

## BREVÍSSIMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O AUTISMO E A EQUOTERAPIA: EXTRATOS DA EXPERIÊNCIA COM ESSES SUJEITOS

As pessoas encaminhadas para a equoterapia no haras sempre vinham acompanhadas de um diagnóstico médico. Entre eles havia autismos (incluindo síndrome de Asperger), transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), paralisia cerebral, síndrome de Down e doença de Alzheimer – um idoso. Importa assinalar que a equoterapia, de fato, é um recurso terapêutico abrangente, a julgar pelo número de casos aos quais é indicada: quadros clínicos genéticos, neurológicos, ortopédicos, musculares, clínico-metabólicas, de sequelas de traumas e cirurgias, dificuldades de aprendizagem e linguagem. As contraindicações são raras, sendo realmente imposta quando a condição implicar em perigo no manejo do cavalo, ou na sustentação da montaria, ou ainda em prejuízo para o sistema motor do sujeito. Em alguns casos, cuidados especiais são necessários. Como muitos casos que chegavam na instituição eram de autismo, optou-se por apresentar alguns recortes da experiência com esses sujeitos. Para tanto, apresento mais adiante algumas considerações introdutórias sobre o autismo a partir da perspectiva psicanalítica.

Convém fazer um adendo à não unicidade do autismo, subentendendo-se a existência de vários autismos, o que vem muito mais da singularidade de sua manifestação em cada sujeito do que da variação da classificação. Sem embargo, quanto às classificações, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais [DSM-V] (American Psychological Association, 2013), nessa quinta edição, enquadra as multifacetadas do autismo dentro do Transtorno do Espectro Autista, atendendo ao uso do termo espectro na medicina para aludir aos transtornos mentais que apresentam uma gama de condições associadas e contém sintomas e características singulares. Esse espectro compreende os transtornos outrora denominados autismo infantil precoce, autismo infantil, autismo de Kanner, autismo de alto funcionamento, autismo atípico, transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação, transtorno desintegrativo da infância e transtorno de Asperger. O manual aponta como traços fundamentais comuns “o prejuízo persistente na comunicação social recíproca e na interação social (Critério A) e padrões

restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (Critério B)”, além de necessariamente os sintomas estarem “presentes desde o início da infância” e limitarem ou prejudicarem “o funcionamento diário (Critérios C e D)” (American Psychological Association, p. 97).

As duas subclassificações que se tornaram mais comumente conhecidas e diferenciadas talvez sejam o autismo de Kanner e a Síndrome de Asperger. O primeiro, cuja alcunha é autismo clássico, foi detalhadamente descrito por Leo Kanner ([1943] 1997, citado por Ferreira, & Vorcaro, 2017). Enquanto o segundo foi observado por Hans Asperger ([1944] 1991, citado por Ferreira, & Vorcaro) e ficou conhecido como autismo de alto funcionamento. Seguindo as exposições do pediatra, as crianças manifestavam problemas na socialização, mas não sendo muito problemáticas com a linguagem. Ao contrário das estudadas por Kanner, as quais exprimiam uma rejeição contundente aos alheios e muitos contratempos com a fala, podendo chegar ao mutismo total, as de Asperger alcançavam um vasto conhecimento léxico e um desempenho cognitivo além do satisfatório. Por incorrência dessas constatações, houve uma polarização das classificações levando a uma visão errônea de que o autismo de Kanner seria de baixo funcionamento. Longe disso, Ferreira e Vorcaro fazem questão de enfatizar que o principal logro de Kanner com suas impecáveis observações foi evidenciar a possibilidade de desenvolvimento dos autistas em geral em todas as suas dimensões, desde que ofertadas as condições.

Sabe-se que, diferentemente da psiquiatria, vinculada ao discurso da ciência e do mestre, a psicanálise privilegia a história singular do sujeito para que, baseando-se nesta, possa-se pensar e analisar o seu sintoma, não apenas classificá-lo. Isso não significa que ela tenha inventado uma psicopatologia totalmente independente da psiquiatria, pois, desde os primórdios da psicanálise, há um diálogo com esse campo do saber. O que, por sua vez, não abole o alcance que a psicanálise permitiu à psicopatologia ao ir além do comportamento visível e passar a ouvir o sintoma do sujeito (Bernardino, 2015).

De acordo com a teoria e prática psicanalíticas, os sofrimentos psíquicos não correspondem a doenças propriamente ditas, que representam um conjunto de sintomas de caráter universal, mas sim como possíveis construções do inconsciente. Dado isso, o sintoma é

posto como manifestação do próprio sujeito (Alves, 2015). Ou seja, precisa ser lido, não excluído.

Vale ressaltar que a psicanálise aborda os quadros clínicos relacionando-os às estruturas clínicas, dado que estão imbricados entre si e imbuídos de seu gozo respectivo, o que equivale a dizer que há relação estreita entre os sintomas de um sujeito e sua estruturação psíquica, seu modo de gozo. Igualmente ocorre com o desenrolar ou a interrupção do desenvolvimento humano (Bernardino, 2015). Em outras palavras, o desenvolvimento humano, que é visto como natural, não se dá tão naturalmente assim, pois, tal como na estruturação psíquica, não depende apenas da maturação orgânica, mas também da relação do sujeito com o desejo do Outro. Levin (2002) sublinha que o desenvolvimento está ligado às funções que o organismo do sujeito desempenha. Não obstante, essas funções guardam esquemas, criados a partir da via especular instituída entre a criança e um outro primordial, calcados pelo desejo no registro imaginário, que se dão de forma única para cada um. Por meio deles, os sujeitos se reconhecem imaginariamente. Se uma função fracassa, se o desejo não comparece, o sujeito é ameaçado.

O Transtorno do Espectro Autista, conforme a psicopatologia psicanalítica, é uma condição na qual o sujeito se encontra restringido ao encarar a demanda do Outro, o que o leva a acionar defesas como o mutismo, ou os comportamentos estereotipados; ambas as saídas servem para atestar sua posição como sujeito (Alves, 2015). O Outro para o autista é excessivo, invasivo e este se vê acuado diante dele. A ideia de espectro então remete a uma graduação, encontrada em cada caso, do nível de aceitação do outro, passando pelos autistas de Kanner, os quais se encerram em um fechamento autístico mais ferrenho, até os de Asperger, que são mais flexíveis no encontro com o outro (Pimenta, 2019, p. 15). “Nos termos psicanalíticos, [...] a possibilidade de se deslocar dentro do espectro, em direção à extremidade de maior abertura, depende da construção e estruturação da borda que protege o sujeito. Quanto mais amparado pela borda, mais recursos para interagir e se abrir ao laço social”. O conceito de borda autística será tratado posteriormente.

Kupfer (2015, p. 172) reúne as principais classes de sintomas encontradas nas classificações psiquiátricas, as quais seriam: “inabilidade



para interagir socialmente; dificuldades no domínio da linguagem; comportamentos restritivos e repetitivos”. A autora concorda com tais indicativos de autismo, apesar de se posicionar contrariamente às classificações que enumeram tantos sintomas que servem prioritariamente à ciência e à medicalização em vez de ao sujeito. Como psicanalista, ela dá sua contribuição, explicando esses tipos de sintoma e relacionando-os ao circuito da pulsão, que funcionaria de modo particular no autismo.

O circuito pulsional no psiquismo do sujeito é regido por três tempos: um ativo, um passivo e um de satisfação pulsional. Segundo Kupfer (2015), no primeiro tempo, a criança recebe o afeto que vem do outro; no segundo, ela retorna um prazer para o outro; no terceiro, ela dá prazer para que, vendo o outro receber esse prazer, a criança mesma se sinta contente. Este último, segundo a autora, é o responsável pelo verdadeiro vínculo afetivo entre a criança e um outro, pois tanto o primeiro quanto o segundo podem ocorrer de forma automática, sem necessariamente ser empregado um envolvimento afetivo. Porém é justamente na terceira etapa, quando, para sentir prazer em ver o outro feliz, realizando uma troca, a criança necessitaria de constituir um vínculo afetivo com o outro. É aí que o sujeito autista não fecha o circuito pulsional. Conseqüentemente, o autista teria um impedimento em estabelecer laço social com o outro.

Posto isso, a autora assume que o fracasso do terceiro tempo provocaria aquelas classes de sintomas identificadas ao autismo. A “inabilidade para interagir socialmente [estaria] relacionada com a dificuldade de ‘ler’ inteiramente os sentimentos dos outros” (Kupfer, 2015, p. 178), isto é, ainda que ele esteja constantemente convivendo com outras pessoas, é insuficiente sua capacidade para decifrar seu entorno.

Os “problemas de linguagem [são decorrentes do fato de que] o autista não construiu bem o mundo simbólico a partir das primeiras relações de prazer compartilhado com os outros. Logo, ele pode aprender apenas uma fala esvaziada de subjetividade” (Kupfer, 2015, p. 179), o que o desestabiliza diante de um pedido do outro, tendo em vista que a demanda é representante do desejo do Outro. Os autistas não se perguntam o que o outro quer dele, pois não saberiam interpretar a resposta. Inclui-se aqui a objeção à fala presente nesses sujeitos. Acerca

disso, Maleval (2015) considera o mutismo, total ou parcial, como o representante da oposição do autista à troca com o Outro.

Por último, Kupfer (2015) explica que os “problemas de repetição”, também associados à escassez do registro simbólico, se dão porque, sem simbolizar, as coisas são rígidas, maquinais e tendem à contínua reprodução. Os escritos dos autistas demonstram a serventia dos movimentos estereotipados, seja para uns como subterfúgio à presença maciça do Outro, seja para outros como atenuação da sobrecarga sensorial a que estão expostos, ou ainda como forma de perceber e se apropriar melhor daquele fragmento corporal (Ferreira, & Vorcaro, 2017).

Já sobre os interesses inusitados, Kupfer (2015, p. 180) os correlaciona ao estado do desejo do Outro: “Como o autista não se regula pelo desejo do outro, não sabe o que o outro e a cultura esperam dele. Por isso os gostos idiossincráticos”.

Acrescenta-se um outro sintoma muito frequentemente apontado como indício de autismo, seja em compêndios de psiquiatria, seja no senso comum: a resistência à manutenção do contato visual efetivo. Para o autista, o olhar é uma das vias que atesta a existência do outro. Portanto, ele desvia do olhar, ignorando o outro e tornando-o inócuo (Pimenta, 2019). Ainda mais, Maleval (2015) aponta que tal dificuldade seria resultado da negação em entregar seus objetos pulsionais, como as fezes, a voz e o olhar. Ele os detém.

Como já colocado, optou-se por falar sobre o autismo, dentre os demais sofrimentos psíquicos encontrados no haras, por ser uma das condições mais encaminhadas para a equoterapia. Percebe-se tal relação não só na presente experiência, mas também na experiência de Alves (2015) com equoterapia relatada por ela em sua dissertação de mestrado.

Alves (2015) atribui à equoterapia uma função terapêutica que se realiza pela intermediação dos profissionais de forma lúdica na dimensão psicomotora, colocando em cena o corpo como instrumento da linguagem. A partir das intervenções, o corpo do sujeito, físico e simbólico, “se reconfigura ampliando as possibilidades de se exprimir em seu campo relacional” (Alves, 2015, p. 70). O cavalo, figura central da equoterapia, por meio dos estímulos gerados ao se locomover, que são enviados a quem está montado, atua nos registros do sujeito, simbólico e

imaginário, que compõem a realidade psíquica do sujeito. Esse processo permite uma nova formatação no que concerne ao corpo (Alves, 2015), o que implica dizer que, pela equoterapia, o sujeito tem a chance de refazer a relação com seu corpo e a imagem que tem dele, consigo mesmo e, então, com o outro. Tais propriedades possibilitam um trabalho particular da equoterapia com sujeitos autistas.

Nesse cenário, o psicólogo seria, de modo geral, o que mais estaria atento ao tipo de vínculo estabelecido entre o praticante e o animal e à forma como este se dá. Além de, como já mencionado, competir a ele propiciar oportunidades de invenção do sujeito e ser continente para os inventos (Alves, 2015), sem prejuízo da atuação dos demais profissionais da equipe que possam concorrer para propósitos afins ou colaborar com a aposta.

As características do cavalo fazem dele um objeto<sup>7</sup> de diversas formas para o praticante (Alves, 2015). Para confirmar tal afirmação, primeiramente, segue uma elucidação do conceito winnicottiano de objeto transicional (1951) e, depois, o de objeto autístico, reconhecido por Tustin (1975).

Ao formular a noção de objeto transicional, Winnicott teorizou o fenômeno que ocorre com quase todos os bebês quando estes percebem que seu outro primordial não é só seu, isto é, quando a mãe ou quem cumpre essa função desampara o bebê por um período de tempo significativo, durante o qual há a impressão de que essa pessoa não vai voltar. Nesse momento, o bebê elege um objeto concreto que, dali em diante, passa a ser seu companheiro, principalmente nas horas em que aquele outro primordial falta. Pode ser um ursinho, uma toalhinha ou similares. Algo que “deve dar a impressão de proporcionar calor, ou de se mover, ou de ser dotado de textura, ou fazer algo mostrando que tem vitalidade ou realidade próprias”, como o próprio Winnicott (1951/1975, p. 290) estabeleceu. Esse objeto então auxiliaria o *infans* a lidar com a angústia da separação da mãe. Embora seja empregado como um substituto materno, ele não é reconhecido como externo, seria algo em transição entre o que faz parte do bebê e o que não faz parte dele.

Diante dessa descrição já se começa a entender o porquê de o cavalo, na equoterapia, poder funcionar como um objeto para as crianças em geral. Entre outros pontos defendidos por Alves (2015), podem-se frisar dois que justificam tal funcionamento: o animal corresponde muito bem às principais

características de um objeto transicional levantadas por Winnicott e, durante a sessão, o sujeito detém as rédeas e comanda o animal.

O autista, por sua vez, tende a fazer uso do que Tustin (1975) conceituou como objeto autístico. Este último seria diferente do objeto proposto por Winnicott principalmente por ser fixo e não transicional. No autismo, a detenção de um objeto, seja este um componente de seu corpo ou não, é o que o afasta da angústia (Maleval, 2015) gerada não pela separação da mãe, mas pelo encontro com o Outro. O objeto autístico é um mediador desse encontro que seria intolerável. Traçando um paralelo entre os dois objetos anteriormente descritos, Pimenta (2012, p. 46) diferencia-os: “Enquanto o objeto transicional substitui a mãe, representando-a, o objeto autístico torna-se a mãe, negando sua real existência”.

Pimenta (2019) identifica o objeto autístico como um dos componentes que podem participar da borda autística<sup>8</sup>. Esta se dá por artifícios aos quais o sujeito recorre para dar um contorno pulsional ao corpo, o qual não se completou. “A partir do organismo biológico, inapreensível, constituiu-se o corpo por meio dos registros do imaginário e do simbólico. [...] No autismo não há corpo nesse sentido. O recurso original para instituí-lo não ocorreu para perfazer uma composição imaginária mínima” (Pimenta, 2019, p. 13-14). Assim, a borda autística serve como um escudo ao corpo autístico frente à invasão do Outro. Ela “tempera a angústia, dinamiza o sujeito e o permite avançar na vida social” (Maleval, 2015, p. 32).

Para o autista, também, o cavalo pode servir como um objeto autístico, visto que ele é algo que, de certa forma, se interpõe entre o sujeito e os profissionais, que são os representantes do Outro na cena. Além de que o praticante, nesse caso, quando possível, controla o animal, sozinho ou seguindo instruções. E, ainda, o sujeito pode experimentar o cavalo como extensão do seu corpo (Alves, 2015). Todos esses são aspectos encontrados no objeto autístico.

Seja o animal ou qualquer outra coisa que ocupe o lugar de objeto transicional ou autístico, espera-se que não fique para sempre, pois a separação do objeto permite a abertura para outros laços. Na equoterapia, o psicólogo precisa engendrar momentos em que haja essa separação. As sessões de equoterapia com recursos lúdicos podem auxiliar na troca de objetos (Alves, 2015), o que já é um passo significativo nesse processo.

Apresento, a seguir, alguns extratos da experiência no haras com sujeitos autistas. Serão três casos expostos resumidamente com uma leitura da teoria psicanalítica. As crianças escolhidas tinham diagnósticos médicos<sup>9</sup> de autismo: Tom, 14 anos; e Síndrome de Asperger: Bob, 15 anos e Jimmy, 13 anos. Apesar do diagnóstico em comum, essas crianças tinham condições bastante diferentes, o que corrobora a orientação psicanalítica do caso-a-caso.

Tom veio à equoterapia por causa do projeto social da instituição. Nas primeiras sessões, ele necessitava da presença da mãe no canto do picadeiro, mas esta foi retirada progressivamente, ainda que insistisse em ficar no campo de visão do garoto. Tom era calado e se guardava do encontro com o Outro constantemente. Mesmo quando a equipe lhe fazia perguntas, ele não costumava responder ou apenas acenava com a cabeça. Durante as sessões, ele parecia, algumas vezes, querer se comunicar, mas fazia isso através da reprodução de sons com a boca, como que se estivesse soprando (“shiiiiuuuuushuu”). Em outros momentos, soltava gritos repentinos. Ele necessitava desses anteparos para se relacionar e nós precisávamos, com o tempo, compreender melhor sua mensagem. A mãe relatou e a equipe presenciou alguns comportamentos agressivos e autolesivos. Contudo, ele nunca maltratou o animal, acariciando-o sempre que incentivado. Sua agressividade e agitação eram proeminentes quando o ambiente estava inquieto, por exemplo, nas ocasiões em que o haras recebia visitas de escolas infantis. Se o Outro se apresentasse sôfrego, era difícil para Tom a convivência. Ainda assim, ele recebia bem as demandas da educadora física e da fisioterapeuta. Quando resistia, com um pouco de insistência delas ele fazia os exercícios pedidos. Inicialmente, sua abertura ao contato com a estagiária, uma figura nova na sessão, era mínima. Ao longo das semanas que se passavam, a estagiária era mais incluída. Desde quando começou a frequentar o centro hípico, Tom tinha horror ao espelho, sua mãe contou que em casa ele já havia quebrado vários. Realizamos um trabalho com ele, apresentando-o gradativamente ao espelho do picadeiro, não só para que Tom se acostumasse com o objeto, mas com o objetivo de trabalhar sua imagem. Ao ver seu reflexo, a equipe acenava para Tom e pedia que ele acenasse também, enfatizando que aquela era a imagem dele mesmo. Muitas vezes ele repetia os acenos para si mesmo,

na tentativa de testar seu eu refletido. Ao final da experiência de estágio, Tom já encarava mais sua imagem.

Bob, em seus primeiros dias de equoterapia, exigia que a mãe estivesse junto com ele ao longo da sessão, o que foi mudando aos poucos. Além disso, ele tinha muito medo de montar e só o fazia se estivesse fortemente agarrado ao pescoço de alguém. E, após montar, ele continuava desse jeito enquanto o cavalo ia no passo. Quando comecei a acompanhar Bob, a mãe já não permanecia no picadeiro e ele já não necessitava se apoiar em alguém. A mãe conta que ele possuía comportamentos zoológicos com cavalos e vacas nas ruas, tais como querer tocar os genitais desses animais. Durante as sessões, percebíamos que, quando Bob ia acariciar o cavalo, o que geralmente as demais crianças faziam na região do pescoço, ele tendia a levar a mão para a região da anca, ou, até mesmo, algumas vezes, a direcionava para a virilha e a soldra. Esse tipo de comportamento se reduziu ao longo do tempo, na medida em que ele se familiarizava mais com o cavalo e lhe atribuía, com a intervenção da estagiária, alguns significantes que não se concentravam em determinadas áreas, mas deslizavam pelo corpo equino. Bob também tinha problemas com repetição, inclusive, no falar, repetia algumas palavras específicas. Às vezes, gritava. Assim como Tom, Bob aparentava querer dizer algo nessas horas e também se alvorava em situações de barulho constante, podendo ter reações agressivas para com os que estivessem ao redor. Quando o Outro lhe era excessivo, ele era excessivo para com o Outro. Talvez por isso ele respondesse tão pouco às solicitações que lhe eram feitas: uma demanda lhe custava muito, até mesmo por ser difícil interpretá-la.

Jimmy, desde que foi a primeira vez ao haras para conhecê-lo, estava sempre de braço dado com a mãe. Quando esta não estava por perto, ele se dirigia a quem estivesse próximo e unia seu braço ao da pessoa. Hipoteticamente, parece que ele buscava sempre um duplo que o confortasse diante do Outro. Não se pode admitir com certeza tal necessidade, pois sua baixa visão talvez fosse o que o obrigava a buscar um apoio para se sentir mais seguro. Jimmy era um garoto muito esperto e inteligente. Não obstante, não tinha coragem de montar o cavalo quando iniciou a equoterapia. A mãe fala que, quando ele era menor, já havia praticado e gostava muito. Naquela época, a equoterapia

Ele foi muito útil, visto que ele praticamente não andava e, depois do tratamento, conseguiu andar. A equipe tentou fazer com que Jimmy montasse aos poucos, primeiro colocava um pé no estribo, depois ficava em pé no estribo e assim por diante. Porém quando chegava à etapa em que ele se sentaria sobre o cavalo, ele se recusava. No decorrer das sessões, o garoto usava da sua astúcia para conversar com a equipe sobre assuntos atípicos para um adolescente, como o tipo de arcada dentária do cavalo, e até mesmo coisas fantasiosas, como afirmar que tinha um amigo que era metade gente e metade tubarão. Jimmy falava demasiadamente, utilizando um vocabulário farto, mas muitas vezes misturava assuntos sem nexos. Por vezes parecia querer distrair a equipe com suas conversas, mas os profissionais se empenhavam em fazê-lo montar. Certo dia, ele alegou ter medo dos buracos da lona que cobria o picadeiro. Os furos eram minúsculos, mas, para ele, detestáveis. Suas sessões passaram a ser fora do picadeiro, ao ar livre. Jimmy também declarou seu pavor de altura e justificava, com isso, seu medo de montar. No último dia da estagiária com Jimmy, depois de várias estratégias aplicadas, ele montou. Foi uma festa: fotos, choro da mãe, palmas. Jimmy exclamava que já queria galopar e até comprar um cavalo, ao mesmo tempo que pedia para descer e sua mãe montar. Decerto, um objeto instável (o animal) era uma segurança inconsistente, que fazia Jimmy responder de modo oscilante.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo apresentar uma experiência ocorrida numa instituição caracterizada como centro hípico, chamando atenção para a condição de estagiário orientado pela psicanálise. Sem o propósito de abordar o tema de maneira aprofundada, foi discutida a questão do autismo. Ao final, recortes dos casos acompanhados foram expostos.

Por meio dessa experiência, percebe-se como a psicanálise pode encontrar barreiras ao adentrar espaços novos ou ainda pouco explorados por ela. Freud (1917/2010) já experimentara a incompreensão e advertia que esta não era provocada pelo desentendimento do que era transmitido pelos psicanalistas, mas de um desafeto. Este, por sua vez, vem do que Freud chamou de “afronta ao narcisismo”, se referindo ao que a psicanálise

promove ao demonstrar que “o Eu não é senhor em sua própria casa” (Freud, 1917/2010, p. 186). Logo, não é de espantar “que o Eu não demonstre boa vontade com a psicanálise e se recuse obstinadamente a dar-lhe crédito” (Freud, 1917/2010, p. 186).

Ainda assim, Freud (1917/2014) ansiava ver a psicanálise alcançar as instituições e atender o povo que a frequenta, ignorando os possíveis estranhamentos. De todo modo, Freud se importou em acentuar que, quando isso acontecesse, “então [haveria] para nós a tarefa de adaptar nossa técnica às novas condições” (Freud, 1917/2014, p. 217).

Marca-se, em relação a outras questões abordadas neste artigo, a que toca à necessidade emergente de escutar e acolher os sujeitos em suas invenções, em detrimento de uma visão que fixa o indivíduo a um diagnóstico que falará por ele. Só assim aparecerão soluções inesperadas (Cirino, 2015). Recomenda-se também que, como bem colocou o autor, “nos casos dos seres falantes nunca estará ‘fora de moda’ a perspectiva ética de que o laço social é o principal remédio para o sofrimento psíquico e que não podemos recusar a busca pelo sentido subjetivo do sintoma” (Cirino, 2015, p. 37).

Tem-se a expectativa de ter contribuído minimamente para o conhecimento dos campos envolvidos neste trabalho, sem, contudo, diminuir a curiosidade por buscar saber sempre mais. Afinal, é como Freud (1917/2014, p. 218) pontuou, ainda se referindo à Psicanálise nas instituições: “como quer que se configure essa psicoterapia para o povo, quaisquer que sejam os elementos que a componham, suas partes mais eficientes e mais importantes continuarão a ser aquelas tomadas da psicanálise rigorosa e não tendenciosa”.

Concluindo, a partir da experiência de estágio com orientação da psicanálise em uma instituição, podem-se depreender as dificuldades do encontro desses discursos distintos, mas passíveis de articulação. Não obstante, os efeitos dessa orientação nos casos acompanhados foram evidentes, principalmente em virtude da especificidade da perspectiva psicanalítica do autismo e das contribuições da psicanálise para se pensar as práticas “psis” em instituições com equipes multidisciplinares.



## REFERÊNCIAS

- Abreu, D. N. (2008). A prática entre vários: a psicanálise na instituição de saúde mental. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 8(1), 74-82.
- Alkmim, W. D. D. (2008). Construir o caso clínico, a instituição enquanto exceção. *CliniCAPS*, 2(4), 1-6.
- Alves, H. M. (2015). *Corpo e linguagem na equoterapia: uma leitura psicanalítica* (dissertação). Universidade de Brasília, Brasília, Goiás, Brasil.
- American Psychological Association [APA]. (2013). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. (5ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Associação Nacional de Equoterapia [ANDE-BRASIL]. (2008). Bases e fundamentos doutrinários da equoterapia no Brasil. In Coordenação de Ensino Pesquisa e Extensão (Coord.), *Curso Básico de Equoterapia [Apostila]*, Brasília.
- Baio, V. (1999). O ato a partir de muitos. *Curinga*, 13, 66-73.
- Barros, R. R. (2003). Sem standard mas não sem princípio. In Harari, A., & Fruger, F. (Orgs.). *Os usos da psicanálise: primeiro encontro americano do Campo Freudiano* (p. 39-48). Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Bernardino, L. M. F. (2015). O psicanalista e as psicopatologias da infância. In Kamers, M., Mariotto, R. M. M., & Voltolini, R. (Orgs.), *Por uma (nova) psicopatologia da infância e da adolescência*, v. 1, p. 55-67. São Paulo: Escuta.
- Berni, J. T. (2015). *A presença do estagiário numa instituição para crianças em grandes dificuldades psíquicas* (dissertação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
- Cirino, O. (2015). Genealogia da psiquiatria da infância. In Kamers, M., Mariotto, R. M. M. & Voltolini, R. (Orgs.). *Por uma (nova) psicopatologia da infância e da adolescência*, v. 1, p. 19-40. São Paulo: Escuta.
- Di Ciaccia, A. (1999). Da fundação por Um à prática feita por muitos. *Curinga*, 13, 60-65.
- Ferreira, T., & Vorcaro, A. (2017). *O tratamento psicanalítico de crianças autistas: Diálogo com múltiplas experiências*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Freud, S. (2010). Uma dificuldade da psicanálise. In Freud, S. [Autor], *História de uma neurose infantil ("O homem dos lobos")*, *Além do princípio do prazer e outros textos*, v. 14. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1917).

- Freud, S. (2014). A terapia analítica. In Freud, S. [Autor], *Conferências introdutórias à psicanálise*, v. 13, p. 593-612. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1917)
- Kupfer, M. C. (2015). O impacto do autismo no mundo contemporâneo. In Kamers, M., Mariotto, R. M. M., & Voltolini, R. (Orgs.). *Por uma (nova) psicopatologia da infância e da adolescência*, v. 1, p. 169-184. São Paulo: Escuta.
- Kupfer, M. C. M., Faria, C., & Keiko, C. (2007). O tratamento institucional do Outro na psicose infantil e no autismo. *Arquivos brasileiros de psicologia*, 59(2), 156-166.
- Lacan, J. (1992). *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1969-1970)
- Lebrun, J. P. (2009). *Clínica da instituição. O que a psicanálise contribui para a vida coletiva*. Porto Alegre: CMC.
- Levin, E. (2002). *A infância em cena: constituição do sujeito e desenvolvimento psicomotor*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Maleval, J. C. (2015). Por que a hipótese de uma estrutura autística? *Opção Lacaniana online nova série*, 6(18), 1-40.
- Pimenta, P. R. (2012). *O objeto autístico e sua função no tratamento psicanalítico do autismo* (dissertação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
- Pimenta, P. R. (2019). Clínica e escolarização dos alunos com transtorno do espectro autista (TEA). *Educação e Realidade*, 44(1), 2-22.
- Quinet, A. (2011). As vertentes do sintoma. In Quinet, A. [Autor], *A descoberta do inconsciente: do desejo ao sintoma*. (4ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Stevens, A. (2007). A instituição: prática do ato. In Miller, J. A., & Miller, J. [Orgs.], *Pertinências da psicanálise aplicada: trabalhos da Escola da Causa Freudiana reunidos pela Associação do Campo Freudiano*, v. 1, p. 76-85. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Tustin, F. (1975). *Autismo e psicose infantil*. Rio de Janeiro: Imago.
- Vilela, A. A. M. (2014). *O efeito-equipe e a construção do caso clínico*. Curitiba: CRV Editora.
- Winnicott, D. W. (1975). Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In Winnicott, D. W. [Autor], *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1951).

- Zenoni, A. (1991). Traitement de l'autre. *Préliminaire, Antenne 110, Bruxelles, 3*, 101-113.
- Zenoni, A. (2000). Qual instituição para o sujeito psicótico? *Abrecampos: Revista de Saúde Mental do Instituto Raul Soares, 1(0)*, 12-31.
- Zenoni, A. (2009). *L'autre pratique clinique*. Toulouse: Éditions Érès.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Palavra registrada pela Associação Nacional de Equoterapia (ANDE-BRASIL, 2008) que diz respeito a todas as práticas que se servem do cavalo com técnicas de equitação e atividades equestres a fim de promover reabilitação e/ou educação de pessoas com diversidade funcional ou com necessidades especiais.
- <sup>2</sup> Tal equipe tinha algumas particularidades. No começo, a educadora física era a única que tinha expediente todos os dias e estava em todos os horários de atendimento às crianças no haras. A fisioterapeuta acompanhava apenas algumas crianças. Após a saída da educadora e a entrada de um novo fisioterapeuta, todos os atendimentos passaram a ter acompanhamento fisioterápico, visto que os fisioterapeutas estavam dividindo os horários (manhã e tarde). Também ocorria revezamento entre os instrutores de equitação. Já a psicóloga trabalhava somente uma vez por mês no haras e acompanhava poucas crianças. Houve outras pequenas mudanças em aspectos relacionados à equipe no decorrer da experiência relatada.
- <sup>3</sup> Conforme informado por Alkmin (2008), esse termo foi criado durante os encontros da Sessão Clínica do Instituto Raul Soares.
- <sup>4</sup> Miller, na abertura da IIIª Jornada da Rede Internacional de Instituições Infantis (RI3), ocorrida na Antenne 110, em Bruxelas, na Bélgica, denomina a prática realizada por Di Ciaccia naquela instituição como “prática entre vários” (Di Ciaccia, 1999). A Antenne 110 é uma instituição orientada pela Psicanálise para crianças com sofrimentos psíquicos que necessitam de tratamento intensivo e multidisciplinar.
- <sup>5</sup> Os nomes dados aos praticantes são fictícios.
- <sup>6</sup> Quanto à supervisão de estágio, esta não estava totalmente comprometida, visto que uma professora do departamento de Psicologia era responsável por isso. A estagiária tinha uma reunião por semana com a professora para discussão dos casos e orientação.
- <sup>7</sup> No sentido de que pode servir como objeto pulsional em substituição de outros.
- <sup>8</sup> Pimenta e Maleval apontam dois outros componentes: o duplo e o interesse autístico. Ambos fogem ao escopo deste trabalho, portanto tratar-se-á somente do objeto autístico.
- <sup>9</sup> Os diagnósticos médicos que chegavam ao haras não eram, normalmente, questionados pela equipe, com exceção da estagiária que não os tomava como definição do sujeito. No entanto, por não haver um processo diagnóstico por parte da Psicologia na instituição, os diagnósticos permaneciam sendo aqueles.

Recebido em 1 de agosto de 2019  
 Aceito para publicação em 20 de janeiro de 2020

## A DEPRESSÃO EM FREUD: UMA ANÁLISE DO CONCEITO A PARTIR DA TEORIA FREUDIANA DA LIBIDO

*Alberto Antunes Medeiros\**

*Roberto Calazans\*\**

### RESUMO

O artigo propõe uma análise do conceito de depressão à luz da teoria freudiana da libido. Para essa empreitada, realizamos primeiramente uma imersão nos textos freudianos a fim de rastrear o uso do conceito. Essa direção nos mostra uma associação precisa entre a depressão e a inibição enquanto resposta do sujeito frente à angústia. Posteriormente, o dispositivo libidinal surge como a ferramenta que permite operar um diagnóstico diferencial entre uma depressão que pode ser definida como neurótica, se apresentando sob a forma de inibição e uma depressão melancólica, que se apresenta a partir de um apagamento do sujeito em função de uma identificação com um objeto perdido. Por fim, é possível constatar que a psicanálise se mostra como uma alternativa para pensarmos os estados depressivos presentes na clínica na medida em que os considera a partir da noção de desejo. Nesse contexto, a depressão assume a perspectiva de uma resposta do sujeito, podendo ser pensada além das desordens neurobiológicas e dos tratamentos medicamentosos.

Palavras-chave: depressão; psicanálise; luto; melancolia; libido.

---

\* Psicólogo. Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

\*\* Psicanalista. Doutor em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Associado IV do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del Rei. Membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Psicanálise. Pós-Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG.

## DEPRESSION IN FREUD: AN ANALYSIS OF THE CONCEPT FROM THE FREUDIAN THEORY OF LIBIDO

### ABSTRACT

*The article proposes an analysis of the concept of depression in the light of the Freudian theory of libido. For this endeavor, we first performed an immersion in the Freudian texts in order to trace the use of the concept. This direction shows us a precise association between depression and inhibition as the subject's response to distress. Subsequently, the libidinal device appears as the tool that allows to operate a differential diagnosis between a depression that can be defined as neurotic, presenting in the form of inhibition and a melancholic depression, which presents from a deletion of the subject as a function of an identification with a lost object. Finally, it is possible to observe that psychoanalysis presents itself as an alternative to think about the depressive states that present themselves in the clinic insofar as it considers them from the notion of desire. In this context, depression assumes the perspective of a response of the subject, and can be thought beyond neurobiological disorders and drug treatments.*

*Keywords: depression; psychoanalysis; mourning; melancholia; libido.*

## LA DEPRESIÓN EN FREUD: UN ANÁLISIS DEL CONCEPTO A PARTIR DE LA TEORÍA FREUDIANA DE LA LIBIDO

### RESUMEN

*El artículo propone un análisis del concepto de depresión a la luz de la teoría freudiana de la libido. Para esa tarea, realizamos primero una inmersión en los textos freudianos a fin de rastrear el uso del concepto. Esta dirección nos muestra una asociación precisa entre la depresión y la inhibición como respuesta del sujeto frente a la angustia. Posteriormente, el dispositivo libidinal surge como la herramienta que permite operar un diagnóstico diferencial entre una depresión que puede ser definida como neurótica, presentándose bajo la forma de inhibición, y una depresión melancólica, que se presenta a partir de un borrado del sujeto en función de una identificación con un objeto perdido. Por último, es posible constatar que el psicoanálisis se presenta como una alternativa para pensar los estados depresivos que se presentan en la clínica en la medida en que los considera a partir de la noción de deseo. En ese contexto, la depresión asume la perspectiva de una respuesta del sujeto, pudiendo ser pensada más allá de los desórdenes neurobiológicos y de los tratamientos medicamentosos.*

*Palabras clave: depresión; psicoanálisis; luto; melancolía; libido.*

## INTRODUÇÃO

Atualmente a depressão se tornou um assunto sempre presente no cotidiano, sendo um tema extremamente difundido na sociedade contemporânea. É raro encontrarmos com algum cidadão do mundo nos dias de hoje que não esteja a par da temática da depressão. Nessa direção, Peres (2003) nos afirma que a presença da depressão no cotidiano é algo alarmante e nos aponta algumas questões sobre sua incidência. Segundo a autora, em 1970, havia cerca de cem milhões de pessoas diagnosticadas com depressão no mundo; 30 anos depois esse número somava a quantidade de um bilhão de pessoas. A depressão ainda figura como problema de saúde pública. A Organização Mundial de Saúde estima que, em 2020, seja a segunda maior patologia em termos de incapacitação, só perdendo para os problemas cardiovasculares. Em países emergentes, provavelmente será a primeira (OMS., 2002). Sobre sua incidência na França, Peres (2003) ainda nos mostra um aumento de 60% dos casos em 10 anos (1980-1991); no caso em questão, trata-se do aumento de um milhão de diagnósticos. Os Estados Unidos, por sua vez, registraram no período entre 1980 e 1989 algo entre 2,5 e 4,7 milhões de consultas e prescrições de antidepressivos. Num sentido parecido, Santos (2014) afirma que foram vendidas, em 2007, 23,2 milhões de cápsulas de fluoxetina – um antidepressivo comum atualmente – sendo que em 2011 foram vendidas 34,6 milhões de cápsulas, o que mostra um aumento de quase 50% em quatro anos.

Nesse sentido, podemos afirmar que, embora tenhamos várias concepções acerca da depressão, a perspectiva que impera hoje é a biomédica. Como ilustração, podemos tomar as diretrizes para o tratamento da depressão disponibilizadas pela Associação Médica Brasileira. No referido documento, é possível perceber como os tratamentos só podem ser administrados por médicos na medida em que eles se dão quase que exclusivamente por via medicamentosa. Outros tratamentos como a psicoterapia acabam se tornando secundários, na medida em que os antidepressivos são “efetivos no tratamento agudo das depressões moderadas e graves” (Fleck *et al.*, 2009, p. 9) e tratamentos psicológicos específicos para episódio depressivo são efetivos, “com

maiores evidências para depressões leves a moderadas” (Fleck *et al.*, 2009, p. 9). Ora, o que temos então é um cenário onde os casos mais graves de depressão são tratados pela medicina e os casos mais brandos, pela psicologia, com o aval da primeira.

Nesse sentido, Rodrigues (2000) nos afirma que a depressão enquanto problema médico acaba se tornando um objeto da psiquiatria, sendo o psiquiatra o profissional responsável por um saber sobre aquele fenômeno. Uma afirmação dessa ordem retira a possibilidade de diálogo com outras áreas do saber psicopatológico.

A contribuição da psicanálise para pensarmos a depressão difere das outras teorias que pretendem se posicionar como hegemônicas no campo psicopatológico, a saber, as que reduzem todo e qualquer fenômeno clínico a um epifenômeno de uma disfunção cerebral ou a um déficit cognitivo. Ainda sobre sua abordagem, Freud em “Inibição, sintoma e angústia”, é muito preciso e atual ao nos afirmar que não é

a favor da fabricação de visões do mundo. Isso deve ser deixado para os filósofos, que confessadamente acham inexequível a jornada da existência sem um guia de viagem como esse, que informa sobre tudo. Aceitemos humildemente o desprezo com que eles nos olham, do alto de sua sublime carência. Mas, como também não podemos negar nosso orgulho narcísico, acharemos consolo na reflexão de que todos esses “guias de existência” envelhecem rapidamente, de que é justamente nosso trabalho miúdo, estreito e míope que torna necessárias novas edições deles, e de que inclusive os mais modernos desses guias são tentativas de achar substituto para o velho catecismo, tão cômodo e tão completo. Sabemos que até agora a ciência pôde lançar muito pouca luz sobre os enigmas deste mundo; o barulho dos filósofos nada mudará isso, apenas a paciente continuação do trabalho que tudo subordina à exigência de certeza pode gradualmente produzir mudança. Ao cantar na escuridão, o andarilho nega seu medo, mas nem por isso enxerga mais claro. (Freud, 1926/2010, p. 26)

Além disso, a psicanálise, como nos diz Phillippe Julien (2004), não é voltada à idiotia no sentido de que está sempre à disposição para manter um diálogo com outras práticas. Assim, muitos temas e termos são tomados da psiquiatria clássica e retomados a partir da noção de sujeito do inconsciente, como nos apontam Alvarez, Esteban, e Sauvagnat,

(2004). Desse modo, ao pensarmos a depressão a partir da psicanálise, nos deparamos com a questão da singularidade do sofrimento e da impossibilidade de generalização, o que não significa impossibilidade de construção e transmissão de um saber. Tratar da singularidade é reportar a um campo específico de problemas que só podem ser tratados pelos modos com que o sujeito lida, pela linguagem, das dificuldades com eventos de ordem pulsional que afetam diretamente o seu corpo. A depressão se encontra diretamente ligada a essa dimensão.

Seguindo nessa direção, Quinet (2013) nos afirma que a depressão não é uma entidade clínica ou um sintoma, mas um estado do sujeito que se caracteriza por dor, tristeza e falta de vontade. Desse modo, consideramos que a depressão, a partir da psicanálise, é um tratamento subjetivo do afeto. Pinheiro, Quintella e Vertzman (2010, 2010, p. 155) assinalam “que a depressão configura-se como um estado que pode se manifestar em várias organizações psíquicas”. Rodrigues (2000), por sua vez, nos mostra como Freud utiliza o termo melancolia para tratar de um quadro psicótico bastante preciso, enquanto os fenômenos depressivos se faziam presentes em diversas categorias nosográficas, concebendo-os como próprios do existir humano.

Diante disso, acreditamos que, para pensarmos essas proposições à luz dos conceitos freudianos, é necessário realizar um trajeto em sua obra a fim de investigarmos o que está em questão para o sujeito nesse momento.

## O CONCEITO DE DEPRESSÃO NA OBRA FREUDIANA

Embora Freud nunca tenha apresentado um caso clínico de depressão, um breve percurso por sua obra pode nos mostrar que o termo se faz presente desde os seus primórdios. Encontramos o termo nos textos ditos pré-psicanalíticos de Freud, como é o caso de Histeria (Freud, 1888/1996), em que ele designa um estado. Através desse percurso podemos ver como o termo é utilizado em situações distintas. O que podemos dizer de maneira bem generalista sobre o termo é o fato de ele ser quase que em todos os casos empregados para falar de estados do sujeito. Um primeiro estado que se caracterizaria por completa apatia como nos mostra Freud



no Rascunho F (Freud, 1894b/1996). Poderíamos entender ainda, através de outras passagens, como a depressão era designada para tratar de um estado oposto à excitação e bem-estar. Em “Psicologia das massas e análise do eu”, Freud, afirma que “sabe-se que existem pessoas cuja disposição geral de humor oscila periodicamente, de um abatimento excessivo a uma elevada sensação de bem-estar” (Freud, 1921/2011, p. 75). Por fim, o antagonismo de sua posição em relação à excitação pode ser evidenciado em outros momentos, como na Conferência XXVIII, em que Freud fala de um caso de depressão cíclica (Freud, 1917b/2010). No entanto, é ao constatar a inibição – estado oposto à excitação – do sujeito como algo sempre presente no que se chama de depressão que podemos começar a nos orientar no tema. Em “Inibição, sintoma e angústia”, Freud (1926/2010) traça uma distinção sobre esses três fenômenos a partir da psicanálise. Essa referência é importante na medida em que Freud nos afirma que “a partir daí deve ser possível encontrar uma via para compreender a inibição geral que caracteriza os estados de depressão, incluindo o mais grave deles, a melancolia” (Freud, 1926/2010, p. 19). Desse modo, podemos ver como a inibição é característica específica dos estados de depressão e como pode se fazer presente em diversos quadros clínicos.

Desse modo, nossos interesses se voltam para a questão da inibição. É nesse sentido também que dois pontos na obra freudiana nos interessam por serem contribuições para pensar o tema da depressão. A primeira referência é o texto “Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina” (1920/2011) em que Freud brevemente nos fala de casos de

mulheres em estado de grave depressão, que ao serem interrogadas sobre a possível causa de sua condição, nos dizem que, realmente, tiveram um ligeiro sentimento por determinada pessoa, mas que não fora nada profundo, logo superando o sentimento quando tiveram de abandoná-la. No entanto foi essa renúncia, aparentemente tão bem suportada, que se tornou a causa do grave distúrbio mental. Encontramos ainda homens que passaram por casos amorosos ocasionais, e só pelos efeitos subsequentes compreendem que estiveram apaixonadamente amorosos da pessoa a quem, aparentemente, consideraram levemente. Fica-se também estupefato com os resultados inesperados que se podem seguir a um aborto artificial, à morte de um filho não nascido, decidido sem remorso e sem hesitação. Tem-se de admitir que os poetas estão certos em

gostar de retratar pessoas que estão enamoradas sem sabê-lo ou incertas se amam, ou que pensam que odeiam quando na realidade amam. Pareceria que as informações recebidas por nossa consciência acerca de nossa vida erótica são especialmente passíveis de serem incompletas, cheias de lacunas ou falsificadas (Freud, 1920/2011, p. 109-110).

No entanto, como podemos pensar o que está em questão para o sujeito nesse momento? Acreditamos que a dinâmica libidinal é um caminho possível para pensarmos essa questão. O dispositivo libidinal que nos é apresentado na teoria do narcisismo, proposta por Freud (1914/2010), pode contribuir com nossas investigações a partir da inibição enquanto resposta.

Retomando “Inibição, sintoma e angústia” (Freud, 1926/2010), temos uma definição da inibição que pode nos ajudar nessa tarefa. Trata-se de toda e qualquer “restrição funcional do Eu, sendo uma limitação funcional do Eu que pode ter causas muito diversas.” (Freud, 1926/2010, p. 17). Sendo algo de causas diversas, tomemos como ponto de partida o fato de a inibição apresentar íntima conexão com a função. Esta, por sua vez, se encontra relacionada à motilidade que é delegada ao Eu (Freud, 1923/2011). Se o diagnóstico psiquiátrico de depressão pode ser pensado através de sintomas como perda de prazer e prejuízo na produtividade laboral/social (APA, 2013), acreditamos que a questão da motilidade na inibição do Eu pode apresentar relações com o desejo do sujeito que podem nos orientar quanto a uma perspectiva freudiana da depressão.

Freud ainda nos afirma que existem também tipos de inibições que podem ser facilmente explicadas. É o caso de quando o Eu é solicitado a uma tarefa difícil como, por exemplo, um trabalho de luto, em que tem de realizar um grande dispêndio de energia, reduzindo assim suas funções.

Na sua análise sobre a inibição, Freud (1926/2010) investiga as funções do Eu, em especial a função sexual, a nutrição, a locomoção e a função laboral para uma maior compreensão de sua manifestação. O que se pode notar a partir dessa análise é que, em todos esses pontos, os investimentos libidinais nos objetos se voltam para o Eu. Podemos ver um afastamento da libido que, segundo Freud (1926/2010), provoca uma inibição pura, a piora no cumprimento da função e a dificuldade na função graças ao desvio para outras metas. Como consequência o que temos é a falta de desejo.

Falta desejo sexual, falta vontade de se locomover e falta vontade de se alimentar. Sobre a função laboral, Freud faz uma consideração interessante. Se no começo do texto ele nos afirma que a psicanálise permite uma distinção clínica entre inibição e sintoma, ele nos aponta o que pode ser entendido como um equívoco da medicina da época ao tratar a inibição do trabalho como sintoma isolado. Trata-se de um quadro que apresenta prazer diminuído, pior execução ou manifestações como fadiga quando o indivíduo não tem alternativa que não trabalhar. Tomando as outras funções por analogia, o que podemos ver então na função laboral é uma espécie de ausência dos investimentos libidinais no próprio trabalho em si. A íntima relação com a motilidade nos é evidenciada na medida em que a inibição se apresenta no momento em que os investimentos libidinais externos cessam. Desse modo, os investimentos libidinais externos figuram agora como norteadores para o problema apresentado.

Esse movimento de retração libidinal não deve ser visto, segundo Freud (1915/2010), como algo necessariamente patogênico. Trata-se de algo normal, que acontece também nos estados de sono por exemplo. Nesses casos o sujeito retira o investimento libidinal do mundo externo e os envia para o Eu, mais precisamente para a vontade de dormir. Em sua conferência sobre “A teoria da libido e o narcisismo”, Freud (1917a/2010) nos fornece uma explicação metapsicológica precisa a fim de esclarecer o que se emprega em termos libidinais nesses casos. Segundo Freud (1917a/2010, p. 446):

A libido, que encontramos apegada aos objetos e que é expressão do anseio de neles conquistar satisfação, pode também deixá-los, substituindo-os pelo próprio Eu, uma concepção que gradualmente se desenvolveu de forma cada vez mais coerente. O nome para essa alocação de libido – narcisismo – tomamos emprestado a uma perversão descrita por Paul Näcke, na qual o indivíduo trata o próprio corpo com todas as carícias normalmente dedicadas a um objeto sexual externo.

Freud ainda fala sobre essa capacidade da libido de eleger o Eu como meta em outros momentos. Em “Introdução ao narcisismo” (1914/2010), ele nos afirma que essa conduta – enquanto alocação de libido – pode se dar de maneira bem intensa, reivindicando um lugar no desenvolvimento sexual regular do sujeito. Para a fundamentação do fenômeno, isso é, a

plasticidade da libido, Freud postula uma oposição entre libido narcísica e libido do objeto. Uma é inversamente proporcional à outra em termos de emprego. Quanto mais uma se faz presente, mais a outra se ausenta. Podemos ver isso no estado de enamoramento, no qual temos um abandono da própria personalidade em função do investimento objetal. Outro exemplo da plasticidade libidinal citada por Freud (1914/2010; 1915/2010) se dá quando um indivíduo sofre intensamente de dor orgânica. Este acaba abandonando o interesse pelo mundo externo em função do seu sofrimento. Só isso lhe interessa. O sujeito retira os investimentos libidinais externos e só os reenvia para fora novamente depois de curado.

Em relação à transformação da libido objetal em libido narcísica, Freud (1915/2010) nos chama a atenção para um fato importante. De acordo com o autor, o narcisismo seria um estado original que havia antes da estabilização das pulsões do Eu, da unidade deste e até mesmo dos investimentos libidinais em objetos externos. Inicialmente, muitas pulsões se satisfaziam no próprio corpo. Desse modo, o desenvolvimento da libido tem como possibilidade não apenas o apoio em um objeto externo, mas pode se desenvolver também de maneira narcisista. Um quadro em que o Eu é tomado como objeto.

O que podemos ver é que, embora Freud nos apresente a ausência dos investimentos libidinais como fator de influência da inibição que ocorre sobre o Eu, a inibição não se reduz a isso. Logo, a questão libidinal não adquire um aspecto etiológico direto, mas nos dá mais pistas para a compreensão do fenômeno e, principalmente, de sua complexidade.

É precisamente em “Além do princípio do prazer” que Freud (1920/2010) nos mostra como a libido do objeto é, na verdade, libido sexual, estando a serviço desse princípio do prazer. Essa libido tem como meta a satisfação através da ligação objetal. Em contrapartida a esta, temos a libido narcísica – ou libido do Eu. Ela surge também como fator responsável para explicar um fenômeno interessante que nos auxilia na compreensão da inibição, ao mesmo tempo que ditou os rumos da clínica psicanalítica. Freud (1920/2010, p. 131) diz:

Tornou-se cada vez mais claro, porém, que a meta proposta, de tornar consciente o que era inconsciente, também não era inteiramente exequível por esse caminho. O doente não pode lembrar-se de tudo o que nele

está reprimido, talvez precisamente do essencial, não se convencendo da justeza da construção que lhe é informada. Ele é antes levado a repetir o reprimido como vivência atual.

Através dessa relação estabelecida entre a libido do Eu e a compulsão à repetição, Freud (1923/2011) atribui às pulsões certo caráter conservador e teoriza a existência de uma pulsão que tem como meta a morte. É isso que está para além do princípio do prazer. Essa pulsão de morte (Freud, 1923/2011) visa restabelecer um estado anterior à introdução do sujeito na cena do triângulo edípico. Uma situação que existia antes do sujeito enquanto tal. Segundo Freud:

Seria contrário à natureza conservadora dos instintos que o objetivo da vida fosse um estado nunca antes alcançado. Terá de ser, isto sim, um velho estado inicial, que o vivente abandonou certa vez e ao qual ele se esforça por voltar, através de todos os rodeios de seu desenvolvimento. Se é lícito aceitarmos, como experiência que não tem exceção, que todo ser vivo morre por razões internas, retorna ao estado inorgânico, então só podemos dizer que o objetivo de toda vida é a morte e, retrospectivamente, que o inanimado existia antes que o vivente (Freud, 1923/2011, p. 149).

Há ainda uma questão chave para a compreensão da inibição. Freud nos demonstra como essa pulsão de morte guarda um caráter de precedência em relação a Eros e visa restaurar um estado anterior à vida. O que atrapalha esse estado, segundo Freud (1923/2011), é a libido objetal – Eros. Têm-se agora plenas condições de estabelecer ligações externas, despertando o organismo para sua condição de sujeito na medida em que essa ligação acontece sempre de maneira incompleta.

Se a pulsão de morte pode, de certo modo, nos explicar a questão da inibição, Eros enquanto seu oposto também nos auxilia nessa questão. Ao se posicionar como uma pulsão que surge após aquela que visa à restauração inorgânica, Eros surge também como aquilo que pode vir a tirar o Eu da inibição aliada à falta de desejo. Agora podemos entender especificamente o motivo pelo qual os investimentos libidinais são influentes na questão da inibição. Ao se ausentar, Eros, que visa à ligação, permite que a pulsão de morte tome conta. Freud (1920/2010) ainda nos afirma que é exatamente a ligação como meta, ou seja, a libido objetal que faz com que o indivíduo saia da sua condição de organismo, podendo

emergir enquanto sujeito. É como se Eros o perturbasse, clamando por uma ligação ao objeto.

Todas essas questões nos mostram que, a partir de Freud, a depressão assume um aspecto de resposta do sujeito. Essas questões também são trabalhadas em outro texto muito importante para o problema aqui apresentado. Trata-se de “Luto e melancolia” (1915/2010), em que Freud apresenta a noção de perda como fator comum aos dois quadros. No entanto, a abordagem freudiana nos permite pensar o dispositivo libidinal como a ferramenta que permite operar um diagnóstico diferencial desses quadros. Trata-se de uma questão importante para o problema aqui proposto, na medida em que orienta o analista em relação a uma diferenciação operacional dos diversos afetos depressivos que um sujeito pode apresentar na clínica.

## LUTO E MELANCOLIA E A DINÂMICA LIBIDINAL

“Luto e melancolia” (1915/2010) figura como um texto importante, pois surge como um norteador preciso para pensarmos uma diferença teórico-clínica entre os estados depressivos do sujeito, inviabilizando a redução de um quadro ao outro e impossibilitando uma clínica pautada unicamente na fenomenologia dos sintomas.

Freud aborda o luto e a melancolia a partir de uma distinção tênue entre os dois quadros que têm como fator comum a perda. Segundo Freud:

A melancolia se caracteriza, em termos psíquicos, por um abatimento doloroso, uma cessação do interesse pelo mundo exterior, perda da capacidade de amar, inibição de toda atividade e diminuição da autoestima, que se expressa em recriminações e ofensas à própria pessoa e pode chegar a uma delirante expectativa de punição (Freud, 1915/2010, p. 128).

O luto se apresenta de maneira parecida. O desânimo, o cessar de interesse pelo mundo externo e perda de capacidade de amar, enfim, a inibição do sujeito, se fazem presentes. Podemos ver que a semelhança entre os dois quadros se justifica quando Freud (1895/1996) nos afirma no *Rascunho G* que o luto é o afeto correspondente à melancolia. Essa semelhança pode inclusive nos ajudar a pensar a redução da melancolia à depressão na medida em que a psiquiatria opera, até hoje, através da classificação de sintomas.

Há então uma convergência dos dois quadros na teoria freudiana. Freud (1915/2010) nos demonstra como a perda objetal se apresenta como ponto de amarração. Paradoxalmente, é exatamente essa convergência nas relações objetais que nos permite uma explicação metapsicológica para o luto e os estados depressivos que com ele se relacionam e para a melancolia, marcando assim a distinção entre os quadros. A partir de sua metapsicologia, Freud (1915/2010) nos demonstra que no luto há um cenário em que o sujeito, ao perder um objeto amado, percebe através de um exame de realidade que “o objeto amado não mais existe, e então exige que toda libido seja retirada de suas conexões com esse objeto.” (Freud, 1915/2010, p. 129). Todo o abatimento e inibição característicos do luto são, portanto, uma consequência do próprio trabalho, deixando o eu ocupado demais para se relacionar com o mundo externo. Ainda de acordo com Freud:

Isso desperta uma compreensível oposição – observa-se geralmente que o ser humano não gosta de abandonar uma posição libidinal, mesmo quando um substituto já se anuncia. Essa oposição pode ser tão intensa que se produz um afastamento da realidade e um apego ao objeto mediante uma psicose de desejo alucinatória (ver o ensaio anterior). O normal é que vença o respeito à realidade. Mas a solicitação desta não pode ser atendida imediatamente. É cumprida aos poucos, com grande aplicação de tempo e energia de investimento, e enquanto isso a existência do objeto perdido se prolonga na psique. Cada uma das lembranças e expectativas em que a libido se achava ligada ao objeto é enfocada e superinvestida, e em cada uma sucede o desligamento da libido. Não é fácil fundamentar economicamente por que é tão dolorosa essa operação de compromisso em que o mandamento da realidade pouco a pouco se efetiva. É curioso que esse doloroso desprazer nos pareça natural. Mas o fato é que, após a consumação do trabalho do luto, o Eu fica novamente livre e desimpedido (Freud, 1915/2010, p. 129-130).

Considerando então que o luto é o afeto correspondente à melancolia (Freud, 1895/1996), podemos concluir então que a melancolia, assim como o luto, diz respeito a uma perda objetal. Mas como podemos pensar o que está em questão para o sujeito em cada um desses quadros? Essa questão é importante, pois, se os dois quadros são semelhantes, o psicanalista precisa de uma orientação que lhe permita diferenciá-los para

definir uma direção possível de tratamento. Vejamos então como essa questão se apresenta.

Freud nos afirma que há um traço clínico distintivo no quadro melancólico. Esse traço é importante na medida em que o diagnóstico psicanalítico de melancolia se orienta por ele, permitindo a distinção teórico-clínica entre os dois quadros. Trata-se das autocríticas que o sujeito profere. Estas são, por excelência, características do quadro melancólico. O sujeito sempre se apresenta como alguém indigno. Freud diz que:

O melancólico ainda nos apresenta uma coisa que falta no luto: um extraordinário rebaixamento da autoestima, um enorme empobrecimento do Eu. No luto, é o mundo que se torna pobre e vazio; na melancolia, é o próprio Eu. O doente nos descreve seu Eu como indigno, incapaz e desprezível; recrimina e insulta a si mesmo, espera rejeição e castigo. Degrada-se diante dos outros; tem pena de seus familiares por serem ligados a alguém tão indigno. Não julga que lhe sucedeu uma mudança e estende sua autocrítica ao passado; afirma que jamais foi melhor. O quadro desse delírio de pequenez – predominantemente moral – é completado com insônia, recusa de alimentação e uma psicologicamente notável superação do instinto que faz todo vivente se apegar à vida (Freud, 1915/2010. p. 130).

No entanto, algo específico no campo do sujeito acontece. É exatamente isso que nos explica a existência do quadro clínico que permite a distinção entre os dois quadros. Tal como no luto, houve uma perda objetal, mas, devido a uma condição específica, a libido, ao invés de ser retirada para um novo objeto após o fim do luto, teve outro destino. No lugar de ter um novo objeto, ela toma como alvo o ego. O que temos então é um quadro em que “a sombra do objeto caiu sobre o Eu” (Freud, 1915/2010, p. 133). Há, a partir disso, uma identificação do sujeito com o objeto perdido. A parte do ego que se identifica com o objeto é vítima agora de uma violência sádica que nos remete à ambivalência característica da perda. Freud (1915/2010) ainda nos chama a atenção para o fato de que, se escutarmos com atenção as queixas melancólicas, podemos constatar que não se adequam ao sujeito que as profere, mas sim a alguém que lhe é ou foi próximo. A identificação com o objeto perdido tem implicações libidinais que podem nos ajudar a compreender os estados



depressivos do sujeito. Se, no luto, temos um trabalho de remanejamento da libido, na melancolia temos algo diferente. Freud (1895/1996) nos fala de como na melancolia há uma espécie de hemorragia interna, uma espécie de sucção da excitação. Em outros momentos, como no “Rascunho B” (1893/1996) e no “Rascunho E” (1894a/1996), Freud ainda nos afirma a existência de uma espécie de anestesia sexual psíquica.

Ao fornecer um operador que permite o diagnóstico diferencial desses dois fenômenos, Freud nos mostra que na verdade os estados de depressão que se abatem sobre o sujeito, embora semelhantes, podem ter uma etiologia diferente. Assim, podemos dividi-los em dois grupos, sendo que o primeiro corresponde aos estados depressivos neuróticos ou à depressão neurótica. Trata-se de uma situação em que ocorre um desinvestimento nos objetos libidinais, tendo uma íntima relação com a inibição e com o luto. O segundo grupo agruparia os estados depressivos psicóticos ou a depressão melancólica, que representaria um quadro psicótico específico em que ocorreria um apagamento do desejo do sujeito e um discurso autodestrutivo que tem sua raiz em uma identificação do sujeito para com o objeto perdido. Trata-se especificamente de um luto que não pode ser elaborado.

## CONSIDERAÇÕES

A psicanálise propõe outro caminho em relação à depressão. Ao invés de pensar o problema como uma desordem, Freud pensa os estados depressivos como uma resposta muito específica do sujeito que ele chama de Inibição. O dispositivo libidinal da psicanálise nos mostra que essa resposta se dá na medida em que o sujeito rompe ou não realiza os investimentos libidinais em objetos que podem lhe conferir alguma satisfação.

Em “Luto e melancolia”, Freud faz uma contribuição definitiva para o tema na medida em que se propõe a pensar a etiologia desses afetos. Nesse trabalho, Freud situa o luto como fator etiológico por trás dos estados depressivos. Trata-se de uma perda objetual sofrida pelo sujeito e todo o sofrimento e abatimento que caracterizariam esse quadro podem ser explicados a partir de um trabalho de remanejamento da libido a ser feito.

A melancolia, por sua vez, diria respeito a um quadro clínico muito específico de psicose. Segundo Freud, o sujeito melancólico também sofre por uma perda, no entanto a psicanálise nos mostra que há aí uma diferença estrutural que nos remete às questões íntimas do sujeito. Trata-se de um apagamento do sujeito em função de uma identificação deste com o objeto que foi perdido. Essa situação faz com que o desejo se apresente às avessas, o que conduz o sujeito para o apagamento.

Nesse contexto, a dinâmica libidinal surge como o operador que nos permite entender o que está em questão tanto na depressão neurótica quanto na depressão melancólica. A partir dessa noção, temos ferramentas suficientes para pensarmos como se estrutura o desejo e quais suas possíveis relações com os estados depressivos.

Além disso, ao situar os estados depressivos como resposta dos sujeitos, a psicanálise nos permite pensar o fenômeno a partir de uma perspectiva que vai além dos manuais diagnósticos e das desordens neurobiológicas, situando o fenômeno como algo que é intrínseco à condição de sujeito.

## REFERÊNCIAS

- Alvarez, J. M., Esteban, R., & Sauvagnat, F. (2004). *Fundamentos de psicopatologia psicoanalítica*. Madrid: Editorial Sintesis.
- American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders, fifth edition* (DSM-V). Arlington: American Psychiatric Association.
- Fleck, M. P., Berlim, M. T., Lafer, B., Sougey, E. B., Porto, J. A. D., Brasil, M. A., Juruena, M. F., & Hetem, L. A. (2009). Revisão das diretrizes da Associação Médica Brasileira para o tratamento da depressão (versão integral). *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 31(1), 7-17. doi: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1516-44462009000500003>>.
- Freud, S. (1996). Histeria. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. I. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1888)
- Freud, S. (1996). Rascunho B: a etiologia das neuroses. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. I. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1893)
- Freud, S. (1996). Rascunho E: como se origina a angústia. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. I. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1894a)
- Freud, S. (1996). Rascunho F: coleção III. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. I. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1894b)
- Freud, S. (1996). Rascunho G: melancolia. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. I. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1895)
- Freud, S. (2010). Introdução ao narcisismo. In Freud, S. [Autor], *Obras completas. Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos*, v. 12. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1914)
- Freud, S. (2010). Luto e melancolia. In Freud, S. [Autor], *Obras completas. Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos*, v. 12. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1915)

- Freud, S. (2010). Conferência 26. A teoria da libido e o narcisismo. In Freud, S. [Autor], *Obras completas. Conferências introdutórias à psicanálise*, v. 13. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1917a)
- Freud, S. (2010). Conferência 28. A terapia analítica. In Freud, S. [Autor], *Obras completas. Conferências introdutórias à psicanálise*, v. 13. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1917b)
- Freud, S. (2010). Além do princípio do prazer. In Freud, S. [Autor], *Obras completas. História de uma neurose infantil, Além do princípio do prazer e outros textos*, v. 14. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1920)
- Freud, S. (2010). Inibição, sintoma e angústia. In Freud, S. [Autor], *Obras completas. Inibição, sintoma e angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos*, v. 17. São Paulo: Cia das Letras. (Original publicado em 1926)
- Freud, S. (2011). Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina. In Freud, S. [Autor], *Obras completas. Psicologia das massas e análise do eu e outros textos*, v. 15. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1920)
- Freud, S. (2011). Psicologia das massas e análise do eu. In Freud, S. [Autor], *Obras completas. Psicologia das massas e análise do eu e outros textos*, v. 15. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1921)
- Freud, S. (2011c). O eu e o id. In Freud, S. [Autor], *Obras completas. O eu e o id, autobiografia e outros textos*, v. 16. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1923)
- Julien, P. (2004). *Psicose, perversão, neurose: a leitura de Jacques Lacan*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Peres, U. T. (2003). *Melancolia e depressão - Coleção psicanálise passo-a-passo*. Zahar: Rio de Janeiro.
- Pinheiro, M. T. S., Quintella, R. R., & Verztman, J. S. (2010). Distinção teórico-clínica entre depressão, luto e melancolia. *Psicologia Clínica*, 22(2), 147-168. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652010000200010>
- Organização Mundial de Saúde. (2002). *Relatório Mundial de Saúde: Saúde mental: nova concepção, nova esperança*. Climepsi: Lisboa.

- Quinet, A. (2013). *Psicose e laço social: esquizofrenia, paranoia e melancolia*. (2a ed.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Rodrigues, M. J. S. F. (2000). O diagnóstico de depressão. *Psicologia USP*, 11(1), 155-187. doi: <<https://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642000000100010>>.
- Santos, K. P. S. (2014). *Felizes para sempre? Uma análise dos efeitos do uso a longo prazo de antidepressivos*. São Paulo: Cultura Acadêmica.

Recebido em 19 de junho de 2019

Aceito para publicação em 21 de fevereiro de 2021

## DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO FAZER DO PSICANALISTA NUMA EQUIPE INTERDISCIPLINAR EM INSTITUIÇÕES

*Jacqueline de Oliveira Moreira\**  
*Juliana Marcondes Pedrosa da Souza\*\**  
*Juliana Morganti\*\*\**  
*Mara Alice Avelar Saraiva Horta\*\*\*\**  
*Bruna Machado Lagares Côrtes\*\*\*\*\**  
*Mariana Benjamin de Oliveira Dutra\*\*\*\*\**

### RESUMO

Apresentamos uma revisão crítica de literatura sobre as possibilidades do fazer de um psicanalista numa equipe interdisciplinar no interior de uma instituição. Utilizando a plataforma *Scielo* com os descritores “psicanálise” e “instituição”, localizamos quinze artigos organizados em quatro categorias: o lugar do analista na instituição; apresentação de caso clínico; dispositivos clínicos: escuta da equipe, discussão de casos e supervisão; a psicanálise e as políticas públicas de saúde mental (pós-reforma psiquiátrica); além do item *outros*. Concluímos que os artigos são ricos em reflexões sobre a relação psicanálise/instituição, mas não apresentam descrição do cotidiano do psicanalista nesses espaços.

---

\* Professora da Pós-Graduação em Psicologia da PUC-Minas. Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP. Mestre em Filosofia pela UFMG. Psicanalista. Bolsista Produtividade CNPq PQ2.

\*\* Professora da Graduação em Psicologia do Instituto Metodista Izabela Hendrix, Doutora em Psicologia PUC Minas, Mestre em Psicologia UFRJ. Pós-Doutorado em Psicologia na Universidade Federal de São João Del-Rei.

\*\*\* Mestre em Psicologia PUC Minas. Graduada em Psicologia pela PUC-Minas. Graduada em Letras pela UFMG.

\*\*\*\* Graduada em Psicologia PUC Minas.

\*\*\*\*\* Graduada em Psicologia PUC Minas.

\*\*\*\*\* Bacharel em Direito PUC Minas. Pós-graduanda em Direito pelo Instituto de Educação Continuada (IEC) da PUC-Minas.

Ressaltamos a importância de pensar as especificidades da associação livre, da atenção flutuante e do efeito-equipe na práxis analítica no âmbito institucional.

Palavras-chave: psicanálise; instituição; equipe interdisciplinar.

## CHALLENGES AND POSSIBILITIES OF THE PSYCHOANALYST WORK IN INTERDISCIPLINARY TEAM WITHIN INSTITUTIONS

### ABSTRACT

*We present a critical literature review on the possibilities of a psychoanalyst's work in an interdisciplinary team within an institution. Using the Scielo platform with the descriptors "psychoanalysis" and "institution", fifteen articles were found and organized in four categories: the analyst's place in the institution; clinical case presentation; clinical devices: team listening, case discussion, and supervision; psychoanalysis and public policies on mental health (post-psychiatric reform); besides the item others. We concluded that the articles are rich in reflections on the relation psychoanalysis/institution, but they don't present descriptions of the day-by-day of psychoanalysts in these spaces. We emphasize the importance of thinking about the specificities of free association, floating attention and team effect in analytic praxis within the institutional framework.*

*Keywords:* psychoanalysis; institution; interdisciplinary team.

## DESAFÍOS Y POSIBILIDADES DEL HACER DEL PSICOANALISTA EN EQUIPO INTERDISCIPLINARIO EN INSTITUCIONES

### RESUMEN

*Presentamos una revisión crítica de literatura sobre posibilidades de trabajo de un psicoanalista en un equipo interdisciplinario dentro de una institución. Utilizando la plataforma Scielo con los descriptores "psicoanálisis" e "institución", localizamos quince artículos organizados en cuatro categorías: lugar del analista en la institución; presentación de caso clínico; dispositivos clínicos: escucha del equipo, discusión de casos y supervisión; psicoanálisis y políticas públicas de salud mental (post reforma psiquiátrica); además, el ítem: otros. Concluimos que los artículos son ricos en reflexiones sobre la relación psicoanálisis/institución, pero no presentan una descripción del cotidiano del psicoanalista en esos espacios. Resaltamos la importancia de pensar las especificidades de la asociación libre, atención flotante y efecto-equipe en la práxis analítica en el ámbito institucional.*

*Palabras clave:* psicoanálisis; institución; el equipo interdisciplinario

## INTRODUÇÃO

Freud (1923) define a Psicanálise primeiramente como um método, seja de investigação de processos mentais, seja de tratamento de distúrbios neuróticos, e ainda como disciplina científica, indissociáveis. Pensar a Psicanálise como uma disciplina científica implica uma posição de pactuação com algumas exigências da comunidade científica, como, por exemplo, a de avançar e rever continuamente os conceitos e a práxis. Alguns anos antes, em setembro de 1918, ele apresenta, em Budapeste, uma conferência intitulada “Linhas de progresso na terapia psicanalítica”. A abertura da conferência afirma que a proposta psicanalítica não se apresenta como um saber fechado e acabado e que é preciso que se esteja atento às imperfeições para aprender mais e “alterar os nossos métodos” (Freud, 1917/1976, p. 201). Seguindo esses dois preceitos freudianos, de incluir a Psicanálise na comunidade científica e de ter abertura para alterar o método, decidimos buscar artigos que descrevem e apresentam reflexões sobre os desafios e possibilidades do fazer de um psicanalista em uma equipe interdisciplinar no interior de uma instituição.

Nosso interesse surgiu a partir da realização de escutas/supervisões em instituições que acolhem adolescentes e jovens em conflito com a lei, em Belo Horizonte-MG. Nesses locais, profissionais de diferentes campos do saber como Serviço Social, Direito, Terapia Ocupacional, Pedagogia, Medicina, Psicologia e ainda profissionais orientados pela Psicanálise se propõem trabalhar em equipes interdisciplinares na acolhida e intervenção junto a esses adolescentes.

Nesse sentido, nosso trabalho se aproxima da experiência de Cazanatto, Martta e Bisol (2016), que relatam os efeitos das supervisões da instituição pública *Lar da Infância*, que atende crianças e adolescentes em contraturno escolar. Podemos afirmar que o lugar da Psicanálise nesses trabalhos de supervisão é externo e pontual, não se refere a uma prática cotidiana no interior da equipe na instituição.

Assim, interessa-nos pensar como um psicanalista, no seu trabalho cotidiano, se articula com a equipe interdisciplinar no interior de uma instituição. Cabe ressaltar que o espaço dos profissionais orientados pela Psicanálise é bem diferente da clínica clássica dos consultórios,



com finalidades diversas da análise tradicional. Em nossas observações constatamos que, embora haja a preocupação de escutar o jovem, dando atenção às suas demandas enquanto sujeito desejante, a tentativa de praticar a Psicanálise tradicional em espaços institucionais esbarra na própria estrutura das instituições, muitas vezes rígida em relação a espaços, prazos, objetivos e metodologias.

Dessa forma, pareceu-nos pertinente investigar na literatura científica artigos que tratassem da temática “Psicanálise e instituições” com vistas a extrair de relatos de experiências, estudos de casos e reflexões teóricas algumas contribuições para construir um saber sobre a Psicanálise aplicada em espaços institucionais diversos. Já que a Psicanálise não se apresenta como um saber fechado em si e acabado, acreditamos que é sua própria dimensão dinâmica que poderá nos apontar caminhos para construir e alterar métodos, adequando-a e revelando suas possibilidades para sua prática em equipes interdisciplinares no interior de instituições.

Ao nos depararmos com a questão da prática em equipes interdisciplinares no interior de instituições, buscamos realizar uma revisão crítica de literatura com a finalidade de analisar e descrever referenciais teóricos que pudessem nortear nossas reflexões sobre a prática da Psicanálise em espaços institucionais. Ao longo do processo de pesquisa, análise, seleção e descrição de artigos científicos sobre o tema, nos questionamos sobre o quão madura é a área de pesquisa sobre a qual nos lançamos, procurando aferir o número de publicações sobre o tema e buscando averiguar a existência de alguma revisão recente sobre o assunto.

Realizamos, então, uma revisão sistemática, isto é, com a definição *a priori* de critérios a serem seguidos em relação à base de dados bibliográficos consultada, aos tipos de estudo, ao período, à seleção e língua das publicações, aos indexadores de pesquisa, entre outros. Através desse método, a detecção de todas as publicações dentro do período de busca estabelecido foi seguida de forma sistemática e padronizada, assegurando o rigor metodológico da presente revisão.

Nossa busca foi realizada na base de dados *Scielo*, que oferece filtros de pesquisa que lhe conferem capacidade de indexação e acesso às produções científicas. Foram selecionados artigos publicados em língua portuguesa, desconsiderando-se o recorte de tempo em relação

à publicação. Devido à grande abrangência científica da área de estudos da Psicanálise, optamos pela utilização de descritores, palavras-chave, a saber: psicanálise e instituição, como forma de refinar a pesquisa. Esta última foi realizada em quatro etapas.

Na primeira etapa de busca, inserimos as palavras-chave (psicanálise e instituição) sem filtros e foram encontrados 62 artigos. Desse montante foram descartados os artigos em língua estrangeira, bem como aqueles que se referiam a patologias nomeadas, como psicoses e autismo. Assim, reduzimos nossa pesquisa a 10 artigos e realizamos uma segunda busca. Na segunda etapa de busca inserimos as palavras-chave (psicanálise e instituição) e utilizamos o filtro *assunto*, encontrando 11 artigos sobre o tema em questão. Em uma terceira etapa, utilizamos o filtro *título* que nos levou a 4 artigos. Por fim, na quarta etapa de buscas, utilizamos o filtro *resumo*, com as mesmas palavras-chave (psicanálise e instituição), encontrando 26 artigos sobre o tema.

A busca com a utilização de filtros nas etapas de número dois, três e quatro de nossa pesquisa levou à seleção de 5 artigos além dos 10 selecionados na busca anterior, sem filtros. Os critérios de descarte de artigos continuaram sendo os artigos em língua estrangeira, bem como aqueles que se referiam a patologias nomeadas, como psicoses e autismo. Assim, nos dedicamos à leitura e análise de 15 artigos sobre o tema, o que resultou na organização de quatro categorias de análise: o lugar do analista na instituição; apresentação de caso clínico; dispositivos clínicos: escuta da equipe, discussão de casos e supervisão; e, por fim, a Psicanálise e as políticas públicas de saúde mental (pós-reforma psiquiátrica).

Acrescentamos ao nosso trabalho também a categoria *outros*, que se refere a artigos que discutem o tema em questão, trazendo importantes contribuições para as reflexões da área, mas que não se identificam com os demais artigos por não versarem exatamente sobre os assuntos delimitados. Podemos afirmar que essa divisão é artificial, pois o caso clínico se constitui como o ponto convergente da pesquisa e intervenção em Psicanálise. Criamos a categoria *apresentação de caso clínico* para apresentar textos que focalizam a reflexão sobre a presença do psicanalista na instituição através da apresentação e discussão de um caso.

Na categoria *outros*, gostaríamos de mencionar o artigo de Pinto (1999) que trabalha a relação da Psicanálise com a instituição acadêmica. O autor

interroga se haveria espaço para a Psicanálise no interior de um saber instituído, sedimentado. A argumentação do autor apresenta algumas possibilidades da realização da pesquisa psicanalítica na universidade e ressalta a importância da forma como os professores transmitem a teoria e a práxis psicanalítica nas universidades. Efetivando a pesquisa psicanalítica a partir da instituição universitária, podemos citar o trabalho de Sousa e Paravidini (2011), que investigam as formas de vinculação constituídas e constituintes em instituições de acolhimento, com especial atenção para o processo de apadrinhamento. Na realização da referida pesquisa, o convite para que as madrinhas entrevistadas pudessem falar livremente se orienta pela técnica da Psicanálise, suscitando a escuta dos conteúdos inconscientes que, aos serem analisados, trouxeram questões importantes para pensar as relações vinculares constituídas e constituintes desse processo. Nesse caso, a relação entre a Psicanálise e a instituição aparece via pesquisa científica, respeitando-se o enquadre ético-acadêmico.

Seguindo outra direção, apresentamos o artigo de Rocha (2000), que convida as instituições psicanalíticas para a saída de si mesmas. A autora registra a esperança de que, saindo da sua “política de avestruz” a instituição psicanalítica possa ter um papel sociopolítico importante no mundo de hoje, à medida que puder tomar a clínica social da contemporaneidade como seu ponto de encontro e partida” (Rocha, 2000, p. 167).

De acordo com nossa proposta de exposição, vamos aos textos que trabalham o tema do fazer do psicanalista em uma instituição.

## **O LUGAR DO ANALISTA NA INSTITUIÇÃO**

Uma questão muito importante, observada tanto nas leituras realizadas quanto na prática de supervisão, foi o lugar do analista na instituição. Por se tratar de um espaço interdisciplinar, múltiplo e regido por preceitos coletivos, é certo que o analista ocupará um lugar diverso daquele da clínica clássica. Mas que lugar é esse?

Movidos pelos desafios do psicanalista nas instituições de saúde mental, Calazans e Bastos (2008) investem na discussão e distinção entre urgência subjetiva e emergência clássica como gatilhos que mobilizam as ações das equipes de saúde mental nas instituições. Os autores pretendem delimitar

o que é chamado de urgência subjetiva, entendida como um “dispositivo de acolhimento aos sujeitos em crise, que são levados a instituições a partir de demandas variadas” (Calazans, & Bastos, 2008, p. 641). Para tanto, procuram compreender qual é a especificidade de uma urgência subjetiva, qual é o tipo de estrutura desse dispositivo institucional e se a urgência subjetiva corresponde a uma modalidade peculiar de entrevista preliminar, ou a uma variação do atendimento psicanalítico em instituições.

Na trilha da distinção entre urgência subjetiva e emergência, os autores fazem uma diferenciação entre demanda e encaminhamento, colocando essas duas instâncias como determinantes diante do dispositivo da recepção do caso, nos apresentando uma reflexão sobre urgência atualmente. Um ponto importante a se enfatizar na discussão de Calazans e Bastos (2008) é que o contexto institucional convoca o privilégio da emergência em detrimento da urgência subjetiva. Segundo os autores, o que torna possível a escuta da urgência subjetiva é a transformação da queixa em demanda, posto que esta última implica um desejo do sujeito de fazer enigmas sobre seu próprio sofrimento e deslizar em sua história em vez de se fixar na queixa. Dessa forma, temos uma distinção entre queixa e sofrimento. Calazans e Bastos (2008) apontam que Silvestre (1986) distingue esses conceitos. A *queixa*, ligada a um dizer, não sustenta uma demanda da análise, pois ela é uma fala que não tem a implicação do sujeito em seu sintoma. Ou seja, não há a formulação de uma questão sobre seu sofrimento. Já o *sofrimento* estaria ligado à ordem da paixão. Assim, pode ser entendido como aquilo que sustenta o laço social.

Outro desafio que a Psicanálise encontra em contexto institucional, sobretudo de saúde mental, é a categorização presente nas classificações dos manuais diagnósticos, colocada como uma modalidade de massificação dos sujeitos. Calazans e Bastos (2008, p. 650) nos esclarecem que

se seguirmos os princípios da Psicanálise nos serviços de recepção, não podemos deixar de considerar alguns aspectos: a escuta dos significantes eleitos pelo sujeito, mesmo em surto de fragmentação esquizofrênica ou em uma crise autística; o que o analista é como função e sua visada na retificação subjetiva como operador; além de não esquecer que a urgência subjetiva se consolida em instituições, o que traz problemas específicos para a direção do tratamento.

A distinção entre urgência subjetiva e emergência é fundamental para o trabalho do psicanalista em uma instituição, pois, inserido numa equipe multidisciplinar e convocado a um trabalho conjunto, o profissional deverá considerar as particularidades dos casos atendidos sem perder de vista as demandas institucionais e as peculiaridades das condições e recursos disponíveis nas instituições em que atua.

Nogueira Filho (2001, p. 65), provocado pela atual submissão das instituições psiquiátricas às verdades biológicas e às intervenções medicamentosas, nos revela que “o sofrimento de um ser é abordado pelo viés do desequilíbrio da neurotransmissão”. Dessa forma, o autor nos esclarece que “cabe ao psicanalista demonstrar que há, na doença, algo mais do que uma simples somatória dos sintomas” (Nogueira Filho, 2001, p. 65). Restituir a função do diagnóstico na Psicanálise possibilita uma via de trabalho pela construção do caso, pelo saber que o sujeito porta sobre si mesmo. A perspectiva não é a de eliminar o sintoma, mas compreendê-lo, acolhê-lo e trabalhar a partir dele. Assim, Nogueira Filho (2001, p. 61) afirma que o analista pode ocupar “desde o lugar da orientação até lugar nenhum dentro da instituição psiquiátrica”.

Seguindo a trilha de Nogueira Filho (2001), Mattos (2003) reflete sobre as convocações feitas à Psicanálise para o trabalho em um hospital geral. O autor busca colocar a Psicanálise em confronto com manifestações psíquicas atravessadas por um sofrimento que se inscreve no corpo de forma insidiosa. Seu intento é trabalhar a construção de um enredo que, necessariamente, discuta os confins da própria Psicanálise. Vai lhe interessar como a Psicanálise pode ser convocada de maneira ardilosa a ceder “a ansios de mestria” (Mattos, 2003, p. 111), correndo o risco de perder o viço do projeto freudiano.

Ainda sobre o lugar do analista, Minatti (2004) descreve os efeitos da entrada do psicanalista na instituição *Casa de apoio à criança com câncer*. Segundo a autora, à medida que o lugar do psicanalista vai se constituindo enquanto um espaço de escuta, o campo psicanalítico também se constitui tendo o sujeito como foco, em detrimento da doença. A riqueza do trabalho de Minatti (2004) consiste em descrever de forma minuciosa o cotidiano de sua relação com a instituição, nos revelando, por exemplo, que os atendimentos eram feitos “nos corredores, à beira do tanque de

lavar roupa, da pia de lavar louça, do fogão, à beira da cama” (Minatti, 2004, p. 30). Nesse sentido, ela localiza o lugar do analista a partir da circulação entre os vários espaços disponíveis no serviço.

Os referidos artigos trabalham a questão do lugar da Psicanálise nas instituições e os dilemas e desafios dessa prática. No entanto, os três textos – os dois primeiros trazendo reflexões sobre o espaço de uma instituição hospitalar regida pela lógica “biologizante” e o terceiro, sobre o espaço de uma Organização Não-Governamental que procura dar apoio a famílias de crianças em tratamento oncológico – focalizam suas reflexões mais na relação analista-analisante do que no trabalho em equipe interdisciplinar propriamente dito.

### APRESENTAÇÃO DE CASO CLÍNICO

Sabemos da importância da apresentação e discussão de casos para a Psicanálise. Freud (1918/2010, p. 17) revela que “naturalmente um único caso não ensina tudo que se gostaria de saber. Mais precisamente, ele poderia ensinar tudo, se nós estivéssemos em condição de tudo apreender e não fôssemos obrigados, pela imperícia de nossa percepção, a nos satisfazer com pouco”.

Assim, mantendo a tradição freudiana, encontramos dois artigos que apresentam as possibilidades e dificuldades de um psicanalista em uma instituição através da apresentação de caso. Pinheiro (2002) apresenta a escuta clínica psicanalítica em uma instituição hospitalar privilegiando a discussão sobre o conceito de transferência a partir do relato da experiência do atendimento de um caso. A autora conclui que no contexto hospitalar encontramos dois tipos distintos de vínculos transferenciais: um que se estabelece com o analista e outro com a instituição (Pinheiro, 2002). Não podemos esquecer que o sujeito que se encontra hospitalizado normalmente dirige sua demanda ao saber médico e às técnicas oferecidas pelo hospital. O artigo de Pinheiro (2002) não tem por objetivo descrever a prática do psicanalista no interior da equipe do hospital, a autora se dedica ao tema dos embaraços e possibilidades da transferência em um atendimento individual fora do consultório.

Oliveira (2004), ampliando a discussão da Psicanálise de uma prática de um para uma prática de vários, nos oferece a descrição e discussão

de um caso clínico em um *Centro de Atenção psicossocial* (CAPS) que acolhe sujeitos em sofrimento psíquico. Para a autora, é fundamental um posicionamento a respeito do lugar da Psicanálise nesses espaços nos quais muitas vezes “todos sabem do caso, conhecem sua problemática e buscam resolvê-la, o que produz um ensurdecimento na escuta do paciente” (Oliveira, 2004, p. 89). Para ela, o que se denomina de aplicabilidade da Psicanálise não pode prescindir da sua ética, que se pauta no trabalho com a singularidade que marca o lugar do sujeito no campo da linguagem. A partir daí, temos a problematização sobre a relação transferencial que norteia a construção do caso. Oliveira (2004) aponta que a escuta do caso indica o encaminhamento do trabalho da equipe.

O ponto de distinção entre os dois artigos se localiza na descrição da relação do psicanalista com a equipe. O texto de Pinheiro (2002) foca na relação entre analista e analisante, o espaço institucional é considerado e relatado como um contexto que produz efeitos na relação transferencial, mas não encontramos descrição da relação da psicanalista com a equipe. Oliveira (2004) trabalha os efeitos e a presença do psicanalista na equipe de saúde mental. Nesse sentido, a apresentação do caso no texto de Oliveira (2002) se refere a ele como um dispositivo que aciona a equipe, ultrapassando, pois, a descrição clássica de um caso clínico. Todavia, a força dos textos se encontra na transmissão do caso clínico e nas táticas e estratégias utilizadas pelo psicanalista para garantir a ética da Psicanálise na escuta do sujeito do inconsciente.

## **DISPOSITIVOS CLÍNICOS: ESCUTA DA EQUIPE, DISCUSSÃO DE CASOS E SUPERVISÃO**

As novas práticas clínicas do saber *psi* podem convocar o psicanalista para atuar fora do contexto do consultório. As convocações podem apresentar diferentes desenhos. Como integrante de uma equipe multiprofissional, por exemplo, pode ser convidado para trabalhar a discussão de casos com uma equipe, ou a responder a uma demanda de supervisão em algum dispositivo de acolhida.

Castro (2005) nos apresenta as sutilezas da prática de um psicólogo orientado pela Psicanálise no *Centro de Fisiatria e Reabilitação* (CFR) da

*Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. A autora revela que, na prática cotidiana, não somente os pacientes depositavam no profissional *psi* um saber sobre “aquilo que os afligia, sobre seu sintoma e sua dor, como também, com frequência, os próprios profissionais de outras áreas o faziam” (Castro, 2005, p. 465). Assim, o trabalho do psicanalista ultrapassou as atribuições institucionais do serviço, que eram os atendimentos individuais e de grupo. Os psicanalistas escutavam os colegas e trabalhavam na discussão dos casos para construção de relatórios de acompanhamento e de alta. Castro (2005, p. 471) conclui que o psicanalista integrante de uma equipe multiprofissional precisa experimentar a “*alteridade e um olhar estrangeiro* sobre sua própria prática e a do outro”.

Cazanatto, Martta e Bisol (2016) nos oferecem mais elementos para a reflexão sobre os desafios e possibilidades do trabalho do psicanalista em ambientes institucionais. Todavia, é importante mencionar que se trata de um relato de uma intervenção pontual e externa à equipe da instituição. Os autores afirmam que a prática psicanalítica se organiza a partir de estudos singulares. Partindo desse pressuposto, os autores relatam uma experiência de escuta clínica psicanalítica em uma instituição infantil.

O primeiro alerta importante é de que precisamos fundamentar e debater os processos, as concepções e as políticas que regem a instituição, visto que a prática psicanalítica é atravessada pelas dimensões ética e metodológica específicas e a instituição tem uma lógica própria de funcionamento. A experiência de Cazanatto, Martta e Bisol (2016, p. 488) iniciou-se com a escuta da demanda local, considerando que o trabalho em instituições deve “levar em conta a demanda singular, sem desconsiderar a lógica institucional, o contexto social em que está inserida, o perfil de seus atendidos, ao propor um espaço de escuta dos sintomas e das passagens ao ato que ali se apresentam”.

A escuta singular de cada sujeito da instituição possibilitou a circulação da causa do desejo. Em outro momento, a equipe se abriu para uma leitura “visual” da própria instituição, destacando a impressão que aponta a similaridade entre a instituição e um depósito de resíduos. Nesse ponto, os autores retomam Lebrun (2009) e revelam que o trabalho nas instituições na contemporaneidade consiste em *afrontar o caos* através da busca do projeto institucional, marcando, pois, o seu lugar



de terceiro termo. A presença e mistura de cada sujeito deve circular, mas é importante reinventar, reelaborar e reinscrever continuamente o lugar da instituição como um elemento terceiro (Lebrun, 2009). Assim, não basta transpor teorias e técnicas para a prática, o trabalho acontece na e pela transferência, e a forma como esta se estabelece dependerá da singularidade de cada sujeito e da particularidade da instituição (Cazanatto, Martta, & Bisol, 2016). Os autores finalizam a reflexão sobre a experiência de atendimento dessa equipe e da instituição ressaltando a importância da supervisão para a equipe como um espaço de distanciamento, de circulação da palavra e possibilidade de um novo enlaçamento com a instituição.

O terceiro texto que anuncia a importância da existência de um dispositivo de discussão ou supervisão de caso é de Rinaldi (2015). Podemos afirmar que a discussão de casos e/ou de fragmentos clínicos se constitui em um dos métodos mais importantes da pesquisa em Psicanálise. Assim, a partir de fragmentos clínicos, Rinaldi (2015) pretende abordar a clínica do sujeito na instituição de saúde mental, os desafios do trabalho em equipe, focalizando em especial a prática “entre vários” do psicanalista nessa clínica e considerando as injunções da política de saúde mental que orienta os serviços. Podemos afirmar que a presença do psicanalista nos diversos dispositivos criados pela Reforma Psiquiátrica não é novidade, mas é preciso pensar continuamente sobre os desafios e avanços dessas práticas. Segundo Rinaldi (2015, p. 318), o trabalho do psicanalista “se efetiva no âmbito da equipe multidisciplinar instituída pela reforma, a partir da quebra da hegemonia do saber médico”. Muitos são os desafios, e um deles é o trabalho na instituição que coloca questões para a prática tradicional do psicanalista, habituado à solidão do consultório. Rinaldi (2015) defende a importância das reuniões clínicas de discussão de casos como uma forma de elevar a questão do desejo singular ao *status* de uma política. Dessa forma deve-se assegurar espaço e voz primeiramente ao que o sujeito diz e não ao que os diversos profissionais dizem desse sujeito.

O artigo de Rinaldi (2015) nos permite avançar ainda mais na compreensão das diferentes possibilidades do trabalho do psicanalista em uma equipe no interior de uma instituição, pois, como revela a autora,

Lacan, ao referir-se em Radiofonia aos quatro discursos através dos quais pensa o laço social – o discurso do mestre, como avesso do discurso do analista, o discurso da histérica e o discurso universitário –, afirma que é o inconsciente, com a sua dinâmica, que precipita a passagem brusca de um discurso para outro. Na clínica institucional pública essa indicação é particularmente valiosa, pois não se trata de defender a prevalência de qualquer discurso que seja sobre os outros, nem mesmo o discurso do analista, mas de ressaltar a presença dos quatro discursos: o discurso do mestre, que funda a instituição, o discurso universitário que orienta o seu funcionamento e a burocracia, o discurso da histérica que questiona o saber constituído e o discurso do analista, que dá lugar à fala do sujeito. *É o próprio exercício da clínica, em seus impasses, que traz à tona os furos desses discursos, ou seja, o seu real, e permite uma circulação discursiva em que o saber se mostra em sua impotência* (Rinaldi, 2015, p. 322).

A aposta deste trabalho é a de que as contribuições da Psicanálise possam deslocar as equipes do lugar comum, sustentando uma prática que leva em conta, prioritariamente, a escuta do sujeito, focando na condição de singularidade que orienta as propostas de construção do caso na Psicanálise. Assim, ressalta-se a ética do movimento da Psicanálise, que coloca o sujeito e seu desejo como eixo do trabalho. Pensar a ética em Psicanálise nas instituições implica apontar o não saber, aquilo que não se adéqua e que resiste a toda normatização.

É esse sujeito que, ao revelar de maneira singular algo do que se passa com ele, direciona a construção das intervenções universais dentro de um fazer particular.

## **A PSICANÁLISE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MENTAL (PÓS-REFORMA PSIQUIÁTRICA)**

Pareceu-nos importante apostar no movimento de colocar em destaque um tema da articulação entre Psicanálise e políticas públicas de saúde mental. Sabemos que a Psicanálise não recuou diante do desafio de contribuir para novas formas de políticas de atenção e cuidado ao sujeito que apresenta um sofrimento psíquico, seja no campo da neurose grave ou da psicose. A Psicanálise apresenta um papel ativo na efetivação dos novos dispositivos de atendimento ao sujeito com sofrimento psíquico grave.

Romanini e Roso (2012) destacam as diferenças entre a Psicanálise e as instituições de saúde mental no que se refere às concepções de sujeito, às posições discursivas e à percepção sobre a relação entre sujeito e desejo. Os autores ponderam que essas diferenças poderiam traçar “uma impossibilidade de a Psicanálise se inserir nas instituições de saúde, visto que elas concebem e propõem o tratamento aos sujeitos em sofrimento psíquico de maneiras muito distintas” (Romanini, & Roso, 2012, p. 352). Todavia, assistimos a uma crescente presença de psicanalistas nesses serviços. Assim, é fundamental o exercício da reflexão sobre a relação possível entre os dois campos. Segundo os autores, o psicanalista deve seguir a partir do fazer orientado pela construção singular do sujeito e sua lógica discursiva, que aponta para a alteridade. Atentando à não limitação do próprio saber que a instituição carrega, seu objetivo institucional é a realidade sócio-histórica das pessoas que realizam os atendimentos.

É relevante dizer que os profissionais de saúde mental nas instituições atuais pautam seus atendimentos por preceitos universais, concebendo o sujeito como único e individual. Porém essa concepção de indivíduo pautada nos princípios da cidadania não condiz com as noções da Psicanálise sobre o *sujeito do inconsciente* circunscrito à categoria do Outro. Assim, entramos no grande debate sobre como o psicanalista formalizaria o seu trabalho e suas devidas intervenções, já que encontra nessas instituições a promessa de cura e restabelecimento de um estado de bem-estar.

As instituições de saúde atuais exigem técnicas preestabelecidas que guiam o indivíduo que busca o tratamento, cujos métodos são aplicados a todos. Porém em um tratamento psicanalítico não há um protocolo geral e técnico que guie o atendimento do indivíduo. Indo por um caminho contrário, a Psicanálise visa à originalidade do cenário individual, encorajando a manifestação da singularidade subjetiva. A Psicanálise, diferentemente das outras intervenções, conduz a sua especificidade em direção ao sujeito do inconsciente.

A criação dos serviços de atenção especial, inaugurados a partir da reforma psiquiátrica, convocam a Psicanálise para intervir, criar e repensar suas práticas. Campos, Campos e Rosa (2010) tomam uma posição favorável à dimensão grupal e ao trabalho de terapia de grupo como recursos metodológicos, sem desconsiderar a força do atendimento

individual. Os autores ressaltam a importância de se pensar o campo do atendimento no interior de uma instituição, no caso um CAPS, como “um espaço vivo (o lugar antropológico) de contradição no qual devemos focar o sujeito, trazê-lo para o centro da cena, para o interior de instituições cujo funcionamento é destinado a apagar a incômoda singularidade do *pathos*” (Campos, Campos, & Rosa, 2010, p. 506). Fundamentados no pressuposto da causalidade psíquica, os autores convocam a dimensão clínica da Psicanálise na cena da ação assistencial do dispositivo de saúde. No que tange especificamente às movimentações no interior da equipe, os autores apresentam a ideia de confusão de línguas, anunciando a importância de se considerar os diferentes saberes e os profissionais, enfatizando o fato de que, em uma equipe interdisciplinar, muitas vezes o primeiro a escutar o sujeito não é o psicanalista.

Mendes (2015) nos lembra que ter a singularidade como orientador do trabalho nas instituições implica estar em uma posição de interrogar as experiências e os saberes que, pela especialidade de cada profissional, interpreta as demandas do sujeito. A Psicanálise se inscreve nesses espaços e, pela escuta, coloca em evidência os detalhes de cada caso, provocando, assim, a estranheza e a resistência que a clínica psicanalítica impõe à compreensão imediata do sujeito.

Compondo esse campo de reflexão sobre as relações possíveis entre a Psicanálise e os novos dispositivos de saúde mental, encontramos o artigo de Carneiro (2008). A autora reconhece os avanços no modelo assistencial, mas revela que o sujeito permanece excluído. Dessa forma, a Psicanálise pode oferecer para a instituição a lógica do não-todo, do caso a caso, na qual não se pode escrever o universal ou formar conjunto. Encontramos, pois, uma relação entre Psicanálise e instituição que aposta na ação de respeito à singularidade. De acordo com Carneiro (2008, p. 217),

Essa proposta de uma Psicanálise aplicada ao campo da saúde mental, embora tenha como ponto de partida o sintoma, como faz a psiquiatria, trabalha visando não sua eliminação, mas certa reconciliação do sujeito com o sintoma e com o saber que o delírio comporta. Em vez de tratamento do sintoma, tratamento pelo sintoma. O que implica uma mudança na relação do sujeito com o seu gozo, numa perspectiva ética que se distancia da moral e que se realiza no caso a caso. Consequentemente, o discurso

analítico se insere na lógica do não-todo, do caso a caso, onde não se pode escrever o universal. Se cada sujeito é diferente do outro, cada caso também o é, assim como cada tratamento. O que funda um tratamento não é uma lei universal, mas uma construção que se faz uma a uma.

Assim, a autora conclui que a Psicanálise, aplicada ao campo da saúde mental, constitui uma instituição de exceção, uma vez que privilegia o sujeito e leva o discurso analítico ao serviço público. É importante garantir também que a instituição pública dê lugar a vários discursos e suas práticas, não colocando o discurso analítico acima de nenhum outro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão da literatura considerando os descritores “psicanálise e instituição” revelou a riqueza do diálogo dessa teoria com a sociedade. A prática do analista cidadão implica em “passar do analista reservado, crítico, a um analista que participa, a um analista sensível às formas de segregação, a um analista capaz de entender qual foi sua função e qual lhe corresponde agora” (Laurent, 1999, p. 8). Assim, por vezes, o analista pode introduzir nas instituições metodologias clássicas da Psicanálise, como a construção do caso clínico, e anunciar a força da supervisão como uma possibilidade de circulação da palavra, desde que esteja em questão a emergência do sujeito. Todavia, os artigos estudados não nos permitiram visualizar o cotidiano da prática de um psicanalista numa equipe interdisciplinar no interior das instituições.

Na primeira página do texto “A pulsão e suas vicissitudes”, Freud (1915/1996) anuncia alguns pressupostos epistemológicos da Psicanálise. O autor defende a tese de que a atividade científica consiste primordialmente “na descrição dos fenômenos” (Freud, 1915/1996, p. 137). Para o autor, a ciência deve assentar seus pressupostos na observação, e mais: “a Psicanálise nasceu por uma necessidade médica” (Freud, 1915/1996, p. 307).

Interessa-nos essa afirmação freudiana sobre a importância do psicanalista não se distanciar da experiência clínica, pois é nela que se encontra a base empírica de sua ciência. Nesse sentido, gostaríamos de encontrar artigos descritivos e reflexivos sobre a práxis cotidiana

do analista no interior de uma equipe interdisciplinar, pois somente a descrição da ação pode fornecer pistas sobre as possibilidades e desafios.

Freud (1918/2010) inicia uma de suas recomendações sobre a técnica da Psicanálise convocando a arte do ensino do jogo de xadrez, tomando-a como uma metáfora para a compreensão do ensino da arte da Psicanálise:

Todo aquele que espere aprender o nobre jogo do xadrez nos livros cedo descobrirá que somente as aberturas e os finais de jogos admitem uma apresentação sistemática exaustiva e que a infinita variedade de jogadas que se desenvolvem após a abertura desafia qualquer descrição desse tipo. Essa lacuna na instrução só pode ser preenchida por um estudo diligente dos jogos travados pelos mestres (Freud, 1918/2010, p. 164).

A ideia subjacente a essa afirmação, de que o aprendizado deve contemplar o estudo diligente dos jogos travados pelos mestres, pare-nos revelar que o lugar mais apropriado para saber sobre a técnica e a práxis da Psicanálise não é o livro, mas sim a experiência clínica em si mesma. Essa proposição freudiana se refere tanto à necessidade de o analista investir em sua análise pessoal, quanto à importância de descrição da prática. Assim, seria interessante apostar na produção de artigos que descrevessem o cotidiano da prática de um psicanalista no interior de uma equipe.

Na medida em que não encontramos esse material, decidimos pensar sobre os contornos específicos que receberiam as duas regras de ouro da Psicanálise (associação livre e atenção flutuante) no fazer de um psicanalista no interior de uma equipe interdisciplinar. Freud (1915/1996) enfatiza que o encontro psicanalítico se dá entre o cliente e uma “alteridade do saber”, representada pela função do analista. No processo analítico não ocorre um encontro entre dois sujeitos num sentido meramente dialógico. Não se trata do diálogo entre dois sujeitos e nem, muito menos, de um encontro entre sujeito e objeto, como prescreve a clássica teoria do conhecimento. Para o pai da Psicanálise, o analista “deve simplesmente escutar e não se preocupar se está se lembrando de alguma coisa” (Freud 1915/1996, p. 150). Não se trata de uma busca de conhecimento lógico ou de uma teoria prévia e formalmente explícita sobre a experiência do cliente, pois o analista ouve de um outro lugar.

Todavia, nos interrogamos se a recomendação da atenção flutuante pode encontrar toda sua expressividade no trabalho de um analista em uma equipe interdisciplinar no interior de uma instituição. Acreditamos ser importante traçar algumas ideias sobre este termo “instituição”.

Romanini e Roso (2012, p. 346), nos revelam que

os significados atribuídos ao conceito de instituição deixam claro, portanto, seu papel de agente regulador e normativo de aspectos relativos à vida social. Ela institui normas, regras e códigos de conduta, estabelecendo os limites entre o que é normal (a média) e o que é desviante, patológico.

Segundo Lebrun (2009), instituição se refere ao ato de instituir, ou seja, uma noção de primeira vez, mas que apresenta força para permanecer, em um segundo momento, como algo já estruturado, arrumado, instituído. Dessa forma, a noção de instituição se articula com os temas do tempo, da origem, da estrutura e da hierarquia. É importante ressaltar que uma instituição tem um ponto umbilical que fala da origem, mas não esgota toda a complexidade da instituição.

Lebrun (2009) convida Durkheim e Mary Douglas para pensar algumas características da instituição. Durkheim, na reconstrução de Lebrun, ressaltaria as conexões entre instituição e legitimidade, respeito e autonomia. Mary Douglas, por sua vez, afirmaria a importância da instituição para a formação da humanidade. Nesse sentido, podemos pensar a instituição como um espaço paradoxal de tentativa de contorno para o mal-estar estrutural da civilização e, ao mesmo tempo, como espaço de ativação do mal-estar. Segundo o autor, “não há meio de dar conta da formação do laço social a partir do entrecruzamento das preferências individuais” (Lebrun, 2009, p. 17). Fica claro, também, que a instituição ultrapassa o simples acordo entre indivíduos. A instituição seria uma exterioridade fundada em um ponto específico do tempo. Uma instituição possui, pois, uma data de fundação. Pensar a instituição a partir do verbo instituir, ou inaugurar, anuncia as movimentações do tempo, sobretudo, a ideia de início e permanência. Podemos considerar que a instituição propõe uma tradição, uma história e, por vezes, essa transmissão ocorre de maneira hierárquica: um ontem, a fundação, que se inscreve hoje, a permanência.

Lebrun (2009) revela ainda que a instituição pode se transformar em um estabelecimento, onde nada se move, onde a tradição se congelou. Nesse caso, o lugar do psicanalista é o da crítica, quebrar a rigidez do estabelecimento. Todavia, vivemos em uma época de crise da tradição, portanto esse terceiro não é respeitado e, por vezes, os indivíduos podem se perder nos diálogos horizontais infinitos. O autor alerta que, na atualidade, temos menos o problema da fixação e cristalização da instituição, a formação de uma espécie de estabelecimento. Os fantasmas são outros: agora é trabalhar para que um grupo se organize como instituição. O perigo agora é se perder em projetos pessoais ou não se conectar com um projeto comum que é fundado no umbigo da instituição. Por vezes, a instituição se perde no afã de gerenciar, de administrar e perde sua origem. Em última instância é preciso que os atores se articulem com o ponto umbilical da instituição, com seu ponto de fundação, sempre rediscutindo e reinventando.

Assim, acreditamos que a atenção flutuante não pode se esquecer desse ponto umbilical da instituição. É preciso fazer o movimento pendular de respeitar esse ponto umbilical da instituição e manter a ética da Psicanálise, da escuta do sujeito do inconsciente.

De outro lado, nos interrogamos sobre a possibilidade de efetivar a associação livre, considerando que o sujeito escutado se insere em uma instituição que se define a partir de um objetivo. Segundo Romanini e Roso (2012, p. 348-349), a concepção de sujeito na instituição é, portanto, “uma concepção universalista que, com objetivo de organizar, ordenar e extrair o sintoma que gera mal-estar, acaba por capturar modos de subjetivação singulares”. De acordo com os autores, a instituição convoca o psicanalista a formalizar a intervenção a partir do eixo norteador e definidor dela mesma. A fala do sujeito escutado se inscreve a partir da demanda da instituição. Não se configura exatamente como uma associação livre. Dessa forma, se instaura o desafio: como “formalizar” essas intervenções que são pautadas na concepção de sujeito do inconsciente e que não é recoberto pelas noções de indivíduo ou de cidadão propostos pela instituição? Que sujeito é esse? (Romanini, & Roso, 2012). Qual é o campo de manobra do psicanalista que trabalha em equipe interdisciplinar no interior de uma instituição? Como conciliar a



escuta do sujeito do inconsciente na sua livre associação e as demandas da instituição? Entendemos que um psicanalista dentro de uma equipe interdisciplinar numa instituição precisa estar atento às demandas das instituições e à ética da Psicanálise.

Parece-nos pertinente citar o trabalho de Mendes (2015), que oferece uma importante contribuição para entender essa práxis ao dizer que construir um caso em equipe é operar em um tempo de compreender em que é importante atentar para os movimentos, palavras e repetições que dizem da relação do sujeito com a instituição. Trabalhar com a singularidade na proposta de construção do caso é apostar em um não saber que orienta a criação dessas intervenções em que o sujeito possa estar implicado. As contingências do cotidiano do trabalho apontam para algo da verdade do sujeito que convoca um saber concernido a um ou mais profissionais de uma equipe. Assim, é importante lembrar que “a equipe não existe previamente a um caso, ao contrário, é a construção do caso que faz existir uma equipe” (Mendes, 2015, p. 129).

Ao longo deste trabalho nos propusemos pensar sobre como um psicanalista no seu trabalho cotidiano se articula com a equipe interdisciplinar no interior de uma instituição, buscando compreender os espaços de atuação desse profissional e o modo como ele lança mão do arcabouço teórico-prático da Psicanálise em sua rotina. Nesse sentido, é importante considerar as especificidades da associação livre, da atenção flutuante e do efeito-equipe como norteadores da prática do psicanalista numa equipe interdisciplinar numa instituição.

## REFERÊNCIAS

- Calazans, R., & Bastos, A. (2008). Urgência subjetiva e clínica psicanalítica. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 11(4), 640-652. Recuperado em 10 out. 2018 de <<https://dx.doi.org/10.1590/S1415-47142008000400010>>.
- Campos, D. T. F., Campos, P. H. F., & Rosa, C. M. (2010). A confusão de línguas e os desafios da Psicanálise de grupo em instituição. *Psicologia: ciência e profissão*, 30(3), 504-523. Recuperado em 10 out. 2018 de <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932010000300006&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000300006&lng=pt&tlng=pt)>.
- Carneiro, N. G. O. (2008). Do modelo asilar-manicomial ao modelo de reabilitação psicossocial: haverá um lugar para o psicanalista em Saúde Mental? *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 11(2), 208-220. Recuperado em 10 out. 2018, de <<https://dx.doi.org/10.1590/S1415-47142008000200003>>.
- Castro, S. L. S. (2005). Reflexões sobre a clínica no ambulatório público. *Psicologia: ciência e profissão*, 25(3), 462-471. Recuperado em 10 out. 2018, de <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932005000300010&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932005000300010&lng=pt&tlng=pt)>.
- Cazanatto, E., Martta, M. K., & Bisol, C. A. (2016). A escuta clínica psicanalítica em uma instituição pública: construindo espaços. *Psicol. cienc. prof.*, 36(2), 486-496. Recuperado em 10 out. 2018 de <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v36n2/1982-3703-ppc-36-2-0486.pdf>>.
- Freud, S. (1976). Linhas de progresso na terapia psicanalítica. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XVII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1917)
- Freud, S. (1996). A pulsão e suas vicissitudes. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1915)
- Freud, S. (2010). História de uma neurose infantil. In Freud, S. [Autor], *Obras completas*, v. 14. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Original publicado em 1918)
- Freud, S. (1923). Psychoanalyse und Libidotheorie. In *Gesammelte Werke* 13 (p. 221-233). Frankfurt am Main: S. Fischer.

- Laurent, E. (1999). O analista cidadão. *Curinga Psicanálise e saúde mental*, 13, 07-13. Escola Brasileira de Psicanálise, Minas Gerais.
- Lebrun, J. (2009). *Clínica da instituição: o que a Psicanálise contribuiu para a vida coletiva*. Porto Alegre, RS: CMC Editora.
- Mattos, P. R. (2003). Sob o olhar psicanalítico um espaço mal-assombrado ou Considerações sobre a psicopatologia da instituição hospitalar. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 6(3), 110-119. Recuperado em 10 out. 2018 de <<https://dx.doi.org/10.1590/1415-47142003003008>>.
- Mendes, A. A. (2015). *O efeito-equipe e a construção do caso clínico*. Curitiba: CRV.
- Minatti, S. P. (2004). Acriação do campo psicanalítico na instituição. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 7(1), 20-39. Recuperado em 10 out. 2018 de <<http://www.scielo.br/pdf/rfp/v7n1/1415-4714-rfp-7-1-0020.pdf>>.
- Nogueira Filho, D. M. (2001). O desafio do psicanalista na instituição psiquiátrica. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 4(3), 61-66. Recuperado em 10 out. 2018 de <<https://dx.doi.org/10.1590/1415-47142001003006>>.
- Oliveira, I. M. A. (2004). O caso clínico na instituição pública: polifonias desejantes. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 7(3), 82-93. Recuperado em 10 out. 2018 de <<https://dx.doi.org/10.1590/1415-47142004003008>>.
- Pinheiro, N. N. B. (2002). Enlaces transferenciais: reflexões sobre a clínica psicanalítica no ambulatório hospitalar. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 22(2), 42-49. Recuperado em 10 out. 2018 de <<https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932002000200006>>.
- Pinto, J. M. (1999). A instituição acadêmica e a legitimação da vocação científica da Psicanálise. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12(3), 00. Recuperado em 10 out. 2018 de <<https://dx.doi.org/10.1590/S0102-79721999000300009>>.
- Rinaldi, D. L. (2015). Micropolítica do desejo: a clínica do sujeito na instituição de saúde mental. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(2), 315-323. Recuperado em 10 out. 2018 de <<https://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015202.17332013>>.

- Rocha, P. S. (2000). Instituições psicanalíticas: uma política de avestruz? *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 3(2), 157-167. Recuperado em 10 out. 2018 de <<https://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982000000200009>>.
- Romanini, M., & Roso, A. (2012). Psicanálise, instituição e laço social: o grupo como dispositivo. *Psicologia USP*, 23(2), 343-366. Recuperado em 10 out. 2018 de <<https://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642012005000002>>.
- Silvestre, M. (1986). La transferencia. In Silvestre, M. [Autor], *Mañana el psicoanálisis*. Buenos Aires: Manantial.
- Sousa, K. K., & Paravidini, J. L. L. (2011). Vínculos entre crianças em situação de acolhimento institucional e visitantes da instituição. *Psicologia, ciência e profissão*, 31(3), 536-553. Recuperado em 10 out. 2018 de <<https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932011000300008>>.

Recebido em 22 de junho de 2019  
Aceito para publicação em 02 de fevereiro de 2021

## REVISITANDO A TRANSFERÊNCIA: UM PERCURSO FREUDIANO

*Márcio Rimet Nobre\**  
*Cassandra Pereira França\*\**

### RESUMO

O artigo percorre o delineamento da teoria da transferência ao longo dos anos de produção de Sigmund Freud. Trata-se de um trabalho de revisão teórico-conceitual com intuito de visitar alguns pontos fundamentais do método psicanalítico. Está estruturado a partir de uma divisão que diz respeito a três momentos: 1) a origem do método, desde o início das investigações clínicas de Freud; 2) seu desenvolvimento, que tem, em seu centro, principalmente o conjunto de artigos técnicos publicados nos anos 1910, portanto, na vigência da primeira tópica; 3) as contribuições posteriores à virada teórica da segunda tópica. Do ponto de vista conceitual, o artigo respeita ainda uma divisão a partir de três diferentes acepções assumidas pela transferência ao longo de seu desenvolvimento na doutrina freudiana: inicialmente como resistência ao trabalho de análise; na sequência, como sugestão, em virtude da influência do analista; e, posteriormente, como repetição, tendência observada por Freud, sobretudo nos pacientes neuróticos do pós-Guerra. Ao longo do trabalho, outros conceitos – tais como defesa, recalçamento, interpretação e o binômio associação livre e atenção flutuante – são abordados em função da proximidade com o tema central.

Palavras-chave: transferência; resistência; repetição; técnica psicanalítica.

---

\* Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Psicólogo (UFSJ). Especialista em Teoria Psicanalítica (UFMG). Mestre em Psicologia (PUC Minas). Doutor em Psicologia na área de Estudos Psicanalíticos (UFMG).

\*\* Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Prof. do Departamento de Psicologia e do PPG Psicologia, na área de Estudos Psicanalíticos (UFMG). Doutora e Pós-Doutora em Psicologia Clínica (PUC SP). Membro do GT Psicanálise e Clínica Ampliada.

## REVISITING THE TRANSFERENCE: A FREUDIAN COURSE

### ABSTRACT

*The article traces the concept of transference over the years of theoretical production of Sigmund Freud. It is a work of theoretical-conceptual revision, with the intention of revisiting some fundamental points of the psychoanalytic method. It is structured from a division with respect to three moments: 1) the origin of the method, from the onset of Freud's clinical investigations; 2) its development, which has in its center mainly the set of technical articles in the early 1910s, therefore, under the first topic; 3) the contributions occurred after the theoretical turn of the second topic. From the conceptual point of view, the article concerns a division from three different meanings assumed by the transfer throughout its development in Freud's doctrine: initially as resistance to analytical work; in sequence, as a suggestion, due to the influence of the analyst; and later, as a repetition, a tendency observed by Freud, especially in postwar neurotic patients. Throughout the work, other concepts are covered due to the proximity to the central theme, such as defense, repression, interpretation and the binomial free association and floating attention.*

*Keywords: transference; resistance; repetition; psychoanalytic technique.*

## REVISITER LE TRANSFERT: UN PARCOURS FREUDIEN

### RESUMÉ

*L'article retrace la conception de la théorie du transfert tout au long des années de production de Sigmund Freud. C'est un travail de révision théorique-conceptuelle, avec l'intention de revisiter quelques points fondamentaux de la méthode psychanalytique. Il est structuré selon une division qui respecte trois moments : 1) l'origine de la méthode, dès le début des investigations cliniques de Freud ; 2) son développement, qui a en son centre principalement l'ensemble des articles techniques au début des années 1910, donc, dans la validité de la première théorie psychique ; 3) les contributions postérieures autour de la deuxième théorie psychique. Du point de vue conceptuel, l'article respecte encore une division de trois significations différentes acceptées par le transfert tout au long de son développement dans la doctrine freudienne : d'abord en tant que résistance au travail d'analyse ; ensuite, comme suggestion, en vertu de l'influence de l'analyste ; et plus tard, comme une répétition, une tendance observée par Freud, en particulier chez les patients névrosés d'après-guerre. Tout au long du travail, d'autres*

*concepts sont abordés en fonction de la proximité du thème central, tels que : la défense, la répression, l'interprétation et le binôme de l'association libre et l'attention flottante.*

*Mots clés: transfert; résistance; répétition; technique psychanalytique.*

## INTRODUÇÃO

Longo é o caminho percorrido por Sigmund Freud no desenvolvimento da técnica e da teoria da transferência. Por este motivo, muitas perspectivas poderiam ser adotadas em tentativas de balizar historicamente esse percurso, seja diretamente pelo viés clínico, seja tendo como guia os desdobramentos do próprio edifício conceitual. Na verdade, como sabemos, foi sempre a clínica o motor para tais mudanças. Entretanto, uma questão se impõe, de antemão, frente a um trabalho dessa natureza: qual a razão de se buscar reconstruir essa trajetória?

Em nosso entendimento, é sempre justificável revisitar os caminhos que levaram ao surgimento de conceitos centrais para o conhecimento de determinado campo. No caso da transferência para o campo da psicanálise, essa justificativa se bifurca, ao nosso ver, em dois motivos principais. Em primeiro lugar, a teoria da técnica freudiana está viva em nossa clínica desde as premissas mais proeminentes, na tessitura de nosso fazer: é ainda a partir da associação livre em transferência que escutamos o sujeito, sendo sobre o fluxo de sua fala e de seus atos que buscamos operar. Em segundo lugar, se foi sobre a base desse fenômeno – inicialmente um tanto contingencial, como veremos – que se ergueu a psicanálise, é nesse percurso que podemos espreitar os meandros pelos quais passou Freud em sua clínica por meio dos diversos matizes subjetivos com os quais se deparou. É bem provável que esse caminho remeta aos nossos próprios impasses encontrados na clínica contemporânea. Nesse sentido, será bem-vindo revisitarmos o modo bastante peculiar como Freud constrói, revisa e reconstrói a teoria a partir de seus erros e das soluções que implementa no decurso de décadas de trabalho clínico.

É certo que, na impossibilidade de exaurir um tema com tal grandeza numa reflexão dessa natureza, nossa proposta consiste em pontuar alguns elementos importantes nessa história. Nesse sentido, lançaremos mão de metodologia de abordagem inspirada naquela utilizada por Daniel

Lagache, em seu trabalho *A transferência* (1990). Nele, o autor perfaz em detalhes os caminhos de Freud, de modo mais aprofundado e dividindo a história conceitual a partir dos usos e sentidos atribuídos à noção, respeitando a sequência temporal e tendo como marco as publicações que delimitam mudanças de orientação.

Paralelamente aos avanços clínicos, observamos o paulatino surgimento de toda uma gama de conceitos. No caso presente, serão privilegiados aqueles que nos remeterem diretamente à teoria da técnica psicanalítica, tais como: sugestão, associação livre, resistência, repetição, interpretação, defesa e recalçamento. Assim, buscaremos o imprescindível suporte à metapsicologia freudiana, entendida como a mais pura expressão teórica do psiquismo bem como o que dá suporte à teoria geral das neuroses. Na verdade, a própria metapsicologia é também o resultado das observações clínicas de Freud, uma vez que a teoria da transferência constitui a ponta de uma aprimorada elaboração teórica, com abandonos conceituais e rupturas, que busca embasar uma prática de originalidade sem precedentes até então.

No que concerne ao tema da transferência e da teoria do processo psicanalítico, o pensamento freudiano percorre um longo trajeto desde os *Estudos sobre a histeria* até os trabalhos elaborados em torno de 1915. Esse percurso não linear tem alguns balizamentos essenciais, que assinalam pontos de ruptura com o que fora formulado antes (Birman, 1991, p. 167).

Na verdade, como veremos, esse trajeto é ainda mais longo, se considerarmos os reflexos sobre a noção de transferência das mudanças sofridas pela teoria metapsicológica a partir dos textos dos anos 1920. Mas, como aponta Birman, não há dúvidas sobre a importância central desse conjunto de textos no que diz respeito aos procedimentos do método analítico.

No tocante à divisão da produção, usualmente compreende-se como *pré-psicanalítico* (Lagache, 1990) o período que se estende desde as primeiras formulações psicológicas de Freud, por volta de 1882-1983, até o momento da publicação dos “Estudos sobre a histeria”, escrito em parceria com Joseph Breuer, e de “A interpretação dos sonhos”, finalizado



em 1899, mas publicado somente em 1900, quando tem início o período propriamente psicanalítico. No próximo tópico será abordada a primeira dessas fases, na qual buscaremos localizar os primórdios da transferência.

## DE CHARCOT A BREUER, A HISTERIA NA ORIGEM

Historicamente, os desenvolvimentos técnicos da psicanálise estão estritamente vinculados às primeiras pesquisas clínicas de Freud acerca das manifestações histéricas. Ao constatar a inexistência de qualquer lesão fisiológica que pudesse dar explicação aos efeitos somáticos da histeria em suas pacientes, Freud empreende um dedicado trabalho de busca de resposta para tais perturbações sintomáticas. Assim, a partir de 1885, após assistir a um curso oferecido pelo médico Jean-Marie Charcot no hospital La Salpêtrière, em Paris, Freud passa a compartilhar da opinião do mestre quanto à retirada da histeria do campo da anatomopatologia e à sua introdução no conjunto das perturbações fisiológicas do sistema nervoso. Nesse momento, Charcot buscava empreender, por meio da hipnose, uma nova forma de intervenção clínica, acreditando que este método seria propiciador de mudanças no nível neuronal. Acreditava ainda que a histeria constituía uma doença artificial que podia ser produzida empiricamente.

Tanto Charcot quanto Freud sustentavam, nesse momento, que a histeria seria uma doença funcional com quadro sintomatológico bem definido, desprezando a opinião recorrente no meio psiquiátrico daquele período de que a doença resultaria de pura simulação. Além disso, ressaltavam a possibilidade da ocorrência da doença no homem, deixando de lado a atribuição de exclusividade feminina até então.

Entretanto, apesar da preocupação de Charcot em prever a regularidade dos fenômenos histéricos com a aplicação de drogas e da hipnose em suas pesquisas, dois aspectos tornaram-se evidentes: por um lado, o imenso poder sugestivo do médico sobre a produção dos sintomas pelas pacientes; por outro, percebeu-se o grande poder manipulatório das pacientes em responder ao pesquisador, atendendo-o em suas demandas. A partir de tais constatações, Charcot irá propor uma concepção da sugestão hipnótica como sendo semelhante ao trauma gerador dos sintomas, com a diferença de que este último poderia ser produzido no laboratório.

Quanto ao aspecto etiológico, não se podendo atribuir o trauma à ordem física, sua origem precisou ser buscada na narrativa empreendida pelos pacientes sobre sua história pessoal com vistas a encontrar o momento inaugural para o desencadeamento da doença. É com referência a essa narrativa que aparece o inegável papel do componente sexual da neurose, argumento recusado por Charcot, mas que se tornou o principal foco das investigações de Freud.

Movido por essa ausência de fatores físicos que explicassem a doença, Freud buscou na esfera psíquica a origem dos sintomas e, já em 1893, ao discutir os fenômenos histéricos, descreveu o trauma como resultante de uma suposta sedução vivida na infância pelo sujeito. Nesse sentido, os sintomas resultariam de “traumas psíquicos que não foram totalmente ab-reagidos, ou completamente tratados” (Freud, 1893/1996, p. 46).

Esse conjunto da teoria da sedução traumática passa a ser o elemento norteador para a clínica e, durante longo tempo, será central nessa fase inicial do pensamento. Para Freud, “todo o núcleo patógeno era creditado a uma suposta ocorrência concreta na vida infantil do sujeito, o que teria força traumática suficiente para provocar o desenvolvimento atual da doença” (Nobre, 2014, p. 68). Nesse caso, para ele, a causa dos sintomas tinha como ponto central a ligação afetiva a representações passadas, o que mantinha viva a memória não lembrada.

No que respeita à técnica, essa hipótese constitui forte ponto de amarração para sua compreensão acerca das neuroses. Sendo o trauma atribuído necessariamente a um evento real supostamente ocorrido na vida infantil do paciente, por muitos anos Freud fará da sugestão hipnótica seu método de abordagem direta do material inconsciente por meio do sintoma, acreditando ser esta a única forma de eliminar o distúrbio, por meio da rememoração do evento traumático. Ao observar, entretanto, que o procedimento hipnótico somente eliminava os sintomas, mas não sua causa, Freud passou a empregar o método catártico, elaborado e utilizado pelo reputado médico vienense Joseph Breuer com sua célebre paciente, a Srta. Anna O. Tal técnica, que inicialmente também aplicava a hipnose, consistia em fazer com que o paciente aprofundasse ainda mais nas origens psíquicas de sua doença. Desse modo, ao rememorar na íntegra a história de seu trauma psíquico, por meio dos interrogatórios do analista,

o paciente experimentava uma catarse propiciadora de alívio nos sintomas. É a própria Anna O. quem, ao se surpreender com a eliminação de seus sintomas a partir de sua narrativa, denomina a técnica de “cura pela fala”, comparando-a com uma “limpeza de chaminé”. Nessa técnica, ao fazer com que os elementos formadores de seu sintoma percorressem o caminho de volta para a consciência, o paciente experimentava uma descarga. Nas palavras de Freud (1914/1996, p. 163), “recordar e ab-reagir, com o auxílio, era o que, àquela época, se visava”, entendendo-se por ab-reagir o próprio ato de produzir a catarse ou descarga do afeto ligado ao trauma.

Com a experiência acumulada após anos de contato com as pacientes histéricas, Freud convida Breuer para elaborarem uma publicação conjunta sobre o assunto e, em 1895, publicam os “Estudos sobre a histeria”. Nesse trabalho, Freud inaugura a noção de defesa, que irá desempenhar papel fundamental no desenvolvimento teórico da psicanálise e, ainda que já tivesse abandonando o uso da hipnose, mantinha sua teoria da sedução traumática. *É também* nesse mesmo momento que se dá o afastamento entre os dois velhos amigos, sobretudo em virtude da importância atribuída por Freud à sexualidade como fator etiológico das neuroses, ideia com a qual Breuer não concordava.

É na famosa carta de número 69 dirigida a Fliess, escrita em 21 de setembro de 1897, que Freud (1950[1882-1899/1996] expõe seu descontentamento com a hipótese da sedução, ao afirmar “não acredito mais na minha *neurótica*”, referindo-se à sua teoria das neuroses. Com isso, colocava em dúvida as hipóteses que vinha sustentando sobre o frágil argumento de que os pacientes neuróticos tivessem sofrido sedução real por parte de adultos quando crianças. Paralelamente a isso, Freud começa a teorizar sobre a questão do índice de realidade no inconsciente, do qual passara a desconfiar.

Fica claro, já nesse documento, que toda a questão deixa de ser apenas a busca pelo que há de verossímil nos conteúdos revelados pela análise. Ao trazer a discussão sobre os índices de realidade no inconsciente, Freud não apenas está aprofundando o mergulho em seu conceito principal, ou seja, o inconsciente. Está também retomando, em novo termo, a discussão iniciada dois anos antes, no *Projeto para uma psicologia científica* [...], quando distingue o que denomina “realidade do pensamento”

e “realidade externa”. Somente mais tarde, Freud passará a utilizar as expressões “realidade psíquica” e “realidade material ou factual”, em lugar das duas primeiras (Nobre, 2014, p. 71).

Esse elemento aponta para o que podemos considerar como sendo o embrião da teoria da fantasia, que terá importância capital não apenas para o abandono da hipótese da sedução traumática, mas para a evolução de todo o pensamento psicanalítico.

A partir do item seguinte, abordaremos a teoria da transferência na produção propriamente psicanalítica, que tem como marco inicial a formulação da primeira teoria do aparelho psíquico, apresentada em “A interpretação dos sonhos” (1900), até o final da produção de Freud, em 1938, um ano antes de sua morte.

### **DA RESISTÊNCIA AO AMOR DE TRANSFERÊNCIA: A *PRIMEIRA TÓPICA***

Se a defesa consistia numa espécie de censura por parte do Eu (ego)<sup>1</sup> frente a algum conteúdo potencialmente ameaçador, a resistência representava sua externalização. Com o abandono da teoria do trauma e tendo em vista essas novas noções, Freud relaciona a carga afetiva ligada ao conteúdo ou ideia censurados aos sintomas somáticos típicos da histeria, chamando-os de *conversão*. Tal hipótese, que será central em toda a sua obra, implica que o sintoma representa uma solução do aparelho psíquico frente a uma ameaça sofrida pelo Eu. No caso da histeria, o conteúdo desagradável é retido no Eu, e o afeto converte-se num sintoma somático.

Assim, a partir das noções de resistência, defesa e conversão, já presentes nos textos iniciais de Freud e cada vez mais proeminentes em termos de seu valor clínico, a própria concepção da técnica a ser empreendida clamava por modificações. Desse modo, ocorre um deslocamento no objetivo do tratamento da rememoração de um evento traumático real para a elaboração psíquica de uma realidade fantasística, de fundamentação sexual e inconsciente. Não se tratava mais de produzir essa ab-reação do afeto, mas de possibilitar a emergência das ideias patogênicas inconscientes, grande parte de seus conteúdos carregados de fantasias, para o nível consciente, possibilitando sua elaboração.

Assim, com o abandono do método catártico, nasce o método propriamente psicanalítico denominado por Freud como “associação livre”, pelo qual o paciente deixa fluir livremente tudo aquilo que lhe vem ao pensamento, dando oportunidade para a emergência do material recalçado, as fantasias e sonhos, evitando censurar conscientemente tais conteúdos. Esse método permanece até os dias atuais como o mais eficaz na abordagem do inconsciente.

Mezan (1998, p. 253) ressalta como curiosidade o fato de que, embora Freud reconhecesse a influência do psicanalista sobre o paciente pela relação de confiança estabelecida – o que de outra forma não possibilitaria o uso quer da hipnose, quer da sugestão –, ele não imaginava a extensão que essa “relação de confiança” assumiria para a concepção de transferência a partir dos “Estudos sobre a histeria”. E é nessa medida que podemos compreender o caráter secundário e acidental ocupado pela transferência nos trabalhos até esse período, conforme Birman nos chama a atenção:

Não resta dúvida de que naquele momento estava esboçada grande parte da metapsicologia do processo psicanalítico [...]. Mas, no início, Freud atribuía à transferência um lugar limitado e periférico no processo clínico. Ela é tratada nas três últimas páginas do texto, como o último tópico assinalado entre as várias formas de resistência (Birman, 1991, p. 172).

A esse respeito, Lagache (1990) chama a atenção para “a genialidade de Freud [...] em converter as dificuldades em instrumentos”: “Cada dificuldade, cada fracasso, foi o ponto de partida de uma pesquisa psicológica e de uma inovação técnica. Se todos os pacientes tivessem sido hipnotizáveis, não teria havido psicanálise: e, nesse sentido, pode-se sustentar que a psicanálise nasceu da resistência e dos efeitos negativos da transferência” (Lagache, 1990, p. 6).

Assim, a transferência surge, já em suas primeiras ocorrências no texto freudiano, atrelada a uma definição negativa, sendo assimilada a um efeito da resistência da censura em permitir a emergência do material inconsciente.

O que aconteceu, portanto, foi isto: o conteúdo do desejo apareceu, antes de mais nada, na consciência da paciente, sem nenhuma lembrança das circunstâncias contingentes que o teriam atribuído a uma época passada. O desejo assim presente foi então, graças à compulsão a associar

que era dominante na consciência da paciente, ligado a minha pessoa, na qual a paciente estava legitimamente interessada; e como resultado dessa *mésalliance* – que descrevo como uma “falsa ligação” – provocou-se o mesmo afeto que forçara a paciente, muito tempo antes, a repudiar esse desejo proibido (Breuer, & Freud, 1895/1996, p. 314).

Quanto à interpretação, Birman (1991) observa que, no início de sua experiência clínica, ainda nos tempos de Anna O., Freud a concebia como reveladora de um sentido e, portanto, de uma verdade subjetiva; verdade esta ocultada pelo passado esquecido pela paciente. Desse modo, a interpretação aparecia como algo que incidia num ponto específico, cujo objetivo era a complementação das lacunas deixadas pelo esquecimento numa tessitura de significação, sendo este um dos mecanismos da censura no psiquismo.

Assim, é nos “Estudos sobre a histeria” que, paralelamente a uma concepção contingencial da interpretação, vemos surgir uma nova noção conceitual que, mais tarde, tomará o lugar central na problemática que se estabelece na relação do par analítico: a transferência.

### DORA E “AS TRANSFERÊNCIAS”

A transferência começa a assumir um papel mais central para a psicanálise quando, em seu famoso “caso Dora” (“Fragmentos da análise de um caso de histeria”, 1905), Freud atribui a prematura interrupção do tratamento pela paciente a um erro ou equívoco, de sua parte, na interpretação. Em suas discussões técnicas do caso, ele se reconhece como negligente para com o real papel desempenhado pelas “transferências” na relação do par.

A partir desse fracasso, Freud irá construir uma teoria de seu erro, o que trará profundos desdobramentos no campo clínico. Assim, observou que o espaço transferencial serviu de meio no qual a paciente “[...] atuou uma parte essencial de suas lembranças e fantasias, em vez de rememoras-las no tratamento” (Lagache, 1990, p. 13). Isso permitiu que ela restaurasse as lembranças, trazendo-as para o campo da representação. Ao perceber o caráter motriz desse mecanismo, Freud nele reconheceu o ponto privilegiado sobre o qual todo o trabalho interpretativo deveria incidir daí em diante. Na busca pela coerência racional dos fragmentos trazidos por Dora, Freud deixara de dar a devida atenção a determinados dados que acreditava sem valor. Eram justamente aqueles que precisavam ser escutados.

Entretanto, ainda aqui, Freud não assimila a vinculação do conjunto do tratamento, na sua estrutura e na sua dinâmica, a uma relação de transferência. Na verdade, em muitos momentos refere-se aos conteúdos deslocados para o analista ou para quaisquer pessoas como “transferências”, no plural. Até esse momento, as tais “transferências” ainda não são tomadas como aliadas para o tratamento, exceto quando são explicadas e “destruídas” uma a uma. Assim, em seu “Posfácio” ao “caso Dora”, o termo recebe uma definição de amplo alcance, como “[...] um gênero especial de formações de pensamento, em sua maioria inconscientes [...]” (Freud, 1905/1996, p. 111), ora como simples reimpressões, ora com edições revistas de determinado conteúdo, mas com projeção na pessoa do analista:

O que são as transferências? São reedições, reproduções das moções e fantasias que, durante o avanço da análise, soem despertar-se e tornar-se conscientes, mas com a característica (própria do gênero) de substituir uma pessoa anterior pela pessoa do médico. Dito de outra maneira: toda uma série de experiências psíquicas prévia é revivida, não como algo passado, mas como um vínculo atual com a pessoa do médico. Algumas dessas transferências em nada se diferenciam de seu modelo, no tocante ao conteúdo, senão por essa substituição. São, portanto, para prosseguir na metáfora, simples reimpressões, reedições inalteradas. Outras se fazem com mais arte: passam por uma moderação de seu conteúdo, uma sublimação, como costume dizer, podendo até tornar-se conscientes ao se apoiarem em alguma particularidade real habilmente aproveitada da pessoa ou das circunstâncias do médico. São, portanto, edições revistas, e não mais reimpressões (Freud, 1905/1996, p. 111).

Na verdade, Freud chega à conclusão de que “[...] o estado do doente não dá sinal de se modificar nem mesmo depois de o trabalho ter progredido muito” (Freud, 1905/1996, p. 111). Ao contrário, adverte-nos da surpresa de que os sintomas não desaparecem enquanto o tratamento prossegue, mas somente depois de “[...] dissolvidos os vínculos com o médico. O adiamento da cura ou da melhora só é realmente causado pela pessoa do médico” (Freud, 1905/1996, p. 111). Aqui, mais uma vez, a ideia nos remete a uma concepção da transferência como um empecilho ao andamento do processo terapêutico, isto é, como uma resistência, uma vez que é a própria “pessoa do médico” que provoca o adiamento da melhora do paciente.

Para Freud, se na teoria “a transferência é uma exigência indispensável” (Freud, 1905/1996, p. 111), na prática não há como evitá-la, mas ela precisa ser combatida, o que constitui a parte mais difícil do trabalho do analista.

Mas ela é incontornável, já que é utilizada para produzir todos os empecilhos que tornam o material inacessível ao tratamento, e já que só depois de resolvida a transferência é que surge no enfermo o sentimento de convicção sobre o acerto das ligações construídas [durante a análise] (Freud, 1905/1996, p. 112).

A constatação de que haveria um sentido nos fragmentos incoerentes vinha, mais uma vez, corroborar a hipótese freudiana do inconsciente. Isso faz com que ocorra uma mudança na própria incidência da escuta analítica e, conseqüentemente, no sentido da interpretação. A partir de então, o analista deve estar atento, sobretudo, àquilo que “o” inclui na trama discursiva do paciente, interpretando antes os elementos que apontem para a transferência e o espaço analítico.

### **O AMOR DE TRANSFERÊNCIA: SUA DINÂMICA E SEU MANEJO**

A introdução da teoria do complexo de Édipo, expressão que parece ter ocorrido pela primeira vez em 1910 (Freud, 1910/1996), repercute fundamentalmente numa mudança de compreensão sobre a transferência. Com base nesse novo flanco, Freud percebe que o que é revivido na relação transferencial são as experiências do sujeito com as figuras parentais. Sob essa relevante novidade, entre os anos de 1911 e 1915, Freud redige seu principal conjunto de textos sobre o que podemos entender como a teoria da transferência: trata-se da coletânea dos “Artigos sobre técnica”, publicados em 1914.

Já no primeiro artigo, “A dinâmica da transferência” (1912), essa influência se faz notar de forma patente quando Freud ressalta a ligação desse fenômeno às imagens parentais prototípicas, constituindo elementos das “séries” psíquicas do paciente nas quais o analista está inserido, numa dinâmica que implica um movimento de regressão da libido.

A libido (inteiramente ou em parte) entrou num curso regressivo e reviveu as imagens infantis do indivíduo. O tratamento analítico então passa a segui-la; ele procura rastrear a libido, torná-la acessível à consciência



e, enfim, útil à realidade. No ponto em que as investigações da análise depararam com a libido retirada em seu esconderijo, está fadado a irromper um combate; todas as forças que fizeram a libido regressar se erguerão como “resistências” ao trabalho da análise, a fim de conservar o novo estado de coisas. Pois, se a introversão ou regressão da libido não houvesse sido justificada por uma relação específica entre o indivíduo e o mundo externo – enunciado, em termos mais gerais, pela frustração da satisfação – e se não se tivesse, no momento, tornado mesmo conveniente, não teria absolutamente ocorrido (Freud, 1912a/1996, p. 114).

Freud ressalta ainda como mais importante nesse processo de resistência a atração exercida pelos complexos inconscientes sobre a libido durante o curso regressivo. O caráter ambivalente de tais relações também se reflete no vínculo transferencial, o que o faz distinguir duas transferências: uma positiva e outra negativa; a primeira mobilizando afetos ternos ou mesmo eróticos e a segunda mobilizando afetos hostis para com a figura do analista.

O novo alcance da noção de transferência, a partir daí, passava a ocupar lugar de maior extensão e centralidade na compreensão da técnica analítica, fazendo com que Freud estabelecesse novos parâmetros para o entendimento da clínica com reflexos, inclusive, na nosologia que empregava. Desse modo, essa nova dimensão da transferência tem incidência direta sobre a própria concepção freudiana da neurose.

A transferência não pode ser evitada, não só porque é utilizada pelo analisando para criar obstáculos que impedem a emergência do material, como também porque sua análise e sua subjetivação – com a consequente separação entre essa energia e a figura do analista – são fundamentais para que o paciente se convença da veracidade das interpretações, [...] que se tornam revelações (Birman, 1991, p. 176-179).

Assim, com a expressão *neuroses de transferência*, distinta das *neuroses narcísicas*, Freud passa a designar um novo conjunto patogênico substituto da sintomatologia original. De fato, essa “doença artificial” substituta da neurose parental é, ela própria, a resultante do vínculo do par analítico. Consequentemente, por se tratar daquilo de que se pode ser curado, a neurose de transferência passa a ser compreendida como a condição mesma para o tratamento vindo, a rigor, a constituir sua essência.

Nesse sentido, Freud correlaciona, em seus aspectos metapsicológicos, os sintomas clínicos iniciais exibidos pelo paciente aos efeitos de sua transferência com o analista, não mais vistos como meros deslocamentos isolados ou obstáculos a serem removidos, mas como condição para o tratamento, campo fértil para a ação interpretativa e eficaz da análise.

No mesmo ano, Freud escreve suas “Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise” (1912). Pode-se perceber claramente nesse artigo que a tônica de tais “recomendações” já recai sobre a relação analista-analisante *per se*. Isso representa uma guinada em que se passa a dispensar maior atenção à dinâmica do par. Freud então propõe as regras de neutralidade do analista para com o analisante, recomendando ao profissional uma impenetrabilidade verdadeiramente especular, em que refletisse apenas o que lhe fosse mostrado pelo paciente. No texto, Freud preocupa-se em elencar uma série de regras práticas e balizas éticas para os dois componentes do par analítico. Em termos metodológicos, a ênfase recai sobre a simetria que deve haver entre a regra de associação livre, proposta ao paciente, e a regra da atenção flutuante, a ser praticada pelo analista. Nesse caso, chega a dizer que o analista “[...] deve voltar seu próprio inconsciente, como um órgão receptor, na direção do inconsciente transmissor do paciente.” (Freud, 1912b/1996, p. 129). Assim, o inconsciente do analista seria capaz de “reconstruir o inconsciente do paciente”, que faria suas associações a partir das comunicações do analista.

No artigo seguinte, “Sobre o início do tratamento” (1913), tais preocupações também estão presentes. Nele, além de formular novas recomendações sobre o enquadre, Freud preocupa-se com a questão da interpretação e sua ocorrência no tempo analítico, aprofundando-se na discussão sobre o papel do analista na análise da transferência. Nesse sentido, ao refletir sobre o melhor momento para que se faça uso da interpretação, aponta a ocasião ideal como aquela em que a transferência se faça presente de forma inequívoca:

[...] somente após uma transferência eficaz ter-se estabelecido no paciente, um *rapport* apropriado com ele. Permanece sendo o primeiro objetivo do tratamento ligar o paciente a ele e à pessoa do médico. Para assegurar isto, nada precisa ser feito, exceto conceder-lhe tempo. Se se demonstra um interesse sério nele, se cuidadosamente se dissipam as resistências que

vêm à tona no início e se evita cometer certos equívocos, o paciente por si próprio fará essa ligação e vinculará o médico a uma das imagens das pessoas por quem estava acostumado a ser tratado com afeição (Freud, 1913/1996, p. 154).

Mas é no artigo seguinte que podemos ver os prenúncios da verdadeira reviravolta que estava prestes a acontecer no pensamento freudiano. Em “Recordar, repetir, elaborar” (1914), Freud dá um passo decisivo no sentido das elaborações – ou perlaborações – da segunda tópica.

Como vimos desde o princípio de suas formulações clínicas, Freud já se preocupa com o fenômeno da resistência, que define tudo aquilo que faz entrave ao trabalho analítico de buscar o acesso ao material inconsciente, tendo esse conceito exercido um papel fundamental, sobretudo no desenvolvimento da técnica. Enquanto resistência, a transferência incide justamente no ponto em que, em vez de rememorar uma determinada representação, trazendo-a para o nível da fala, o sujeito atua no contexto transferencial, o que aponta para o mecanismo da repetição. É ele próprio quem nos chama a atenção para a importância da articulação entre esses três mecanismos: “Logo percebemos que a transferência é, ela própria, apenas um fragmento da repetição e que a repetição é uma transferência do passado esquecido, não apenas para o médico, mas também para todos os outros aspectos da situação atual” (Freud, 1914/1996, p. 166).

Freud então observa que também em sua vida cotidiana, ou seja, fora do espaço clínico, o paciente está submetido a uma compulsão à repetição. Na verdade, como acontece com a maior parte de sua conceituação, os fenômenos que observamos na clínica estão também presentes na vida comum de qualquer indivíduo. Não haveria razão para supormos uma artificialidade radical dos acontecimentos no interior do espaço transferencial. A própria transferência remonta a uma situação afetiva tal que irá propiciar que o sujeito busque inconscientemente repetir com o analista aquilo que produz os maiores infortúnios nas suas demais relações no dia-a-dia. O diferencial que se espera na relação transferencial residirá na destinação a ser dada às demandas e “oferendas” de amor do analisando para o analista. Cabe ao analista, mantendo-se dentro da regra de abstinência, ressaltar os pontos em que a repetição se interpõe no caminho do tratamento. “Quanto maior a resistência, mais

extensivamente a atuação (*acting out*) (repetição) substituirá o recordar, pois o recordar ideal do que foi esquecido, que ocorre na hipnose, corresponde a um estado no qual a resistência foi posta completamente de lado” (Freud, 1914/1996, p. 166).

Sucessivamente, as resistências tenderão, segundo Freud, a determinar a sequência do material que deverá se repetir, revelando claramente a tentativa – inconsciente – do paciente de se defender, buscando no passado as armas contra o tratamento.

Finalmente, em “Observações sobre o amor transferencial” (1915), Freud retoma o tema sob nova perspectiva e em uma dimensão mais poética. Nesse artigo, a relação transferencial é assimilada a um vínculo de amor, no qual o analisante toma o analista como objeto de investimento libidinal.

Nesse artigo, que segundo Ernest Jones<sup>2</sup> o próprio Freud considera como o melhor da série, ganham reforço os conselhos para uma prática ética, sempre em torno das questões referidas ao vínculo que afeta o par analítico. Assim, reforça a importância do distanciamento ético do analista que, cultivando a neutralidade, deve abdicar de ceder às suas próprias tendências, despertadas pelas manifestações afetivas por parte do paciente. Isso porque tais atitudes podem, de fato, não passar de uma expressão da resistência:

Esta modificação [o enamoramento da paciente] ocorre muito regularmente na ocasião em que se está tentando levá-la a admitir ou recordar algum fragmento particularmente aflitivo e pesadamente reprimido da história da sua vida. Ela esteve enamorada, portanto, por longo tempo; mas agora a resistência está começando a utilizar seu amor a fim de estorvar a continuação do tratamento, desviar todo o seu interesse do trabalho e colocar o analista em posição canhestra (Freud, 1915/1996, p. 180).

Do mesmo modo como o analista não deve aceitar as moções afetivas da paciente, Freud também recomenda que ele não aja com crítica, desencorajando ou desqualificando tais atitudes:

Instigar a paciente a suprimir, renunciar ou sublimar seus instintos<sup>3</sup>, no momento em que ela admitiu sua transferência erótica, seria, não uma maneira analítica de lidar com eles, mas uma maneira insensata. Seria exatamente como se, após invocar um espírito dos infernos, mediante

astutos encantamentos, devêssemos mandá-lo de volta para baixo, sem lhe haver feito uma única pergunta. Ter-se-ia trazido o reprimido à consciência, apenas para reprimi-lo mais uma vez, um susto (1915/1996, p. 181).

É apenas na observância dessas condições que o tratamento pode obter êxito, pois é sobre o amor transferencial que opera o analista, sem a ele ceder, nem mesmo rechaçá-lo. Afinal, completa Freud, “como sabemos, as paixões são pouco afetadas por discursos sublimes” (1915/1996, p. 181). Ainda na sequência das orientações de abstinência, destaca que o caminho a ser seguido pelo analista não encontra “modelo na vida real” (Freud, 1915/1996, p. 183).

Nesse mesmo ano, em 1914<sup>4</sup>, Freud estava às voltas com a escrita de seu artigo em que introduz o conceito de narcisismo, quando a teoria do desenvolvimento da libido foi retomada com novos elementos, corroborando importantes transformações no entendimento da dinâmica psíquica. Por isso, a teoria do narcisismo é também considerada como um dos elementos que compõem o cenário para as mudanças dos anos 1920.

### **A TRANSFERÊNCIA NAS *CONFERÊNCIAS INTRODUTÓRIAS***

Entre os anos 1915-1919, Freud realiza uma série de conferências apresentando a psicanálise para o público leigo. No que diz respeito às questões do método propriamente, delimita seus princípios norteadores, mas nada acrescenta de fundamentalmente importante para o avanço da teoria da técnica analítica. Assim, em suas conferências intituladas “Transferência e Terapia analítica”<sup>5</sup>, preocupa-se principalmente em relacionar o mecanismo transferencial com seu aspecto sugestivo, descrevendo o início do aparecimento da transferência positiva como a “lua-de-mel” que precederia a transferência negativa. Entretanto, conforme Lagache (1990, p. 28), Freud não dedica maiores considerações teóricas a esta última, que “parece bem apagada ao lado das resistências e da transferência positiva”.

O mérito das conferências, no entender de Lagache, está justamente no fato de Freud insistir na dimensão libidinal da transferência, o que ancora nas próprias bases teóricas da psicanálise o entendimento do mecanismo da sugestão, tirando-a do campo próximo ao da magia, como na concepção de Bernheim:

[...] Bernheim não percebeu o vínculo da sugestibilidade com a libido; ora, a sugestão lembra a magia. Entretanto, a psicanálise não é comprometida por essa aproximação: os resultados obtidos com excessiva rapidez, ou seja, por transferência, são obstáculos que se destroem; a psicanálise emprega a transferência para a redução das resistências e a própria transferência é finalmente destruída (Lagache, 1990, p. 28).

Para Lagache (1990, p. 29), a transferência negativa se apresenta como um “efeito secundário da transferência positiva”, o que nos remete diretamente à questão do caráter ambivalente de nossos vínculos afetivos. Vejamos com o próprio Freud:

Os sentimentos hostis revelam-se, via de regra, mais tarde do que os sentimentos afetuosos, e se ocultam atrás destes; sua presença simultânea apresenta um bom quadro da ambivalência emocional dominante na maioria de nossas relações íntimas com outras pessoas. Os sentimentos hostis indicam, tal qual os afetuosos, haver um vínculo afetivo, da mesma forma como o desafio, tanto como a obediência, significa dependência, embora tendo à sua frente um sinal “menos” em lugar de “mais”. Não podemos ter dúvidas de que os sentimentos hostis para com o médico merecem ser chamados de “transferência”, pois a situação, no tratamento, com muita razão não proporciona qualquer fundamento para sua origem; essa inevitável visão da transferência negativa nos assegura, portanto, que não estivemos equivocados em nosso julgamento acerca da transferência positiva ou afetiva (Freud, 1917a/1996, p. 444).

Entretanto, conforme ressalta Lagache (1990, p. 29), Freud não se preocupa em elucidar as relações entre transferência positiva e resistência, apenas assegura que as resistências podem ser ultrapassadas a partir da análise empenhada através da transferência positiva. Além disso, estabelece a relação das resistências com a transferência negativa, sendo esta última decorrente de um agravamento das primeiras.

O tema da resistência retorna com algum destaque na conferência 28, na qual Freud (1917b/1996) distingue as resistências internas e externas, as primeiras sempre mais trabalhadas na análise e as segundas como de pouco interesse teórico, mas com grandes efeitos práticos no andamento do tratamento. Freud destaca a intervenção da família como o maior exemplo de perigo a ser enfrentado.

Ninguém que tenha alguma experiência das discórdias que tão seguidamente dividem uma família, haverá de se surpreender, sendo um analista, ao constatar que os parentes mais chegados ao paciente às vezes revelam menos interesse em sua recuperação do que na permanência da doença. (Freud, 1917b/1996, p. 459)

Logo após o período das *conferências*, e antecedendo a virada de 1920, Freud lança um artigo cujo título sugere alguma mudança. Entretanto, em “Linhas de progresso na terapia psicanalítica” (1919/1996), ele se mostra mais preocupado em fazer frente às concepções arriscadas acerca da transferência, vindas de seus seguidores e dissidentes. Assim, rejeita a concepção moralizadora sobre o papel do analista, apesar de reconhecer que, em diversos casos, o paciente poderia se mostrar tão desamparado e incapaz para a lida com a vida comum que exigiria de nossa parte uma adequação da atividade analítica com certa dosagem de influência educativa, podendo mesmo assumir o lugar de um mestre. Apesar disso, recomenda extrema precaução da parte do analista, caso precise lançar mão desse artifício, no sentido de que se busque preservar a originalidade nas suas descobertas do paciente a respeito de si e não fixe o analista como modelo.

Ainda nesse artigo, Freud (1919/1996) faz longas considerações sobre a importância da regra da abstinência para o analista. Lagache (1990, p. 32) destaca que nessa conferência essa regra é assinalada como correlata à neurose de transferência, surgida da situação, apontando para a “relação dinâmica” existente entre tais elementos. Nesse sentido, o analista deve encontrar o equilíbrio entre a frustração e a gratificação do paciente, no que consiste mais especificamente a abstinência. Isso equivale a que ele não venha a atender ou frustrar demais as demandas do paciente, sobretudo aquelas que se dirijam à sua pessoa. Na verdade, Freud é até mais radical com relação à necessidade de frustração dessa demanda: “No que diz respeito às suas relações com o médico, o paciente deve ser deixado com desejos insatisfeitos em abundância. É conveniente negar-lhe precisamente aquelas satisfações que mais intensamente deseja e que mais importunamente expressa” (Freud, 1919/1996, p. 178). De qualquer modo, vem reforçar ainda mais que a atenção do analista deve recair sobre os elementos que, propriamente, vêm ser indicativos da transferência. De modo metafórico, pode-se pensar em algo como alcançar o ponto certo no controle da embreagem de um veículo.

O certo é que tal situação constitui o ponto de agudeza da situação analítica, o que será alcançado não apenas em função da prática clínica e formação teórica, mas também, e sobretudo, da análise pessoal do analista, via de regra para ocupar-se desse lugar.

### **OS ANOS 1920: DA REPETIÇÃO NA TRANSFERÊNCIA À SEGUNDA TÓPICA**

Os anos 1920 dão lugar à célebre “virada teórica” no pensamento de Freud que, com a ampla reformulação de sua teoria do aparelho psíquico, veio a configurar uma segunda tópica. Até então, a *metapsicologia*<sup>6</sup> havia alcançado maior expansão em sua dimensão *tópica*, com a divisão do aparelho psíquico em dois sistemas topográficos: *inconsciente* e *pré-consciente/consciente*. Os pontos de vista *econômico* – que diz respeito à distribuição e circulação da energia pulsional no psiquismo – e *dinâmico* – que considera os fenômenos psíquicos como resultantes de um conflito entre forças de instâncias distintas (Laplanche, & Pontalis, 1996, p. 119) – somente alcançarão sua maturidade teórica a partir da introdução de uma conceituação radicalmente transformadora para a psicanálise. Certamente que essa diferença de enfoque no avançar dos anos também se faz notar sobre a transferência.

Assim, o automatismo de repetição inaugura uma problemática conflitual que extrapola os limites em que oscilava o pêndulo dos princípios do prazer e de realidade. Durante os anos que se sucederam a I Guerra Mundial, Freud havia atendido vários ex-combatentes acometidos pelo que se conhecia como “neuroses de guerra” ou “neuroses traumáticas”, cuja origem decorria do trauma de haverem participado das atrocidades daquele evento. Com a experiência acumulada da prática clínica nesse período – que resulta na série dos “Artigos sobre técnica” (1911-1915), já tratados –, percebera que havia algo que insistia em não se deixar representar psiquicamente, constituindo um ponto cego de uma análise. Na verdade, esse ponto é economicamente tributário de uma transcendência do par prazer-realidade, tal como atestam as percepções tratadas em “Recordar, repetir, elaborar” (Freud, 1914/1996) com relação às tendências repetitivas dos demais pacientes neuróticos, vindo a representar, de fato, uma exacerbação desse fenômeno.



Em “Além do princípio do prazer” (1920), Freud inicia a revisão de sua criação, movido sobretudo pela constatação dessa irreduzibilidade da repetição aos dois princípios vigentes até então. Em vez de desprezar o sistema anterior, Freud o incorpora ao seio da *segunda tópica*, passando a estabelecer sua última teoria das pulsões, daí em diante divididas não mais entre pulsões sexuais e pulsões do Eu, mas, pulsões de vida (Eros), que passa a englobar as duas primeiras, e pulsões de morte, que representa a tendência de todo ser vivo a reduzir completamente as tensões, voltando ao estado inorgânico.

Lagache chama a atenção para as poucas mudanças na concepção da transferência ao longo desses anos. Na verdade, assinala seu exercício atrelado à clínica como tendo, antes, um papel nessa revisão. O autor ressalta que, no mínimo, a transferência suportou o contragolpe dessa reviravolta (Lagache, 1990, p. 33). Na verdade, ao lado das neuroses traumáticas e dos jogos infantis, representados pelo *fort-da* que Freud havia observado no brincar de seu neto, a transferência é um dos seus pilares na demonstração do automatismo de repetição.

A experiência sexual infantil foi uma experiência dolorosa, um fracasso e uma ferida narcísica; o seu recalçamento pelo ego estava, portanto, de acordo com o princípio de prazer; a sua repetição na transferência, envolvendo os instintos recalçados, é contrária, por conseguinte, ao princípio de prazer e depende da compulsão à repetição. O pensamento de Freud parece comportar certas reservas: no início, a criança esperava ter prazer; mais tarde, o que é desprazer para um sistema (o ego) pode ser prazer para um outro (o id); a experiência pode ser menos desagradável enquanto objeto de lembranças e de sonhos (Lagache, 1990, p. 34).

Lagache atenta ainda para o fato de que o terceiro capítulo do texto de 1920 seja um “notável resumo das descobertas de Freud” e de que, mesmo sem maiores novidades sobre a técnica, nele está ressaltado o papel do par analítico para a segunda teoria pulsional, tendo em vista a irreduzibilidade da tendência do paciente de repetir em análise ao invés de perlaborar. Além disso, ao comparar a situação transferencial com o jogo infantil, Freud reafirma que, na transferência, a compulsão à repetição nada tem a ver com o princípio do prazer, considerando a tendência das crianças de pedirem aos adultos que repitam exaustiva e fielmente suas

histórias para que elas encontrem aquele mesmo prazer experimentado na primeira vez que a ouviram. Ao comparar a experiência repetitiva na criança e no adulto em análise, entretanto, notamos o quanto essa tendência extrapola, na clínica, as balizas do princípio de prazer (Freud, 1920/1996). Em outra passagem, Freud destaca o caráter conservador da compulsão à repetição que, ao fazer obstáculo ao fim do tratamento, impede seu avanço:

Pode-se supor também que, quando pessoas desfamiliarizadas com a análise sentem um medo obscuro, um temor de despertar algo que, segundo pensam, é melhor deixar adormecido, aquilo de que no fundo têm medo, é do surgimento dessa compulsão com sua sugestão de posse por algum poder “demoníaco” (Freud, 1920/1996, p. 46).

Os fenômenos transferenciais são, portanto, de fundamental importância para os desdobramentos do pensamento freudiano, sobretudo se considerarmos a ênfase dada à dimensão mais conservadora desse automatismo, isto é, a tendência de retorno do material recalcado.

No que diz respeito às instâncias psíquicas, conforme já vinha se anunciando desde meados da década anterior (1914, em “Sobre o narcisismo: uma introdução”), a noção de Eu (ego) ainda carecia de definições melhores. Além disso, o Supereu (superego) e as instâncias ideais (Eu ideal e ideal do Eu) ainda não haviam recebido tratamento adequado no edifício teórico. Em 1923, a própria dimensão topográfica do aparelho psíquico sofre profundas e definitivas reformulações. “O ego e o id” (1923/1996) é, dentre todos os trabalhos de Freud, o que melhor elabora suas proposições sobre as instâncias psíquicas, sendo nesse trabalho que o Eu (ego) ganha contornos finais ao lado do obscuro Isso (id) e o recente conceito do Supereu (superego) é apresentado com todo o peso teórico que passa a apresentar.

Para Lagache (1990), é possível ainda identificar o espectro do conceito de transferência nas reflexões de Freud em “Psicologia das massas e análise do Eu”, no qual aborda o amor, a hipnose e o laço social como resultantes de processos de idealização, nos termos da teoria da libido. Para Freud (1921/1996), nas três formas de vínculo o objeto toma o lugar do que era o ideal do Eu, seja na forma da identificação do Eu

com o objeto, seja na forma da introjeção do objeto por essa instância. Assim, a hipnose é comparável ao amor e, tal como o líder das massas ou como o pai da horda primeva, o hipnotizador assume o lugar do ideal do Eu. Apesar do recalçamento que sofrem os sentimentos afetuosos que estão na base de tais situações, Freud parece ver nisso a mesma matriz erótica da relação transferencial que ocorre mesmo sem utilização do método hipnótico.

### FINAL DE ANÁLISE E NOVAS “CONSTRUÇÕES”

Assim como na década anterior, nos anos 1930 Freud escreveu diretamente muito pouco sobre a transferência, tendo chegado a declarar, em suas “Novas conferências introdutórias sobre psicanálise” (1933/1996), que nada teria a acrescentar sobre o tema, como fizera nas primeiras *conferências*, quinze anos antes. Entretanto, se não chegou a se debruçar e desenvolver “todas as implicações” (Lagache, 1990, p. 38) dessa teoria no período, nem por isso podemos dizer que não tenha discutido outros elementos e formulado novos conceitos técnicos relacionados, portanto, ao campo transferencial.

Em seus últimos trabalhos publicados em vida, Freud retoma aspectos já abordados além de introduzir algumas questões sobre a eficácia terapêutica de seu método. Em 1937 lança seu trabalho “Análise terminável e interminável”, no qual insere a discussão sobre os limites e dificuldades do processo analítico, apontando alguns fatores que, embora não constituam propriamente novidade em sua doutrina, entre eles os efeitos da transferência negativa como um problema a ser enfrentado. Partindo da questão sobre o que seria o final de uma análise, de modo geral Freud (1937/1996a) mostra-se pessimista com relação às influências das forças pulsionais. A discussão gira em torno da maior ou menor eficácia do tratamento quanto a possibilitar que as alterações no Eu (ego) resultantes do processo possam persistir após o fim da análise fazendo frente a tais forças.

No mesmo ano, em “Construções em análise” (1937), Freud parece preocupar-se pela primeira vez com um instrumento técnico até então pouco elaborado, embora largamente utilizado em sua prática: as

construções. Nesse caso, trata-se de uma elaboração do analista que, diante do material disponível a partir da narrativa do paciente, busca, numa perspectiva diferente da adotada na interpretação, facilitar que o paciente possa reconhecer as peças faltantes para preencher lacunas reais e fantasísticas a partir daquilo que lhe é proposto. Isso permitiria remontar a história infantil do sujeito por meio de uma rememoração que vencesse a amnésia infantil.

Apesar de utilizar o termo e fazer uso da técnica da construção em diferentes momentos de seu trabalho, concentrara-se quase sempre em torno da interpretação como o principal instrumento de que dispunha o analista na situação clínica: “Se nas descrições da técnica analítica se fala tão pouco sobre ‘construções’, isso se deve ao fato de que, em troca, se fala nas ‘interpretações’ e em seus efeitos” (Freud, 1937b/1996, p. 279). Nesse texto, Freud chega mesmo a propor o termo *construção* como o mais adequado e destaca que a interpretação se aplicaria a um tipo de intervenção mais pontual do analista, ou seja, algo que incidiria num ponto específico surgido no curso da própria associação livre do analisando, esse “algo” certamente referido a uma expressão do próprio inconsciente.

Na construção, portanto, Freud nos deixa antever uma maior ousadia da parte do analista. Nesse caso, fica clara sua maior participação, uma vez que, na junção dos fragmentos apresentados até aquele momento, o analista deve buscar recompor ou construir a história primitiva do paciente, preenchendo lacunas com as supostas peças que as completariam. Atento aos efeitos de suas proposições, Freud antecipa as dificuldades de se poder comprovar o sucesso ou o equívoco sobre as construções feitas da parte do analista. Nesse sentido, ressalta que não basta uma fala da parte do paciente, concordante ou não, para que o analista se certifique do resultado de sua construção. A rigor, para se saber acerca dessa assertividade, recomenda a observação do comportamento do paciente: “Se a construção é errada, não há mudança no paciente, mas, se é correta ou fornece uma aproximação da verdade, ele reage a ela com um inequívoco agravamento de seus sintomas e de seu estado geral” (Freud, 1937b/1996, p. 283).

Na interpretação, o que se quer é antes evidenciar o sentido latente de um material que insurge no discurso do paciente, sempre à sua revelia e muitas vezes de forma repetitiva. Desde a publicação do livro dos sonhos

a interpretação já objetivava esse conteúdo latente que remonta ao desejo inconsciente e se assenta na fantasia do sujeito. Se, na construção, o analista se arrisca a preencher lacunas do discurso do paciente, partindo de inferências advindas dos próprios fragmentos por ele apresentados, na interpretação o que se busca é o desvelamento daquilo que se mostra no discurso como material originário do inconsciente, ou seja, do que se apresenta, porém, de forma velada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vemos, do início ao fim de sua longa trajetória clínica e intelectual, Freud teve sempre como guia a trama narrativa tecida pelo sujeito em análise. Independentemente do modo como a abordou tecnicamente, o tempo todo fica patente seu respeito ao que seus pacientes lhe diziam. Esse respeito se dava não apenas do ponto de vista dos efeitos disso para eles próprios, mas também para o que daí se podia extrair, visando ao aprimoramento do método, sempre em observância aos resultados clínicos.

Se o campo transferencial inaugurado por Freud mostra-se ainda hoje vivo em nossa prática, é sem dúvida em função da base que veio a constituir para a clínica. Era, entretanto, a postura interrogativa que não permitia que Freud se acomodasse no terreno das certezas que veio a ser, talvez, seu maior legado e exemplo a ser seguido. Tal atitude se mostra valiosa sobretudo na contemporaneidade, quando as garantias simbólicas perdem boa parte de suas forças e o virtual, com seu inesgotável arcabouço imagético, se acopla à vida, fundindo-se à nossa realidade psíquica (Nobre, 2014) e, certamente, reverberando também em nossa prática clínica. Nesse contexto, em que a maleabilidade inerente ao sujeito parece intensificar-se ainda mais, novos sintomas proliferam, exigindo que nosso campo – transferencial por excelência – mantenha-se, ele próprio, permeável à fluidez do tempo presente.

## REFERÊNCIAS

- Bettelheim, B. (1982). *Freud e a alma humana*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix.
- Birman, J. (1991). A constituição do campo transferencial. In Birman, J. [Autor], *Freud e a interpretação psicanalítica*, v. 2. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. (Col. A constituição da psicanálise)
- Breuer, J., & Freud, S. (1996). Estudos sobre a histeria. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. II. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1895)
- Freud, S. (1996). Extratos de documentos dirigidos a Fliess. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. I. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1950[1882-1899])
- Freud, S. (1996). Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: uma conferência. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. III. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1893)
- Freud, S. (1996). Fragmentos da análise de um caso de histeria. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. VII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1905)
- Freud, S. (1996). Um tipo especial de escolha de objeto feita pelos homens (Contribuições à psicologia do amor 1). In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XI. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1910)
- Freud, S. (1996). Artigos sobre técnica – A dinâmica da transferência. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1912a)
- Freud, S. (1996). Artigos sobre técnica – Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1912b)

- Freud, S. (1996). Artigos sobre técnica – Sobre o início do tratamento. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1913c)
- Freud, S. (1996). Artigos sobre técnica – Recordar, repetir e elaborar. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1914d)
- Freud, S. (1996). Artigos sobre técnica – Observações sobre o amor transferencial. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1915e)
- Freud, S. (1996). Conferência XXVII – Transferência – Conferências introdutórias sobre psicanálise. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 16. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1917a)
- Freud, S. (1996). Conferência XXVIII – Terapia analítica – Conferências introdutórias sobre psicanálise. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 16. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1917b)
- Freud, S. (1996). Linhas de progresso na terapia psicanalítica. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XVII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1919)
- Freud, S. (1996). Além do princípio de prazer. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1920)
- Freud, S. (1996). Psicologia de grupo e a análise do ego. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1921)
- Freud, S. (1996). O ego e o id. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1923)

- Freud, S. (1996). Novas conferências introdutórias sobre psicanálise. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XXII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1933)
- Freud, S. (1996). Análise terminável e interminável. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XXIII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1937a)
- Freud, S. (1996). Construções em análise. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XIII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1937b)
- Lagache, Daniel. (1990). *A transferência*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes. (Col. Estante de Psicanálise)
- Laplanche, J. & Pontalis, J.-B. (1996). *Vocabulário da psicanálise*. Tradução de Pedro Tamen. São Paulo: Martins Fontes.
- Mezan, R. (1998). A transferência em Freud: apontamentos para um debate. In: Mezan, R. *Tempo de muda: ensaios de psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Nobre, M. (2014). *Realidade virtual, realidade psíquica na pós-modernidade: um encontro com Freud na infinitude fantasística do ciberespaço*. Curitiba: CRV.

## NOTAS

<sup>1</sup> Neste trabalho serão empregados os termos *Isso*, *Eu* e *Supereu*, equivalentes em português para *Es*, *Ich*, *Über-ich* do alemão corrente de Freud, sempre seguidos de *id*, *ego* e *superego*, utilizados na tradução brasileira da *Edição standard*, exceto quando se tratar de citações literais, em que será mantida apenas a forma original.

<sup>2</sup> Cf. “Nota do editor inglês” ao presente artigo (Freud, 1915/1996, p. 175).

<sup>3</sup> Assim como destacado na nota 1, acima, com relação às instâncias psíquicas, no presente texto empregaremos o termo *pulsão* em lugar de *instinto*, a ser utilizado apenas nas citações literais, o que se aplicará também ao termo *recalque* em preferência a *repressão*. Para uma discussão acerca dos problemas que envolvem a tradução das obras de Freud para a língua inglesa, origem da tradução para a Edição *Standard* brasileira, remeto o leitor ao trabalho *Freud e a alma humana*, de Bruno Bettelheim (1982).



- <sup>4</sup> Apesar de ter sido lançado no início de 1915, o artigo *Observações sobre o amor transferencial* havia sido escrito em 1914, mesmo ano de publicação do texto *Sobre o narcisismo: uma introdução*.
- <sup>5</sup> Conferências de número 27 e 28, respectivamente.
- <sup>6</sup> Dimensão mais teórica da psicanálise, assim denominada pelo próprio Freud em analogia com o conceito de metafísica, advindo do campo da filosofia (Laplanche, & Pontalis, 1996).

Recebido em 12 de dezembro de 2018  
Aceito para publicação em 21 de janeiro de 2021

## ANÁLISE DA AGRESSIVIDADE DOCENTE NA CENA PEDAGÓGICA: IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS(ES)

*Andréa Pires de Oliveira\**

*Fábio Roberto Rodrigues Belo\*\**

*Fernando César Bezerra de Andrade\*\*\**

*Katherinne Rozy Vieira Gonzaga\*\*\*\**

### RESUMO

A partir da teoria psicanalítica laplancheana e winnicottiana da agressividade, objetivou-se analisar a agressividade de uma docente e seus efeitos na cena pedagógica através do estudo de caso de uma professora da Educação Infantil. Numa pesquisa qualitativa, recorrendo à triangulação entre observação, entrevista e grupo focal, tomou-se como unidade de análise a cena pedagógica (definida como o conjunto de interações entre docentes e discentes e dos significados intersubjetivos dessas interações nos vínculos envolvendo esses sujeitos). Constataram-se condutas docentes agressivas na interação com alunos da turma, o que levou à hipótese de que as dificuldades subjetivas da professora em lidar com a própria agressividade interferiam no manejo da agressividade discente. Considerando a subjetividade da docente, a participação da professora em formação docente continuada promovida durante a pesquisa viabilizou a tomada de consciência de novos arranjos relacionais entre a professora e as crianças de sua turma, favorecendo a qualidade do seu manejo.

Palavras-chave: agressividade docente; cena pedagógica; teoria psicanalítica; formação docente.

\* Mestra em Educação (UFPB). Psicóloga. Psicanalista. Membro da Sociedade Psicanalítica da Paraíba (SPP).

\*\* Doutor em Literatura Brasileira (UFMG). Psicólogo. Psicanalista. Professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

\*\*\* Doutor em Educação (UFPB). Psicólogo. Professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

\*\*\*\* Doutora em Educação (UFPB). Psicóloga. Psicanalista. Membro da Sociedade Psicanalítica da Paraíba (SPP).

## TEACHERS' AGGRESSIVENESS ANALYSIS AT PEDAGOGICAL SCENE: IMPLICATIONS FOR TEACHERS' TRAINING

### ABSTRACT

*From Laplanche's and Winnicott's psychoanalytic theories of aggressiveness, it was aimed to analyse the aggressiveness of a teacher and its effects on the pedagogical scene, through a case study about an Early Childhood Education teacher. In a qualitative research, resorting data triangulation between observation, interview and focus group, it was taken, as an analytical unit, the pedagogical scene (defined as the set of interactions between teachers and students, and the intersubjective meanings of these interactions considering the ties involving these subjects). Teacher's aggressive conducts were found on the interactions with her students, leading to the hypotheses: teacher's subjective difficulty in dealing with her own aggressiveness interfered on her management of students' aggressiveness. Considering the teacher's subjectivity, her participation on a teachers' continued qualification, promoted during the research, enabled the awareness of new relational arrangements between her and the children, favouring the quality of her management.*

*Keywords: teachers' aggressiveness; pedagogical scene; psychoanalytic theory; teachers' formation.*

## ANÁLISIS DE LA AGRESIVIDAD DOCENTE EN LA ESCENA PEDAGÓGICA: IMPLICACIONES PARA LA FORMACIÓN

### RESUMEN

*Basándose en la teoría psicoanalítica laplancheana y winnicottiana de la violencia, el objetivo fue analizar la agresividad de una docente y sus efectos en el escenario pedagógico, a través del estudio de caso de una maestra de Educación Infantil. En una investigación cualitativa, utilizando la triangulación entre observación, entrevista y grupo focal, se consideró como unidad de análisis el escenario pedagógico (definido como el conjunto de interacciones entre docentes y estudiantes, y los significados intersubjetivos de estas interacciones en los vínculos que se relacionan con estos sujetos). Se verificaron las conductas de maestros agresivos en la interacción con los estudiantes en la clase, lo que resultó llegar a la hipótesis de que las dificultades subjetivas de la docente para retener su propia violencia interferían en el manejo de la agresividad de los estudiantes. Respecto a la subjetividad del docente, la participación de la docente en la formación continua del profesorado promovida durante la investigación posibilitó la toma de conciencia de nuevos arreglos relacionales*

*entre el docente y los niños de su clase, que favoreció la calidad de su estrategia de retención de la violencia.*

*Palabras clave: agresividad docente; escenario pedagógico; teoría psicoanalítica; formación docente.*

## INTRODUÇÃO

Entre docentes e crianças estão implícitas relações de poder: na sala de aula há, de um lado, o adulto atravessado pela cultura, por sentimentos, pensamentos (Moreira, 2005) e uma história; do outro, encontra-se a criança em vias de constituição que, ao receber os cuidados desse adulto, acha-se envolvida num processo de construção de conhecimentos e de transmissão de significados, inaugurando uma ordem intersubjetiva relacional. Ambos constituem um contexto intersubjetivo relativamente habitual, aqui chamado “cena pedagógica”, com que se presume que características da ação docente repercutam nas condutas, sentimentos e pensamentos de discentes sob os cuidados de quem ensina. Por essa perspectiva, a conduta infantil não é analisável isoladamente, mas sempre em relação às qualidades da presença e da intervenção docente.

A cena pedagógica, como unidade de análise, consiste no conjunto de interações entre docentes e discentes e dos significados intersubjetivos dessas interações nos vínculos envolvendo esses sujeitos. É, pois, na cena pedagógica que se estabelece o convívio entre docentes e crianças, no qual se admite a presença de outros adultos – pais, mães, técnicos escolares, gestores – mediadores da relação de ensino-aprendizagem. Nela se instauram possibilidades específicas para se relacionar, baseadas não só em crenças, padrões afetivos e sociais, mas também em material inconsciente que aqueles sujeitos trazem consigo a partir de suas vivências anteriores ou atuais, mobilizando elementos que instauram novamente as condições de formação do psiquismo humano. Tais conteúdos são sintetizados, teoricamente, nas noções de transferência e contratransferência (Freud, 1914/1996; Kupfer, 1989; Laplanche, & Pontalis; 1992, Morgado, 2011; Winnicott, 1947/2000), transpostas da teoria sobre a clínica psicanalítica para a teoria das relações em outras instituições, como a escola.

Ora, no universo contratransferencial associado ao psiquismo docente, permeado “das reações inconscientes” (Laplanche, & Pontalis, 1992, p.102)

que também constituem a cena pedagógica, professores por vezes não conseguem reconhecer a influência de sua própria agressividade, atravessada por desejos inconscientes, sobre modos pedagógicos de condução das situações de conflito geradas em torno da conduta presumidamente agressiva de crianças. Nesse sentido, considerando-se reações docentes aos modos de interagir de crianças, professoras e professores estarão também à mercê de um poder que ocorre em parte à sua revelia, por ser da ordem do inconsciente, encontrando de forma recorrente uma via de descarga agressiva na relação com a turma. A cena pedagógica torna-se, assim, lugar de jogos sadomasoquistas diante dos conflitos em que se manifesta a agressividade discente, para cuja compreensão é indispensável pensar sobre o psiquismo adulto – aquele do(a) docente.

Idealmente, o adulto, ao buscar seduzir para o trabalho de aprendizagem, recorrendo aos instrumentos para motivar o alunado, deve também cuidar das relações e favorecer um ambiente de convivência que contribua para a aprendizagem, inclusive ao valorizar os conflitos. Porém, pensando na hipótese antes afirmada, docentes podem enfrentar dificuldades em gerenciar comportamentos e emoções de discentes que criam tensão na sala de aula, como é o caso da agressividade infantil: esta, do ponto de vista winnicottiano, ganha, pouco a pouco, expressões afetivas secundárias positivas ou negativas, a depender de como a relação docente(ambiente)-discente(criança) irá se estabelecer. Esses conteúdos podem levar o(a) professor(a) a defrontar-se com uma parcela de frustração e raiva, despertando a agressividade do próprio docente, a qual, se não for devidamente reconhecida e elaborada – o que pode acontecer, por exemplo, em contexto de formação docente continuada, como será referido neste artigo –, pode contribuir para a manutenção de padrões agressivos na conduta docente.

Dessa forma, considerar o poder da intervenção docente na cena pedagógica é perguntar-se sobre a agressividade e seus destinos na subjetividade desse(a) profissional: como adulto, o(a) professor(a) pode dirigir, alterar e mesmo instaurar condições seja para a continência, seja para o desenvolvimento da faceta defensiva da agressividade infantil. Mas, para isso, um fator decisivo será a forma com a qual a professora (ou o professor) lida com a própria agressividade em interação com discentes cuja conduta agressiva precisa regular.

Considerando essas hipóteses de trabalho, objetiva-se, neste artigo, a partir de um estudo de caso, evidenciar implicações da análise da agressividade docente para a formação de professores com vistas ao manejo pedagógico eficiente da agressividade discente na Educação Infantil. Ainda que a unidade de análise “cena pedagógica” seja eminentemente relacional, ela permite enfocar um dos lados do processo – no caso desta pesquisa, o comportamento e as significações de uma docente de Educação Infantil às voltas com a gestão de conflitos em sua sala de aula associados à agressividade discente.

Inicialmente, faz-se uma revisão do conceito de agressividade nas teorias de Laplanche e Winnicott: o modelo da Teoria da Sedução Generalizada é invocado por ajudar a interpretar a agressividade do adulto na relação com a criança, enquanto o modelo winnicottiano ajudará a entender a tarefa adulta de servir como objeto para o uso da criança.

Os dois modelos aqui adotados, epistemologicamente distintos (e em alguns sentidos contrapostos), podem dialogar, de sorte a favorecerem a interpretação dos jogos relacionais entre adultos e crianças – na escola de Educação Infantil, docentes e discentes –, pois ambas as teorias valorizam o poder da influência que a subjetividade do adulto (como emissária de mensagens enigmáticas ou ambiente suficientemente bom), manifesta particularmente em seu manejo pedagógico da cena em sala de aula, exerce nos destinos da agressividade infantil. Ambos os autores permitem ler a agressividade como manifestação psíquica que não se restringe à destrutividade, dando-lhe um estatuto que a dissocia da tradicional vinculação entre morte, violência e agressividade.

Em seguida, apresenta-se o caso de Antônia (nome fictício), professora da Educação Infantil de uma rede pública de ensino em uma cidade da região metropolitana de uma capital nordestina. Por meio da análise da agressividade de Antônia e de sua mudança na relação com seus alunos – como Clara e Denis (nomes fictícios) – demonstra-se uma das implicações mais importantes da análise da agressividade docente: o surgimento (ou desenvolvimento) da capacidade de reconhecer e valorizar a agressividade infantil de modo a transformar o ambiente da turma em contexto relacional mais acolhedor dos impulsos criativos discentes.

## PARA ENTENDER A AGRESSIVIDADE NA CENA PEDAGÓGICA: WINNICOTT E LAPLANCHE

Como sintetiza Birman (2006), a agressividade assumiu diferentes estatutos na obra fundadora de Freud: ora associada ao caráter ativo da pulsão sexual, ora ao aspecto da dominação pretendida pelo eu no contato com a realidade, ela assumia, no contexto da primeira teoria das pulsões, um caráter relacional e intersubjetivo mais evidente; já na segunda teoria das pulsões, ela aparece, nos termos da metáfora de Laplanche (1992), mais “ptolomaica”.

Com efeito, se, classicamente, a agressividade se restringia à relação do sujeito com o outro, na violência que o primeiro exercia sobre o segundo, no discurso freudiano após os anos 1920, a agressividade circula no campo do sujeito de diferentes maneiras: masoquismo e autodestrutividade, sadismo e destrutividade, e ainda nas relações agressivas estabelecidas entre as diferentes instâncias psíquicas (Birman, 2006, p. 365).

Ora, a teorização winnicottiana sobre a agressividade parece manter-se claramente no campo relacional em razão de sua recusa ao conceito de pulsão de morte e às consequências disso para seu modelo (Winnicott, 1959/1983). Definida como força que, primariamente, é inata, a agressividade ganha, desde os primórdios, contornos e destinos que dependem das relações com o ambiente e com os objetos, assumindo diferentes funções propulsoras da ação, para a externalidade, conforme os estágios do desenvolvimento emocional (Winnicott, 1950/2000).

Logo, Winnicott valoriza tanto as tendências naturais à adaptação e às potencialidades da criança quanto as reações dessa criança frente ao ambiente cuidador, que deve estar disponível para ser usado, reconhecendo a agressividade infantil, dando-lhe contenção e favorecendo a integração da mesma pela criança. Nesse modelo relacional, a agressividade só tem seu sentido apreendido quando se considera não só a criança, mas o adulto que com ela se relaciona, que pode se tornar facilitador nesses estágios do desenvolvimento emocional, inclusive no que se refere ao manejo da agressividade da criança.

Tanto que, no início do desenvolvimento emocional do bebê, Winnicott (1968/2005) propõe um tipo de destrutividade sem raiva, que, de fato,

permite uma exploração às custas do ambiente, transformando-se, caso a mãe sobreviva – atendendo às necessidades do bebê e suportando seus ataques –, em capacidade potencial para a destruição, ou seja, destruição na fantasia inconsciente. Essa capacidade de destruição levará a criar a externalidade do mundo, possibilitando o que Winnicott (1968/2005) denominou uso do objeto – fundamento das experiências de amor e ódio dirigidos a outra pessoa, da destrutividade lúdica e da criatividade.

Assim, essa capacidade é conquistada pela criança ao encontrar o ambiente cuidador ileso, com sua postura resiliente, sem retaliação, da agressividade infantil que nele se manifestar. Nesse sentido, o uso do objeto é um fenômeno ambiental e não somente uma projeção da criança. Se a presença do objeto for percebida, os impulsos agressivos ocorrerão, serão reconhecidos e aproveitados para a construção criativa oportunizada pela destruição-sobrevivência ambiental.

Não obstante seu caráter relacional, ainda assim é possível enxergar, na descrição winnicottiana, uma tendência a descrever os destinos da agressividade a partir do bebê, considerando o mundo psíquico do infante em formação e tomando sua natureza como axioma teórico. Prova disso está na posição atribuída ao adulto na relação com o bebê: qualquer que seja, a referência ao adulto o mantém na posição de ambiente e objeto.

Diante disso – e para auxiliar a entender a agressividade do adulto partindo do psiquismo (perverso polimorfo) no adulto –, recorre-se também à leitura laplancheana sobre a agressividade. O modelo de Laplanche (2015) reposiciona a sexualidade como conteúdo *princeps* do inconsciente, mas, distintamente de parte da teoria de Freud (1911/1996), por exemplo, entende-a como produto de uma situação antropológica fundamental mantida pelo adulto no encontro com a criança: essa situação intergeracional, claramente intersubjetiva e comunicacional, presume, em sua constituição, a atividade do adulto que investe na criança desejos, impulsos e mensagens de caráter enigmático (visto carregarem conteúdos sexuais que a criança não é capaz, inicialmente, de manejar). Essa é uma situação em que o adulto atua como sedutor traumatizante, sexualizando ao mesmo tempo em que cuida, por ser dotado de inconsciente e sexualidade perversa polimorfa (ao passo que o bebê, de saída, não é).



Já é possível divisar, nesse modelo, dois elementos em comum com a teoria winnicottiana: a recusa à destrutividade inata e implacável e a admissão da agressividade como impulso plástico, tanto suscetível de ser investida em favor da organização quanto, como no caso da pulsão sexual de morte (Laplanche, 1988), na desorganização egoica. Nesse sentido, os destinos da agressividade interessam enquanto sujeitos aos da sexualidade, pela qual passam a ser, desde cedo, atravessados. “Uma teoria da ‘agressividade’ deveria ser necessariamente pluridimensional, tendo em conta ao menos três fatores”, afirma Laplanche (1988) sinteticamente: a força ativa “inerente a toda ação, quer seja autoconservativa ou libidinal” (Laplanche, 1988, p. 105), sua apropriação pelo sadismo e sua expressão no masoquismo.

A agressividade, pela perspectiva de Laplanche, no contexto da situação antropológica fundamental, está intimamente ligada aos pares atividade-passividade e sadismo-masoquismo. No caso do primeiro par e tomando-se o eu como referência, a atividade psíquica consciente nasce desse esforço (autoconservativo e sexual) de reagir à posição passiva em que se é posto quando infante – objetos de desejos e mensagens enigmáticas vindas do mundo adulto –; as crianças são originariamente passivas, situação que as traumatiza ao mesmo tempo que as constitui psiquicamente, como sujeitos de desejos e de inconscientes. Do mesmo modo, primariamente, naquela situação já referida, o masoquismo é a primeira expressão correlativa dessa passividade. Nos termos de Laplanche (2012, p. 20), o masoquismo “está ligado aos processos complexos que levam à gênese da pulsão sexual a partir das mensagens enigmáticas do outro, é intrinsecamente sexual”.

Ora, admitindo sua íntima e precoce relação com a sexualidade, num longo percurso de produções cada vez mais secundárias cronologicamente, mas não menos influentes, a agressividade ganha contornos ativos, propositivos, no sadismo. Na situação antropológica fundamental, a iniciativa de seduzir de modo generalizado o bebê é expressão do sadismo adulto, que investe agressivamente sobre a criança para não só dela cuidar, como também para atacá-la. Laplanche (2012) esclarece, tratando sobre o masoquismo – num comentário que se pode perfeitamente estender à agressividade:

Não penso que a ideia de implantação [das mensagens enigmáticas] implique que o adulto seja *um sádico*. Isso decorre do fato de que sua sexualidade forçosamente ultrapassa as capacidades de elaboração da criança. Leva em conta um fundo de passividade, portanto. É uma categoria que se poderia dizer *situacional*. É na situação mesma, é na essência da situação, que se situa o sadomasoquismo (Laplanche, 2012, p. 25).

Assim, na teoria de Laplanche, a agressividade deve ser analisada intersubjetivamente, como elemento cuja associação à sexualidade perverso-polimorfa presente no adulto implica numa atividade desse emissário de mensagens enigmáticas, ao tempo em que a criança, inicialmente destituída de inconsciente sexual, como par complementar dessa situação por Laplanche denominada “antropológica fundamental”, é primariamente passiva. A essa atividade e passividade corresponderão o masoquismo e o sadismo, respectivamente posições primária e secundária na história da formação do psiquismo infantil, quando às voltas, muito precocemente, com a sexualidade, na qual o adulto tem um papel decisivo e inaugural.

A teoria laplancheana, na interlocução com a teoria winnicottiana, traz para o primeiro plano da cena pedagógica o caráter sexual e sadomasoquista da agressividade: o adulto, para Winnicott sempre ambiente ou objeto, acolhe e contém na relação; para Laplanche, é o primeiro responsável, na cena intersubjetiva, pelo contágio – pela sedução – da criança, que se humaniza psiquicamente às custas do trauma. Assim, entender a agressividade adulta com esse arsenal teórico permite duas consequências interligadas: enquanto a agressividade infantil fala de um psiquismo em construção, para o qual os dispositivos de organização, contenção e acolhimento são indispensáveis, a agressividade adulta exprime as vicissitudes da sexualidade infantil perversa e polimorfa que habita o psiquismo já dotado de inconsciente.

Compreensível sempre na inter-relação, para Winnicott, e na situação, para Laplanche, a agressividade ganhará contornos de expressão vital e demandas – no caso da criança – ou de manifestação do sexual polimorfo – no caso do adulto. Pensando com Winnicott (1982), é precioso reconhecer a importância das qualidades afetivas do adulto – do(a) professor(a), no caso da Educação Infantil – como componentes fundamentais para o ambiente em que a agressividade infantil se manifestará. Essas qualidades devem prover uma presença viva (sem

invasão ou ausência), promovendo uma sustentação emocional necessária e continente, como uma borda que dará apoio e contorno à agressividade infantil até que a criança possa, a seu tempo, conseguir lidar com seus limites. Assim, o adulto suficientemente bom emprega sua agressividade intencionalmente para favorecer as expressões da agressividade infantil.

Analisando com Laplanche, por sua vez, a cena pedagógica, a agressividade adulta indicará um esforço defensivo e fantasmático de elaboração dos conteúdos inconscientes ameaçando o eu. O modo como a professora (ou o professor) manifesta sua agressividade sugere sua capacidade sádica de atacar, mobilizada em situação na qual o eu se vê às voltas com fantasias perturbadoras, das quais deve se defender: uma vez em situação de tensão, sem saber como agir, a professora pode experimentar-se novamente na posição passiva, masoquista, reagindo defensivamente, ao atacar a criança e atacar exigindo a submissão incondicional da criança. Esse contexto aponta, fortemente, para a possibilidade de aplicar, no campo escolar, a premissa laplancheana de que a situação antropológica fundamental é reaberta e atualizada no encontro entre crianças e professoras (ou professores), quando se verificam as dificuldades do adulto para gerir pedagogicamente os conflitos relacionais surgidos em sala.

A seguir, analisam-se cinco extratos de cenas pedagógicas envolvendo a professora Antônia, participante de uma formação docente continuada desenvolvida em 2017, em que se consideram aspectos da agressividade da docente, tanto pelo viés pelo viés winnicottiano (no que tange à capacidade de permitir-se ser usada como ambiente, que acolhe as demandas, e como objeto, que sobrevive aos ataques agressivos das crianças) quanto pela perspectiva laplancheana – considerando a reabertura da situação antropológica fundamental (Laplanche, 2006) que atualiza fantasias sadomasoquistas invasivas e perturbadoras da relação docente-discente e dificulta, por exemplo, o uso de objeto, como proposto por Winnicott (1968/2005).

## **PARA ENTENDER AS CENAS PEDAGÓGICAS: MÉTODO**

Cinco extratos de cenas pedagógicas foram coletados por meio de três estratégias: observação participante (Minayo, 2015) por 60 minutos

no início de um turno de trabalho de Antônia, professora de uma turma do Infantil III, composta por crianças de dois a três anos; entrevista individual semiestruturada (Minayo, 2015) de 36 minutos, posterior à observação e prévia à participação em grupo focal (Gatti, 2005); e a participação da professora em grupo focal (chamado “grupo de reflexão”). A observação resultou em transcrição em diário de campo, enquanto as falas da docente na entrevista e no grupo de reflexão foram gravadas em áudio e literalmente transcritas.

A análise dos dados se deu em dois tempos: inicialmente, através dos resultados da observação do manejo da professora Antônia de situações de interação com seus alunos e alunas. Foram consideradas situações de interação por ela referidas, na entrevista e, no segundo tempo, com a instalação do grupo de reflexão, foi possível considerar elaborações incipientes que as docentes participantes passaram a fazer sobre si mesmas e sua prática – tomando-se com referência, mais precisamente, as reflexões e aprendizagens da professora Antônia. Com isso, interpretaram-se movimentos psicodinâmicos inferidos a partir do relacionamento desta docente com as crianças de sua turma.

O grupo de reflexão, como proposta de formação docente continuada, ocorria uma vez por semana, durante uma hora, por oito semanas, de modo que as professoras puderam ter acesso a algum conhecimento teórico sobre o desenvolvimento emocional e sobre a agressividade infantil; a partir das discussões de textos e das situações que elas levavam ao grupo, envolvendo crianças de suas turmas, abriu-se um espaço para que as mesmas pudessem falar, ouvir e ser ouvidas, resignificando, assim, o que pensavam, sentiam e faziam em seu cotidiano na relação com seus alunos e alunas.

Embora essa atividade não configurasse uma análise clínica em grupo numa perspectiva psicanalítica clássica, as atividades em grupo têm uma dinâmica própria, com implicações para os psiquismos dos sujeitos envolvidos. Isso, logicamente, ocorreu no grupo de reflexão, ainda de forma inicial, o que pôde ser constatado no caso da professora Antônia.

A agressividade de Antônia e suas implicações para a gestão da agressividade discente em cenas pedagógicas

*Cena 1: Vendo o circo pegar fogo!*

Registrada na observação, a Cena 1 evidenciou dificuldades de Antônia na gestão das tensões relacionais a ponto de a observadora ter pensado, como na expressão “o circo pegar fogo”, isto é, um aumento de excitações que recaíam em comportamentos agressivos, tanto da docente como de discentes. Antônia demonstrou-se áspera no tom e no volume de voz, o que sugeriu estar irritada com a turma: falava alto, constantemente ameaçava remeter crianças ao repouso (definido pela professora como um determinado local da sala no qual a criança é colocada em uma cadeira, afastada da turma, para refletir sobre o que fez de inadequado), sendo pouco efetiva em suas intervenções. A turma estava agitada e as crianças, agressivas, correndo, gritando, batendo umas nas outras e desobedecendo à professora. Antônia parecia permitir o tumulto, ocupando-se só das crianças que cumpriam as atividades que ela propunha.

Antônia ainda inibiu a fala das crianças: em alguns momentos. Como estratégia para que a docente não entrasse em contato com o tumulto que acontecia na sala, uma música era cantada e repetida pelas crianças para registrar a interdição: “zip, zip, zap, minha boca eu vou fechar, zap, zip, zip para a tia escutar”.

*Cena 2: Denis, um aluno “picante”*

Em entrevista, Antônia referiu a diferença entre as crianças e sua dificuldade diante de algumas crianças que julgava como agressivas, ao relatar uma cena vivenciada com Denis:

Tem uns que são uma delícia trabalhar... Já tem uns que são picantes. Foi antes de ontem ou ontem, eu conversando com um chamado Denis, porque ele é muito agressivo, demais, ao extremo. Aí eu disse assim: “ô, Denis, e pode machucar o colega? Por que você está machucando o seu colega? A tia não acabou de pedir: Denis, não machuque o seu colega?” ... ele tremia essa mão, como se dissesse: “eu vou dar um murro nela é agora”. E essa mão dele não parava e ele se retorcia todinho... esse meu cotidiano, a dificuldade está aí, na agressividade dessas crianças.

Antônia relatou ainda uma parte significativa de sua história, que se supõe ter contribuído para os arranjos feitos para lidar com a própria agressividade. Seus pais puderam cuidar pouco dela (o pai foi negligente e a mãe, ausente) em sua infância, organizando-se um pouco melhor graças à ajuda de sua professora. Entende-se, portanto, que as experiências pessoais de Antônia orientavam manejos que evidenciavam uma subjetividade atravessada por sintomas relacionais na relação docente-criança.

Tanto a observação do manejo da docente quanto a entrevista denunciaram a urgência de uma formação, na qual pudessem ser consideradas tanto as necessidades das crianças – inclusive as emocionais, em que se inscreve a agressividade – quanto a subjetividade docente e o que nela há de agressivo.

*Cena 3: “É pau, é pedra, é o fim...”*

No início do terceiro encontro do grupo de reflexão – primeiro a oportunizar a discussão de dificuldades enfrentadas pelas professoras –, Antônia trouxe o caso de um aluno que batia constantemente nos colegas, explicando os comportamentos da criança por associá-los à violência da mãe, que nele batia constantemente: “A criança já vem com isso de casa... Aí, como é que eu vou trabalhar, se em casa ele recebe isso: pau?”. Com isso, seu discurso assumia uma postura mais passiva, em que a professora se desobrigava a intervir, fazendo pensar na impotência que o eu lírico da canção “Águas de março”, de Antônio Carlos Jobim, exprime no verso: “é pau, é pedra, é o fim do caminho”. Ou, segundo Antônia: “como eu vou trabalhar?”. Ela não se reconhecia capaz de influenciar positivamente seu aluno.

*Cena 4: Atentando para os sinais de Clara*

No sétimo encontro do grupo de reflexão, Antônia falou sobre Clara, de aproximadamente dois anos e meio, cujo pai era marinheiro mercante: a garotinha estava, naquela semana, muito agressiva, com comportamentos já ultrapassados – indicando uma regressão (queria

chupeta e colo, voltava a evacuar na roupa). Antônia entendeu ser isso tudo fruto da falta que criança sentia do pai e da pouca paciência materna. Naquela mesma semana, Antônia relatou ter chegado mais cedo, ainda no horário da professora da manhã, para uma atividade de planejamento pedagógico. Foi quando ouviu reclamações e presenciou a forma como as Auxiliares estavam lidando com Clara na hora de colocá-la para dormir, incomodando-se com a cena. Apesar de estar fora de seu horário e envolvida em outra atividade, Antônia não conseguiu ignorar o comportamento da menina e a indiferença das Auxiliares diante disso.

Ela [a criança] levantou-se, aí pegou as toalhas que estavam estendidas, juntou todas elas e pá! No chão, e ficou assim [encarando] pra ela, pra Auxiliar... Chegou uma hora que eu tive que ir lá, não aguentei ver... Tava fora do meu horário, mas eu fui lá, eu fui lá e disse: “Clara, você quer o quê? Diga à tia o que você quer, tem que falar porque se você não falar a gente não vai entender, diga”. Aí pegou a bolsa, abriu a bolsa e ela queria uma fralda, eu disse: “mas aqui não tem fralda, você não usa fralda, serve essa blusa? É ela que você quer pra dormir?”. Aí dei a blusa a ela, aí ela foi e deitou.

A compreensão da agressividade infantil também parecia ganhar uma certa mobilidade de sentidos: Antônia começava a perceber sua responsabilidade como mediadora da agressividade de Clara, sendo empática e identificando-se com ela de um modo objetivo. “Mas isso foi feito por causa dessas nossas conversas, viu? Porque antes disso eu já estava entrando em crise com Clara, eu não estava dominando”.

#### *Cena 5: Protegendo Clara do ataque materno*

No oitavo e último encontro do grupo de reflexão, Antônia compartilhou seu incômodo frente ao julgamento que a mãe de Clara fez a partir da resposta positiva que a garotinha deu à intervenção da professora. Diante da docilidade da criança, Antônia relata o comentário que a mãe fez: “essa menina é muito falsa... Ela é muito falsa, fingida, olha só! Ela tem o sangue da família do pai dela”. Antônia reagiu, defendendo Clara:

Quando Clara tá com aquela birra, aquela malcriação a gente tem que ver o que tá acontecendo. Deixe o sangue deles pra lá, vamos tratar de Clara. Sua filha é essa criança que a senhora está vendo agora, essa é a

Clara normal e que tem que ser: brincando, feliz. Essa é a Clara que eu trago para as minhas tardes, aqui acolá ela quer dar língua, ela quer chutar e eu tento trazer ela de volta. Sente e diga algo, olhe no olho de sua filha, converse, ela quer isso.

Analisando a qualidade das falas e intervenções de Antônia nesse conjunto de cenas pedagógicas, percebe-se uma elaboração gradual de sua agressividade, graças, sobretudo, ao trabalho desenvolvido no grupo de reflexão.

Inicialmente, como se vê na Cena 1, a professora parecia frágil e indisponível, pondo-se passiva (mas agressivamente) como ambiente e como objeto capaz de acolher e conter os impulsos das crianças. Esse movimento revela o jogo sadomasoquista com aquelas crianças que não se submetiam ao “deixar o circo pegar fogo”. ao desproteger as crianças, ela atuava o próprio ódio, como sugere Winnicott (1947/2000), retaliando, em seu comportamento agressivo, e não permitindo que as crianças com quem não conseguia se relacionar de modo suficientemente bom a usassem como objeto da agressividade infantil.

Ao deixar a bagunça ocorrer até um nível intolerável, Antônia silenciosamente fazia circular um tipo de mensagem relacionada ao seu ódio, que correspondia a sua posição sadomasoquista frente ao enigma daquelas crianças (Laplanche, 2012), atuando no sentido de produzir mais bagunça para sofrer e fazer sofrer. A potência sadomasoquista posta em ação pela professora revelava sua defesa frente ao que não era por ela internamente tolerado e, portanto, era projetado em seus alunos, que entravam no jogo perverso proposto pela docente. Essa intervenção impossibilitava que as crianças pudessem se expressar e a professora pudesse mediar a agressividade pela fala, revelando sua dificuldade em favorecer a vivência objetiva do ódio pela criança (Winnicott, 1939/1995).

Outro aspecto que chamou atenção na observação e que pode relacionar-se com o modo como Antônia comunicava seu ódio foi a inibição da fala das crianças, provocada por ela, que provavelmente repetia o silêncio vivido em sua relação com sua professora salvadora: provavelmente ela não podia revelar seu ódio, não poderia experimentar sua agressividade, pois corria o risco de perder a pessoa com quem os pais



podiam contar para entregar-lhe os cuidados da filha ou o silêncio de nunca poder reivindicar seus direitos junto aos pais.

Em tal processo, quando sintomático, o manejo docente é marcado por repetições – nas quais as docentes reproduzem modelos vividos, mas também põem em ação seus desejos em relação às crianças, tratadas como objetos do investimento inconsciente da própria agressividade das professoras, cuja elaboração não ocorreu satisfatoriamente, nem na vida pessoal nem durante suas formações para a profissão. Assim, a agressividade das crianças criava condições para mobilizar os conteúdos psíquicos de Antônia, que muitas vezes não conseguia colocar-se como suporte emocional e, ao invés disso, parecia precisar usar as crianças, testando-as para ver se sobreviveriam à sua agressão.

Podem-se imaginar as várias contradições subjetivas e ambivalências inconscientes às quais Antônia estava subordinada ao exercer a docência, dada a peculiaridade relativa à Educação Infantil (cuidar/educar). Quando também se pensa nos elementos biográficos da professora (negligência paterna, ausência materna), que emergiram por ocasião do relato da Cena 2, infere-se que uma experiência emocional de abandono aparecia atualizada em sua relação com as crianças (irritada, áspera, indiferente), reatualizando fantasias de sua posição passiva quando criança frente ao que vivenciava com o desamparo familiar. Na relação com seus alunos, repetia o padrão dos pais das crianças (que a professora presumia como negligentes, à semelhança de seus próprios pais) e, provavelmente por não ter alcançado a capacidade fazer uso do objeto de modo satisfatório, também ela não permitia que as crianças pudessem usá-la nesse sentido, mostrando-se irritada e áspera (no tom da voz e nas ameaças que fazia); ou quando se mostrava indiferente (repetindo a ausência dos seus pais), tornando precárias as intervenções, deixando o tumulto prevalecer e as crianças entregues a si mesmas.

Ainda pensando a Cena 2, relaxar, para Antônia, era sinônimo de descontrole, de desordem, de desamparo. Antônia não se liberava para relaxar com seus alunos e alunas que ela entendia “picantes”, não se permitindo oferecer-se nem como ambiente nem como objeto para eles; contudo, desligava-se deles, atuando sua raiva, deixando que a violência ocorresse para só depois da desorganização já ter ocorrido indagar Denis

com palavras esvaziadas de sentido para a criança: “A tia não acabou de pedir: Denis, não machuque o seu colega?”. Essas palavras não tinham peso, pois não havia ali uma relação que as sustentasse, não havia uma verdadeira mediação que lhes desse significação – e a dinâmica sadomasoquista se mantinha.

Igualmente, na Cena 3, Antônia desimplicava-se da tarefa de manejar – acolhendo e contendo – a expressão da agressividade do menino. Diferentemente da raiva, porém, aparecia seu medo de um aluno cheio de raiva! Pode-se supor que Antônia não conseguia lidar com seus fantasmas internos, despertados a partir da demanda do garotinho e parecia atuar o ódio dirigido aos pais de sua infância (que puderam cuidar pouco dela) e à sua professora “salvadora” (que não era sua mãe, mas que cuidou dela quando estava vulnerável).

Ora, essas três cenas foram narradas até as primeiras reuniões do grupo de reflexão. Esse grupo, desenvolvido em caráter de formação docente continuada, visou permitir a elaboração de conteúdos agressivos de docentes às voltas com os conflitos relacionais na Educação Infantil. Certamente, promover um conhecimento sobre as necessidades das crianças e do que pode ser mobilizado nessa relação não garantia que as professoras conseguissem estabelecer com elas uma relação livre de conflitos e dificuldades. Imaginou-se, contudo, que, como acontece na clínica psicanalítica, o que é falado não é atuado. Desse modo, esses primeiros encontros parecem ter servido como um momento catártico no qual as participantes sentiram-se seguras para falar das dificuldades no manejo da agressividade das crianças e de seus incômodos em sua relação com as crianças e, ao sentirem-se acolhidas, a partir do *holding* que lhes foi oferecido, puderam começar um movimento diferente, mais cuidadoso com seus alunos e suas alunas. Assim, o grupo foi espaço de estudos e elaborações que evidenciaram efeitos para a condução assumida, pouco a pouco, por Antônia, nas cenas pedagógicas seguintes.

Tanto que, nas Cenas 4 e 5, Antônia foi muito mais competente. Ela não só conseguiu se implicar na Cena 4, como deu indícios de começar a fazer um manejo mais acolhedor do que aquele das Auxiliares – investido de sadismo e de indiferença – e, sem dar-se conta, refletia a forma como lidava com seus alunos e alunas até há pouco tempo. Antônia percebeu

a imaturidade da criança para lidar com a própria agressividade e sua esperança de que alguém a contivesse. Sua capacidade de compreender o contexto e, sobretudo, a qualidade de sua intervenção mudaram – para o que sua impotência inicial diante da agressividade infantil “como é que eu vou trabalhar?” teve que ser superada.

A professora já não podia ficar indiferente, sem intervir, diante do sofrimento e da desorganização de Clara, que avançava por falta de contenção por parte da Auxiliar. As perguntas feitas à menina e a proposta de substituição (da fralda pela blusa) foram ilustrativas de como Antônia já conseguia escutar e responder aos pedidos da aluna no nível de significação fundamental para quem lida com crianças: aquele dos processos psíquicos inconscientes. Sem poderem traduzir em palavras todas as suas emoções e desejos, muitas crianças ainda assim comunicam por suas ações. A conduta de Clara nem era casual nem, tampouco, desprovida de sentido para Antônia, que passara a responder no nível da demanda infantil – ou seja, passara também a se comunicar com a criança, oferecendo acolhimento e contenção para sua agressividade.

Com o reconhecimento do grupo de reflexão como um suporte, Antônia mostrou-se mais segura para um manejo mais adequado da agressividade de Clara. A partir do reconhecimento da importância do grupo de reflexão para a qualidade de suas intervenções, o fenômeno, assim, continuava o mesmo, ao passo que Antônia não mais se defendia com a indiferença, alcançando estabelecer com Clara um outro tipo de relação.

Na Cena 5, a professora deixou uma posição passiva e passou a agir para que a criança pudesse, a partir de um cuidado ambiental adequado, lidar melhor com a sua agressividade. Ao defender Clara diante da mãe, para quem Antônia ofereceu um outro olhar sobre a menina, a professora buscou também conter a agressividade materna (manifesta num sarcasmo obviamente depreciativo da criança). Em mais de um momento, Antônia defendeu a aluna diante da mãe, apostando nas potencialidades da criança com base em uma interpretação do comportamento da menina que revelava outra concepção da agressividade infantil e outra disponibilidade para seu manejo. Antônia fez uma aposta também nas potencialidades da mãe quando lhe propôs reconfigurar a imagem de Clara. Essa proposta

revelou a esperança de Antônia em um ambiente menos ameaçador para Clara, dentro e fora da creche.

### IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE: RESULTADOS DA PESQUISA E ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Considerando o impacto dos conteúdos subjetivos de professores(as) na relação com alunos(as), a psicanálise pode ajudar a compreender os afetos mobilizados inconscientemente na relação entre o adulto e criança, subordinados à criança que existe em cada adulto, permitindo a hipótese de que, ao deparar-se com a agressividade infantil, o(a) docente possa, como indica a teoria laplancheana, defrontar-se com seu desamparo psíquico, próprio à reabertura da SAF. Logo, identificando-se inconscientemente com a criança, na situação de manejo da agressividade, o(a) docente atuará defensivamente para abrandar a própria angústia, projetando sua agressividade no infante, negligenciando-o ou retaliando o comportamento agressivo discente, cujo contexto relacional fomenta ainda mais raiva, ódio e comportamentos agressivos. Professores(as) não podem ser selecionados a partir de um grupo ideal: suas subjetividades devem ser cuidadas e valorizadas, buriladas por uma formação continuada.

Por isso mesmo, no intuito de favorecer o desempenho da difícil função de continência e redirecionamento pró-social da agressividade, docentes também precisarão de apoio constante, através de um *holding* institucional, o que, no presente estudo de caso, pôde ser atestado pelos efeitos da participação no grupo de reflexão pela professora Antônia.

No primeiro tempo, portanto, a teoria laplancheana permite inferir que Antônia parecia atualizar fantasmas, produzidos na sua infância, ante mensagens sadomasoquistas adultas, na relação com seus discentes. É claro, como ocorre com todos os seres humanos, as motivações inconscientes estavam operando nas reações de Antônia; porém, no segundo tempo, após se sentir mais segura, apoiando-se e apropriando-se dos conhecimentos produzidos no grupo de reflexão e do reconhecimento de seu lugar junto às crianças, foi possível para ela agir de um modo mais reparador e menos defensivo, o que a liberava para uma atuação docente na qual se colocava como um objeto que poderia ser usado pois já era capaz de sobreviver.

Para Antônia o grupo de reflexão funcionou como “cobertura materna” (Winnicott, 1955/1995) pois serviu-lhe, numa simetria, como uma mãe, favorecendo que se integrasse e amadurecesse – beneficiando-se do grupo. Desse modo, sua fala – carregada também de material inconsciente, vinculada em seu cotidiano ao manejo da agressividade infantil na sua relação com as crianças – tinha, no grupo, a partir do estudo e da reflexão compartilhada, a oportunidade de encontrar possíveis traduções e algum nível de elaboração, mesmo que muito preliminar. Assim, considerando o conteúdo inconsciente e os movimentos transferenciais que ocorrem, também nos grupos pode-se supor que as elaborações alcançadas por Antônia foram favorecidas pela transferência tanto horizontal – entre os pares – quanto vertical – entre a professora e a pesquisadora.

Esse processo, ainda em seu início, promoveu em Antônia uma mudança em sua posição subjetiva, uma vez que ela não conseguia mais ignorar as demandas de Clara, nem, tampouco, ficar indiferente à inadequação das Auxiliares e da mãe daquela criança. Creditava suas conquistas ao grupo como um ambiente seguro do qual pôde fazer uso e sentir-se mais integrada, funcionando de um modo mais maduro para relacionar-se com as crianças de sua turma. Além disso, nesse processo, ao apropriar-se dos conhecimentos compartilhados, dos próprios *insights* e da mensagem que a formação trazia como proposta às professoras, Antônia foi narcisicamente investida, apropriando-se de seu lugar como docente e podendo, agora, mais fortalecida, exercê-lo como uma construção sua e não mais baseado em idealizações ou defesas.

Nesse sentido, a mudança da professora Antônia foi identificada e interpretada, pela ótica winnicottiana, a partir da qualidade do manejo e de sua disponibilidade em relação às crianças: isso também aponta para a integração de sua própria agressividade no contexto do processo desenvolvido no grupo de reflexão. Essa mudança também é interpretável, numa perspectiva laplancheana, como expressão qualitativamente superior de novas traduções feitas por Antônia para as mensagens enigmáticas que atravessam seu psiquismo.

Como deve ocorrer em estudos de orientação psicanalítica, a interpretação encontrou seu fundamento e seus parâmetros de extensão mais importantes na fala, de modo que a interpretação se apoiou, foi

revisada e complementou-se, nesse tempo, pelas elaborações iniciais desta participante. Assim, um trabalho que visa à formação docente nesses moldes também precisou ser, em algum nível, uma expressão de *holding*, com vistas a favorecer suturas possíveis do que é reaberto, do ponto de vista da SAF e, portanto, é mobilizado no encontro de um adulto e uma criança, também na cena pedagógica, possibilitando a Antônia outras formas de lidar com sua agressividade e, conseqüentemente, de lidar com a agressividade de seus alunos e alunas.

Na creche que serviu de campo de pesquisa, o grupo de reflexão prestando-se também como um objeto investido pelas professoras: cada uma a seu tempo possibilitou uma mudança na cena pedagógica. Assim, a formação docente pode favorecer o contínuo cuidado dos docentes, uma vez que, como propõe Winnicott (1963/1983, p. 87), “deve-se esperar que os adultos continuem o processo de crescer e amadurecer, uma vez que eles raramente atingem a maturidade completa”.

Pesquisas como esta podem servir de base para políticas públicas de intervenção junto às escolas públicas, tendo em vista o problema crônico da violência na sociedade brasileira. É possível, a longo prazo, pensar em estudos longitudinais para acompanhar crianças alvo de intervenções por docentes que participaram de formação docente proposta nesta pesquisa e comparar sua sociabilidade com a de outras, cujos(as) professores(as) não se beneficiaram de tal experiência.

## REFERÊNCIAS

- Birman, J. (2006). Arquivo da agressividade em psicanálise. *Natureza humana*, 8(2), 357-379. Recuperado em 15 jan. 2020 de <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1517-24302006000200005&script=sci\\_abstract](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1517-24302006000200005&script=sci_abstract)>.
- Freud, S. (1996). Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental (1911). In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1911)
- Freud, S. (1996). Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XIII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1914)
- Freud, S. (1996). A sedução e suas consequências imediatas. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XVII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1918)
- Gatti, B. A. (2005). *Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas*. Brasília: Líber Livro.
- Kupfer, M. C. (1989). *Freud e a educação. O mestre do impossível*. São Paulo: Scipione.
- Laplanche, J., & Pontalis, J. B. (1992). *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Laplanche, J. (1988) A pulsão de morte na teoria da pulsão sexual. In Laplanche, J. [Autor], *Teoria da sedução generalizada e outros ensaios*. Porto Alegre: Artmed.
- Laplanche, J. (1992). *La révolution copernicienne inachevée (travaux 1967-1992)*. Paris: Aubier.
- Laplanche, J. (2015). A partir da situação antropológica fundamental. In Laplanche, J. [Autor], *Sexual. A sexualidade ampliada no sentido freudiano*. Porto Alegre: Dublinense.
- Laplanche, J. (2012). Masochisme et sexualité. Entretien avec Jacques André. In André, J. (Org.), *L'énigme du masochisme* (p. 19-30). Paris: PUF.

- Minayo, M. C. S. (2015). Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In Deslandes, S. F., & Minayo, M. C. S. (Orgs.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (p. 61-77). Rio de Janeiro: Vozes.
- Moreira, A. F. B. (2005). Currículo e estudos culturais: tensões e desafios em torno das identidades. In Silveira, R. M. H. (Org.), *Cultura, poder e educação: um debate sobre estudos culturais em educação* (p. 123-143). Canoas: ULBRA.
- Morgado, M. A. (2011). Autoridade e sedução na relação pedagógica. *Psicologia da Educação*, 32, 113-130. Recuperado de <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-69752011000100007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752011000100007)> em 15 jan. 2020>.
- Winnicott, D. W. (1982). A mãe, a professora e as necessidades da criança. In Winnicott, D. W. [Autor], *A criança e o seu mundo*. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S. A.
- Winnicott, D. W. (1983). Classificação: existe uma contribuição psicanalítica à classificação psiquiátrica? In Winnicott, D. W. [Autor], *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artmed. (Original publicado em 1959)
- Winnicott, D. W. (1983). Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo. In Winnicott, D. W. [Autor], *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artmed. (Original publicado em 1963)
- Winnicott, D. W. (1995). Agressão e suas raízes. In Winnicott, D. W. [Autor], *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1939)
- Winnicott, D. W. (1995). Influência de grupo e a criança desajustada: o aspecto escolar. In Winnicott, D. W. [Autor], *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1955)
- Winnicott, D. W. (2000). O ódio na contratransferência. In Winnicott, D. W. [Autor], *Da pediatria à psicanálise. Obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1947)



- Winnicott, D. W. (2000). A agressividade em relação ao desenvolvimento emocional. In D. W. Winnicott, D. W. [Autor], *Da pediatria à psicanálise. Obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1950)
- Winnicott, D. W. (2005). O uso de um objeto e o relacionamento através de identificação. In Winnicott, D. W., Winnicott, C., Shepherd, R., & Davis, M. (Orgs.). *Explorações psicanalíticas*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1968)
- Winnicott, D. W. (2010).  *Holding e a interpretação*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

Recebido em 17 de janeiro de 2020

Aceito para publicação em 12 de fevereiro de 2021

## PSICANÁLISE E NORMATIVIDADE

*Jô Gondar\**

*Nelson Ernesto Coelho Junior\*\**

### RESUMO

O artigo discute a responsabilidade dos psicanalistas na produção e disseminação de normas de gênero e de normas subjetivas, definindo um bom funcionamento psíquico. Aponta o quanto prescrevemos, sem perceber, o modo como os sujeitos devem ser ou viver as suas vidas. Nomeia algumas normas que podem estar presentes no exercício da psicanálise e de suas correntes teóricas, normas pouco visíveis e, por isso mesmo, menos nomeadas.

Palavras-chave: normas de gênero; discursos normativos; subjetividade universal.

### PSICHOANALYSIS AND NORMATIVITY

#### ABSTRACT

*The article discusses the responsibility of psychoanalysts in the production and dissemination of gender norms and subjective norms, which define a good psychic functioning. It points out how much we prescribe, without realizing it, how the subjects should be or live their lives. It seeks to name some norms that may be present in the exercise of psychoanalysis and its theoretical currents, norms that are barely visible and, therefore, less named.*

*Keywords: gender norms; normative discourses; universal subjectivity.*

### PSICOANÁLISIS Y NORMATIVIDAD

#### RESUMEN

*El artículo discute la responsabilidad de los psicoanalistas en la producción y difusión de normas de género y de normas subjetivas, que definen un buen*

---

\* Membro efetivo do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro. Professora titular da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, RJ. Membro do Grupo Brasileiro de Pesquisas Sándor Ferenczi, do Comitê Executivo da ISFN e da IFPS.

\*\* Psicanalista. Professor e pesquisador do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP), São Paulo – SP, Brasil.

*funcionamiento psíquico. También señala cuánto prescribimos, sin darnos cuenta, cómo los sujetos deben ser o vivir sus vidas. El nombra algunas normas que pueden estar presentes en el ejercicio del psicoanálisis y sus corrientes teóricas, normas poco visibles y, por ello, menos nombradas.*

*Palabras clave: normas de género; discursos normativos; subjetividad universal.*

Há alguns anos começaram a aparecer na França – e agora também no Brasil – psicoterapeutas que pretendem exercer uma escuta não normativa. Existem sites anunciando esse tipo de serviço. Descrevem a escuta não normativa como aquela em que o terapeuta evita reproduzir o regime de normas sociais vigentes, isto é, as normas de orientação sexual, raça e classe na relação com seus pacientes. Os profissionais que se dispõem a praticar esse tipo de escuta aparecem em sites, no Brasil e na França, também com outros nomes: terapeutas afirmativos, terapeutas com preparo para atender pessoas bi e monodissidentes (essas são as denominações brasileiras), *psy safes et inclusifs* (essa é a denominação francesa, sendo este o site mais antigo e mais conhecido a esse respeito. Ainda que se trate de um site francês, o termo *safe* vem do inglês: significa seguro).

Vamos nos guiar por este último site – *psy safe* – não só pelo fato de ser o mais antigo e mais organizado, mas também porque ele menciona explicitamente os psicanalistas. O espaço *psy safe* é apresentado como “um lugar no qual se está disposto a não reproduzir as opressões sistêmicas existentes no campo social: racismos, patriarcado, classismo, transfobia, etc” (Psy safe et inclusifs, 2020). Para garantir que o tratamento ocorra nesse espaço não normativo, o clínico precisa assumir uma postura descrita como “politicamente não neutra” diante de pessoas com identidades e orientações marginalizadas socialmente – homossexuais, negros, trans, trabalhadores do sexo, enfim, qualquer um que sofra preconceitos no espaço social. O *psy safe* seria “não neutro” porque poderia reconhecer, “para além do sujeito, as realidades opressivas do campo social, estando atento a não reproduzi-las no quadro de suas práticas e estando igualmente vigilante às representações opressivas existentes em seus fundamentos teóricos e práticos” (Psy safe et inclusifs, 2020). Assim, seguindo a esteira dos lugares de fala, a proposta do *psy safe* deu origem

a uma lista de profissionais considerados “seguros” para quem não se encaixa nas normas sociais e sexuais vigentes, permitindo que lésbicas possam encontrar analistas lésbicas, negros encontrar analistas negros, ou, pelo menos, encontrar analistas que não vão pensar que as queixas sobre violência e discriminação de seus pacientes não passam de fantasias que eles próprios produzem.

## UMA ESCUTA NÃO NORMATIVA?

Beatriz Santos e Elsa Polverel escreveram um artigo interessante a esse respeito (Santos, & Polverel, 2016). Por um lado, sua postura com relação ao *psy safe* é crítica, e nessa crítica elas apresentam algumas questões importantes: é possível garantir uma escuta *deliberadamente não normativa*? E como começar um trabalho analítico tomando como ponto de partida a certeza de que o analista conhece e reconhece o lugar de onde fala o seu paciente? O inconsciente não seria justamente o que desmonta a certeza e a centralidade desse lugar? (Santos, & Polverel, 2016). Outra crítica apresentada pelas autoras está na rigidez identitária implícita na definição de um *psy safe*. Como se poderia garantir, a partir dos traços identitários de um analista, que sua escuta não estará comprometida com as normas sociais e culturais que circulam em torno dele? O fato de uma analista ser lésbica, por exemplo, poderia garantir que sua atenção flutuante não será homofóbica? (Santos, & Polverel, 2016).

De uma maneira geral, a crítica de Santos e Polverel incide na promessa de segurança – *safe* – veiculada na proposta: se cada processo analítico é singular, se ele acontece num encontro e num trabalho específico e em nenhum outro, como esse processo poderia estar apoiado, desde seu início, num ponto *safe*? Como escreve Pontalis (1997, p. 56), “o que acontece num processo analítico escapa aos sujeitos” e “ninguém é mestre desse processo”. Uma análise, continua Pontalis (1997, p. 56), é “um encontro estranho entre dois desconhecidos abertos ao seu próprio desconhecido”. Nesse sentido, apoiar-se de saída num ponto seguro, num ponto *safe*, equivale a trair as condições para que esse encontro singular e inédito possa se dar.

Mas, por outro lado – e é isso que faz de seu artigo um texto interessante –, Santos e Polverel admitem o problema que a prática

das listas *safe* estaria apontando: se existe uma busca por analistas “seguros”, é porque existe uma desconfiança em relação à psicanálise. Certamente isso se deu porque os sujeitos que sofrem preconceitos sociais se depararam com analistas que reproduziram esses preconceitos na situação analítica, fazendo julgamentos normativos em relação aos seus pacientes. É importante então discutirmos, elas escrevem, “os modos como a comunidade analítica reproduz discursos normativos, tanto em sua prática quanto em sua teoria, dentro e fora de seus consultórios” (Santos, & Polverel, 2016).

O que nos parece mais relevante no artigo de Santos e Polverel é o fato de que elas desnudam a normatividade presente nas duas pontas: a escuta normativa de alguns psicanalistas teria provocado reativamente, da parte dos sujeitos marginalizados, a busca por um tratamento psicanalítico *safe*, reação esta também normativa. De um lado, as normas vigentes; de outro, normas que se opõem a elas, procurando mapear previamente as identidades em jogo e a direção do tratamento.

## **NORMATIVO, EU?**

Nossa proposta aqui é a de tomar a responsabilidade que nos cabe na produção e na disseminação de normas, aprofundando mais um pouco a discussão: de que modo nós reproduzimos atitudes e discursos normativos quando praticamos a psicanálise? Para isso, vamos mapear algumas categorias da nossa teoria que tendem a normatizar o entendimento e as intervenções com nossos pacientes. Pretendemos apontar também o quanto algumas vezes prescrevemos, sem perceber, o modo como os sujeitos devem ser ou devem viver as suas vidas.

Devemos levar em conta, para começar, que os julgamentos normativos dos analistas nem sempre aparecem de maneira explícita. Um exemplo: um analista recebe um paciente homem que se relaciona sexualmente com homens; ele acredita que se mantém neutro, embora suspeite que algo tenha acontecido no trajeto sexual desse paciente, em seu percurso edípico, para que a escolha homossexual tenha se dado. Se o paciente fez uma escolha homoerótica, algo inusitado deve ter ocorrido em sua relação com o Édipo ou a castração. No entanto, esse mesmo

analista não se faz essa pergunta ou não tem essa suspeita quando recebe outros pacientes que fizeram uma escolha de objeto heterossexual. Ou seja, com o paciente que faz uma escolha homoerótica, o analista não ouve a fala de um sujeito singular, mas a fala de um sujeito gay.

Outro exemplo: um analista se preocupa com o aumento da discussão sobre a transexualidade e com o aumento do número de sujeitos que se apresentam como trans. Fala de uma verdadeira *epidemia* transexual na atualidade, termo que já indica sua apreensão da transexualidade como doença. Como não dispõe de um instrumental teórico para pensar esse modo de se situar no mundo sexual, o psicanalista procura sair rapidamente da indeterminação e da dúvida, reduzindo o fenômeno que considera difícil de entender a categorias que já são suas velhas conhecidas: afirma que, para ele, a epidemia trans não passaria de uma nova forma que a histeria assume na cultura globalizada. Esse analista acredita que se mantém neutro e que não expressa julgamentos normativos. E ainda outro exemplo: um analista está intrigado com a questão trans. Preocupa-se em pesquisar a etiologia do sujeito trans – algo estranho deve ter acontecido em sua constituição subjetiva –, mas não lhe passa pela cabeça qualquer preocupação a respeito da etiologia da transfobia, por exemplo (Bedê, & Belo, 2019). E continua se acreditando neutro.

Nesse ponto, é importante examinarmos a relação entre neutralidade e normatização, relação denunciada pelos sites de analistas seguros. É algo que os movimentos feministas já teriam ressaltado: o perigo da suposta neutralidade. Acreditar-se neutro seria embeber-se, em silêncio e sem crítica, das normas de gênero de uma época e de suas instituições. Ferenczi já teria feito uma denúncia semelhante com relação ao tratamento analítico. O que ele chama de hipocrisia profissional (Ferenczi, 1931/1992) é justamente essa possibilidade de um psicanalista manter-se neutro diante do sofrimento de seu analisando, aferrando-se às teorias e técnicas que aprendeu em sua formação, em vez de abrir-se ao ineditismo e ao risco do encontro.

A neutralidade que Ferenczi critica ao denunciar uma hipocrisia profissional é a postura pretensamente isenta ou não implicada, da parte do analista, em relação aos seus afetos na situação clínica. Há, contudo, na teoria psicanalítica, uma noção de neutralidade que segue outro rumo:

ao invés de uma atitude purificada quanto aos afetos e a política, trata-se de um cuidado para que o terapeuta não satisfaça ou seus anseios, sejam eles de qualquer ordem, sobre ou através de seus pacientes. A neutralidade analítica, nesse caso, seria uma disposição requerida pela atenção flutuante ou, melhor dizendo, por toda uma sensibilidade flutuante capaz de abraçar o que lhe chega na situação clínica, evitando a seleção e os julgamentos prévios – *desde que isso possa ser posto a serviço do analisando*. É o que, de fato, propõe Ferenczi em 1932 (Ferenczi, 1932/1990, p. 97): “Acompanho os meus pacientes o mais longe possível e, com a ajuda de meus próprios complexos, posso chorar com eles, por assim dizer. Se adquire, ademais, a capacidade de represar, no momento certo, a emoção e a exigência de descontração, então posso prever o êxito com segurança”. Isso significa que o analista, não se furtando a entrar em contato com seus próprios afetos e tendências, deve saber manejá-los a favor do paciente: não basta *sentir com*; é preciso que o clínico saiba o que está fazendo, por que está fazendo e até onde deve fazê-lo.

Se o *sentir com* ferenciano merece uma ressalva, ele também faz jus a uma diferenciação. Ferenczi valoriza a confiança no tratamento analítico, principalmente quando tratamos de pacientes que sofreram traumas violentos. Com esses sujeitos, nossa atitude não pode ser a da estratégia da suspeita, que costuma estar na base da interpretação psicanalítica: ao interpretar, o psicanalista supõe que o paciente quer dizer algo diferente daquilo que diz, e suas intervenções visam produzir o equívoco, remexer o oculto, desfazer as máscaras. Visam, sobretudo, responsabilizar o sujeito pelo seu desejo. Ferenczi indica uma atitude inversa para os analistas que lidam com o traumático: é preciso dar crédito ao trauma e, nesse sentido, acreditar no que o paciente diz. Daí a importância da sinceridade e da confiança; daí a importância da crença nas experiências relatadas pelos pacientes. Não poderíamos ver aí algo próximo da segurança que os sujeitos não alinhados às normas vigentes – sujeitos que sofrem discriminações e preconceitos – demandam de seus analistas? A busca por um analista *safe* não seria, de certo modo, a busca por um analista que acredite no real do trauma, com o qual o paciente pode desenvolver uma relação de confiança? Um analista *safe* não seria um analista capaz de *sentir com*, como propõe Ferenczi?

A resposta é não, já que segurança e confiança são afetos bastante diferentes. Principalmente se pensamos na segurança apregoada pelos analistas pretensamente não normativos: trata-se de uma segurança dada de saída e baseada numa comunhão identitária. A partir dessa comunhão é que se poderia exercer uma escuta *deliberadamente* não normativa. Ora, Ferenczi fala de outra coisa. É quase o oposto. Uma relação de confiança nunca é dada de saída. Ela precisa ser conquistada. E só é conquistada quando os sujeitos que se relacionam têm a coragem de arriscar e de se expor afetivamente de alguma maneira (ainda que sejam maneiras diferentes para analisando e analista). Sem essa abertura e esse risco, a confiança não ganha solo nem consistência. Confiar, para Ferenczi, é abrir-se ao inédito: entrega-se algo a alguém, mesmo sem ter certeza. Isso é muito diferente de uma segurança baseada numa identidade comum, identidade que retira o risco do circuito afetivo e se fundamenta numa certeza compartilhada. Se a confiança pressupõe incerteza, a segurança exige uma certeza prévia, e as certezas não fazem parte das condições de um tratamento analítico. Por este motivo, nenhuma escuta pode ser *deliberadamente* normativa ou não normativa; isso só pode acontecer de uma forma que escapa aos sujeitos em relação. Da mesma forma, *sentir com* não é compartilhar uma mesma nota. Não por acaso, Ferenczi (1928/1992) utilizou uma metáfora musical para tratar desse tema: *sentir com* é poder compor um acorde, admitindo que um acorde envolve consonâncias e dissonâncias.

## A HETERONORMATIVIDADE COMUM

O gesto de Ferenczi ao denunciar os perigos e as opressões envolvidas na postura isenta, não implicada, pode ser também encontrado em muitos movimentos políticos da atualidade. Ele tem sido o mais pregnante para as feministas da terceira onda, ativistas que se afinam com o projeto de desconstrução do falologocentrismo proposto por Derrida. Toda a cultura ocidental, escreve Derrida, se estrutura em torno de um falologocentrismo, e nele existe a ideia de que o geral, o neutro, o universal, é masculino; o feminino é a particularidade, o caso específico, o desvio da norma (Derrida, 1972), enquanto o masculino é a subjetividade universal



e, portanto, o padrão; o feminino é o continente negro, o enigma, o excesso, o a mais. Nesse sentido, o mais opressivo é aquilo que parece neutro, universal ou natural. É o universal que promove, para todos que dele não comungam, um sentimento de culpa pela inadequação. Nesse sentido, o normativo coincide com o pretensamente neutro.

Em nossa cultura, esse neutro se manifesta por muitas maneiras. Uma delas é a da heteronormatividade, presente na concepção de diferença sexual defendida por boa parte dos psicanalistas. O livro de Judith Butler, *Problemas de gênero* (2003), é todo construído para denunciar a pretensa neutralidade da heteronormatividade, tanto para heterossexuais como para homossexuais. Butler mostra como a heteronormatividade – isto é, a noção de que a heterossexualidade é natural, é o fundamento da sociedade – está ligada a uma ideia compulsória. Ao se propor que o casal homem/mulher é natural, termina-se por se obrigar todos os homens e mulheres a organizar suas vidas a partir desse modelo. E, assim, do natural e neutro se passa ao compulsório: todos os homens e mulheres se veem solicitados ou forçados a serem heterossexuais. Esse caráter compulsório acaba produzindo a homofobia, tanto em heterossexuais como naqueles que têm uma orientação dissidente: estes acabam imitando o padrão heteronormativo em suas relações.

Para quem duvida de que muitos psicanalistas trabalham com um padrão heteronormativo, cito algumas frases de colegas conhecidos. Vamos ver, inicialmente, o que disseram alguns colegas de diferentes países a respeito da homossexualidade e da filiação homoafetiva. As citações foram extraídas da tese de doutorado de Acyr Maya (2008) sobre saber e homofobia.

– Charles Melman (2001): “Os filhos dos casais homossexuais seriam brinquedos de pelúcia destinados a satisfazer o narcisismo de seus pais”.

– César Botella (1999): “Hoje, com o aumento dos conhecimentos, tanto ao nível da teoria como da prática, deve ser possível afirmar que a psicanálise é chamada a resolver o problema da homossexualidade [...] A condição entretanto é que o analisante não seja submisso do ponto de vista psíquico da necessidade de uma concretude homossexual, ao ponto de reivindicar a existência de uma terceira via sexual; que ele não faça do seu narcisismo uma armadilha de defesa, face à sociedade, do direito de ser homossexual”.

– Hanna Segal (1990): “Você pode argumentar com razão que as relações heterossexuais podem ser tão, ou mais, perversas ou narcisistas. Mas isso não é inerente nelas. A heterossexualidade pode ser mais ou menos narcisista, pode ser muito perturbada ou não. Na homossexualidade, isso é inerente”.

– Juan David Nasio (2006): “Como psiquiatra e psicanalista, não vejo nenhum inconveniente que isso aconteça [que uma criança seja criada por um casal homossexual], salvo três observações. Primeiro: efetivamente vai haver um problema [...] que é a falta de modelos [...]. É muito importante, não tanto o modelo do homem na casa, mas o modelo de um casal heterossexual [...] O segundo problema: o risco de uma criança educada por um casal homossexual crescer em um ambiente muito fechado [...] Por conta de serem homossexuais, a família pode ser isolada da família de outras crianças. O terceiro problema é o mais importante dos três: [...] num casal homossexual é muito provável que sintam a criança como centro de toda a casa, e isso não é bom”.

Encontramos esse tipo de comentário também entre analistas brasileiros. Dois exemplos, também extraídos da tese de Maya (2008). O primeiro é o de Waldemar Zusman (1997): “A homossexualidade tem na face interna dos seus disfarces a etiqueta da psicose [...] O indivíduo homossexual tem o sexo com que sonha, ainda que a realidade não o comprove”. Agora, a fala de uma mulher, Christina Cavallari (1996): A homossexualidade feminina representa um “comportamento perverso”, ocasionado por um Édipo “distorcido” e “desvirtuado”.

Talvez esses exemplos sejam antigos, muito conservadores e óbvios. Podemos encontrar, atualmente, maneiras mais sofisticadas de ser heteronormativo. A mais comum consiste no elogio da vertente transgressiva dos homossexuais e no lamento pelo seu desejo de família e de inclusão. Vamos citar dois exemplos: Jean-Jacques Rassial, numa entrevista para a Revista *Percurso* (2004), afirmou: “Tenho muita simpatia pelos homossexuais militantes contra a normalidade e sinto muito desprezo pelos homossexuais que querem ser considerados normais”. Mais recentemente, temos a fala de Jean-Pierre Deffieux (2013):

A perversão, no sentido que Lacan o emprega, visa o remanejamento dos conformismos e até mesmo sua ruptura [...] A atualidade me leva a interrogar o devir do desejo homossexual, esse desejo tão criador da

nossa cultura através dos séculos, se ele não mais resistir à normalização. A sociedade poderá perder.

Em outros termos: um homossexual pode ser aceito, desde que se mantenha transgressivo e inassimilável, como um Rimbaud, um Jean Genet ou um Oscar Wilde. Ora, todos os heterossexuais – incluindo os psicanalistas – podem ter seu desejo institucionalizado através do casamento e das regras de filiação e herança. Nem por isso seu desejo é colocado na parede. Porém aos homossexuais é exigido – para que seu desejo não seja interrogado – que sejam personagens literários, sublimes ou malditos, ou ao menos personagens curiosos, como ursos no triciclo. Desse modo, aceita-se o desejo homossexual sob a condição de que ele permaneça excêntrico ou exótico. Mas é preciso que esses sujeitos não ousem ser pessoas comuns. Aqui a premissa supostamente progressista mostra sua face conservadora: a cultura precisa se alimentar do exotismo do outro para que o desejo de quem obedece às normas possa manter o seu valor de desejo, tornando mais suportável a banalidade cotidiana.

### **É NÓS, PODEMOS ESCAPAR?**

Os estudos culturais e decoloniais há anos denunciam a normatividade presente na concepção de sujeito universal, isto é, na concepção de sujeito abstrato, racional e reflexivo que dominou nossa modernidade. Nos estudos culturais não existe sujeito abstrato, sem raça e sem gênero. O sujeito estaria sempre situado no tempo e no espaço, relacionado a um momento histórico, a uma certa sociedade, a uma certa cultura. O que se acredita como universal não passa da extensão de um determinado modo de viver que se torna naturalizado e acaba sendo imposto a todos. A violência não consiste apenas na universalização de uma forma de vida, mas no fato de apresentá-la como natural e neutra. Nesse sentido, qualquer um que se coloque como neutro ou isento diante da violência racial ou de gênero estaria reproduzindo a normatividade social vigente, fazendo ouvidos moucos às relações de poder, à injustiça social e à violência traumática. Frisamos mais uma vez que essa neutralidade, entendida como isenção ou não implicação, não é a neutralidade requerida pela psicanálise.

De fato, o trabalho do analista deveria vir na contramão dessa tendência. Como escreve Davi-Ménard (2015, p. 326), o analista está lá para “tornar os trajetos subjetivos mais vivíveis, sem fazer nenhuma prescrição”. Aqui ela ecoa Freud (1930/1976, p. 103): “Não existe uma regra de ouro que se aplique a todos. Todo homem deve descobrir por si mesmo de que modo específico ele pode ser salvo”. Em outros termos, o analista não pode estabelecer normas sobre o modo pelo qual um paciente deve levar a sua vida. Mas até que ponto a psicanálise pode escapar da normatividade? Na verdade, podemos fazer uma pergunta, antes mesmo dessa: ela pode escapar?

Judith Butler nos diz algo importante em seu trabalho de desconstrução das normas. Como sabemos, ela focaliza as normas de gênero. E afirma que seu objetivo nunca foi o de abolir ou transcender todas as normas, porque isso é absolutamente impossível. Toda sociedade, toda cultura produz normas de gênero e não se pode viver sem elas. Aqui ela segue Foucault (1969), que já havia mostrado como existe, em qualquer formação social, um conjunto de regras anônimas, disseminadas e não explícitas, definindo em cada época e lugar os modos de ver, ser e dizer. Cada sociedade teria suas próprias normas, seus próprios modos performativos e prescritivos. O que podemos fazer, segundo Butler (2019, p. 40), é “relaxar o domínio coercitivo das normas com a finalidade de viver uma vida mais vivível”. Para isso, devemos “salvaguardar os rompimentos com a normalidade e oferecer apoio e afirmação para os que realizam essas rupturas” (Butler, 2019, p. 40). Podemos usar as ideias de Butler em relação a todas as normas, não apenas a de gênero. Elas valem para a normatividade, de forma geral, e para a psicanálise, em particular: a ideia de salvaguardar, proteger os rompimentos com a normalidade e oferecer apoio a quem os faz está próxima do trabalho que realizamos. Ou, ao menos, do que nos dispomos a realizar.

Porém não é possível pensarmos uma psicanálise fora de qualquer normatividade. Não precisamos aqui nos restringir às instituições psicanalíticas e suas regras próprias. O simples fato de estabelecermos com nossos pacientes uma relação contratual que implica horário, pagamento, regras para faltas e férias, já implica numa normatização. E disso não escapamos. Contudo, se não podemos abolir as normas, podemos ao menos trabalhar para diminuir seus constrangimentos, como propõe Butler, para que os sujeitos que nos procuram possam levar uma vida mais vivível.

## NOMEANDO AS NORMAS

Como diminuir o domínio coercitivo de nossas normas sobre nossos pacientes? Para começar, é preciso apontar que normas são essas e como elas se tornam prescrições ou constrangimentos sobre a subjetividade de quem nos procura. Aqui podemos seguir Jota Mombaça, performer que trabalha com interseccionalidade e pensamento anticolonial que chama a atenção para a importância de nomear as normas:

Nomear as normas é o primeiro passo rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência, porque a norma é o que não se nomeia, e nisso consiste seu privilégio. A não-nomeação é que garante às posições privilegiadas (normativas) seu princípio de não questionamento, isto é, seu conforto ontológico, sua habilidade de perceber a si como norma e ao mundo como espelho (Mombaça, 2016).

A partir disso, podemos nomear algumas normas que podem estar presentes no exercício da psicanálise e de suas correntes teóricas. Elas não se restringem ao campo da sexualidade. São menos visíveis e, por isso mesmo, menos nomeadas. Vamos listar pelo menos três armadilhas que rondam o nosso fazer clínico e se baseiam, na verdade, em normas não nomeadas. São elas:

### *1) A definição pelo negativo*

É muito comum que os sujeitos que não jogam o jogo mais habitual da clínica, sujeitos mais refratários ao dispositivo analítico clássico, sejam definidos por aquilo que não são ou não apresentam. Diz-se, por exemplo, que eles não são sujeitos, ou são apenas pré-sujeitos; não possuem fronteiras definidas, não desejam, não apresentam um conflito, não se endereçam ao Outro. Fala-se assim do funcionamento subjetivo desses indivíduos a partir de uma via deficitária, isto é, dos seus pontos de insuficiência: eles não são capazes de simbolizar, de metaforizar, de fantasiar, de sonhar. Qual é o problema da definição pelo negativo? É que ela carrega, inevitavelmente, a suposição de um positivo, ou seja, a ideia de que existe um modelo universal de subjetividade, uma maneira normal ou legítima de funcionar ou mesmo de sofrer. Essa norma

subjetiva não nomeada, esse modelo positivo, é o da neurose. A partir dele se prescreve, sem que isso seja dito, o modo como qualquer sujeito deveria ser. Fica subtendido, por exemplo, que a ausência de metáfora é uma deficiência, que todos os indivíduos deveriam metaforizar e, se não conseguem, o tratamento psicanalítico deveria conduzi-los a isso. Qualquer outro modo de subjetivação diferente desse modelo (se não for uma psicose explícita) é considerado uma espécie de neurose mal-acabada, uma neurose que ficou no meio do caminho e não cumpriu todos os passos necessários. Supõe-se que um tratamento bem-sucedido com analisandos não neuróticos deveria ser capaz de levá-los a algum nível de simbolização, ou de elevar o nível que possuem – passando de uma simbolização primária para uma secundária, por exemplo. Em suma, a via deficitária supõe sempre um modelo universal de subjetividade e uma clínica normativa funcionando com esse objetivo.

A psicanálise, entretanto, possui um princípio fundamental do qual não deve abrir mão: ela trabalha com a singularidade. E para a singularidade não há modelo. Não existindo modelo, não há definição pelo negativo. Todos os pacientes, todos os modos de sofrer, todos os modos subjetivos são singulares, e são positivos na medida em que são singulares. Cada paciente é uma organização psíquica possível. Quando enxergamos de forma positiva um modo de funcionamento, deixamos de considerá-lo como um caso-limite, um caso excepcional. Ao invés de defini-lo pelo negativo, ampliamos o nosso leque teórico e clínico para abarcar o que ele não continha. A partir do *caso limite, do caso estranho* é todo o conjunto da atividade teórica e prática do analista que é posto em questão, e nosso novo entendimento da subjetividade e do tratamento vai respingar também na velha e boa neurose.

## 2) *Os dualismos ou o pensamento por oposição*

Caímos nessa armadilha normativa quando estabelecemos uma oposição entre duas dimensões e procuramos pautar nosso entendimento e nossas intervenções clínicas a partir daí: corpo/psiquismo, natureza/cultura, masculino/feminino.

Jacques Derrida (1972) denuncia o aspecto político do pensamento por oposições. Com sua proposta de desconstrução, põe em xeque as

oposições com as quais nos acostumamos a raciocinar. Todas as vezes em que se divide o mundo em duas partes, diz ele, essa divisão nunca é feita de maneira neutra. Todas as vezes em que se estipulam pares em oposição – natureza/cultura, masculino/feminino, branco/negro, corpo/psiquismo – essa oposição nunca é paritária. Uma reflexão mais detida vai mostrar que um dos termos da oposição é sempre privilegiado, de forma que aquilo que parece ser uma oposição paritária não passa de uma hierarquia muito bem maquiada. Há sempre um polo que é considerado o principal, o bom, o que serve de parâmetro, enquanto que o outro é definido em relação a ele.

Nesse sentido, todo dualismo carrega sempre um ranço moralista, do bom princípio e do bom caminho. Já vimos que, quanto ao dualismo masculino/feminino, o polo masculino acabou sendo privilegiado. Mas a hierarquia estaria presente até mesmo na divisão clássica entre natureza e cultura, base do estruturalismo francês sobre o qual se apoiou Jacques Lacan. Qual seria o polo poderoso nesse dualismo? Mesmo que a natureza marque um limite para o humano, a cultura humana funciona como o polo agente desse par: é ela que é capaz de transformar a natureza e, de alguma maneira, dominá-la. Com isso se garante o privilégio do humano sobre os não humanos, mesmo que esse privilégio apareça disfarçado de lamento pela condição do homem como “exilado da natureza”. O problema se instala quando as transformações geológicas e climáticas nos obrigam a ver a natureza também como polo agente, em vez de enxergá-la na ilusão de sua “pureza”, de seu “acolhimento” e de sua “inércia”.

### *3) A demarcação de fronteiras*

A crítica ao pensamento por oposições desemboca num questionamento sobre a demarcação de fronteiras. Esse ponto é importante para nós porque o tema das fronteiras psíquicas, ou das fronteiras entre o sujeito e o outro, acaba sendo também questionado. Toda maneira de pensar por fronteiras tem sido posta em xeque na atualidade. As discussões epigenéticas, as transformações geológicas e climáticas, a convivência corporal do homem com as máquinas e o inorgânico, os debates sobre sexo e gênero, tudo isso tem contribuído para recombinar

os ingredientes do que costumava pertencer aos domínios da natureza e da cultura, da subjetividade e da objetividade, das ciências naturais e das ciências humanas.

Pensar por oposições pode funcionar quando lidamos com sujeitos que apresentam fronteiras psíquicas mais definidas, delimitando um conflito entre um desejo recalcado e uma instância recalçante. Fronteira é o que se constitui a partir do recalçamento neurótico; um psiquismo caracterizado por fronteiras foi a proposta de Freud em sua primeira tópica – na qual a neurose de destacou como modelo subjetivo – construída na suposição de limites demarcados entre as instâncias psíquicas e entre eu e o outro. Mas esse modo de pensar cria dificuldades diante de sujeitos que não se organizam subjetivamente pela via do conflito.

Se pensamos nos sujeitos compulsivos, por exemplo: eles não costumam apresentar conflito, ainda que apresentem sofrimento. Isso é importante se dizer: nem todo sofrimento expressa um conflito. Para existir conflito, é necessário haver uma relação entre as instâncias em luta e um terreno comum no qual elas combatam. É o que ocorre entre o eu e o inconsciente quando há recalque e retorno do recalcado. Porém algo diferente acontece quando há uma clivagem do eu: as partes dissociadas do eu não se comunicam e, desse modo, não entram em conflito. Trata-se de fragmentos do eu que se mostram claramente, sem que um encadeamento ou conflito se estabeleça entre eles. O sofrimento traumático – como é o dos compulsivos, por exemplo – é dessa ordem. Ele está ligado a uma fragmentação, e os fragmentos não estão em contato nem em conflito um com o outro; mesmo assim o sujeito sofre, ainda que seja difícil saber por quê, ou seja difícil fazer uma narrativa sobre o seu sofrimento. Não havendo conflito nem elementos ocultos, não cabe ao analista interpretar, nem manter uma atitude de suspeita diante dos enunciados do paciente. Nesse caso, o que faria o analista? Qual seria o seu lugar na situação clínica?

Talvez tenhamos que questionar a própria pergunta. Pois a suposição de lugares na clínica corresponde a um pensar por fronteiras – elas também delimitam lugares. Ora, se pudéssemos definir um lugar do analista, bastaria que nos posicionássemos corretamente para que um trabalho de análise acontecesse. Mas para isso teríamos que combinar previamente com o outro lado. Feliz ou infelizmente, não é assim que as coisas se passam.



O que não significa que devemos descartar tão rapidamente a questão sobre os lugares na psicanálise. Talvez a clínica seja sempre uma interrogação sobre o lugar do analista e sobre os lugares em geral, interrogação proveniente de nossa sensação de estarmos sempre fora de lugar – e, nesse sentido, podemos aprender muito com os pacientes não neuróticos. Tratando-se de clínica contemporânea, esse é o sentimento mais comum que ambos, paciente e analista, experimentam. Os sujeitos contemporâneos não possuem referências identificatórias firmes para lhes proporcionar um lugar. Nós tampouco. Quanto mais determinarmos o lugar a partir do qual a experiência clínica pode se dar, mais vamos nos afastar dela, ao menos com esses sujeitos. Talvez sejamos mais fiéis à experiência analítica justamente quando abrimos mão de nossos referenciais teóricos e clínicos e nos deslocizamos, para usar o termo feliz de Ana Accioly (2010). Ou quando aceitamos nos colocar no lugar do embaraço, para usar a expressão de Fernanda Canavêz (Canavêz, & Gondar, 2020).

De fato, a clínica possui um caráter contingente e contextual que não pode ser previsto pela teoria. Isso não implica que devemos descartar de vez nossos conceitos; o que podemos fazer é colocá-los em suspensão e, se quisermos realmente avançar, aceitar nosso embaraço. Na filosofia, isso implica trabalhar com aporias; a aporia remete ao paradoxo, à dúvida, ao movimento de autocontradição que impede a determinação do sentido de um texto. Trabalhar com aporias ou aceitar o lugar do embaraço nos conduz a suportar o indecível nos textos e nas situações, nas crenças e nas práticas. Isso significa também afirmar e sustentar, como *topos* positivo, o fio da navalha, o mesmo lugar onde nossos pacientes se encontram.

## **FINALIZANDO: DE UMA NORMA À OUTRA**

Todas as atitudes normativas que estão sendo denunciadas aqui – a definição pelo negativo, os dualismos, a demarcação de fronteiras – decorrem de uma concepção universal de subjetividade a partir da qual pautamos nosso entendimento e nossas intervenções na clínica. É a partir dessa concepção que prescrevemos, sem que isso seja dito, o modo como nossos pacientes deveriam ser ou deveriam viver. Ainda que a psicanálise

não possa prescindir, como vimos, de alguma normatividade, podemos buscar na relação com os analisandos normas menos rígidas, menos coercitivas, para que suas vidas sejam mais vivíveis sem que precisem, para isso, espelhar as nossas.

Podemos também ajudá-los a criar normas para si mesmos. Aqui vale lembrar Canguilhem (1966), que defendeu a ideia de uma normatividade vital: a vida, diz ele, é uma atividade normativa. Todo ser vivo é capaz, quando não está satisfeito com seu entorno (entenda-se, quando as normas adotadas não são boas para o seu funcionamento), de produzir novas normas para si mesmo. Mesmo as patologias podem ser encaradas dessa forma: a doença não é só desequilíbrio ou desarmonia; ela também permite a criação de um novo estado de equilíbrio, permite uma adaptação ativa ao entorno, permite construir novas normas vitais. O que nos parece estranho e anormal não é, em si mesmo, patológico; o que parece estranho e anormal, na verdade, exprime outras normas de vida possíveis. Esse cuidado de si, essas novas normas criadas para si, lembram o que Nietzsche já tinha nos ensinado: “Todo ser vivo é obediente. Quem não obedece a si obedece aos outros”.

Que saibamos trabalhar nessa via, construindo com os analisandos um espaço onde possam criar suas próprias normas, obedecendo à sua própria forma de vida e não às nossas, ou aos nossos preceitos.

## REFERÊNCIAS

- Accioly, A. (2010). Autopoiese e auto-erotismo na transferência. Tese de Doutorado. Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Bedê, H. M., & Belo, F. R. R. (2019). O analista em cena: uma clínica da transexualidade mais além do diagnóstico. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 22(1), 54-71.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2019). *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J., David-Ménard, M., Santos, B., Crevier Goulet, S., Debs, N., & Poverel, E. (2015). Judith Butler et Monique David-Ménard: d'une autre à l'autre. *L'Evolution psychiatrique*, 80(2), 317-330.
- Canavêz, F. & Gondar, J. (2020). Psicanálise, feminismos e normatividade. In Birman, J., Fortes, I., & Macedo, M. K. (Orgs.), *Psicanálise e política* (p. 87-95). São Paulo: Zagodoni.
- Canguilhem, G. (1966). *Le normal et le pathologique*. Paris: PUF.
- Davi-Ménard, M. (2015). Judith Butler et Monique Davi-Ménard: d'une autre à l'autre. In Butler, J., David-Ménard, M., Santos, B., Crevier Goulet, S., Debs, N., & Poverel, E. *L'Evolution psychiatrique*, 80(2), 317-330.
- Deffieux, J. P. (2013). Le désir au-delà du droit. *Lacan Quotidien*, n. 287. Recuperado em 03 mai. 2020 de <<http://www.lacanquotidien.fr>>.
- Derrida, J. (1972). *Positions*. Paris: Éditions de Minuit.
- Ferenczi, S. (1992). Elasticidade da técnica psicanalítica. In Ferenczi, S. [Autor], *Obras completas*, v. 4. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1928)
- Ferenczi, S. (1992). Análise de crianças com adultos. In Ferenczi, S. [Autor], *Obras completas*, v. 4. São Paulo: Martins Fontes (Original publicado em 1931)
- Ferenczi, S. (1990). Diário clínico. São Paulo: Martins Fontes (Original publicado em 1932)

- Foucault, M. (1969). *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard.
- Freud, S. (1976). O mal-estar na civilização. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 21. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1930)
- Maya, A. L. C. (2008). Homossexualidade: saber e homofobia. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Mombaça, J. (2016). Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência. *Oficina de imaginação política*. Recuperado em 08 set. 2020 de <[https://issuu.com/amilcarpacher/docs/rumo\\_a\\_uma\\_redistribuc\\_a\\_o\\_da\\_vi](https://issuu.com/amilcarpacher/docs/rumo_a_uma_redistribuc_a_o_da_vi)>. Psy safes et inclusifs. Recuperado em 08 set. 2020 de <<http://psysafeinclusifs.wix.com/psysafe>>.
- Pontalis, J-B. (1997). *Ce temps qui ne passe pas*. Paris: Gallimard.
- Rassial, J. J. (2004). Entrevista: questões pós-modernas e psicanálise. *Percurso: Revista de Psicanálise*, 31/32, 135-148.
- Santos, B., & Polverel, E. (2016). Procura-se psicanalista segurx. Uma conversa sobre normatividade e escuta analítica. *Lacuna – Revista de Psicanálise*, 1. Recuperado em 06 jul. 2020 de <<https://revistalacuna.com/2016/05/22/normatividade-e-escuta-analitica/>>.

Recebido em 15 de janeiro de 2021

Aceito para publicação em 07 de março de 2021

## NOTAS SOBRE O MAL-ESTAR NA CIBERCULTURA EM TEMPOS DE HIPERACELERAÇÃO DIGITAL

*Samuel Alcântara\**

*José Clerton de Oliveira Martins\*\**

*Francisco Wellington de Sousa Barbosa Junior\*\*\**

*Maria Celina Peixoto Lima\*\*\*\**

### RESUMO

Toda transformação tecnológica nos convida a refletir sobre nossas formas de compreensão dos fenômenos sociais e seus impactos nos sujeitos. Hoje, temos à nossa disposição inúmeras máquinas que respondem a necessidades humanas e, mesmo assim, com as aparentes facilidades proporcionadas pela cibercultura, parece que continuamos em estado de alerta, esperando pela próxima informação e notícia, esperando sempre pela próxima urgência que surgirá em nossa tela. Nossa experiência existencial do mal-estar frente ao processo cibercultural ganha novos contornos. A hiperconexão imersiva no digital parece produzir um sentimento de instantaneidade que nos impede a reflexão e a experiência de ócio. Questões sobre a compreensão acerca dos efeitos subjetivos que tal forma de vida acarreta à humanidade começam a despertar o interesse de vários campos do conhecimento. Portanto, tomando a noção psicanalítica de mal-estar, este estudo, de natureza teórico-bibliográfica, objetiva proporcionar compreensões sobre o fenômeno da hiperaceleração

---

\* Psicanalista. Mestre em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Fortaleza –CE/Brasil. Especialista em Ciências Humanas: filosofia, sociologia e história pela PUC/RS.

\*\* Doutor em Psicologia pela Universidade de Barcelona/Espanha. Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Fortaleza – CE/Brasil.

\*\*\* Doutorando em Estudos Culturais pela Universidade de Aveiro/Portugal. Mestre em Literatura pela Universidade de Évora/Portugal e em Psicologia pela Universidade do Minho/Portugal.

\*\*\*\* Psicanalista. Doutora em Psicologia pela Université Paris 13/França. Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Fortaleza – CE/Brasil.

digital, promovendo um diálogo entre a psicanálise e os estudos sobre a contemporaneidade e o ócio. Nesse contexto, a psicanálise, ao se colocar como um espaço de experiência que produz efeitos de significação, permitiria ao sujeito ocupar uma posição para além do lugar que lhe cabe em uma sociedade hiperacelerada, parecendo, dessa maneira, fornecer algumas pistas para se pensar sobre a experiência de ócio na cibercultura e sua respectiva importância.

Palavras-chave: psicanálise; cibercultura; digital; ócio.

## NOTES ON UNEASINESS IN CYBERCULTURE IN TIMES OF DIGITAL HYPERACCELERATION

### ABSTRACT

*All technological transformation invites us to reflect on our ways of understanding social phenomena and their impacts on the subjects. Today we have at our disposal countless machines that respond to human needs and yet with the apparent facilities provided by cyberculture, it seems that we remain on the alert, waiting for the next information and news, always waiting for the next urgency that will arise in our screen. Our existential experience of malaise in the cyberculture process is gaining new contours. The immersive hyperconnection in the digital seems to produce a feeling of instantaneity that prevents us from reflection and the experience of leisure. Questions about the understanding of the subjective effects that this way of life entail for humanity begin to arouse the interest of various fields of knowledge. Therefore, taking the psychoanalytic notion of malaise, this theoretical-bibliographic study aims to provide insights into the phenomenon of digital hyperacceleration, by promoting a dialogue between psychoanalysis and studies on contemporaneity and leisure. In this context, psychoanalysis, by placing itself as a space of experience that produces effects of signification, would allow the subject to occupy a position beyond his or her place in a hyperaccelerated society, seeming, in this way, to provide some clues to think on the leisure experience in cyberculture and its respective importance.*

*Keywords: psychoanalysis; cyberculture; digital; leisure.*

## NOTES SUR MALAISE DANS LA CYBERCULTURE AUX TEMPS DEL'HYPERACCELERATION NUMÉRIQUE

### RÉSUMÉ

*Tous les changements technologiques nous invitent à réfléchir sur nos formes de compréhension des phénomènes sociaux et ses effets sur les sujets. Aujourd'hui nous avons à notre disposition de nombreuses machines*

*qui répondent aux nécessités humaines, mais, même avec les apparentes facilités produites par la cyberculture, il semble que nous sommes toujours en état d'attente de la prochaine information, en attente de la prochaine nouvelle urgente qui apparaîtra sur nos écrans. Notre expérience existentielle du malaise face au processus de la cyberculture acquiert des nouveaux contours. La hyperconexion au numérique semble produire un sentiment d'instantanéité que nos empêche la réflexion et l'expérience du temps libre du loisir. Des questions à propos de la compréhension des effets subjectifs liés à cette forme de vivre, commencent à réveiller l'intérêt de plusieurs champs de connaissances. Donc, à partir de l'idée psychanalytique de malaise, cet étude, de caractère théorique, a pour but discuter le phénomène de la hyperacceleration numérique, en dialogue avec les études sur la contemporanéité et les études sur le loisir. Dans ce sens, la psychanalyse, comme une pratique qui produit effets de signification, pourrait, peut-être amener le sujet à une position au-delà de sa place dans une société hyperaccelérée et de ce fait, pourrait fournir certaines indications pour penser à l'expérience du loisir dans la cyberculture et à son importance respective.*

*Mots clés: psychanalyse; cyberculture; numérique; loisir.*

Toda remodelação tecnológica convida à reconstrução de nossas formas de compreensão dos fenômenos sociais e os impactos nos sujeitos de seu tempo. Tememos por seus efeitos devastadores e sonhamos com suas benesses. Freud (1927/2014) acreditava no progresso científico através da técnica como grande força substitutiva frente as ilusões humanas. Já Lacan tem uma proposição menos otimista. É enfático ao afirmar que “não existe progresso, no sentido de que este termo implicaria uma solução feliz” (Lacan, 1992, p. 112). Afinal, se não há como saber o que perdemos, não podemos avaliar exatamente o que ganhamos frente ao que é chamado de progresso científico-tecnológico.

Mesmo assim, as transformações de um tempo trazem consequências e reformulações nas formas de vida, deixando relíquias e ruínas que passamos a cultivar como cultura, imbricada ao nosso processo de civilização e à experiência que atravessa o tempo. Sequelas de um futuro que não pode ser antecipado, que, como nos advertia Freud, “quanto menos se sabe do passado e do presente, tanto incerto é o juízo acerca do futuro” (1927/2014, p. 232).

Freud (1930/2010, p. 52) parece antever o diagnóstico de nosso tempo, a partir das possíveis consequências dos inimagináveis avanços da ciência e da técnica, em que o homem transforma-se em uma espécie de “deus protético”. Entretanto, Freud foi sempre taxativo ao afirmar que tais avanços não suprimiriam o mal-estar, ou seja, a relação do homem com a tecnologia no progresso civilizatório produz um embaraço, ao qual devemos nos manter atentos.

Agora, temos gerações nascidas e completamente criadas com acesso farto e irrestrito à vida digital. Questões sobre a compreensão acerca dos efeitos subjetivos que tal forma de vida acarretam à humanidade começam a despertar o interesse de vários campos do conhecimento. A psicanálise, como uma teoria de seu tempo, não está alheia a tais inquietações acerca das novas formas de sofrimento e sintoma que nossos tempos produzem no sujeito. Faz-se necessário um olhar clínico, crítico e advertido para tais implicações acerca de seus efeitos e práticas na gramática discursiva contemporânea e as novas aparições do mal-estar.

Hoje temos à nossa disposição inúmeras máquinas que respondem a necessidades humanas sentidas e criadas ao longo da história de nossa civilização e cultura. Máquinas como o avião, o carro e o telefone, que nos ajudam a poupar o tempo, diminuindo os espaços. Máquinas como rádios, *video players* e *videogames*, que são utilizadas para “enriquecer” o tempo. Máquinas que servem para estocar o tempo, como computadores, *pendrives* e secretárias eletrônicas, substituindo nossa memória. Há ainda as máquinas de programar o tempo, como despertadores, cronômetros e agendas eletrônicas. E, mesmo assim, parece que continuamos em estado de alerta, esperando pela próxima informação e notícia, esperando sempre pela próxima urgência que surgirá instantaneamente em nossa tela (Dutra, 2015).

Para Han (2016b), nossa relação com os aparelhos digitais que compõem as tecnologias de informação e comunicação (TICs) torna-se quase obsessiva, compulsiva. “Os aparelhos digitais tornam móvel o próprio trabalho” (Han, 2016b, p. 46), exacerbando a formalização lógica da produtividade contemporânea. Com a internet, a veiculação intensa das redes sociais digitais reforça maciçamente uma coação da comunicação e uma transparência da informação, que, para o autor, resulta da lógica do capital.



A internet quebra o paradigma espacial geográfico de maneira extrema. Nossa sensação temporal é intensificada. A hiperconectividade imersiva no digital parece produzir um sentimento de instantaneidade. A velocidade com que as informações circulam no espaço da internet trazem a sensação aparente de simultaneidade espaço-temporal. O *gadgets*, tais como computadores pessoais portáteis, *smartphones*, *tablets*, óculos de realidade virtual e aumentada, relógios inteligentes, consoles de *videogame*, dentre outros equipamentos que surgem a cada dia, passam a nos acompanhar a todos os lugares, nos mantendo conectados 24 horas por dia, na rede e com pessoas em todo o planeta. Os esforços da ciência produzem um verdadeiro arsenal digital em massa.

As tecnologias digitais, como um dos grandes triunfos produzidos pelo discurso tecnocientífico em aparceriamento com a lógica do capital, promovem a falsa promessa de um mundo sem limites (Lebrun, 2004, p. 34). Um mundo sem proibições, sem o desamparo da castração. O mundo da hiperdisponibilidade, da urgência e do extremo da positividade. Dentre outras coisas, parece que a imersão excessiva no “digital desmonta o Real e totaliza o Imaginário, submetendo a uma reconstrução da tríade lacaniana do Real, Simbólico e Imaginário”, segundo Byung-Chul Han (2016b). Obviamente, Han é impreciso nessa afirmação, pois, seguindo a construção teórica lacaniana, há uma impossibilidade de desmonte de cada um dos registros que compõem o nó borromeano ao qual o autor se refere. Acreditamos, seguindo Žižek (2013), que há uma totalização do Imaginário justamente pela imaginarização redundante da crença no apagamento do Real que a hiperimersão no digital parece promover. Pretendemos trazer essa discussão mais adiante.

Portanto, as inovações tecnológicas produzidas nas últimas décadas, intensificadas principalmente no século XXI, exacerbam a partícula *hiper* da modernidade (Lipovetsky & Serroy, 2011). Assistem a uma sociedade que incessantemente busca o desempenho, o resultado, a produção e a hiperconexão, resultando em um extremo e excessivo cansaço, no qual o homem é posto ao ato sem ação, reflexo da aceleração do tempo, que impossibilita a introdução do tempo de ócio (Han, 2016a, 2017b).

Como observa Martins (2018, p. 40) “na sociedade hiperconectada não há a condição da contemplação, reduz-se o homem a um constante

fazer e parecer fazer, não ser e parecer ser” a contemporaneidade, temos que estar informados, não há espaço para a criação e a invenção, não há tempo para a contemplação e para o ócio. Neste trabalho, trataremos o ócio a partir da acepção de Martins (2013, 2018), que propõe o ócio como experiência desejada, livremente escolhida, experiência esta autêntica de criação, contemplação, autonomia, relacionada ao “florescimento da vida, no qual se convoca um eterno criar-se e recriar-se” (Martins, 2018, p. 42). Em outras palavras, o ócio configura-se como um desafio e uma forma de resistência em nossos tempos de tecnicismos e aceleramentos, em que, por exemplo, a própria experiência temporal de um processo analítico é atacada por terapias que prometem como resultado o aumento de produtividade e podem ser facilmente acessadas pela internet.

Como podemos notar, nossa experiência existencial do mal-estar frente ao processo cultural ganha novos contornos com a própria busca incessante de uma linguagem técnica que o suture. Sendo assim, pretendemos, a partir das contribuições de Rosa (2016) acerca do método de pesquisa em psicanálise, nos alinharmos aos grupos de psicanalistas que têm formulado e privilegiado as articulações dos fenômenos sociais, políticos, culturais e subjetivos em suas práticas e produções. Com isso, faz-se “necessário que esse percurso inclua visitar outros campos de leitura dos fenômenos, tais como a história, a ciência política, a sociologia, a antropologia e a filosofia” (Rosa, 2016, p. 26). Portanto, acreditamos em um diálogo possível entre a psicanálise, como uma experiência teórico-clínica, e estudos sobre o ócio para trazer contribuições ao entendimento dos efeitos da hiperimersão do sujeito no ambiente digital promovido pela cibercultura – palavra esta que nos convoca a algumas contextualizações, esclarecimentos e apontamentos.

## **SOBRE A CIBERCULTURA E AS TECNOLOGIAS DIGITAIS**

A origem da cibercultura foi marcada por Norbet Wiener que, em 1947, logo após o fim da II Guerra Mundial, propusera o investimento moral e intelectual do planeta em uma nova forma de pensamento tecnológico, uma nova ciência que ficou conhecida como cibernética.

O pensamento cibernético, segundo seu propositos, deveria resolver através da técnica os mais notáveis problemas sociais e impasses políticos

por meio da “sublimação funcional do ser humano em automatismos maquinísticos” (Rüdiger, 2016, p. 11). Essa proposta foi amplamente aceita, dando-lhe acesso não apenas a pesquisas tecnológicas de vanguarda, como também, por consequência, atraindo atenção de vários setores políticos e econômicos, interessados em como explorar e controlar as condições de vida coletiva numa economia de mercado em curso de massificação. A radicalização dessa proposta exacerbada, ainda mais, o deus protético que Freud (1930/2010) descrevera, ganhando uma dimensão cada vez mais próxima do imaginário divino criador.

Um dos intelectuais de seu tempo, interessado em investir esforços na compreensão da cibernética, foi Jacques Lacan. Na penúltima aula do seminário de 1955, Lacan tratou de articular a cibernética e a psicanálise, percorrendo em sua aula a estruturação da linguagem matemática fundamental dos dispositivos cibernéticos em busca da natureza da linguagem. Para Lacan (1954/1955/2010, p. 398), a cibernética é um campo da ciência com fronteiras extremamente indeterminadas, pois “achar sua unidade força-nos a percorrer com os olhos esferas de racionalização dispersadas, que vão da política, da teoria dos jogos, às teorias da comunicação, e até mesmo certas definições da noção de informática”.

Ao refletirmos sobre a figura do computador, do imaginário homem-máquina e de uma linguagem matemática capaz de, por meio de um equipamento, permitir a comunicação universal dos seres humanos, acessamos a gênese do pensamento iluminista científico da modernidade. Com o investimento dos esforços no estudo da teoria geral de sistemas, ou seja, no comparativo dos sistemas e mecanismos de controle automático, regulação e comunicação nos seres vivos e nas máquinas, o projeto científico cibernético prescreveu “uma construção tecnocultural marcada pela hibridização entre a dimensão global das redes comunicacionais em tempo real e o contexto local do corpo e da experiência cotidiana sob o tempo que passa” (Trivinho, 2014, p. 26).

Com o advento da cibernética e dos processos históricos que ocorreram durante a segunda metade do século XX, a sociedade adentrou em um novo ciclo de desenvolvimento tecnológico, baseado na expansão da informática maquinística de processamento de dados e criação de redes de comunicação computacional. O processamento, controle e

extensão do tempo surgem como propósitos desse projeto científico em expansão. O surgimento da expressão cibercultura situa-se nesse contexto e, segundo Rüdiger (2016), deve sua criação à engenheira, informata e empresária norte-americana Alice Hilton em 1964, ano em que fundou o *Institute of Cybercultural Research*.

A engenheira computacional foi pioneira ao usar a expressão cibercultura com significante manifestação, promulgando que a nova revolução em curso exigiria um desafio ético de escala global, seria então necessário discutir um novo processo cultural. No livro lançado após a primeira conferência anual sobre a revolução cibercultural, cibernética e automação, Hilton (1966) afirma que a humanidade está agora posta na situação de ter de escolher entre duas trajetórias determinantes: (1) a educação emancipatória e o lazer criativo e (2) a adaptação mecânica e a idiotia apática.

A pesquisadora sugere, com ares proféticos, que a revolução das tecnologias computacionais dará origem a uma espécie de “cibernação” de proporções globais em um curto espaço de tempo, e que, nela, uma situação calamitosa regressiva só será evitada com a promoção do que chamou de cibercultura. Com isso, tomando uma posição otimista em relação à cibercultura, Hilton afirma que a revolução cibernética exige uma remodelação dos processos e programas educacionais, pois só os seres humanos que aprenderem a usar as máquinas com sabedoria serão liberados para alcançar a sua excelência, acreditando claramente na cibercultura como processo educacional possível e promotor de experiências criativas.

Porém, atravessada pela lógica do capitalismo globalizado, a cibercultura, segundo Rüdiger (2016), seria resultado da exploração do pensamento cibernético originário e de suas circunstâncias. Surge com o objetivo de criar um sistema artificial capaz de desenvolver funções humanas, de acordo com “um projeto que se vai criando historicamente, mas que, como tal, vai incorporando inúmeras ordens de outros fatores” (Rüdiger, 2016, p. 10). Tal construção conceitual passa a levar sua ideia central a perder a conexão primeva com aquele pensamento cibernético originário e seus desenvolvimentos especializados, “a projetar-se de um modo cada vez mais cotidiano e profano, em que só de forma muito mediada, estranha para o seu sujeito, está em jogo a cibernética” (Rüdiger, 2016, p. 10).

Cibercultura é a expressão que serve à consciência mais ilustrada para designar o conjunto dos fenômenos cotidianos, agenciado ou promovido com o progresso da telemática e seus maquinismos. Afinando o conceito um pouco mais, pode ser definida como “a formação histórica, ao mesmo tempo prática e simbólica, de cunho cotidiano, que se expande com base no desenvolvimento das novas tecnologias eletrônicas de comunicação” (Rüdiger, 2016, p. 11).

Nessa perspectiva, a cibercultura diz respeito ao momento em que a convergência das linhas de pensamento científico da cibernética e telemática saem do domínio do conhecimento pela base. Ou seja, saem do domínio exclusivo e preponderante das grandes corporações e dos governos, passando a integrar o cotidiano comum das pessoas, graças à transformação dos computadores em equipamentos domésticos e portáteis, que se convertem em plataformas ou fenômenos de costumes teoricamente democráticos (Rüdiger, 2016), na linha de fuga sistêmica e de expressão molecular da sociedade capitalista. Castells (2003) reflete acerca dessa temática ao trabalhar o conceito de capitalismo informacional, tendo como característica as práticas econômicas relacionadas à terceira fase de desenvolvimento do capitalismo neoliberal, e que tem como mola propulsora o acúmulo e uso de conhecimento informacional, principalmente na área de tecnologia da informação e comunicação.

Com isso, o fenômeno da cibercultura seria concebido em gênese pela convergência do pensamento cibernético e da telemática com as organizações de uma cultura popular que são articuladas em conformidade com o que foi denominado de indústria cultural por Adorno e Horkheimer (1985). A concepção de indústria cultural, para os filósofos frankfurtianos, envolve não apenas o atrelamento da arte e da mídia aos grandes monopólios do capital como também aos princípios que regem a produção pela via da “standardização da própria coisa” e a “racionalização das técnicas de distribuição” (Adorno, & Horkheimer, 1985, p. 100).

Para expandir essa linha de pensamento, seguindo o sociólogo espanhol Manuel Castells (2016), quando o progresso tecnológico e a expansão do capital confluem no sentido da exploração do campo da cibernética e da

telemática e, por esse caminho, os dispositivos tecnológicos digitais são convertidos em bens de consumo de massa, estão configuradas os alicerces da sociedade em rede. Acrescentamos aqui a expansão da cibercultura e a colonização do ciberespaço – mundo próprio criado pela cibercultura – pelos sistemas e práticas da indústria cultural que, já no início do século XX, estava se convertendo em princípio geral de construção da nossa sociedade contemporânea.

Logo, por volta dos anos 1990, a internet iniciou seu percurso de popularização como uma das principais ferramentas de comunicação. Sua exploração mercadológica e publicitária, como observa Rüdiger (2016), se torna relevante, desde esse período em diante, à formatação da sociedade contemporânea. Diversos intelectuais, de vários campos do conhecimento, passam a investir seus interesses de estudo na crescente cultura cibernética. O surgimento do que passa a ser nomeado de cibercultura tem como causa, sobretudo, a revolução dos novos dispositivos tecnológicos de uso comum por partes de toda a sociedade, desde as pessoas às instituições. Porém o autor chama atenção para o fato de que os aparatos eletrônicos computacionais e a internet já são, eles mesmos, efeitos do que se pode nomear de cibercultura.

A cibercultura pode ser entendida como uma formação histórica de cunho prático e cotidiano, cujas linhas de força e rápida expansão, baseadas nas redes telemáticas, estão criando, em pouco tempo, não apenas um mundo próprio, mas, também, um campo de interrogação intelectual pujante, dividido em várias tendências de interpretação (Rüdiger, 2016, p. 7).

Assim como a pólvora mudou o movimento, o papel mudou a memória, a bússola mudou o espaço e o relógio mudou o tempo, as tecnologias digitais, como efeito da cultura cibernética, nos dispõem uma infinidade de dispositivos maquinísticos que nos ajudam a administrar e calcular de forma imediata a memória, o espaço e o tempo. “A era digital totaliza o aditivo, o calcular e o enumerar” (Han, 2016b, p. 47). Tal contexto parece desencadear efeitos e consequências nos sujeitos em uma sociedade hiperacelerada, que, segundo Turkle (2011), nunca esteve tão conectada e com o sentimento de solidão tão presente.

## SOBRE O MAL-ESTAR NA CIBERCULTURA

O processo civilizatório, como nos lembra Freud (1930/2010), é muito difícil para nós. Traz muitas dores, decepções, tarefas insolúveis. Nosso processo civilizatório surge na tentativa de lidar com três fontes primárias de sofrimento, a saber: as forças incontroláveis da natureza, a finitude de nossos corpos e a fragilidade das regras que regulam as relações humanas. Freud também traz três recursos paliativos que não podemos dispensar frente ao sofrimento: “poderosas diversões, que nos permitem fazer pouco de nossa miséria, gratificações substitutivas, que a diminuam, e substâncias inebriantes, que nos tornam insensíveis a ela” (Freud, 1930/2010, p. 28).

Então, Freud (1927/2014) afirma que o principal e primeiro objetivo da cultura é nos proteger frente às forças da natureza. Um dos métodos que tende a evitar o desprazer frente às forças naturais, sejam humanas ou da natureza, é através da técnica oriunda da ciência. Esta desenvolve aparatos técnicos na busca de submeter a natureza à vontade humana (Freud, 1930/2010). Porém o processo civilizatório produz efeitos e cobra seu preço. Exige dos homens um forte grau de renúncia pulsional, descentrando e deslocando a subjetividade humana. O mal-estar então passa a ser condição existencial humana frente à cultura, não apenas ligado a uma sensação desagradável frente ao destino, mas um sentimento de perda de lugar, a experiência real de estar fora de lugar (Dunker, 2015). O processo de hominização e a entrada do homem na cultura produzem, como resultado dessa operação, sempre um resto como marca da angústia no cerne da experiência humana (Pinheiro, & Carneiro, 2013).

Nessa linha, a psicanálise já nos adverte que a fala é tomada enquanto artifício, ou seja, intervenção técnica do homem sobre o mundo natural que determina o ser falante, além de sua mera condição de ser vivo (Pinheiro, & Carneiro, 2013). Sobre isso Lacan (1964/2008) explica que a linguagem abriu ao homem essa margem para-além da vida. Já que falamos, somos marcados pelo significante numa relação para sempre não natural com o mundo. É justamente neste ponto que Freud (1930/2010) estabelece o mal-estar na cultura como a presença da insistente pulsão de morte como condição do processo de hominização dos seres humanos.

Obviamente, isso não é sem consequências e, como afirmam Pinheiro e Carneiro (2013), o preço pago pelo homem por sua condição de ser simbólico é ser atravessado por essa estrutura simbólica que instaura o gozo e a falência de qualquer projeto esférico e totalizante para a satisfação do homem, isto é, a eterna busca pela felicidade.

A intervenção técnica na vida humana não elimina o sofrimento, ao contrário, participa ativamente na produção de uma espécie de sofrimento que caracteriza a civilização no sentido estrito: o mal-estar. Com o passar do tempo, a humanidade vivencia mal-estar em sua condição de não mais completa imersão no mundo natural e instintivo, ou seja, experiencia o mal-estar no adiamento da satisfação pulsional, na diferenciação entre sujeito e objeto e na sofisticação das formas de caça e novas formas de associação com o outro que as ferramentas propiciaram.

O desenvolvimento das tecnologias como desdobramento de nossas capacidades simbólicas tem como consequências uma dupla saída: de um lado alivia o sofrimento, e de outro gera mal-estar (Lacan, 2005). Dessa forma, a civilização é indissociável da tecnificação (Pinheiro, & Carneiro, 2013). É o preço que se paga: renúncia pulsional e o gozo da pulsão de morte. É justamente a pulsão de morte que se impõe ao ciclo monótono do prazer-desprazer. Ao mesmo tempo rompe com o preconceito de que a cultura seria um produto evidente de um progresso. É em cima dessa premissa que Freud (1930/2010) constrói sua teoria do mal-estar no processo civilizatório.

Frente ao apontado, afirmamos que a cibercultura e o advento do digital formam construções técnicas que atualizam questões das mais variadas levantadas por Freud. O efeito do discurso da ciência e do mercado parece trazer novas formas de controle sobre os domínios individuais e sociais, configurando transformações no processo cultural e civilizatório em nossa sociedade contemporânea. O mal-estar estabelecido por Freud (1930/2010) está no cerne do movimento dos esforços civilizatórios, e a tentativa de eliminá-lo criou recursos para superar seu desamparo e suas debilidades. Žižek (2006) observa que o discurso tecnocientífico neoliberal da universalização busca substitutos estéticos para o preenchimento do buraco existencial humano.

Sendo assim, as intervenções técnicas ou tecnológicas que nossa sociedade produz não eliminam o mal-estar humano, ao contrário, ao



intervirem na humanidade com o objetivo de subjugar-lo, elas produzem angústia como subproduto de sua oferta de eliminação de sofrimento (Pinheiro, & Carneiro, 2013). Temos aqui um duplo sentido na relação da humanidade com aquilo que acreditamos ser o progresso tecnológico. Enquanto a tecnologia e a ciência tornaram-se fortes aliadas nos esforços do processo civilizatório, passam a encobrir aos humanos mais uma ilusão: a possibilidade de construir uma civilização sem o sentimento de descolamento, sem angústia, sem falta, sem mal-estar. Como reiteram Pinheiro e Carneiro (2013), as invenções e os avanços tecnocientíficos não cessam de procurar respostas aos temores da humanidade, isto é, a verdade sobre a morte, o desamparo, a dor e o sexo.

Segundo essa tratativa, Miller (2011) afirma que estamos “desbussolados” desde que inventaram a bússola. Segundo o autor, desde que saímos de uma sociedade agrícola para uma sociedade predominantemente industrial, o desamparo humano radicalizou-se. Nesse sentido, até meados do século XIX a moral sexual civilizada ou cultural nos serviu como bússola, uma espécie de esteio para o desamparo. Esse movimento culminou naquilo que chamamos de tecnociência – tomamos aqui a cibernética como uma capilarização da tecnociência e promotora da cibercultura –, como o princípio de um discurso prevalente na contemporaneidade e que, como discurso, tem efeitos na posição do sujeito diante de sua satisfação pulsional.

Jorge Forbes (2011) corrobora essa posição nos chamando atenção para o aspecto de que há hoje uma horizontalização das percepções racionais. Segundo o autor, a primeira modernidade era composta por uma sociedade “pai-orientada”, organizada verticalmente, onde o grande desafio era descobrir como chegar à diretoria, ao topo da pirâmide familiar ou profissional. Hoje, a questão é: aonde ir? O homem está desorientado, ou seja, houve uma perda de referências que coincide com o advento da globalização, a chegada da segunda modernidade, ao estatuto *hiper* das coisas, a hipermodernidade.

Se a bússola da civilização era a moral sexual prevalente na cultura, hoje os objetos “a” em suas faces paradoxais são elevados à condição de orientação para a sociedade. Portanto a relação que o sujeito mantém com o objeto de seu desejo é uma relação de aproximação e repulsa.

Na teoria lacaniana, o objeto *a* traz a marca da falta de objeto que a pulsão porta, há uma constante familiaridade, sempre estrangeira, que permeia todo arrolamento humano, que mantém a relação do sujeito do inconsciente com o outro idealizado, o grande Outro (Pinheiro, & Carneiro, 2013). Esse objeto *a* é justamente um dos principais conceitos da obra de Jacques Lacan. Tal conceito lacaniano surge para demonstrar, a partir da lógica, aquilo que se perde na operação de linguagem em sua apreensão da verdade. Como infere Danziato (2010), a construção lógica fornece o modelo de como produzir uma escrita do impossível, permitindo assim que Lacan avance na conceituação do impossível não mais como contrário do possível, mas como oposto do possível, o Real.

Dessa forma, Pinheiro e Carneiro (2013) afirmam que os efeitos hegemônicos do discurso da tecnociência são tamanhos, podendo ser comparados apenas à revolução criada pela transição da cultura oral para a escrita na história da humanidade. O digital é um dos efeitos técnicos dessa forma discursiva atual, seus efeitos sobre o mal-estar e o Real na atualidade podem ser uma pista sobre os rumos futuros de nossa cultura. Se tomarmos a tecnociência como discurso hegemônico na contemporaneidade, a visão determinista parece ganhar fôlego.

Embora possamos tomar decisões sobre como utilizar a tecnologia ou sobre quem tem ou não acesso a ela, isso não significa que no campo discursivo tenhamos muito controle sobre os avanços tecnológicos. Mais confuso ainda seria controlar os efeitos desse discurso que remodela a atividade humana e seu significado (Carr, 2011). A tecnociência não pode ser tomada meramente como auxílio à atividade humana civilizatória, mas como uma montagem de discurso que tem sua própria lógica e envolve um momento crucial para a civilização e suas formas de trabalhar com o mal-estar (Pinheiro, & Carneiro, 2013).

A cibercultura, como expressão do discurso tecnocientífico, convoca a uma constante avaliação sobre como o sujeito deverá responder quando chamado a assumir uma posição ética que implique sua condição de sujeito falante, dividido entre saber e verdade, entre desejo e gozo.

A tecnociência, ao funcionar sob o primado da pulsão de morte, revela o que de não-humano há no seio do humano. O desenvolvimento da técnica e da racionalidade é fruto, em grande parte, da pulsão de morte

modificada em sua meta de satisfação plena, isto é, o gozo do encontro com o objeto da pulsão (Pinheiro, & Carneiro, 2013).

Desse modo, a cibercultura produz bens de consumo, os *gadgets*, que visam ocupar o lugar de objeto *a* e se colocam como hipótese de satisfação (Lemos, 2016). Já que o mercado produz uma oferta contínua e sempre renovada, fabrica-se a ideia de que um novo objeto-produto pode sempre ser melhor e entregar o *a* mais de satisfação ao substituir o anterior, abastecendo igualmente as leis do capital.

A tecnologia, conseqüentemente, simula a proximidade a partir de ilusões que condensam imagem e voz, mas a presença não pode se resumir em significante e imagem (Rinaldi, 2011). Nesse contexto, como afirma Lemos (2016), a função das tecnologias de comunicação e informação pode aproximar-se ao recurso do aparato da fantasia, nisso de se estabelecerem igualmente como mediadores entre eu e o outro, ou seja, como uma espécie de escudo que resguarda o sujeito do outro.

Forbes (2012) afirma que, em um tempo passado, as pessoas se queixavam por não conseguirem atingir os objetivos que perseguiram. No tempo presente, quase ao avesso, as pessoas se queixam pelas múltiplas possibilidades que se oferecem. Segundo o autor, se ontem se analisava para se compreender mais, para ir mais fundo, hoje se dirige o tratamento ao limite do saber, onde surge a necessidade da aposta, na precipitação de um tempo sempre incompleto. Não temos tempo para sofrer, não temos tempo para experimentar, não temos tempo para o tempo de ócio. É tempo de consumir, conectar e informar. Tal como ocorre com a realidade material, o drama na realidade digital reside nas incertezas da valoração e dos processos de identificação (Forbes, 2012).

Já o psicanalista Christian Dunker (2017) nos traz menções diagnósticas das narrativas de sofrimento do nosso tempo a partir do modo de vida digital, de nossa sociedade hiperconectada. Segundo o autor, parece improvável que estejamos vivendo formações sintomáticas específicas com o uso exacerbado e intoxicante da vida digital, “os sintomas serão provavelmente difusos e a epidemia virá sem que entendamos seu processo de transmissão” (Dunker, 2017, p. 119).

Como expusemos até aqui, as formações discursivas que fazem laço em nossa sociedade, apresentadas por Jacques Lacan, representam a posição do sujeito em sua relação com o outro. Desse modo, Dunker (2017, p. 119) afirma que “a intoxicação digital crônica é uma patologia discursiva”, ou seja, deve ser entendida simultaneamente como uma alteração do laço social, da economia de gozo e da relação de reconhecimento, que, segundo ele, são três perspectivas que presidiram a construção do conceito de discurso em Lacan.

Para Dunker (2017), a vida digital vem sendo caracterizada por três posições ou disposições subjetivas: o aumento da velocidade das demandas, ou seja, trocas e acesso fácil a informações; a superficialidade dos contatos interpessoais, com a redução da espessura imaginária da vida fantasística, e o correlato aumento de sua extensão; e a introdução de práticas que substituem o conflito, como “a evitação situacional por meio da exclusão, invisibilidade ou indiferença” (Dunker, 2017, p. 121). A hipótese do autor é que a intoxicação digital decorre de uma nova moral sexual civilizada que altera difusamente práticas sociais e o uso da linguagem. Como os ecrãs táteis que Han (2016b) exemplifica, superfícies de imagem que, quando tocadas, determinam alterações no padrão de continuidade e transformação da imagem. Então, com a hiperconexão, a entrada na linguagem, a aquisição da fala e a generalização da extensão simbólica fundam um tipo de demanda com uma forma de discurso, concluindo a formação de um modo de subjetivação marcado pela intoxicação digital crônica (Dunker, 2017).

Sendo assim, há um problema na demanda do sujeito causada pelo anonimato calculado do discurso digital, sendo identificada como uma depressivização do desejo (Dunker, 2017). Esse é um traço clínico que Dunker (2017, p. 143) articula à intoxicação digital, afirmando que ela é “uma patologia do reconhecimento, baseada na suspensão do pedir e na petrificação do sujeito na posição do ‘não é isso’”. Essa patologia do reconhecimento é a função desencadeadora de um segundo problema identificado pelo autor: a suspensão do laço social definido pelo discurso.

Em nosso tempo digital, cronometrado por máquinas que parecem acelerar a substância de nossas vidas, as revoluções provocadas pela cibercultura resultaram, com o tempo, na extrapolação das atividades

produtivas e, desse modo, passaram a influenciar na existência cotidiana, conforme dito anteriormente, desde antes do surgimento das primeiras tecnologias digitais. Agora nosso mundo passa por um movimento cada vez menos silencioso de transformações conduzidas tecnologicamente. É tempo do excesso, da hiperaceleração sem experiência, da hiperconexão sem laço, da transparência e do cansaço. O digital parece exacerbar a busca incessante por um excesso de tempo que não se vive.

### **SOBRE A HIPERCONNECTIVIDADE TRANSPARENTE E A HIPERACELE- RAÇÃO DIGITAL**

*Para Žižek (2006)*, existem duas tentações a que se deve resistir, uma falsa oposição na matriz do pensamento, tanto otimista, quanto pessimista em relação à navegação no ciberespaço e o mundo digital. As consequências da hiperconnectividade no digital extrapolam a polarização de um multiverso de possibilidades tanto utópicas quanto distópicas.

O autor nos chama a atenção para que evitemos a percepção da realidade real como simplesmente uma dentre uma multidão de realidades virtuais, ou seja, evitemos afirmar que “a realidade seja mais uma janela de computador” (Žižek, & Dally, 2006, p. 122), bem como “são janelas com portas, que sem espaços nem instâncias intermédias, comunicam com outras janelas” (Han, 2016b, p. 28). Žižek acena aí para uma falsa oposição entre as duas concepções, segundo ele equivocadas, da realidade: ou temos uma plenitude de realidade fora do digital, ou não existe realidade externa e a vida real é meramente outra janela.

*Acerca da discussão sobre a falsa oposição exposta, Žižek (2006)* critica a moda otimista de utilização do ciberespaço, ou espaço digital, como um novo campo de ação protocomunista ou ciberutópico. Segundo o filósofo esloveno, essa linha de pensamento seria o campo de inteligência coletiva em que os seres humanos passariam a viver como entidades virtuais, flutuando livremente em um espaço compartilhado e trocando informações para a construção de um processo otimizado e socialmente livre. Han (2016b) corrobora essa crítica ao afirmar que há, no meio digital, uma exigência de tornar transparente o próprio ato de escrever. Com isso, a lógica hipertextual equivale à própria liquidação da escrita.

Escrever seria uma atividade exclusiva e singular, enquanto a escrita coletiva, transparente, é meramente aditiva, não tem a capacidade de engendrar o completamente outro, a singularidade.

Žižek (2006) estende sua crítica aos pensadores tecnoconservadores, aqueles que acreditam em um processo tecnoapocalíptico onde a humanidade será controlada pelas grandes corporações que detiverem os códigos digitais ou por inteligências artificiais superiores à nossa. Esse pensamento, segundo Žižek, enxerga o ciberespaço apenas como uma armadilha ilusória, que solapa o potencial humano e sua capacidade de exercer a verdadeira liberdade e autonomia. Pensadores dessa abordagem militam por um uso controlado da tecnologia e, para sanar essa problemática, aprender a regular o ímpeto tecnológico. Para Žižek, ambas as posições otimistas e pessimistas desconsideram a existência do Real (R) e do sujeito (∅).

No entanto, é preciso entender dois pontos que perpassam a construção da realidade virtual em oposição à realidade Real, como Žižek a nomeia. Ao consumir os objetos *high-tech* desenvolvidos no século XXI, a humanidade passa a ter acesso a um novo ambiente de realidade. A realidade virtual digital surge como uma nova promessa de atualização das fantasias e um novo jeito em lidar com o sofrimento da realidade material (Nobre, & Moreira, 2013).

Žižek é categórico ao dizer que “o modo como a digitalização afetará nossas vidas não está inscrito na própria tecnologia” (Žižek, & Daly, 2006, p. 119). Para ele, não é que houve uma realidade anterior e que nesse momento estamos vivendo na realidade virtual proporcionada pelos dispositivos digitais, mas sim que aprendemos que nunca houve uma “realidade”, no sentido da experiência imediata, ou não mediada, seja pelo tempo de assimilação simbólica, seja por um objeto *a* de bolso. Ou seja, a própria realidade em si é não-toda.

Há uma lacuna na própria realidade, e a fantasia é precisamente o que preenche essa lacuna. A virtualização é possibilitada justamente porque o Real abre uma lacuna na realidade, que é então preenchida pela virtualização (Žižek, & Daly, 2006, p. 119).

O núcleo de nossa subjetividade é um vazio preenchido por aparências (Žižek, & Daly, 2006). O discurso tecnocientífico neoliberal da

universalização preconiza a noção de positividade. A mercadoria como um substituto estético para o preenchimento do buraco existencial humano, que não consegue, de fato, ser preenchido, já que o objeto todo é menor que a promessa e aponta para a divisão do sujeito. Essa falha proposital tem incidência no Real. Como não conseguimos preencher a verdade do Real, trocamos de objetos *a* na esperança fantasmática de que um dia a ciência chegará lá. “Portanto, consuma!”. Eis o imperativo superegoico da lógica de consumo. O consumo que produz um uso excessivo, quase que incontrollável de tais objetos, revela que há algo de pulsional em jogo, um gozo com esses objetos tecnológicos (Lima, & Generoso, 2016).

A tentativa de aplacar o Real através dos meios digitais incide diretamente na forma de comunicação digital. Segundo Han (2016b, 2018), por conta da eficácia da comodidade da comunicação digital, além de evitarmos cada vez mais o contato direto, o contato com o corpo de pessoas reais, passamos a evitar o contato com o Real de maneira geral, alimentando assim uma proliferação do igual, uma mesmidade e sua profícua capacidade de *autodestruição*. Para Žižek (2006), o referente supremo de nossa experiência é o mundo da vida real. As atividades no ciberespaço procuram romper com essa noção e, ao furar nossa ligação com esse mundo, geram fenômenos como os jogos de automutilação, ou ainda o fascínio pelas catástrofes, violências, dentre outros fenômenos que devem ser compreendidos como outras tentativas desesperadas de retorno ao Real.

Surge aqui outra situação a ser evitada: é preciso afastar a ideia do Real como mundo vital supremo, o Real lacanianiano é “mais real que a realidade” (Žižek, & Daly, 2006, p. 221). Como tal, o Real intervém nas rupturas da realidade que a linguagem não compreende. Lacan (1969-1972/1992) aponta que o Real não é para ser sabido, e acrescenta que por isso mesmo ele é o único dique capaz de conter o idealismo. O Real é, portanto, aquilo que sinaliza, permanentemente, o impossível.

A celebração dos novos potenciais tecnológicos a partir das revoluções da nanotecnologia, biotecnologia, informática e cognição, conhecida como NBIC (Alexandre, 2018), eleva à máxima potência o princípio neoliberal da positividade e recusa radicalmente a negatividade do sujeito. Ampliando ou suprimindo a diferença sexual, criando outras possibilidades frente à morte e novas intervenções no corpo, multiversos computacionais

de comunicação em massa, desenvolvimento de inteligências artificiais e intervenções neuronais, o discurso tecnocientífico busca tamponar o Real da falta em relação ao corpo, a natureza e as relações humanas, mercantilizando o consumo das máquinas tecnológicas e prometendo, como Žižek aponta, um a mais de gozo.

Nessa perspectiva, as formas discursivas atuais efetivam e buscam a transparência (Han, 2017b). O discurso neoliberal evoca enfaticamente o tema da liberdade de informação, promulgando uma intensificação fetichista acerca da transparência, tornando-o um tema totalizante. Segundo Han (2016a, 2017a, 2017b, 2018), a sociedade da negatividade dá espaço a uma sociedade que passa a desconstruir a negatividade em favor de uma positividade. Portanto a sociedade da transparência, que busca aplacar a todo custo o sujeito, “é um abismo infernal do igual” (Han, 2017b, p.10). Ao mercantilizar a informação, o imperativo da sociedade da transparência é: “tudo deve ser aberto e disponível, sempre ao alcance de todos e a qualquer momento” (Han, 2017b, p.10).

Ora, com isso, a quantidade excessiva de mídias comunicativas que promovem a transparência informacional se expressa como adiposidade, massificação e proliferação obscena. Para Han (2016a, 2017b), a sociedade torna-se obscena quando os sujeitos são privados de toda narratividade, de todo direcionamento, de todo sentido. As atividades, vinculadas à economia de mercado, à produtividade e à intermedia digital, proliferam e crescem sem objetivo, sem forma, residindo a obscenidade na hiperatividade, na hiperprodução e na hipercomunicação. Os três estatutos descritos pelo autor caracterizam a hiperaceleração contemporânea, que não move, não faz agir, não leva adiante, é meramente aditiva. Portanto, a transparência contemporânea busca aplacar a sensação Real de estar fora de lugar, o mal-estar, mercantilizando tudo, produzindo sujeitos hiperacelerados e hiperconectados.

## **SOBRE O SUJEITO E O ÓCIO NA CONTEMPORANEIDADE DIGITAL**

A sociedade da transparência elimina o tempo da experiência, as cerimônias, os rituais, a singularidade. Na tentativa de aplacar o Real e o sujeito, a disposição discursiva na cibercultura precisa operar as metas,



objetivar os processos, o singular e ritualístico, características do sujeito que atrapalham a circulação da informação, da comunicação e da produção. Assim, como outrora mencionado: “o imperativo do rendimento neoliberal transforma o tempo em tempo de trabalho” (Han, 2016b, p. 45). Desse modo, não há tempo para a experiência de ócio, pois não se abre possibilidade para o tempo de apropriação subjetiva (Han, 2016a; Martins, 2018).

A informação transparente não permite o ócio do saber como experiência criativa. Não faz conhecer, hiperacelera a comunicação em ato, sem ação, pois a ação, segundo Han (2016b), pressupõe um trabalho de resistência, habita-se a negatividade. Ao passo que a contemporaneidade visa à positividade, busca eliminar todo tipo de resistência, eliminando, portanto, as ações. Atualmente, “o sujeito é marcado por um excesso que o lança sempre a mais atividade para livrá-lo o máximo possível de sua angústia” (Martins, 2018, p. 39) e, como vimos, o mal-estar permanece, sendo inscrito em novas formas na contemporaneidade.

A informação parece deslizar como mais um objeto *a* produzido pelo discurso tecnocientífico. “A transparência é a essência da informação. É o modo de proceder da comunicação digital” (Han, 2016b, p. 51). Posto isso, Han (2017b, p. 37) é categórico ao afirmar que “a transparência é a morte do desejo”.

Seguindo os passos da teoria lacanianiana, o filósofo sul-coreano sugere que o digital, na busca de uma positividade, opera tentativas de desmonte do Real, totalizando o Imaginário a partir da transparência. “Os smartphones fazem as vezes de um espelho digital na nova edição pós-infantil do estádio do espelho” (Han, 2017b, p.34). Abre um estádio narcísico, uma esfera do imaginário, na qual todos nós nos incluímos, pois no celular não é o outro que fala. A partir desse momento, o olhar do outro, um olhar que vem do Real, é retirado de cena. Há a promessa de que não existe o perigo de irrupção do Real, nem do outro. Segundo Han (2016b), esses aparelhos digitais rasuram toda forma de negatividade. Como Žižek (2013) já expunha, buscam, sem sucesso, aplacar toda manifestação do Real.

A experiência, enquanto irrupção do outro, interrompe, através de sua negatividade, o narcisismo imaginário. Afinal, “a negatividade do outro dá forma e medida a uma *mesmidade*” (Han, 2018, p.11, tradução nossa), que, sem isso, seria apenas uma massa amorfa. Já a positividade,

inerente ao digital, reduz a possibilidade de uma experiência semelhante. No digital, através do toque com a ponta dos dedos, dispomos do outro (Han, 2016b). Para Han (2016b, p. 36), “Lacan, se vivo, diria que o *touchscreen*, como ecrã tátil, se distingue categoricamente da imagem-ecrã que nos protege do olhar do outro, ao mesmo tempo que o faz aparecer”. A tela do smartphone é transparente, não tem olhar. Não há rosto transparente. O rosto que desejamos é sempre opaco. Essa negatividade da sombra que a opacidade denota é constitutiva do desejo. Portanto, a tela transparente dos celulares não permite qualquer desejo, já que o desejo é sempre suscitado pelo outro. “É precisamente pela sombra que se dá o brilho” (Han, 2016b, p.37), Seguindo a lógica do pensamento do filósofo sul-coreano, a transparência do outro, mediada pelos dispositivos tecnológicos, abala o sujeito desejante, que passa a ser bombardeado por objetos *a* – causa do desejo e, também, mais-de-gozar –, que assumem a forma da informação como fetiche mercadológico.

A informação digital, como produto na sociedade da transparência, parece exercer grande poder de hiperindividualização. “As novas massas são o enxame digital” (Han, 2016b, p. 22), já que esse enxame passa a ser formado por indivíduos isolados, carecendo de alma e de um sentimento de pertencimento, de união, de nós, capaz de uma ação comum ou de seguir uma direção. Nasce um novo homem, o *homo digitalis* (Han, 2016b). Caracterizado pela solicitação de atenção dentro do enxame, o *homo digitalis* mantém sua identidade privada, esta parece ser mais preciosa do que uma unidade de grupo ou identificação de massa. No enxame forma-se uma concentração sem união, uma multiplicidade sem interioridade.

Como afirma Danziato (2010), estamos assistindo na contemporaneidade a uma grande assimilação da lógica capitalista e uma intensificação e generalização da disciplina e da biopolítica. A contemporaneidade é fortemente marcada pela passagem da sociedade disciplinar, descrita por Foucault, para uma nova configuração estrutural de sociedade que foi descrita por Deleuze (1992/2013): a sociedade do controle (Danziato, 2010). Segundo o autor, há um deslocamento no que poderíamos denominar de uma “lógica discursivo-diagramática na cultura”, de maneira que as formas de subjetivação, seus lugares e seus efeitos de gozo ganham uma nova roupagem e um novo campo: o mercado.

Porém Byung-Chul Han (2016b) aponta que estamos diante de um movimento de transição ainda mais radical frente à revolução digital. Uma nova formação numerosa assedia as relações de poder e dominação já estabelecidas. De acordo com o filósofo, a travessia entre a sociedade disciplinar de Foucault e a sociedade de controle de Deleuze passa por novos caminhos diante da era digital da cibercultura.

Diante desse movimento, para o autor, a época biopolítica analisada por Foucault está perto de ser ultrapassada. Caminhamos para uma época de psicopolítica digital, onde o poder intervém nos processos psicológicos inconscientes. Segundo Han (2016b), o psicopoder seria mais eficiente do que o biopoder na medida em que vigia, controla e faz mover os sujeitos não a partir de fora, mas de dentro, daquilo que eles expõem, das informações compartilhadas. Como afirma Martins (2018), os sujeitos na contemporaneidade se mostram confusos e com uma aparente necessidade de comunicação com outros para provar a si mesmos que não estão sozinhos. Porém, como observamos, uma comunicação sem olhar e hiperacelerada.

A aceleração do tempo em uma sociedade que preconiza a produtividade tem como resultado a hiperconexão mediada e positiva. Não há lugar para o tempo da desconexão, pois a vivência de não estar conectado pressupõe algo que se reconhece como tedioso, onde reside o lado negativo da disseminação popular da palavra ócio: “um nada fazer sem sentido” (Martins, 2018, p. 40).

Na verdade, “o ócio começa onde o trabalho cessa de fato” (Han, 2016b, p. 45). Não há uma definição última para o ócio, o que caracteriza a noção de experiência singular vivida no encontro de cada sujeito, no um a um. Pensando no ócio como uma travessia, a vida digital, sem coisas, não introduz o tempo do ócio, o tempo do ócio é outro tempo. Como já dissemos, o imperativo de mercado que transforma tudo em objetos *a* consumíveis, inclusive o tempo e a informação, a partir da hiperaceleração e hiperconexão, transforma o tempo em trabalho. Inclusive, para Han (2016a, 2016b, 2017a), o tempo de diversão e lazer não é o outro do trabalho, mas o seu produto. Os *gadgets* comercializados pela indústria tecnológica digital trazem uma nova coação: nos encontramos livres das máquinas da era industrial que nos exploravam e nos escravizavam, porém saímos de uma biopolítica para uma nova forma de escravatura psicopolítica (Han, 2016a).

A linguagem do ciberespaço e das redes sociais digitais nos “viciam” tão facilmente justamente por oferecerem meios de reduzir o tamanho do mundo, de criar muros de invisibilidade, agregar massas de identidades semelhantes ou, tomando Han (2016b), enxames de identidades que não se identificam com a massa. Administra um tempo calculado, uma “somatória de informações e imagens sem fim, onde o sujeito não consegue elaborar uma experiência e dela extrair narrativas” (Martins, 2018, p. 40). A linguagem digital projeta inimigos de ocasião, cria idealizações massivas sobre como são as vidas alheias e o sentimento de que o outro (a rede) está sempre lá, esperando por nós (Dunker, 2018).

Com isso, parece imprescindível rememorarmos o ideário primevo do pensamento da cibercultura. O resgate da proposta de Hilton (1966) de utilizar o conhecimento reflexivo produzido por vários campos do saber na construção de uma trajetória que privilegie a educação emancipatória e o lazer criativo. Se a linguagem no digital é controlada pela lógica discursiva de mercado a partir da psicopolítica, precisamos retomar a ideia de cibercultura como promotora de experiências criativas através da insistência e resistência do sujeito desejanste.

O digital é um novo ambiente territorial onde as experiências humanas são atualizadas e podem ser reinventadas. Sendo assim, seguindo a proposta de Martins (2018), acreditamos que em tempos de hiperconexão no digital é possível que, tanto na realidade material quanto na realidade digital, o *homo digitalis* possa “caminhar descompromissadamente sem interesse em consumo, somente pelo fato de vagar sem direção” (Martins, 2018, p. 42), transitar por espaços poluídos por informação e propaganda, resistindo ao culto à velocidade. Nesse sentido, vagar sem direção não é o mesmo que compor uma horda de sujeitos desimplicados e desidentificados. Pelo contrário: a proposta do autor nada tem a ver com hordas de zumbis digitais, mas com o encantamento da experiência de atravessar o desconhecido, deixando-se tocar pelo tempo do atravessamento e da assimilação simbólica, a opacidade do outro, a negatividade característica da condição existencial humana.

Ao refletirmos sobre o apagamento do sujeito, o refreamento da experiência criativa de ócio e a mercantilização do tempo, a experiência atravessada pelo processo analítico ganha novos contornos. Já que o

ócio parece apontar para a experienciãção singular que é produzida a partir do encontro daquele que a vive consigo mesmo, cremos que há uma aproximação entre os estudos de ócio com a experiência analítica. Sendo assim, como observa Martins (2018), na experiência de ócio não há espaço para determinismos, assim como em uma análise. Portanto, precisamos refletir sobre o ócio na contemporaneidade hiperacelerada, que produz sujeitos hiperconectados e, ao mesmo tempo, desconectados de si e do outro.

Finalmente, em tempos de hiperaceleração digital, característica de uma sociedade transparente, onde para tudo se pretende uma explicação e uma resposta eficaz, aqui nós frustramos a lógica hegemônica. Não trazemos uma solução *prêt-à-porter*, buscamos interrogar e implicar o sujeito em sua relação com as novas tecnologias digitais e as inúmeras possibilidades criativas de experiência e sentido. Diante disso, como aparato teórico-clínico, a psicanálise pode ter algo a dizer sobre o multiverso paralelo de possibilidades que a cibercultura inaugurou, permitindo ao sujeito ocupar uma posição para além do lugar que lhe cabe em uma sociedade hiperacelerada, parecendo, dessa maneira, fornecer algumas pistas para se pensar a relação entre a experiência de ócio e o digital. A construção de outros espaços de conhecimento, de outras territorialidades, é o grande desafio posto pela contemporaneidade aos pensadores de nosso tempo.

## REFERÊNCIAS

- Adorno, T., & Horkheimer, M. (1985). *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Alexandre, L. (2018). *A morte da morte*. Barueri: Manole.
- Alves, M. A. (2017). A cibercultura e as transformações em nossas maneiras de ser pensar e agir. In Lima, N. L., Stengel, M., Nobre, M. R., & Dias, V. C. (Orgs.), *Juventude e cultura digital* (p. 169-180). Belo Horizonte: Artesã.
- Carr, N. (2011). *A geração superficial: O que a internet está fazendo com nossos cérebros*. Rio de Janeiro: Agir.
- Castells, M. (2003). *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Castells, M. (2016). *A sociedade em rede* (19ª ed.). São Paulo: Paz e Terra.
- Danziato, L. J. (2010). O dispositivo de gozo na sociedade do controle. *Psicologia & Sociedade*, 22(3), 430-437.
- Dunker, C. (2015). *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo.
- Dunker, C. (2017). Intoxicação digital infantil. In Baptista, A., & Jerusalinsky, J. (Orgs.), *Intoxicações eletrônicas: o sujeito na era das relações virtuais* (p. 117-145). Salvador: Álgama.
- Dunker, C. (2018). *A reflexão do psicanalista Christian Dunker sobre como a interação nas redes deforma a noção do 'eu'*. Fonte: Huffpost Brasil: Recuperado em <[https://www.huffpostbrasil.com/2018/07/07/a-reflexao-do-psicanalista-christian-dunker-sobre-como-a-interacao-nas-redes-deforma-a-nocao-do-eu\\_a\\_23459405/?utm\\_hp\\_ref=br-comportamento](https://www.huffpostbrasil.com/2018/07/07/a-reflexao-do-psicanalista-christian-dunker-sobre-como-a-interacao-nas-redes-deforma-a-nocao-do-eu_a_23459405/?utm_hp_ref=br-comportamento)>.
- Dutra, A. L. (Diretor). (2015). *Quanto tempo o tempo tem* [Filme Cinematográfico]. Netflix.
- Forbes, J. (2011). Psicanálise do homem desbussolado. *Revista Psique Ciência & Vida*, 53, 13-14.
- Forbes, J. (2012). *Inconsciente e responsabilidade: psicanálise do século XXI*. Barueri: Manole.
- Freud, S. (2014). O futuro de uma ilusão. In Freud, S. [Autor], *Obras completas*, v. 17: *inibição, sintoma e angústia, o futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929)*. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1927)

- Freud, S. (1930/2010). O mal-estar na civilização (1930). In Freud, S. [Autor], *Obras completas*, v. 18: *o mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)*. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1930)
- Han, B.-C. (2016). *No exame*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Han, B.-C. (2017). *Sociedade da transparência*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Han, B.-C. (2017). *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes.
- Hilton, A. M. (1966). *The evolving society: first annual conference on the cybercultural revolution--cybernetics and automation*. New York: Institute of Cybercultural Research.
- Kurzweil, R. (2014). *Como criar uma mente: os segredos do pensamento humano*. São Paulo: Aleph.
- Lacan, J. (1992). *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar. (Seminário original de 1969-1970)
- Lacan, J. (1998). A ciência e a verdade. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (2005). *O triunfo da religião*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (2008). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar. (Seminário original de 1964)
- Lacan, J. (2010). *O seminário, livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. São Paulo: Zahar. (Seminário original de 1954-1955)
- Lebrun, J.-P. (2004). *Um mundo sem limites*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Lemos, P. d. (2016). Amplificação do discurso do capitalista no sujeito e nos laços sociais digitais. *Psicanálise & Barroco em revista*, 14(1), 1-21.
- Lima, N. L., & Generoso, C. M. (2016). “Impossível me separar do celular!” O uso adicto das tecnologias digitais. *CIEN Digital*.
- Lipovetsky, G., & Serroy, J. (2011). *A cultura-mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Martins, J. C. (2018). Ócio na contemporaneidade cansada. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, 35-44.
- Miller, J.-A. (2011). *Perspectivas dos escritos e outros escritos de Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Nobre, M. R., & Moreira, J. D. (2013). A fantasia no ciberespaço: a disponibilização de múltiplos roteiros virtuais para a subjetividade. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 16(2), 283-298.

- Pinheiro, R., & Carneiro, H. F. (2013). A fascinação pelo resto: o hiper mal-estar na tecnociência. *Tempo Psicanalítico*, 45(1), 419-438.
- Rinaldi, D. (2011). Invenções contemporâneas: proximidade, ética e gozo. *Dimensions de la psychanalyse*. Trabalho não publicado.
- Rosa, M. D. (2016). *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. São Paulo: Escuta/Fapesp.
- Rüdiger, F. (2016). *As teorias da cibercultura: perspectivas, questões e autores* (2ª ed.). Porto Alegre: Sulina.
- Trivinho, E. (2014). A civilização glocal: repercussões social-históricas de uma invenção tecnocultural fundamental do capitalismo tardio. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, 10(19), 26-41.
- Turkle, S. (2011). *Alone together: why we expect more from technology and less from each other*. New York: Basics Books.
- Žižek, S. (2013). *O amor impiedoso (ou: sobre a crença)* (2ª ed.). Belo Horizonte: Autêntica.
- Žižek, S., & Daly, G. (2006). *Arriscar o impossível – conversas com Žižek*. São Paulo: Martins.

Recebido em 7 de abril de 2020

Aceito para publicação em 23 de fevereiro de 2021



# MIRAGENS DO EU: ANGÚSTIA, DESEJO E PRODUÇÃO ESTÉTICA DO CORPO FEMININO IDEAL

*Eveliny Barbosa Coelho da Silveira\**

*Roberta de Sousa Mélo\*\**

*Shimênia Vieira de Oliveira Cruz\*\*\**

## RESUMO

O presente trabalho parte da concepção psicanalítica e socioantropológica de que o corpo, para além de seu estatuto biológico, é o território onde o sujeito produz sentidos e significados sobre si e sobre o mundo a partir da relação que estabelece com o contexto social. Com base nessa concepção, este estudo objetivou investigar os lugares atribuídos ao corpo nas produções subjetivas das mulheres participantes, circunscrevendo as dimensões de angústia e desejo, haja vista a supervalorização da imagem corporal na contemporaneidade e o crescente desencadeamento de diversas modalidades de sofrimento psíquico atrelado a esse processo – especialmente no

---

\* Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), atua no contexto clínico desde 2019 e é pós-graduanda em Fundamentos da Psicanálise: Teoria e Clínica, pelo Instituto de Ensino Superior em Psicologia e Educação (ESPE).

\*\* Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco, mestrado e doutorado em Sociologia pela mesma instituição. Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal do Vale do São Francisco. É coordenadora do LECCORPO – Laboratório de Estudos da Cultura Corporal. Tem experiência na área da Sociologia do Corpo; Estudos de Gênero; Aspectos Sócio-Antropológicos das Práticas Corporais; Sociologia do Esporte; Estudos das interfaces Tecnologias, Cultura e Sociedade.

\*\*\* Possui graduação em Psicologia pela Universidade de Fortaleza, mestrado pela Universidade Federal de Uberlândia e é doutora pela Universidade Federal da Bahia, no eixo de Psicologia do Desenvolvimento. Atualmente atua também no contexto clínico.

universo feminino. Trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório que utilizou o método de estudo de caso de modo a aprofundar a compreensão dos discursos trazidos por três mulheres, selecionadas por conveniência. A análise dos dados foi feita à luz do referencial teórico da psicanálise de orientação lacanianiana e da socioantropologia do corpo. Os depoimentos evidenciam que as construções subjetivas e corporais dessas mulheres são fortemente marcadas pelo sofrimento por não se adequarem aos padrões estéticos em que se colocam a falta e a precariedade do corpo como atributos negativos. Por outro lado, as histórias também nos falam de modos de questionamento e da subversão dessas imposições.

Palavras-chave: corpo feminino; produção corporal; psicanálise; socioantropologia do corpo.

## MIRAGES OF THE EGO: ANGUISH, DESIRE AND AESTHETIC PRODUCTION OF THE IDEAL FEMALE BODY

### ABSTRACT

*The present work starts from the psychoanalytic and socioanthropological conception that the body, beyond its biological status, is the territory where the subject produces senses and meanings about himself and the world, through the relationship he establishes with the social context. This study aimed to investigate the places attributed to the body in the subjective productions of its participating women, circumscribing the dimensions of anxiety and desire, given the overvaluation of body image in contemporaneity and the increasing triggering of various modalities of psychological suffering related to this process - especially in the female universe. It is an exploratory research that used the method of case studies in order to deepen the understanding of the discourses brought by three women, selected by convenience. The analysis of the data was made in the light of the theoretical reference of the psychoanalysis of Lacanian orientation and of the socioanthropology of the body. The testimonies show that the subjective and corporal constructions of these women are strongly marked by the suffering in not adjusting to the aesthetic standards in which the lack and the precariousness of the body are placed as negative attributes. On the other hand, their stories also tell us about ways of questioning and subversion of these impositions.*

*Keywords: feminine body; body production; psychoanalysis; socioanthropology of the body.*

## MIRAJES DEL YO: ANGUSTIA, DESEO Y PRODUCCIÓN ESTÉTICA DEL CUERPO FEMENINO IDEAL

### RESUMEN

*El presente trabajo parte de la concepción psicoanalítica y socioantropológica de que el cuerpo, además de su estatuto biológico, es el territorio donde el sujeto produce sentidos y significados sobre sí y sobre el mundo, a partir de la relación que establece con el contexto social. En este sentido, este estudio tuvo como objetivo investigar los lugares atribuidos al cuerpo en las producciones subjetivas de las mujeres participantes, circunscribiendo las dimensiones de angustia y deseo, hay vista la sobrevalorización de la imagen corporal en la contemporaneidad y el creciente desencadenamiento de diversas modalidades de sufrimiento psíquico atado este proceso, especialmente en el universo femenino. Se trata de una investigación de cuño exploratorio, que utilizó el método de estudios de caso para profundizar la comprensión de los discursos traídos por tres mujeres, seleccionadas por conveniencia. El análisis de los datos se hizo a la luz del referencial teórico del psicoanálisis de orientación lacaniana y de la socioantropología del cuerpo. Los testimonios evidencian que las construcciones subjetivas y corporales de estas mujeres están fuertemente marcadas por el sufrimiento en no adecuarse a los patrones estéticos en que se colocan la falta y la precariedad del cuerpo como atributos negativos. Por otro lado, las historias también nos hablan de modos de cuestionamiento y de subversión de esas imposiciones.*

*Palabras clave: cuerpo femenino; producción corporal; psicoanálisis; socioantropología del cuerpo.*

### INTRODUÇÃO

O corpo é assinalado pela tradição filosófica como aquilo que demarca a presença do sujeito no mundo, terreno em que se dá o encontro daquilo que é singular de cada um com a esfera social e seus ditames (Barros, 2013). De modo a compreender o fenômeno corporal tal como se expressa hoje, faz-se necessária a tarefa de remontar a períodos progressos, uma vez que este esforço representa, além de uma simples enunciação, a compreensão de como esse processo se desenrolou até desembocar na contemporaneidade, reiterando a natureza dinâmica do corpo (Barbosa, Matos, & Costa, 2011).

Historicamente, as representações engendradas acerca do corpo assumiram múltiplas facetas, sempre permeadas e marcadas pela cultura. É imprescindível sublinhar, no entanto, que, em cada um dos períodos históricos, o corpo feminino figurou como muito mais impregnado pelos tabus e ditames sociais, representado como incógnito, tácito. Os valores morais gregos com relação ao corpo e ao sexo, bem como a produção dos ideais de beleza, eram pensados somente pelo viés masculino e, assim, os prazeres não eram de domínio das mulheres, que eram reduzidas à função de submissão aos homens (Barbosa, Matos, & Costa, 2011). Nos momentos históricos ulteriores, não há mudança nessa ordem de pensamento e o corpo da mulher é reiterado enquanto negativo em detrimento ao masculino – vide o corpo feminino evidenciado enquanto armadilha demoníaca, na Idade Média, ou a valia assimétrica dada ao corpo do homem branco, heterossexual e de classe abastada nos processos de investigação científicos da Era Moderna, parâmetros de referência a partir dos quais justificavam-se a incompletude e falta das demais formas de existência, continuidade à tradição de silenciamento e precarização feminina (Costa, 2002).

Com Freud e a iniciativa da psicanálise, é inaugurado um discurso de contracorrente à racionalidade científica moderna e seu projeto civilizatório de controle dos corpos: em detrimento de um modelo de subjetividade fundamentalmente marcado pela racionalidade, a psicanálise afirma o sujeito do inconsciente, fendido (Lacan, 2003). A mulher freudiana, pelo discurso histérico, denuncia no corpo a sociedade fálica que sufocava as tentativas de exteriorização do desejo feminino e põe em xeque o saber médico que, até então, se julgava universal e onipotente. Sendo assim, o corpo que é de interesse da psicanálise é o erógeno, pulsional, a totalidade de uma cadeia de elementos significantes (Cukiert, 2004).

Por esse viés se confirma a compreensão de Le Breton (2007) de que o corpo é socialmente construído por suas manifestações no cotidiano, mas também pelas teorias que empreendem o esforço de explicá-lo. Ao passo que a medicina tradicional buscava se apropriar do corpo via intervenções que tinham como objetivo reconhecer e corrigir suas incompletudes e imperfeições, a psicanálise percorre o caminho contrário, legitimando a falta enquanto constituinte do sujeito e condição *sine qua non* para que ele seja desejante (Lima, Batista, & Lara Junior, 2013).

Em contraponto à trajetória ocidental que demarca a falta enquanto fonte de frustração e de produções de relações de poder, a psicanálise inaugura a noção de que, em sua origem, a satisfação do desejo é sempre seccionada, traumática e marcada pela descontinuidade entre um ser e outro, o que impossibilita a vivência total de prazer. Para o ser humano, a satisfação é sempre parcial e a angústia da incompletude é mediada pela palavra, haja vista a insuficiência do objeto eleito – que remonta não à dimensão material, mas a uma “Coisa”, uma marca significativa constitutiva desse objeto que o torna precioso (Alves, & Almeida, 2017).

Posteriormente, Lacan desdobra os conceitos de Freud sobre o corpo, atrelando este aos três registros fundamentais – Real, Simbólico e Imaginário. O registro Simbólico cumpre a função de ordenador pela via do discurso (Sternick, 2010), marcando o corpo pelo significativo (Cukiert, 2004); já do ponto de vista do Imaginário, que trata da relação que o sujeito estabelece com a formação da sua imagem, e, portanto, com o eu (Sternick, 2010), o corpo é delineado enquanto propriamente como imagem (Cukiert, 2004); na dimensão do Real, o corpo é assinalado pelo gozo (Cukiert, 2004) e a repetição que lhe é intrínseca, na tentativa de atribuir sentido ao que não tem sentido (Sternick, 2010).

Ainda posta como fonte inesgotável de estudo para a ciência, a dimensão corporal, atualmente, adquire um novo estatuto graças a disciplinas como a psicologia, as ciências sociais, a filosofia e a psicanálise: nem materialidade dada por Deus aos humanos, como asseverado pelo cristianismo, tampouco exclusivamente orgânico agora é assinalado pela tríade biopsicossocial. Se outrora o regimento social era sustentado pelos dogmas religiosos e determinações das instituições políticas, atualmente verifica-se um declínio desses grandes códigos de conduta propulsionado pelo saber científico e pelas novas tecnologias. Apoiado nessa desagregação dos valores tradicionais, o capitalismo, amplamente estabelecido na cena contemporânea, ao contrário dos discursos predecessores, fomenta o acesso ao gozo, especialmente pela via do consumo (Lustoza, Cardoso, & Calazans, 2014).

A alienação estabelecida pela ciência moderna entre o sujeito e a dimensão corporal trouxe, por um lado, elementos basilares para um posterior entendimento cultural do corpo como fonte de angústia. Pode-se dizer que a perspectiva cartesiana de se reconhecer como sujeito

pela capacidade cognitiva, subtraindo, nesse processo, o valor do corpo, traduz, de algum modo, o caráter reconfortante da possibilidade de exercer algum domínio de si mesmo em meio às contingências. Isso parece radicalizado no contexto contemporâneo, o de uma sociedade capitalista de consumo, dadas as inesgotáveis ofertas de recursos do mercado que, em aliança com as inovações tecnológicas, enaltece a plasticidade do corpo como elemento a ser apropriado pelos nossos projetos subjetivos, outorgando-nos, assim, o poder de “dominar a transitoriedade inerente à existência” (Silva Junior et al., 2012, p. 272).

Ao forjar, através de suas representações do corpo, novos sentidos da “imperfeição” humana, a contemporaneidade demarca um modelo de sujeito capaz de remediar, via consumo, uma precariedade socialmente fabricada. Diante disso, nosso interesse pela leitura psicanalítica articulada a uma abordagem socioantropológica do corpo emerge precisamente em relação ao endereçamento do sujeito a uma rede de interlocuções (Marsillac, & Sousa, 2012), no que reconhecemos forças sociais que interpelam sua corporeidade e o atravessam em seu devir, trazendo implicações para o tema de sua singularidade.

A “afirmação da onipotência imaginária dos sujeitos” (Silva Junior et al., 2012, p. 272), emblemática dos arranjos sociais recentes, figura em modelos como o de corpo-rascunho apresentado por David Le Breton (2007) que, por meio de uma perspectiva socioantropológica, analisa os empreendimentos tecnocientíficos de transformação corporal. De tal modo, o corpo vê-se disponível a manipulações incansáveis dentro de um projeto que fomenta tentativas desenfreadas de se distanciar do Real (Lima, Batista, & Lara Junior, 2013).

Aliados à voracidade capitalista, os recursos midiáticos promulgam a ideia de um corpo ilimitadamente maleável (Barros, 2013). As práticas relacionadas à corporeidade não mais se dirigem ao saber do corpo que se tem, mas sim ao gozar deste, modificando o incompleto e impossível de suportar. A pergunta que se impõe ao sujeito é do plano do agir: “o que fazer do seu corpo?” (Miller, 1999), em desafio à ameaça da falta.

Aqui reconhecemos que os empreendimentos contemporâneos que pretendem o melhoramento da condição humana pela retificação do corpo (Le Breton, 2007) não deixam de atualizar o processo histórico da

fabricação da incompletude feminina, ao qual já nos referimos, e que são as produções corporais e subjetivas de mulheres que continuam sendo mais diretamente atingidas por esse tipo de projeto. Como pontuam Lima et al. (2013, p. 54), “a grande adesão feminina a essas inovações ressalta as implicações psíquicas da constituição do ser mulher”. Mas, se antes se esperava da mulher o recolhimento à vida doméstica e ao cuidado da família, preservando sua aura virginal, na contemporaneidade o jogo é invertido: o protótipo atual de feminilidade é o da mulher bela e sensual, que oferta seu corpo como objeto narcísico de gozo e é bombardeada repetidamente por ofertas de manutenção de um corpo intocado pelas marcas do tempo (Lima, Batista, & Lara Junior, 2013). Assim, a representação de corpo feminino ideal é constituída pela tríade beleza-saúde-juventude, um corpo que se construa pelo usufruto da parafernália de técnicas, intervenções e produtos ofertados às mulheres como garantia de um protótipo total de feminilidade (Silva, & Rey, 2011).

Nesse panorama, a singularidade é articulada às intervenções e demarcações feitas no corpo, via ostentação de um protótipo estético ideal. O sujeito ora oferece o corpo à visão e aprovação do Outro, subjugado a seus ditames, ora tenta evadir o olhar funesto, que devasta o desejo e aponta a insuficiência do objeto que deve ser constantemente atualizado (Sternick, 2010). A falta sinalizada na carne se revela como algo intolerável nesse processo e, assim, o corpo assume o caráter de matéria que deve, por uma via ou outra, ser modificada e retificada, enquanto parte da construção identitária do sujeito contemporâneo (Silva Junior, & Moreira, 2013).

Reconhecendo o valor da experiência subjetiva na construção da imagem de si, este estudo buscou investigar os lugares atribuídos ao corpo nas produções subjetivas das mulheres participantes do estudo.

## MÉTODOS

O presente estudo assume um caráter qualitativo que objetiva, primordialmente, compreender de forma aprofundada os significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes de cada sujeito (Minayo, 2009). Sendo assim, não é uma pesquisa que assume a pretensão de quantificar e generalizar os dados coletados para uma determinada população.

Como referencial teórico foram utilizadas a socioantropologia do corpo, com enfoque na leitura de Le Breton (2007), e a teoria psicanalítica de orientação lacaniana – esta última, uma vez aplicada à pesquisa, cumpre seu papel “em extensão”, que segundo Lacan (2003, p. 251) implica em “[...] tudo o que se resume à função de nossa Escola como presentificadora da psicanálise no mundo [...]”, ou, ainda, àquilo que o psicanalista pode conhecer ao investigar as diversas manifestações subjetivas humanas de acordo com seus contextos de vivência (Silva, 2013).

A socioantropologia aproxima-se da discussão psicanalítica, então, ao conferir ao corpo o lugar de meio em que “[...] nascem e se propagam as significações que fundamentam a existência individual e coletiva”, situando-o como “o eixo da relação com o mundo, o lugar e o tempo nos quais a existência toma forma através da fisionomia singular de um ator” (Le Breton, 2007, p.7).

Em consonância com a proposta do método qualitativo, este trabalho se configura como estudo de caso, o que permite explorar os sentidos, circunstâncias e motivações de um fenômeno, revelando-o tal como é, ainda que sem uma intervenção direta sobre ele (Fonseca, 2002). O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Vale do São Francisco (CEP-UNIVASF), em conformidade às diretrizes da Resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde e, somente após a sua aprovação (parecer nº 2.677.467), deu-se andamento à seleção de participantes e coleta de dados.

Para a realização da pesquisa foram selecionadas três participantes, recrutadas por convite aberto através de dois meios eletrônicos: grupos de redes sociais (*WhatsApp*) e pela ferramenta *stories* da rede social Instagram de uma das pesquisadoras. Foi ressaltada, em ambas as formas de divulgação, a importância de que as interessadas em participar da pesquisa entrassem em contato com a pesquisadora unicamente por via privativa (mensagem privada ou e-mail), de modo a proteger suas identidades e minimizar possíveis constrangimentos.

Um dado metodológico notável a respeito do processo de convite das colaboradoras foi a grande receptividade e disponibilidade das mulheres em falar de suas experiências, demonstrada no grande número de respostas – cerca de vinte – em menos de uma hora, em apenas dois



meios de divulgação. Frente à dinâmica histórica de silenciamento e precarização do corpo feminino, o posicionamento dessas mulheres demarca a necessidade de tomada de palavra sobre seus processos subjetivos na relação com seus corpos.

A seleção das participantes foi feita por sorteio aleatório dentre aquelas que se dispuseram a participar da pesquisa, obedecendo a critérios de inclusão pré-estabelecidos, sendo eles: a) quer seja cis ou transgênero, identificar-se com o sexo feminino; b) ter a idade mínima de 18 anos completos; c) residir nas cidades de Petrolina – PE ou Juazeiro – BA e d) estar de acordo com os termos explicitados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As participantes foram três mulheres cis gênero, que aparecem sob os pseudônimos de Diana, 22 anos, bissexual e assistente social; Ísis, 23 anos, heterossexual e psicóloga e; Kali, 37 anos, heterossexual e psicóloga.

A coleta de dados ocorreu no Centro de Estudos e Práticas em Psicologia (CEPPSI) da UNIVASF, de modo presencial, entre os meses de junho e julho de 2018, em salas de atendimento individualizado, sendo gravadas em áudio e posteriormente transcritas. Dispôs-se de um roteiro de entrevista semiestruturado, viabilizando um diálogo informal e espontâneo, mas orientado por algumas perguntas disparadoras. As questões referiam-se às experiências subjetivas das mulheres na relação com seu próprio corpo a fim de compreender como se dá essa vinculação, suas implicações e reverberações nos processos de construção de autoimagem. Assim, a pesquisa foi aqui concebida pela via “[...] da travessia de observações e escutas realizadas pelo seu mundo interior, resultando em produção narrativa significada pelas suas experiências e vivências subjetivas” (Silva, 2013, p. 42).

Para o processo de análise de dados, foram selecionados conteúdos das falas das participantes organizados em categorias segundo a recorrência das temáticas discursivas e que se mostraram relevantes à proposta do estudo. Posteriormente, esses achados foram analisados à luz da socioantropologia do corpo de Le Breton e da teoria psicanalítica lacaniana, com o intuito de elucidar pontos de concordância e discordância, bem como beneficiar a discussão interdisciplinar das problemáticas despontadas.

De modo a conferir uma estrutura metodológica que permitisse organizar e, assim, abordar de forma aprofundada as dimensões reveladas

pelos discursos das participantes, estes foram concatenados em três categorias de análise construídas a partir das falas mais presentes das participantes, a saber: “Espelho, espelho meu...”: ‘o delineamento de si em paralelo ao Outro’”, categoria que propõe o debate em torno das experiências subjetivas dessas mulheres na relação com o próprio corpo, articulando-se, aí, a indissociável esfera social e influência do Outro nessas construções; “O corpo que será”, na qual a discussão é dedicada à passagem pela adolescência, um período de vida que se destaca na constituição identitária para essas mulheres; e “Intervenções sobre o próprio corpo para um projeto melhorado de si”, categoria de discussão em que se empreende o esforço de debater as projeções feitas pelas mulheres entrevistadas quanto ao porvir de seus corpos, bem como as ações e modificações possíveis para estes, e de que modo essas práticas de manipulação corporal se vinculam às elaborações difundidas culturalmente a respeito do corpo feminino.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde o momento inicial de cada entrevista, foi possível identificar uma mesma postura nas três participantes, expressa em um misto de inquietude, embaraço e breves segundos de confusão ou receio diante da pergunta disparadora “Como você vê seu próprio corpo?”. O silêncio advindo da hesitação dessas mulheres vem reafirmar o pressuposto psicanalítico e socioantropológico de que as questões relacionadas ao corpo perpassam instâncias outras que não somente a anatomia.

*“Espelho, espelho meu...”: o delineamento de si em paralelo ao Outro*

Para o desenvolvimento da presente categoria, centrada nas articulações entre as vivências sociais dessas mulheres e os modos como concebem o próprio corpo, cabe partir de alguns conceitos psicanalíticos que dão substância às discussões sobre os processos de formação do Eu: primeiramente, é necessária a referência ao estágio do espelho, que, de acordo com Lacan (1998), concerne ao momento em que a criança reconhece a imagem do próprio corpo e diferencia-se do mundo exterior, dando consistência à separação do que corresponde ao eu e àquilo que não pertence a ele.

A segunda das premissas diz respeito ao Outro. Grafado dessa maneira, tem o valor de demarcar um lugar não somente de espectador, mas de uma alteridade inconsciente que afirma e bordeia o eu (Lacan, 1988). A ideia geral que Lacan propõe é a de que o sujeito humano é, decisivamente, determinado não por uma ordem orgânica ou intrapsíquica, mas por uma dimensão que lhe é originariamente externa, seja ela circunscrita pelo contexto sociocultural, pela imagem, pelas relações sociais ou com os outros ou pela instituição familiar (Silva, 2017).

Nesse sentido, a cultura, aqui, permeia algo que vai desde o mal-estar na civilização, pensado e escrito por Freud (1930/1996) como forma de o homem dar conta de seu processo civilizatório em detrimento de sua conduta instintiva, até o pensamento e articulação lacaniana que pressupõe na cultura um lugar de significantes constituídos pelo Outro. Portanto, pensar uma cultura é passar pela atribuição de se constituir como elemento de sobrevivência psíquica ao sujeito, enquanto sujeito do inconsciente – este, como nos aponta o axioma lacaniano, “estruturado como uma linguagem”.

Dada essa indissociabilidade do sujeito ao Outro, lança-se mão das operações de alienação e separação enquanto constituintes do sujeito: a alienação refere-se ao momento em que o sujeito se identifica a um significante-mestre, excluindo outras partes de si da definição total, o que o torna permanentemente falta-a-ser. Esse processo de assimilação e introjeção da imagem do outro marcará o desenvolvimento subjetivo, a constituição do eu ao longo de todo o seu processo (Lima, Batista, & Lara Junior, 2013).

Por sua vez, a operação de separação indica não a independência do Outro, mas uma “torção fundamental” (Lacan, 1998, p. 214), uma vez que é nesse momento que o sujeito é introduzido à lógica de que aquilo que falta ao Outro também lhe falta. Se o Outro também é barrado pela falta e, portanto, não detém a chave para a satisfação plena e ininterrupta, o sujeito pode encontrar brechas nos significantes aos quais se aliena na relação com o Outro e se deparar com seu próprio desejo (Lima, Batista, & Lara Junior, 2013).

Ainda assim, é possível vislumbrar as marcas do discurso desse Outro, da cultura, nas enunciações sobre experiências subjetivas: para Ísis, a despeito de afirmar que “não é uma coisa que eu estou o tempo

todo assim, [pensando], ‘sou uma mulher gorda, sou uma mulher gorda’. Pra mim é um fato: sou mulher gorda” (*sic*, Ísis), o significante “gorda” frequentemente aparece como ordenador de sua experiência corporal. Ao abordar as partes do corpo que mais lhe apraziam destacar como favoritas, ela fala:

Quando eu era mais nova, e acho que isso é muito recorrente com gente gorda, é, tipo, você sofre todo um preconceito porque você é gorda, e aí você começa a destacar partes do corpo que você acha legal. Se a pessoa perguntasse “qual a melhor parte do seu corpo?”, eu achava o olho e a boca. [...] são partes que não denunciam em nada que você é gorda. Não tem o mínimo de gordura ali, e eu achava, tipo, o máximo (*sic*, Ísis).

No caso de Kali, o significante “mãe” demarca fortemente sua experiência de corpo atual, sendo constantemente trazido à tona:

[...] eu tou insatisfeita com meu corpo por causa dessas experiências: uma experiência de magreza, que eu não tou bem com isso, não tou conseguindo reverter, porque a amamentação tá me deixando cada vez mais magra, e essa cara de cansada que eu tou sempre (*sic*, Kali).

A partir dos relatos das mulheres e tendo também em vista as operações de alienação e separação, tem-se que o corpo é organizado como uma cadeia de significantes diversos, servindo de suporte ao desejo e à relação com o Outro (Lima, Batista, & Lara Junior, 2013). Assim, tem-se que a relação entre o sujeito e sua imagem não é imediata, mas sim mediada pela palavra, pelo universo de representações, códigos morais, aparatos tecnológicos e pelos discursos produzidos e reproduzidos de uma determinada cultura (Goellner, 2003).

A despeito dos esforços pessoais dessas mulheres em reconhecerem sua corporeidade exclusivamente pelo prazer, as nuances da insatisfação aparecem no incessante retorno à questão do incômodo com os denotadores da falta: para Ísis, é a gordura em seu corpo, ao ressaltar “eu acho que ainda continua sendo a barriga. Porque pra mim é o maior denunciador de que eu sou gorda e que isso ainda pega pra mim em alguns momentos” (*sic*, Ísis). Já para Diana, é o corpo marcado pelas estrias e celulites, por suas tatuagens e *piercings*, e, por vezes, também considerado excessivamente magro:

[...] as pessoas acham que por eu ser magrinha, alta, eu nunca soufri por conta do meu corpo, mas é totalmente o contrário, né? Porque as pessoas esperam que eu seja aquele padrão, só que eu não sou. Ao mesmo tempo que eu sou, eu também não sou, entendeu? Fica uma dualidade muito grande (*sic*, Diana).

Kali também aborda essa questão, conectando-a à vivência da maternidade:

[...] apesar de estar muito intensa para o lado do cansaço, eu amo muito o Ravi e ver ele se desenvolver tá muito lindo, então eu sei que esses sinais é consequência dessa situação que eu tou passando. Então, assim, eu fico insatisfeita com esses sinais, mas eu não sou insatisfeita com meu corpo (*sic*, Kali).

A precariedade do corpo, então, aparenta ser aprendida em meio aos seus agenciamentos e experiências na vida social. As participantes localizam, como sinais de seu incômodo, atributos culturalmente mobilizados e negativizados, distribuídos num contexto social amplo, mas que, como se pode notar, são assimilados singularmente, sob diferentes formas. Destarte, se compreende que o corpo não é experienciado em um vácuo de cultura, ele é sempre um corpo do Outro, atravessado por suas ideologias, apreciado segundo seus parâmetros, e reproduz o seu desejo, produzindo, por conseguinte, uma insatisfação intrínseca ao sujeito (Lima, Batista, & Lara Junior, 2013).

Outrossim, deve-se reconhecer que, embora a marca do significante produza seus efeitos, algo sempre lhe escapa e, em função disso, a construção da imagem do próprio corpo é sempre vacilante, mutável. Ísis narra:

Quando eu era mais nova, eu achava que, tipo assim, que não encaixava. Eu me achava muito, muito gorda na barriga, tipo assim, aqui e aqui nos culotes, muito gorda. E eu ficava... tipo... “velho, se tirasse isso, botasse um pouquinho, [...] eu ia ficar muito mais bonita, porque eu tenho coxas largas e tal, e acho que ficaria mais legal”. Hoje em dia, eu vejo que, tipo, as coisas se encaixam. Minha barriga combina com minhas pernas, combina com meus braços, combina com meu rosto... (*sic*, Ísis).

Ao rememorar experiências pregressas, Ísis evidencia o reconhecimento de recursos possíveis para retificar os variados pontos de incômodo que

ela percebe em sua dimensão corporal, o que nos sugere o atravessamento explícito das narrativas que compõem o imaginário tecnocientífico bem como a espontaneidade com que elas interpelam os cotidianos. E, ainda que ela não tenha concretizado tais reconfigurações, exemplifica a vontade de dominação do corpo e, portanto, uma vivência corporal marcada pelo processo de alienação inerente à propaganda de um “corpo-rascunho”, o corpo *alter ego* exposto a uma “tentação demiúrgica de corrigi-lo” (Le Breton, 2003, p. 17). Por outro lado, há um esforço da participante em recuperar-se singularmente no reconhecimento do corpo com que se vive, de refazer-se dos efeitos da estetização contemporânea que, ao forjar corpos ideais que expressam as qualificações do sujeito, excluem a singularidade (Marsilac, & Sousa, 2012, p. 41).

Diana também ressalta tal questão quando fala sobre uma transformação da visão do próprio corpo pela via do questionamento à norma na qual foi criada:

[...] agora eu tou conseguindo me libertar dessa visão conservadora, tou conseguindo ver meu corpo como uma forma de uma expressão minha, que sou eu, que meu corpo é minha tela e que eu posso fazer com ele o que eu quero, o que eu gosto, mudando do jeito do jeito que eu quero (*sic*, Diana).

Silva Junior e Moreira (2013) apontam o controle identitário enquanto uma forma possível do uso do corpo, que implica a supressão do abismo existente entre o corpo que se tem e a imagem ideal e que torna o corpo o representante do sujeito. Assim, Diana se desprende das cobranças de seu contexto em busca de dar a seu corpo a incumbência fundamental da construção de sua identidade enquanto mulher.

A mudança de perspectiva sobre o encontro com o próprio corpo se transforma para Kali a partir da experiência do exercício físico:

[...] pra mim foi desconfortável durante um bom tempo: eu me escondia, por ser muito alta; eu ficava um pouco corcunda, porque eu achava que eu era alta demais. [...] E depois, quando eu comecei a entrar na fase mais adulta, com uns 20, 22 anos, que eu tava na faculdade, eu já comecei a ressignificar melhor, acho que minhas experiências, principalmente com o ioga. Ioga me ajudou muito nisso. Ter uma experiência muito positiva comigo [...] (*sic*, Kali).

Para além de sua relação com o próprio corpo, as três participantes referem-se às imagens corporais como intervenientes em seus relacionamentos interpessoais. Ísis fala sobre esses efeitos que se produzem pelo viés do corpo gordo.

[...] às vezes eu tou flertando com um carinha, e aí o carinha: ‘ah, não, não quero’, e aí eu começo a pensar, tipo, ‘será que ele não quer porque eu sou gorda, ou porque, tipo, ele realmente não quer?’, e aí entro na *nóia* de ‘ele não quer porque eu sou gorda, então eu vou emagrecer, porque se eu emagrecer, vou conseguir arrumar mais pessoas para me relacionar’. Só que aí, ao mesmo tempo, também problematizo isso de que [...] se eu emagrecer e começar a me relacionar com mais pessoas, isso quer dizer, então, que as pessoas são extremamente horríveis de só olhar pro meu físico, sendo que eu sou uma pessoa muito legal, entende? (*sic*, Ísis).

A partir dessa fala de Ísis pode-se ter uma visão do panorama que situa o corpo gordo enquanto um ponto fora da curva do disciplinamento corporal da cultura *fitness*, o que o faz ser repetidamente moralizado enquanto imperfeito e insuficiente – assim, à mulher gorda está reservado somente o lugar de amiga, dado que suas formas corporais não a permitem exercer sua feminilidade, e conseqüentemente, sua sexualidade de forma plena (Novaes & Vilhena, 2006).

No caso de Diana, seu corpo, apesar de culturalmente ideal – magro –, também atravessa seus relacionamentos afetivos-sexuais: “[...] não conseguia usar biquíni, até mesmo nas minhas relações sexuais eu tinha uma questão, tinha que ser com a luz apagada, eu não gostava que ficassem me observando [...]” (*sic*, Diana). Essa experiência nos remete às considerações de Mieli (2002), quando sugere que, ao produzir a precariedade dos corpos, a cultura cria lugares de desconforto neles próprios, colaborando para a demarcação do que a autora denomina como *punctum*, “o lugar do próprio corpo percebido pelo sujeito como o que insiste no sentido de embaraçar”. E, porque insiste, “o *punctum* é um lugar do próprio corpo de onde nos sentimos olhados”, fonte de mal-estar e de perturbação, do que decorre a vontade de ofuscar a sua imagem (Mieli, 2002, p. 15). Logo, entende-se que as faltas impostas pelo imaginário contemporâneo de operacionalização do corpo são correlatas a “novas formas de demanda e de apresentação do sofrimento psíquico que toca o corporal” (Besset, & Espinoza, 2012, p. 307).

Já Kali faz referência ao período da gestação enquanto um momento em que sentiu que seu corpo de mulher foi destronado pelo corpo da gravidez: “eu não me sentia mulher [...], eu não me sentia atraente. E aí eu não conseguia me sentir numa relação sexual, assim, bem, porque [...] parecia que eu tava gorda e eu não me sentia bem daquele jeito [...]” (*sic*, Kali).

Novaes e Vilhena (2006) pontuam que nem mesmo a gravidez, processo natural e altamente demandado às mulheres, é capaz de justificar o aparecimento de gordura ou das marcas no corpo – o que é possível observar no relato supracitado de Kali. Nesse sentido, apesar do agenciamento social que impele o corpo feminino a tornar-se visível (e, portanto, desejado), Kali e Diana movimentam-se tentando esconder desse olhar mortífero do Outro as características que possam denunciar o furo de um corpo que não desenha suficientemente um Eu para ser tocado (Novaes, & Vilhena, 2006).

Outra questão que se coloca sobre os processos de identificação é o papel da família nessa construção. Ao falar mais sobre o embaraço diante do próprio corpo, Diana atribui isso à criação conservadora que teve:

[...] foi um pudor que foi passado de minha avó pra minha mãe e de minha mãe pra mim, que mulher tem que se resguardar, essas coisas. E eu fui criada extremamente rígida, com um pai policial, uma mãe extremamente católica. Então, tipo, até pra mim usar short curto, era um tabu pra mim. Hoje em dia não tão mais como antes; hoje em dia tá mais tranquilo, mas eu sempre tive muita vergonha. Não vou dizer que eu perdi a vergonha do meu corpo, mas hoje eu consigo lidar melhor com isso do que antes (*sic*, Diana).

Já para Ísis, a característica que marca a família é o ser gordo. Segundo ela, “[...] (a) família por parte de mãe [...] quase todos são gordos. Minha avó é gorda [...], minha mãe é gorda, tem uma outra tia que é gorda... são seis irmãos; dos seis, dois são magros, o resto é gordo” (*sic*, Ísis).

Lacan localiza a instituição familiar como elemento constitutivo fundamental da subjetividade, uma vez que ela representa um microcosmo da “[...] ordem original de realidade que constituem as relações sociais” (Lacan, 1981, p. 14), e, semelhantemente, a socioantropologia apreende que o corpo insere o sujeito em seu contexto social e cultural, produtor e produzido pelos discursos em voga (Le Breton, 2007). Assim,



Se a família é a unidade efetiva de composição da sociedade – de qualquer sociedade –, é porque ela desempenha um papel primordial na transmissão da cultura, afirmação que prenuncia a tese posterior de que o discurso parental, de alguma maneira, “inocula” o simbólico no *infans*, ou melhor dizendo, que o sujeito potencial está aí capturado antes mesmo de nascer, sendo o discurso em que se articula o desejo dos pais a seu respeito o veículo com o qual ele ingressa na ordem da linguagem, que lhe pré-existe e sobredetermina (Simanke, 2002, p. 250).

Ainda como parte de seu processo de identificação, as participantes também versam sobre as dores e os prazeres – por muitas vezes, concomitantes – na relação com o próprio corpo

Eu gosto de ser subversiva, [...] apesar de ser uma coisa que a gente sofre, porque é muito ruim você ser fora do padrão, porque você não tem as mesmas regalias que uma pessoa dentro do padrão tem, obviamente. Você meio que acaba sofrendo. Mas eu acho que eu gosto, eu acho que é político, é militante, você tipo “vou me expor sim! Ser fora do padrão, e o que é que tem ser assim?” (*sic*, Ísis).

Essas ambivalências também são enunciadas por Kali:

[...] eu tenho reumatismo, então em alguns momentos eu tive dores muito fortes no meu corpo. A minha experiência com meu corpo é sempre uma mistura de prazer e dor, sempre, o tempo inteiro, mas eu fico muito satisfeita com meu corpo (*sic*, Kali).

De acordo com Roudinesco e Plon (1998, p. 300), Lacan estabelece um ponto de virada de máxima importância ao diferenciar prazer e gozo. Esse último apresenta-se como a “[...] tentativa permanente de ultrapassar os limites do princípio de prazer. Esse movimento, ligado à busca da coisa perdida que falta no lugar do Outro, é causa de sofrimento; mas tal sofrimento nunca erradica por completo a busca do gozo”.

A articulação entre corpo e gozo, em psicanálise, é mediada pela noção de que o corpo humano apreende as relações simbólicas e imaginárias e que só é possível fazer uso de um corpo na medida em que este é socializado, e, ainda assim, é um uso que tem seus limites (Soler, 2012).

Pode-se retomar, a título de exemplo, o caso de Ísis, que afirma usar seu corpo como uma forma de militância em um movimento de

contracontrole ao padrão de beleza vigente. A bandeira levantada por ela denuncia, essencialmente, a forma como o corpo gordo é estigmatizado, marginalizado e forçosamente dominado pela cultura, para que, desse modo, possa se adequar ao que é socialmente desejado. Ainda assim, isso não se dá sem consequência: é possível eleger o roteiro, “[...] mas não é possível programar o efeito de gozo: ou é encontrado ou não” (Soler, 2012, p. 196).

### *O corpo que será*

Nos discursos das três participantes foi marcante a menção à adolescência enquanto um período de construção de identidade e, mais do que isso, de expectativas com relação ao corpo que se modificava, muitas vezes vinculadas também ao sofrimento psíquico – temática em torno da qual a presente categoria de análise se organiza. Sobre esse período, Diana fala da procura por médicos, no intuito de engordar bem como da busca por modelar o próprio corpo através do exercício físico:

[...] eu acho que a época de escola e adolescência é a pior fase pra qualquer mulher, pra qualquer adolescente. [...] eu via as outras meninas, toda bonitinha, com a bundinha empinada e eu tipo “porra, eu queria ser assim...”. Tanto que eu, na época, pedia a minha mãe pra fazer academia, fazia academia porque eu queria ser assim, só que eu queria ser assim porque eu achava que era pra eu ser assim (*sic*, Diana).

Esse anseio por modificar o corpo para adequá-lo aos padrões de feminilidade também ocorreu com Kali, que menciona ter colocado algodão no sutiã, por volta dos 12, 13 anos, pois desejava ter seios maiores como suas amigas da época. Outro ponto destacado por ela é a questão do tamanho do pé, trazido como uma característica física que frequentemente era apontada por outrem como anormal e fora do protótipo de “princesa” e de “menina” (*sic*, Kali):

Eu já calçava 39 acho que com uns treze anos. E aí quando eu comecei a calçar 39, eu me neguei a comprar sapato 39. Então, eu usava e comprava 38... e tinha vergonha de falar que eu calçava 39. Então eu usei 38, acho que até uns 14 anos de idade, e ficava usando sapato apertado. Hoje em dia eu tenho dois calos no pé, nos dedos laterais, calos bem grandes, por

causa dessa época. [...] Acho que pra mim era tão importante ter um pé menor que eu nem ligava pra dor (*sic*, Kali).

No caso de Ísis, a adolescência foi marcada por uma série de intervenções mais diretivas de outrem sobre sua aparência:

[...] as pessoas ficavam enchendo o saco, e antes eu era uma pessoa muito sem vaidade; eu roía unha, eu não arrumava o cabelo, eu não passava maquiagem. Inclusive, eu tinha uma agonia enorme com maquiagem, tipo, eu era leiguíssima, não sabia de nada. Aí eu tinha duas melhores amigas, [...] elas ficavam o tempo todo “Alisa teu cabelo! Deixa eu fazer chapinha no teu cabelo! Deixa eu passar maquiagem em você!”, e meio que pressionando. Toda vez que a gente se encontrava, era isso. Aí uma vez eu deixei elas alisarem com chapinha meu cabelo, fazer maquiagem, e elas se sentiram as mulheres mais realizadas do Brasil com isso (*sic*, Ísis).

Sotelo (2013) define a adolescência como um período de despertar, dadas as transformações da forma anatômica e a introdução de novos modos de sentir, pensar e agir, que reverberam, sobretudo, na forma como o sujeito olha para si mesmo e é olhado pelas outras pessoas.

As participantes, muito ou pouco, direta ou indiretamente, trazem a mesma marca em seu discurso: o empuxo do abandono do corpo infantil em direção a uma corporeidade – e, por conseguinte, subjetividade – adulta. Diante da queda da imagem infantil idealizada que lhe conferia garantia fálica, o adolescente tem de se defrontar com um corpo instável e endereçado ao olhar do Outro como potencialmente fértil, em busca de um reordenamento de suas vivências que oscila entre o assujeitamento e a autoria (Garritano, & Sadala, 2010).

É necessário o retorno constante à noção de que o corpo é biológico, mas também erógeno e, assim sendo, sua vivência é sempre a de um projeto inacabado, inconstante, com expectativas de construção e reconstrução. Essa oscilação aparece para Ísis e Diana quando elas narram suas experiências:

[...] tem dias bons e dias ruins. Nos dias bons, eu vejo meu corpo como meu corpo, enfim, que é meu, que me acompanha, que tem a minha história marcada nele. [...] hoje em dia sou muito mais ok com meu corpo, com as marcas do meu corpo, na forma que ele é do que eu era antes. Só que também tem os dias ruins, tem dias que eu acordo e fico “meu Deus, essa banha aqui, caída...” (*sic*, Ísis).

Acho assim... eu não tou 100% ainda, né? Porque eu acho que ninguém tem a autoestima extremamente elevada [...], mas, às vezes, eu me sinto 'nossa hoje eu não tou bonita', aí vou lá uso maquiagem e aí 'ah, agora melhorou'. É por dia, entendeu? Mas é uma questão que nem todo dia a gente acorda e se acha bonita; tem dia que a gente se acha mais, sei lá, estranha, mais... (*sic*, Diana).

Além disso, as participantes fazem surgir outras estratégias para tentar costurar as expectativas com relação a seu corpo: "O meu padrão de beleza sou eu mesma. Isso pra mim é muito claro. [...] porque meu corpo não é só estético, ele é a experiência que eu vivo" (*sic*, Kali); "[...] eu gosto do meu corpo porque é o meu corpo, são as marcas que eu trago nele" (*sic*, Ísis).

A essa postura das participantes pode ser atrelado o ganho de força dos movimentos feministas, que questionam, entre outras coisas, os usos e desusos do corpo feminino, culturalmente invisibilizado e subordinado pelo patriarcado (Le Breton, 2007). Com isso, não é que essas mulheres se posicionem por não querer saber de seu corpo faltante: pelo contrário, sabem e optam por não seguir as demandas de um antigo Outro social – ainda forte, pois marcante em seus discursos.

Impulsionado e estabelecido como um novo Outro, o feminismo aparenta estar no outro lado da moeda. A obediência passa a ser, então, não a um imperativo de incômodo com o próprio corpo e a modificação compulsória deste (Lima, Batista, & Lara Junior, 2013), mas sim a uma aceitação incondicional do corpo, o que igualmente pode produzir processos de adoecimento psíquico.

Soler (2012) argumenta que o processo de identificação é sempre anticonformista e que, embora os sujeitos possam escolher contramodelos e se agrupar em tribos, isso não implica em estar livre da regência do desejo do Outro. Se na adolescência havia um esforço incomensurável para pertencer ao padrão de beleza vigente, essa perspectiva é expressa de forma abrandada na vida adulta, embora não seja totalmente abandonada, como há de se ver na categoria seguinte.

#### *Intervenções sobre o próprio corpo para um projeto melhorado de si*

Diante do que tem sido construído ao longo do presente trabalho, resta ainda um ponto a ser desenvolvido e que é caro à discussão sobre

corporeidade no cenário contemporâneo: uma vez que a relação entre sujeito e sua experiência corporal não mais se refere ao saber, mas sim à ordem do que fazer com o corpo (Miller, 1999), quais usos cabem a essas mulheres fazerem de seus corpos?

Para Diana, a afirmação de seu próprio corpo caminha junto às modificações de *body art*, ainda que isso signifique desapontar a figura materna:

[...] a primeira coisa que eu fiz no meu corpo foi colocar um *piercing*, e foi um fuzuê lá dentro de casa, e eu não tiro, porque eu acho que é minha marca registrada [...], fiz uma tatuagem e ela [a mãe] ‘ah, tá bom’. Fiz a segunda, ela não gostou. Fiz a terceira, quase fui expulsa de casa (*sic*, Diana).

Há, portanto, um caminho em que as marcas corporais se configuram como o registro de sua vontade própria sobre o corpo, a tentativa de “restauração da identidade” (Le Breton, 2007, p. 43), até então subsumida aos desígnios da família, sobretudo da mãe. Uma questão interessante a ser destacada acerca da narrativa dessa participante é que ela sempre pauta o quanto tem estado confortável com o próprio corpo ultimamente, negando, inclusive, quando questionada se gostaria de modificar algum aspecto de sua aparência. Ainda que ela não tenha se referido às tatuagens e *piercing* como elementos que compõem a produção de um corpo ideal para si, é necessário afirmar que esses são artifícios para moldar o corpo tanto quanto as cirurgias plásticas (Soler, 2012).

Outras manobras de uso do corpo altamente difundidas atualmente são as de exercício físico e da alimentação saudável. Estas aparecem no discurso de Kali pela prática da ioga e pelo vegetarianismo, que segundo ela, a fazem desfrutar de sua experiência corporal de forma mais plena:

[...] quando eu tou praticando atividade física com frequência, e me alimentando do jeito que eu gosto de alimentar – sou vegetariana –, tendo todo um cuidado com a minha alimentação, eu me sinto superbem, e aí eu me sinto mais bonita, me sinto mais satisfeita, eu fico bem comigo e com diminuição de dor [...] (*sic*, Kali).

Para Kali, essas rotinas de exercício e alimentação, assim como outras dimensões de sua vida, acabam sendo atravessadas pela experiência recente

de ser mãe. A noção de maternidade contemporânea ainda faz apelo ao modelo tradicional, situando esse papel social como aquele que deve ser ambicionado pela figura feminina, uma vez que é a partir desse lugar, vinculado ao espaço do privado, do lar, que é possível para a mulher exercer sua plenitude e fazer uso de valores morais tidos como de seu domínio, tais como a paciência, a delicadeza e a gentileza (Goellner, 2003).

A compulsoriedade que orbita a maternidade na vida de uma mulher diz respeito, frequentemente, não somente ao procriar e criar, mas também implica a abdicação da pessoa-mulher em prol do papel social de mãe. Não obstante, há uma hiância entre a mãe e a mulher, o que se comprova pela experiência dessa participante: o filho, saldo da relação sexual, pode vir a tamponar a falta feminina temporariamente, entretanto não é o objeto causa de desejo para a mulher, o que a impele à busca de coisas outras independentes da esfera do ser mãe (Soler, 2005).

Também surge para Kali, pela primeira vez na vida, a possibilidade de aderir à cirurgia plástica para corrigir uma discrepância entre o tamanho dos seios decorrente do processo de amamentação de seu bebê. Ela fala:

[...] eu ainda tenho um desnível dos meus seios, e aí eu comecei a pensar ‘será que eu vou ficar desse jeito pra sempre?’, e daí eu pensei que se eu ficar desse jeito, depois que acabar a amamentação de vez, que eu desmamar o Ravi e eu ficar ainda desse jeito, e eu sentir que isso é um desconforto pra mim, eu colocaria silicone, entendeu? Pra dar uma nivelada nos peitos, assim (risos) (*sic*, Kali).

É marcada a relevância dos seios enquanto signo do modelo hegemônico de feminilidade, demonstrada na procura exponencial por procedimentos cirúrgicos de correção desse atributo físico – segundo uma pesquisa de censo da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (2016), no ano de 2016 foram realizadas mais de 637 mil intervenções cirúrgicas em seios. A circunscrição dos seios enquanto incômodo corporal também surge para Ísis. Admite, ainda, que já chegou a considerar que os seus eram disformes devido ao fato de ser gorda:

*Às vezes eu penso também em botar um siliconezinho, uma coisa assim, mas... eu não sei se eu realmente faria. Porque eu fico meio assim, às vezes eu acho meus seios muito caídos. Enfim, eu acho eles caídos e eu fico meio “ah, que feio”. [...] se um dia eu tiver dinheiro e não tiver me entendido bem*

com essa parte, faço. Se eu tiver dinheiro, mas tiver me entendido bem com essa parte, ótimo (*sic*, Ísis).

Outro ponto de incômodo trazido por Ísis é o nariz, em uma construção um tanto dissonante: ao passo que afirma o nariz enquanto congruente com suas feições faciais também o define como desconforto, a ponto de arriscar uma cirurgia plástica para corrigi-lo:

*É um nariz de coxinha. Se bem que é uma marca da minha família, por parte de mãe; todo mundo tem o nariz... pam! E aí, às vezes eu olho assim pra ele e acho que mudaria. Mas não é algo que eu pense muito nisso, porque eu também acho ele harmônico com meu rosto, tipo, combina, está ali, ok. Mas... se acontecesse, eu faria de boaça (*sic*, Ísis).*

Embora seja um processo contraditório, é precisamente nessas inconsistências do discurso onde o sujeito do inconsciente emerge. Entre outras formas de intervenção, mais ou menos intrusivas, a cirurgia plástica é um recurso que busca o reajuste da falta que se exprime no real insuportável do corpo, provendo à mulher uma possibilidade de simbolização de sua feminilidade (Lima, Batista, & Lara Junior, 2013).

É de responsabilidade do capitalismo e dos veículos midiáticos a difusão do juízo de que a construção de uma identidade própria implica, necessariamente, o remodelamento corporal (Silva Junior, & Moreira, 2013). Outras ferramentas de potencialização da imagem feminina evocadas pelas participantes foram os cosméticos. Ísis e Diana trazem, aparentemente, em suas experiências com maquiagem, uma possibilidade de se enxergarem de forma diferente, mas de forma reversível, um realce de suas características naturais sem a pretensão de camuflar algo:

Porque eu me acho bonita sem maquiagem, [...] na maioria das vezes eu saio de casa de cara lavada. [...] E eu me acho bonita assim. Só que eu também me acho muito bonita de maquiagem e foi algo que eu aprendi a apreciar, e eu acho legal fazer. Tipo, você conhece muito do seu rosto fazendo isso, entendeu? (*sic*, Ísis).

*É muito difícil eu usar maquiagem pesada, geralmente minha maquiagem é muito simples, bem básica e eu me sinto muito bem, muito maravilhosa. Mas também tem momentos que eu vou usar uma maquiagem “super tchan!” e eu vou “porra, que mulher é essa? mulherão da porra!” (*sic*, Diana).*

Já o relato de Kali aponta mais para sua aproximação com os dermocosméticos e para o enfoque aos cuidados com a pele:

Teve uma época que eu comprava, sei lá, creme pra celulite, assim, achando que ia acabar com a minha celulite, entendeu? Mas hoje eu já não acredito mais, eu acho que a indústria também vende muita coisa que não funciona, só pra acalmar essa angústia que a gente tem. [...] hoje eu não pretendo acabar com a minha celulite, eu convivo com ela de boa. Não acho que vai acabar as minhas rugas, por exemplo, mas acho que a textura da pele pode melhorar com o creme. [...] não soluciona, melhora, né? Então acho que também aceitar que algumas coisas só ajudam, mas não vão mudar (*sic*, Kali).

O entendimento de que, a despeito de qualquer que seja a intervenção, alcançar um corpo perfeito é impossível é comum às três participantes do estudo. Nesse horizonte, as três também se demonstram preocupadas com o excesso de edição do corpo e as consequências dessas práticas:

[...] um caso que eu fiquei extremamente chocada e que fiquei extremamente abismada, que foi Camilla Uckers, [...] ela praticamente perdeu o movimento das pernas por conta de uma das intervenções. [...] Eu acho que a partir do momento que afeta a saúde, [...] eu acho que é um ponto de se pensar e dar uma paradinha (*sic*, Diana).

Ísis também reconhece o respeito ao limite da saúde e pontua que “[...] pessoalmente, pra mim o limite é quando você coloca a sua saúde em risco” (*sic*, Ísis), referindo-se também ao absurdo que lhe parece a ideia da carboxiterapia – procedimento estético que consiste na injeção de gás carbônico na pele, objetivando eliminar a flacidez e as marcas advindas de celulite, estrias e gordura localizada, mencionando o caso de uma moça que fez o procedimento de carboxiterapia e pouco tempo depois sofreu uma embolia pulmonar – para os médicos e para a dita moça permanece a interrogação sobre a correlação entre os dois eventos, para Ísis fica o horror ante essa possibilidade.

Já Kali estende-se mais em seu discurso, assinalando que o limite é definido por uma aliança de corresponsabilidade: “Eu acho que é uma responsabilidade da própria mídia [...], da indústria da moda, da indústria da estética, [...] dos médicos, [...] e acho que da gente também, né?” (*sic*, Kali).



Seja pela via das tatuagens e *piercings*, da cirurgia plástica ou do uso de cosméticos, as práticas de manipulação corporal dizem de um ensaio de reformulação corporal atravessado pela dor (Silva Junior, & Moreira, 2013) expressa no encontro com as pluralidades e hiências, bem como no reparo que cada sujeito é capaz de fazer para elas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se constitui como uma oportunidade de enriquecimento teórico-prático a respeito do tema em questão, expressando também as negativizações às quais os corpos, especialmente os femininos e aqueles que não correspondem aos ideais de beleza vigentes, sofrem de forma espontânea e automatizada cotidianamente, demarcando a centralidade do corpo dentro das narrativas de construção da feminilidade (Silva, & Rey, 2011).

A partir dos discursos das participantes deste estudo, foi possível vislumbrar o corpo situado em uma dimensão que suplanta o estatuto biológico ao qual frequentemente é conformado. A cultura enquanto construída pelo sujeito e igualmente constitutiva de sua identidade, demarca o corpo enquanto ferramenta de apropriação da realidade vivida através da qual o humano cria representações e imagens constantemente mutantes de si próprio para se fazer ser reconhecido em sua singularidade, servindo-se dos recursos simbólicos socialmente compartilhados (Le Breton, 2007).

Nesse sentido, cada imagem de si produzida é uma miragem, pois é transitória, denota a volubilidade do processo identitário. Cada uma a seu modo, Ísis, Diana e Kali demarcaram um ponto em comum: a noção do corpo atravessado pela experiência. Observou-se que as vivências corporais são tidas de modo extremamente significativo, dando consistência às identidades singulares de cada mulher participante do estudo. No decorrer da realização das entrevistas foi possível perceber quão valioso o espaço de fala sobre o próprio corpo se mostrou para essas mulheres diante do grande número de inquietações, reflexões e até mesmo do silêncio ante alguns questionamentos – aspecto em que se confirma a marca da linguagem sobre o corpo, tornando-os indissociáveis dentro do prisma psicanalítico (Cukiert, & Prizskulnik, 2002).

Diante dos relatos das participantes do estudo, é possível entrever que os regulamentos estabelecidos culturalmente não constroem um refúgio seguro contra o sofrimento, pois o mal-estar não deixa de estar presente, ainda que se busque estruturar os laços sociais para remediá-lo, - há que se considerar a falta, o estatuto de sujeito faltante (\$) naquilo que ele não é todo saber, o que Freud traz como “[...] a suspeita de que também aqui é possível fazer, por trás desse fato, uma parcela de natureza inconquistável – dessa vez, uma parcela de nossa própria constituição psíquica” (Freud, 1930/1996, p. 93).

Assim, “[...] constitui fato incontrovertido que todas as coisas que buscamos a fim de nos protegermos contra as ameaças oriundas das fontes de sofrimento fazem parte dessa mesma cultura” (Freud, 1930/1996, p. 93). Ou seja, ainda que a fragilidade do corpo humano seja apontada como fonte de sofrimento, para que isso aconteça há a vigência de uma estrutura de pactos discursivos que se repetem na cena cultural de modo a não apenas reconhecer o sofrimento, mas também estruturar seus arranjos de reconhecimento e de experiência (Zaher, & Ravanello, 2018).

A despeito do pouco espaço de tempo em que a pesquisa foi realizada e do pequeno número de meios de divulgação utilizados, contou com a resposta de mais de vinte mulheres, o que demonstra que a corporeidade permanece sendo uma temática que demanda escuta e investigação. Uma limitação do presente trabalho foi que, a despeito da abertura à escuta das mulheres transexuais e suas narrativas sobre seus corpos, não foi possível a participação de nenhuma mulher desse grupo específico, sendo essa uma lacuna que demanda aproximação em futuros estudos, dada a invisibilização que os corpos trans sofrem maciçamente dentro do atual contexto social.

Há, ainda, a necessidade de que as disciplinas que se proponham a aproximar-se do fenômeno corporal o façam tendo em vista a superação do modelo cartesiano de cisão entre mente e corpo, dado que esse modelo produziu um processo de precarização cultural dos corpos – especialmente os femininos – que se delonga até os dias de hoje. Se pretendida uma concepção holística de sujeito, é fundamental o diálogo entre múltiplas disciplinas, como proposto neste estudo, de modo a expandir a discussão sobre corpo, que, estando em constante mudança, jamais se esgota.

## REFERÊNCIAS

- Alves, R. B., & Almeida, M. T. F. (2017). Da perda do objeto: o encontro sobre o abismo. *Psicologia USP*, 28(1), pp. 102-107. Doi: <<https://dx.doi.org/10.1590/0103-656420160007>>.
- Barbosa, M. R., Matos, P. M., & Costa, M. E. (2011). Um olhar sobre o corpo: o corpo ontem e hoje. *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 24-34. Doi: <<https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822011000100004>>.
- Barros, C. D. (2013). A beleza e a feiura na contemporaneidade. *Diálogos – Revista de estudos culturais e da contemporaneidade*, 9, 73-86. Recuperado em 27 jul. 2021 de <[http://www.revistadiálogos.com.br/Dialogos\\_9/Clarissa\\_Marcela.pdf](http://www.revistadiálogos.com.br/Dialogos_9/Clarissa_Marcela.pdf)>.
- Besset, V. L. & Espinoza, M. P. V. (2012). Dora hipermoderna: ainda a histeria? In Vilhena, J., & Novaes, J. (Orgs). *Corpo para que te quero? Usos, abusos e desusos* (p. 303-313). Rio de Janeiro: PUC-Rio: Appris.
- Costa, C. L. (2002). O sujeito no feminismo: revisitando os debates. *Cadernos Pagu*, 19, 59-90. Doi: <<https://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332002000200004>>.
- Cukiert, M. (2004). Considerações sobre corpo e linguagem na clínica e na teoria lacaniana. *Psicologia USP*, 15(1-2), 225-241. Recuperado em 27 jul. 2021 de <<https://www.scielo.br/j/pusp/a/nRhFWGh4sJLp6QMcvVbKHwQ/?format=pdf&lang=pt>>.
- Cukiert, M., & Prizskulnik, L. (2002). Considerações sobre eu e o corpo em Lacan. *Estudos de Psicologia*, 7(1), 143-149. Doi: <<https://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2002000100014>>.
- Dunker, C. I. L. (2011). Mal-estar, sofrimento e sintoma: releitura da diagnóstica lacaniana a partir do perspectivismo animista. *Tempo Social*, 23(1), 115-136. Doi: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20702011000100006>>.
- Freud, S. (1996). O mal-estar na civilização. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 21. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1930)
- Fonseca, J. J. S. (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC. Apostila.

- Garritano, E. J., & Sadala, G. (2010). O adolescente e a cultura do corpo: uma visão psicanalítica. *Polêmica*, 9(3), 56-64. Recuperado em 27 jul. 2021, de <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/viewFile/2792/1906>>.
- Goellner, S. V. (2003). A produção cultural do corpo. In Louro, G. L., Neckel, J. F., & Goellner, S. V. (orgs.), *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação* (p. 30-42). Petrópolis: Vozes.
- Lacan, J. (1981). *A família*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Lacan, J. (1988). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1998). *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2003). *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Le Breton, D. (2007). *A sociologia do corpo*. Petrópolis: Vozes.
- Lima, A. F., Batista, K. A., & Lara Junior, N. (2013). A ideologia do corpo feminino perfeito: questões com o real. *Psicologia em Estudo*, 18(1), p. 49-59. Doi: <<https://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722013000100006>>.
- Lustoza, R. Z., Cardoso, M. J. d'E., & Calazans, R. (2014). “Novos sintomas” e declínio da função paterna: um exame crítico da questão. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 17(2), p. 201-213. Doi: <<https://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982014000200003>>.
- Marsilac, A. L. M., & Sousa, E. L. A. (2012). Corpo e imagem: excessos em deslocamento. In Vilhena, J. & Novaes, J. L. (Orgs.), *Corpo para que te quero? Usos, abusos e desusos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Appris.
- Mieli, P. (2002). *Sobre as manipulações irreversíveis do corpo e outros textos psicanalíticos*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / Corpo Freudiano do Rio de Janeiro.
- Minayo, M.C.S. (2009). O desafio da pesquisa. In Minayo, M.C.S. (Org.), *Pesquisa social – Teoria, método e criatividade* (p. 9-29). Petrópolis: Vozes.
- Miller, J.-A. (1999). *Elementos de biologia lacaniana*. Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise.
- Novaes, V., & Vilhena, J. (2006). Dormindo com o inimigo: mulher, feiúra e a busca do corpo perfeito. *Com Ciência*, LABJOR. Unicamp/SBPC, 78, 1-4. Recuperado em 27 jul. 2021 de <<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&cedicao=15&cid=144&tipo=1>>. RRoudinesco, E. & Plon, M. (1998). *Dicionário de psicanálise*. Porto Alegre: Zahar.

- Silva, D. Q. da. (2013). A pesquisa em psicanálise: o método de construção do caso psicanalítico. *Estudos de Psicanálise*, 39, 37-46. Recuperado 27 jul. 2021 de <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ep/n39/n39a04.pdf>>.
- Silva Junior, N., Santos, A. G. S., Ribeiro, C. E., Moreira, L. E. V., Ambra, P. E. S., & Carvalho Neto, S. (2012). Construções do corpo na razão diagnóstica da psiquiatria e da psicanálise. In Vilhena, J., & Novaes, J. L. (Orgs.), *Corpo para que te quero? Usos, abusos e desusos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Appris.
- Silva Junior, N., & Moreira, L. E. V. (2013). O sacrifício do corpo como tomada da palavra e seu cálculo para a identidade: uma reflexão psicanalítica sobre as modificações corporais. *Sig. Revista de Psicanálise*, p. 99-106. Recuperado em 27 jul. 2021 de <[http://sig.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Num\\_2\\_EmPauta3.pdf](http://sig.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Num_2_EmPauta3.pdf)>.
- Silva, H. C., & Rey, S. (2011). A beleza e a feminilidade: um olhar psicanalítico. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(3), 554-567. Recuperado em 27 jul. 2021 de <<https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932011000300009>>.
- Silva, L. E. (2017). O estatuto do Outro no pensamento de Jacques Lacan (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília. Recuperado em 27 jul. 2021 de <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/25245>>.
- Simanke, R. T. (2002). *Metapsicologia lacaniana: os anos de formação*. São Paulo: Discurso Editorial; Curitiba: Editora UFPR.
- Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica. (2016). *Censo 2016 – situação da cirurgia plástica no Brasil*. Recuperado em 27 jul. 2021 de <<http://www2.cirurgiaplastica.org.br/wp-content/uploads/2017/12/CENSO-2017.pdf>>.
- Soler, C. (2005). *O que Lacan dizia das mulheres*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Soler, C. (2012). *Lacan, o inconsciente reinventado*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud.
- Sotelo, I. (2013). O corpo no despertar. Textos do VI ENAPOL. VI Encontro Americano de Psicanálise de Orientação Lacaniana. Falar com o Corpo – A Crise das Normas e a Agitação do Real. Buenos Aires, p. 49-51.

- Sternick, M. V. C. (2010). A imagem do corpo em Lacan. *Reverso*, 32(59), 31-37. Recuperado em 27 jul. 2021 de <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-73952010000100004&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952010000100004&lng=pt&tlng=pt)>.
- Zaher, L. J. Á., & Ravello, T. (2018). Uma abordagem linguageira do mal-estar. *Revista Psicologia e Saúde*, 10(1), 47-62. Doi: <<http://dx.doi.org/10.20435/pssa.v10i1.54>>.

Recebido em 11 de janeiro de 2019

Aceito para publicação em 27 de setembro de 2020

## UMA BALIZA DE MÉTODO: AS RELAÇÕES ENTRE LITERATURA E PSICANÁLISE

*Cristina Moreira Marcos\**  
*Silvane Carozzi\*\**

### RESUMO

A relação entre a literatura e a psicanálise frequentemente é entendida dentro de um modelo mecanicista da “aplicação” dos conceitos psicanalíticos à obra literária. Tal prática tem sido objeto de pertinentes críticas, cujo alvo seria revelar o caráter reducionista desse procedimento no que diz respeito à literatura e também à psicanálise. O artigo discute a relação entre a literatura e a psicanálise indicando que a leitura que nos interessa não se alinha à aplicação dos conceitos psicanalíticos à obra literária. Parte-se da ideia de que “a verdade se revela numa estrutura poética” para localizar a relação dialógica entre a literatura e a psicanálise, deslocando a ideia de “aplicação” para a de “implicação” e desta para uma “prática da letra”, através da qual seja possível executar sua potência. Encontra-se em Lacan a chave de leitura que orienta a relação da psicanálise com a literatura: “isso não é um madrigal, mas uma baliza de método”.

Palavras-chaves: psicanálise; literatura; método; interpretação.

### A BEACON OF METHOD: THE RELATIONSHIP BETWEEN LITERATURE AND PSYCHOANALYSIS

#### ABSTRACT

*The relationship between literature and psychoanalysis is often understood within a mechanistic model of the “application” of psychoanalytic concepts to literary work. This practice has been the object of pertinent criticism,*

---

\* Doutora em Psicopatologia Fundamental e Psicanálise pela Université Paris Diderot/Paris 7. Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Professora da PUC Minas. Pesquisadora Mineira FAPEMIG.

\*\* Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

*whose aim would be to reveal the reductionist character of this procedure with regard to literature and also to psychoanalysis. The article discusses the relation between literature and psychoanalysis, indicating that the reading that interests us is not aligned in the application of psychoanalytic concepts to the literary work. It starts from the idea that “truth is revealed in a poetic structure” to locate the dialogical relationship between literature and psychoanalysis, shifting the idea of “application” to that of “implication” and from it to a “practice of the letter”, where it is possible to execute its power. We find in Lacan the key of reading that guides the relation of psychoanalysis to literature: “this is not a madrigal, but a goal of method”.*

*Keywords: psychoanalysis; literature; method; interpretation.*

## UN FARO DE MÉTODO: LA RELACIÓN ENTRE LITERATURA Y PSICOANÁLISIS

### RESUMEN

*La relación entre la literatura y el psicoanálisis a menudo se entiende dentro de un modelo mecanicista de la aplicación de los conceptos psicoanalíticos a la obra literaria. Tal práctica ha sido objeto de pertinentes críticas, cuyo objetivo sería revelar el carácter reduccionista de ese procedimiento en lo que se refiere a la literatura y también al psicoanálisis. El artículo discute la relación entre literatura y psicoanálisis indicando que la lectura que nos interesa no se alinea en la aplicación de los conceptos psicoanalíticos a la obra literaria. Se parte de la idea de que “la verdad se revela en una estructura poética” para localizar la relación dialógica entre la literatura y el psicoanálisis, desplazando la idea de “aplicación” a la de “implicación” y de ésta a una “práctica de la letra”, donde sea posible ejecutar su potencia. Encontramos en Lacan la clave de lectura que orienta la relación del psicoanálisis con la literatura: “eso no es un madrigal, sino una baliza de método”.*

*Palabras claves: psicoanálisis; literatura; método; interpretación.*

### INTRODUÇÃO

Não raras vezes, a relação entre a literatura e a psicanálise é entendida dentro de um modelo mecanicista da “aplicação” dos conceitos psicanalíticos à obra literária. Tal prática, ou tal leitura, tão propagada no meio psicanalítico quanto nos estudos literários, tem sido objeto de pertinentes críticas, cujo alvo seria revelar o caráter reducionista desse procedimento no que diz respeito à literatura e também à psicanálise.



Surge daí a necessidade de uma discussão da relação entre a literatura e a psicanálise indicando que a leitura que nos interessa não se alinha à aplicação dos conceitos psicanalíticos à obra literária, pois entendemos que esse procedimento empobrece os dois campos de saber.

## DESENVOLVIMENTO

Em “Juventude de Gide ou a letra e o desejo” (Lacan, 1958/1998), Lacan afasta a ideia de que o livro de Jean Delay sobre Gide possa ser considerado um exemplo de psicanálise aplicada, já que o próprio autor não reconhece essa possibilidade, visto que a psicanálise, segundo Delay, só se aplicaria no/como tratamento.

A psicanálise só se aplica, em sentido próprio, como tratamento, e portanto, a um sujeito que fala e ouve. Fora desse caso, só pode tratar-se de método psicanalítico, aquele que procede à decifração dos significantes, sem considerar nenhuma forma de existência pressuposta do significado (Lacan, 1958/1998, p. 758).

Então, fora do tratamento, trata-se de um uso do método psicanalítico de decifração, que pressupõe a supremacia do significante/letra/carta (*lettre*) em relação ao significado, ou seja, a leitura de um material literário que utiliza de forma adequada o método de investigação psicanalítica. Nesse momento (1958) de seu ensino, Lacan ainda não havia formulado a noção de letra tal qual aparece em seu texto “Lituraterra” (1965/2003): a letra como litoral entre o real e o simbólico.

Sem dúvida, os psicanalistas encontrarão nela [na narrativa de Delay], mais uma vez, a oportunidade de se autorizarem a partir da importância de sua doutrina. Melhor fariam preocupando-se com a constatação de que nenhum livro publicado a título de psicanálise aplicada é preferível a esse, pela pureza do método e pelo equilíbrio de seus resultados (Lacan, 1958/1998, p. 759).

Ao falar do rigor e da honestidade com a qual Jean Delay observa o princípio de adequação ao modo como um material literário deve ser lido, Lacan conclui que o biógrafo “encontra na ordenação de sua própria narrativa a própria estrutura do sujeito que a psicanálise designa” (Lacan, 1958/1998, p. 758).

Lacan traz como exemplo Proust para mostrar que dificilmente se pode separar a obra da vida do autor. “A obra do próprio Proust não permite contestar que o poeta encontra em sua vida o material de sua mensagem. Mas, justamente, a operação que essa mensagem constitui reduz esses dados de sua vida a seu emprego como material” (Lacan, 1958/1998, p. 752). Trata-se de um material bruto, pois o sentido da obra ou da mensagem pode conter todas as falsificações da experiência, que vez por outra incluem a própria carne do escritor.

Fazendo alusão à autobiografia de Johann Wolfgang Von Goethe<sup>1</sup>, Lacan grifa as palavras alemãs *Dichtung* e *Wahrheit*, dizendo que entre elas há pouca oposição, “em sua nudez, que o próprio fato da operação poética deve deter-nos, antes, neste traço que se esquece em toda verdade: que ela se revela numa estrutura de ficção” (Lacan, 1958/1998, p. 752).

Cabe destacar que a palavra alemã *Dichtung*, em português, pode significar tanto “ficção” como “poesia”. Isso pode também nos indicar que “a verdade se revela numa estrutura de poética”. Podemos localizar, nesse ponto de “verdade”, a relação dialógica entre a literatura e a psicanálise, ou, se quisermos, entre vida e obra. Podemos localizá-lo, assim, fora do modelo mecanicista da “aplicação” e, ainda, fora de uma prática interpretativa e/ou hermenêutica, deslocando a ideia de “aplicação” para a de “implicação” e desta para uma “prática da letra”, através da qual seja possível executar sua potência.

Esse deslocamento da ideia de “aplicação” para a “prática da letra” nos faz evocar uma passagem de Lacan em “Homenagem a Marguerite Duras pelo arrebatamento de Lol V. Stein” (Lacan, 1965b/2003, p. 200) que, arrebatado, ele próprio chegou a interpelar pessoalmente a escritora, indagando sobre a origem da personagem Lol, que muito o instigara porque expunha, em seu funcionamento, aquilo que havia trabalhado no *Seminário, livro 11*, a saber, “a esquizo do olho e do olhar”. Foi precisamente isso que Lacan, muito próximo de Freud, reconheceu em *O deslumbramento* (Duras, 1986): “Marguerite Duras revela saber sem mim aquilo que ensino” (Lacan, 1965b/2003, p. 200).

Mais adiante, ele acrescenta que a “única vantagem que um psicanalista tem o direito de tirar de sua posição” (Lacan, 1965b/2003, p. 200) é a de se lembrar, com Freud, “que em sua matéria o artista sempre o precede e,

portanto, ele não tem que bancar o psicólogo quando o artista lhe desbrava o caminho” (Lacan, 1965b/2003, p. 200). Essa perspectiva do saber do poeta, que precede o saber do analista, funda uma possibilidade de leitura, qual seja, há um ensino clínico a extrair de todos os trabalhos de todos os artistas, pois “a prática da letra converge com o uso do inconsciente” (Lacan, 1965b/2003, p. 200). Nesse sentido, Lacan nos dá uma chave de leitura que pode nos orientar na relação da psicanálise com a literatura: “isso não é um madrigal, mas uma baliza de método” (Lacan, 1965b/2003, p. 200).

Segundo o *Dicionário Houaiss*, em sua acepção literária, “madrigal” significa uma composição poética concisa, que exprime um pensamento fino, terno ou galante e que, em geral, se destina a ser musicada (Houaiss, 2001, p. 1808-1809). Por extensão, essa palavra pode ainda significar uma fala marcada pela galanteria afetada, um cumprimento lisonjeiro, um galanteio. Etimologicamente, *madrigale* é de origem controversa, no entanto teve um sentido de “composição simples e natural”, que o ligaria ao latim *matricalis*, “pertencente à matriz ou mãe, jovem”, também ao italiano *materiale*, na acepção de toscano, simples (do latim *materialis*, relativo à matéria concreta, em oposição ao espiritual). Embora não se trate de nenhum madrigal nesse momento, esse tipo de composição já marca a direção que há de nos interessar: a do canto, a da matriz – gênese, origem, maternalidade – e a da materialidade. Por ora, o que nos interessa é traçar uma “baliza de método”, uma estaca que sinalize uma passagem do caminho a ser percorrido, lembrando que, etimologicamente, método remete a caminho.

Lacan soube ler, no texto literário, o jogo entre linguagem e morte. É o próprio narrador de *Le ravissement...* que dá a pista: escrever a história de Lol não é erguer montanhas ou edificar obstáculos, acidentes, mas sim “aplanar o terreno, escavá-lo, abrir sepulturas onde Lol se finge de morta” (Duras, 1986, p. 27). Não basta, então, dizer que se trata de um saber inconsciente, visto que aí se acrescenta também um outro saber: um saber escrever. Cabe ao analista extrair desse “saber-escrever” tudo o que sua ciência lhe permite, ou seja, extrair do saber textual aquilo que pode fazer avançar a teoria.

Se Freud ocupou-se em delinear o inquietante (in)familiar do conto de Hoffman, Lacan ocupou-se do funcionamento da carta/lettre no conto “A carta roubada”, de Edgar Allan Poe. Cabe destacar que tal conto (extraído do campo do sentido) é lido pelo psicanalista como um conto

estrutural, por meio do qual ele põe, precisamente (no lugar do vazio, da Coisa), a carta/letra/lettre. *Vol de la lettre* é a tradução para o francês do título do conto. De acordo com a nota do editor, *Vol de la lettre* pode também ser traduzido por “voo da letra”. Além disso, a expressão francesa *le vol de la boucle*, em virtude dos termos *vol* (voo, roubo) e *boucle* (cacho, mecha, fechadura, fecho, volta, circuito, fivela, argola), abre-se num leque polissêmico, com o qual Lacan joga ao longo do texto.

Em “O seminário sobre ‘A carta roubada’” (1957a/1998), Lacan constrói uma primeira contraposição entre *lettre* e significante, ao levar em consideração que, no conto, os personagens se veem mobilizados em torno de uma carta/*lettre*, que se sustenta sem qualquer referência ao seu conteúdo, portanto, ao sentido ou à mensagem. Isso não a impede de produzir efeitos naqueles que, um a um, são depositários dela. Ao discutir a questão do significante, Lacan aponta outra vertente da carta enquanto letra: a sua materialidade.

A *letter*, a *litter*, uma carta, uma letra, um lixo. Fizeram-se trocadilhos, no cenáculo de Joyce, com a homofonia dessas duas palavras em inglês. A espécie de dejetivo que os policiais manipulam nesse momento tampouco lhes revela sua outra natureza por estar apenas meio rasgada (Lacan, 1957a/1998, p. 28).

Da homofonia das duas palavras em inglês, *letter* e *litter*, Lacan, leitor de James Joyce, destaca outra natureza da letra: uma espécie de dejetivo passível de ser manuseado, rasgado, dobrado, rasurado. Trata-se de uma dupla dimensão: além ou aquém da função de transmitir uma mensagem, a *letter* porta um destino, que concerne à sua materialidade. A *litter* é, para Lacan, algo inerente a uma carta (ou a uma letra). Essa concepção residual (de gozo) justifica a evocação inicial da expressão joyciana “a *letter*, a *litter*”. É preciso perceber, nessa expressão, os contornos da articulação entre um elemento simbólico, a *letter*, e um elemento residual (o gozo), um lixo, a *litter*. Vemos, então, surgir aqui a *letter*, que passa da função mensageira (da ordem da comunicação) para a função de letra, fazendo surgir sua outra natureza – a de objeto.

Concedendo ao “O seminário sobre ‘A carta roubada’” o privilégio de abrir a coletânea dos *Escritos*, “a despeito de sua diacronia” (Lacan, 1998,

p. 10), Lacan dá ao leitor a tarefa de devolver a carta/letra em questão, sua destinação. Da célebre frase de Buffon “O estilo é o homem”, ele propõe aderir a essa fórmula, mas com a condição de estendê-la: “O estilo é o homem” [...]: o homem a quem nos endereçamos?” (Lacan, 1957b/1998, p. 9). Assim ampliado, o adágio satisfaria ao princípio por ele promovido, segundo o qual, na linguagem, nossa mensagem nos vem do Outro. Melhor dizendo, o estilo é o Outro: o Outro a quem eu me endereço como lugar e é também o Outro de que recebo minha própria mensagem de forma invertida. O estilo mostra que este sempre tem um endereçamento, que, todavia, não é um endereçamento ao grande Outro, mas

[...] é o objeto que responde à pergunta sobre o estilo que formulamos logo de saída. A esse lugar que, para Buffon, era marcado pelo homem, chamamos de queda desse objeto, reveladora por isolá-lo, ao mesmo tempo, como causa do desejo em que o sujeito se eclipsa e como suporte do sujeito entre verdade e saber (Lacan, 1957a/1998, p. 11).

Lá onde Buffon situa o homem, Lacan situa o *objeto a*, operando uma virada, do estilo vinculado ao Outro do inconsciente, para o estilo vinculado ao *objeto a* – o estatuto da letra, aqui, ganha, portanto, outra dimensão. Ou, para dizê-lo em clave lacaniana, ganha outro lugar na “diz-mansão” (Lacan, 1972-1973/1985, p. 146) (*dit-mension*), morada do dito. Se é possível remeter o estilo ao Outro da linguagem, isso se deve à articulação entre o gozo e o significante. Em *O seminário 20*, Lacan brinca com a palavra dimensão, pronunciando *dit-mension*, explorando assim a homofonia com *mention* (nomear, citar, assinalar) e *mansion* (do latim: *mansio*, que significa morada). Portanto, escutamos aí a morada do dito, a morada da palavra.

Lacan aproxima seu estilo de escrever ao de Góngora, situando-se como um autor em relação ao estilo de um outro autor. Trata-se de Don Luis de Góngora y Argote, o Príncipe das Trevas do barroco espanhol, o responsável pelo estilo “culto”, sinônimo de rebuscamento formal e mau gosto, que, por dois séculos, recebeu o menosprezo dos estudiosos da literatura. Seu estilo foi reabilitado pela poesia moderna como um efeito de deslumbramento, de ofuscação, provocado por uma radiação estética de hiperluminosidade. Os simbolistas franceses o compararam

a Mallarmé, contribuindo para o seu renascimento no gosto moderno (Campos, 1995, p. 180). O “estilo é efetivamente tributário das leis do inconsciente” (Lacan, 1996/1998/1966, p. 469), diz ele, ao aceitar o qualificativo de “Góngora da psicanálise”:

não há forma de estilo, por mais elaborado que seja, em que o inconsciente não abunde, sem excetuar as eruditas, as concettistas e as preciosas, que ele [Quintiliano] despreza tão pouco quanto o faz o autor destas linhas, o Góngora da Psicanálise, segundo se diz, para servi-los (Lacan, 1956/1998, p. 469).

Haroldo de Campos propõe chamar Lacan de “afreudisiaco” quando este, “por uma radicalização do discurso analítico”, retorna a Freud, ao “elevar até a extrema potência de linguagem aquilo que, em Freud, era, sobretudo, um dispositivo de leitura analítica” (Campos, 1995, p. 182).

Desempenhamos um papel de registro, ao assumir a função, fundamental em toda troca simbólica, de recolher aquilo a que *do kamo*, o homem em sua autenticidade, evoca a fala que dura. Testemunha que responde pela sinceridade do sujeito, depositário do processo-verbal de seu discurso, referência de sua exatidão, garante de sua integridade, guardião de seu testamento, tabelião de seus codicilos, o analista participa do escriba. Mas continua mestre e senhor da verdade da qual esse discurso é o progresso. É ele, antes de mais nada, que pontua, como dissemos, sua dialética. E nisso, ele é apreendido como juiz do mérito desse discurso (Lacan, 1953/1998, p. 314).

Esse quase escriba, esse *stylo*, que é também “mestre da verdade” – o analista –, pelo menos a partir de Lacan, reclama ostensivamente um estilo. Um ensino digno de Freud “só se produzirá pela via mediante a qual a verdade mais oculta manifesta-se nas revoluções da cultura. Essa via é a única formação que podemos transmitir àqueles que nos seguem, ela se chama: um estilo” (Lacan, 1957b/1998, p. 460). Transmissão da verdade, que provém do real.

O estilo, definido por Lacan, situa-se, de partida, fora do estatuto literário: formação, revolução da cultura, ou antes, o estilo é o correlato necessário daquilo que, em Lacan, se chama letra, “formação revolucionária no plano da linguagem, é o que, no pensamento de Lacan, torna possível um ultrapassar da literatura em proveito da literalidade:

poder da letra, instância da letra no Inconsciente [...] gênese de uma outra racionalidade” (Campos, 1995, p. 177).

Podemos extrair do texto “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud” (1957c/1998) o uso da literalidade como dispositivo de leitura: basta “escutar a poesia [...] para que nela se faça ouvir uma polifonia e para que todo o discurso revele alinhar-se nas diversas pautas de uma partitura [...] cujo concerto rege o gesto eslavo primitivo e a mais refinada poesia chinesa” (Lacan, 1957c/1998, p. 506-507).

Em “Lituraterra”, Lacan procura circunscrever um pouco mais o estatuto da letra ao aproximá-la da raiz latina *litura*, no sentido tanto de rasura quanto de cobertura: “Rasura de traço algum que seja anterior, é isso que o litoral faz terra. Litura pura é o literal. Produzi-la é reproduzir essa metade ímpar com que o sujeito subsiste. Esta é a façanha da caligrafia” (Lacan, 1965a/2003, p. 21).

Imagem oximoresca essa produzida por Lacan, a “rasura de traço algum”, na medida em que porta um falso paradoxo – falso porque a lógica da psicanálise lhe permite formular assim. A letra deveria ser pensada no nível da rasura, contudo uma rasura especial, pois “rasura de nenhum traço que seja anterior”, dando origem, assim, a uma terra de lituras.

Ao indicar que a letra é rasura de traço algum que a anteceda, Lacan conjuga a tentativa de encontrar a palavra que mais se aproxime daquilo que ele busca – a palavra mais próxima da “coisa”. Ou seja, trata-se da ausência de um traço fundador, primeiro, por meio do qual o sujeito sentir-se-ia plenamente identificado ou designado. O exercício de aproximação implicado na rasura leva, inevitavelmente, aos limites da linguagem e – por que não dizer? – ao limite do próprio simbólico (Mandil, 2003, p. 50).

Mais uma vez, vemos a psicanálise se encontrar com a literatura no limite, na aporia. Não que a literatura seja um recurso de saber, já que também vive na miséria e, portanto, não pode vir a obter a hiância. Mas, talvez, ela porte a astúcia de saber fazer com isso, o que nos remete ao encontro de Poros e Pênia a engendrar o amor, tal qual narrado no *Banquete* de Platão e elaborado por Lacan.

Poros, o autor cuja tradução tenho à minha frente, simplesmente por estar diante do texto, o traduz, não sem pertinência, por Expediente. Se isso significa Recurso, certamente é uma tradução válida. Astúcia

também, já que Poros é filho de Metis, que é mais a invenção que a sabedoria. Diante dele, temos a personagem feminina que vai ser a mãe do amor, Pênia, a saber, Pobreza, ou mesmo Miséria. Ela é caracterizada no texto como aporia, a saber, sem recursos. É isso que ela sabe sobre si mesma: recursos, não os tem. O termo aporia, vocês o reconhecem, aquele que nos serve com referência ao processo filosófico. É um impasse, aquilo frente a que entregamos os pontos, ficamos sem recursos. Eis, portanto, a Aporia fêmea diante do Poros, o Expediente, o que parece bastante esclarecedor (Lacan, 1962-1963/1992, p. 125).

Voltando a “Lituraterra”, Lacan se detém sobre a imagem do “litoral”, definindo-a como algo distinto da “fronteira”: se a fronteira é uma marca simbólica entre dois territórios homogêneos, o litoral é uma marca real (no sentido, por exemplo, de uma escrita das águas na terra) entre dois territórios de natureza heterogênea. Portanto, no litoral, o que está em jogo é o encontro entre dois mundos heterogêneos, constituindo-se em “um campo inteiro que serve de fronteira para o outro, por eles serem estrangeiros, a ponto de não serem recíprocos” (Lacan, 1965a/2003, p. 18).

Assim, considerando que o significante deriva apenas da instância simbólica, a letra vincula Real, Simbólico e Imaginário, cuja heterogeneidade situa-se no pé: no pé da letra. Separando – mas ao mesmo tempo conjugando – mar e terra, a imagem do litoral fornece a figuração necessária para uma articulação entre elementos heterogêneos, “permitindo ao mesmo tempo tornar presente a ausência de uma medida comum entre, por exemplo, o terreno do sólido e a fluidez do líquido” (Mandil, 2003, p. 48).

A borda do furo no saber, não é isso que ela desenha? E como é que a psicanálise, se justamente o que a letra diz por sua boca “ao pé da letra” não lhe conveio desconhecer, como poderia a psicanálise negar que ele existe, se esse furo, posto que, para preenchê-lo, ela recorre ao invocar nele o gozo? (Lacan, 1965/2003, p. 18)

O texto de Lacan faz referência a um furo, figura que indica a impossibilidade de passar de um campo a outro sem descontinuidade. Já não se está mais no âmbito de uma literatura que se expressa e produz significados, ainda na lógica do significante, mas sim de uma lituraterra no domínio da letra, da literalidade, em que a palavra se torna coisa e barra a interpretação pela via do sentido. “Não se pergunta mais “o



quê?” e, sim, “como?”. Certamente, isso só se encontra em um texto cujo funcionamento dá a ver a erosão do significado. O que se pode adiantar é que a erosão coincide com o fato de que “quem fala”, em tais textos, ocupa o lugar do objeto” (Trocoli, & Aires, 2012, p. 12).

Assim, encontramos, em Lacan, outro modo de relacionar literatura e psicanálise. Leitor de Mallarmé, James Joyce e Marguerite Duras, Lacan forjou um estilo, no qual literatura e psicanálise estão em relação de heterogeneidade e de disjunção (Trocoli, &, 2012, p. 11). A filosofia da composição de Poe, que precede Mallarmé, vai ainda mais longe: compõe para revelar o vazio das palavras e da linguagem.

Para Mallarmé, as palavras de um poema não desempenham o mesmo papel e não mantêm as mesmas relações com a realidade, como usualmente se observa na experiência corriqueira da linguagem. “Ao sondar o verso, o poeta entra nesse tempo de desamparo que é a ausência dos deuses. [...] Quem sonda o verso escapa ao ser como certeza, reencontra os deuses ausentes, vive na intimidade dessa ausência, torna-se responsável dela” (Blanchot, 1987, p. 31). Para ele, toda experiência linguageira dispõe de dois vetores constitutivos que orientam a linguagem segundo direções muito distintas: a linguagem bruta e a essencial.

Na linguagem bruta, a palavra comum é a moeda de troca: comunica, representa, conta, faz referência. Segundo Blanchot (1987, p. 32), “narrar, ensinar, até descrever dá-nos as coisas na própria presença delas, representadas” e, para isso, ritmo e sonoridade ficam esquecidos. “A linguagem comum chama o gato de gato como se o gato vivo e o seu nome fossem idênticos, como se o fato de nomear não consistisse em reter dele somente a ausência, o que ela não é” (Blanchot, 1997, p. 313). A linguagem comum certamente tem razão, é o preço que pagamos pela paz.

Nesse sentido, a linguagem bruta “tem nela o momento que a dissimula; ela tem em si mesma, por esse poder de dissimulação, a potência pela qual a mediação [...] parece ter a espontaneidade, o frescor, a inocência da origem” (Blanchot, 1987, p. 34). Através do poder de dissimulação que a caracteriza, o embrutecimento da linguagem transforma o estrangeiro em familiar, o insólito em habitual, de modo que nos aparece, não mais como terrível, mas como felicidade tranquilizadora das harmonias naturais ou familiaridade do lugar natal.

Na linguagem essencial, a função expressiva se apaga e o que se dá a ver e escutar é a materialidade da palavra. Depois de lamentar que as palavras “não sejam ‘materialmente a verdade’, que *jour* (dia), por seu timbre, seja sombrio, e *nuît* (noite) brilhante, Mallarmé encontra nesse defeito das línguas o que justifica a poesia” (Blanchot, 1987, p. 33). No verso “as palavras voltam a ser ‘elementos’, e a palavra noite, apesar de sua claridade, ganha intimidade com a noite”.

Para Blanchot, assim como para Mallarmé, a palavra só tem sentido se nos livra do objeto que nomeia: “ela deve nos poupar de sua presença” (Blanchot, 1997, p. 313). De modo que a experiência essencial tem por função nos libertar daquilo que “é”. E o que “é” é tudo, mas é, primeiro, a presença das coisas “sólidas e preponderantes”, ou seja, uma realidade perfeitamente determinada e objetiva.

Essa libertação se realiza graças à possibilidade que o essencial tem de criar um vácuo ao nosso redor: de introduzir uma distância entre nós e as coisas. A criação desse vazio corresponde exatamente à experiência essencial da escrita, cujo papel é substituir a coisa por sua ausência, o objeto por seu desaparecimento.

Dessa maneira, o essencial na linguagem tem uma função que poderíamos chamar, à primeira vista, de destrutiva, pois faz desaparecer, torna o objeto ausente, anula-o. Blanchot nos dá o seguinte exemplo, no qual vislumbramos o afastamento da palavra e do objeto: eu digo “uma flor!” e não tenho diante dos olhos uma flor, nem uma imagem de flor, nem uma recordação de flor. Tenho, sim, a ausência da flor. Quando digo “uma flor”, sua ausência real é anunciada e já está presente naquilo que digo. Ao dizê-la, o trabalho de erosão empreendido pelo essencial na linguagem implica que essa flor pode ser separada dela mesma, de sua existência e sua presença atual e, subitamente, mergulhada em um espaço vazio. Contudo, a realidade das palavras é minha única chance. “O nome deixa de ser a passagem efêmera da não-existência para se tornar um bolo concreto, um maciço da existência” (Blanchot, 1997, p. 315).

Assim, o essencial não identifica o objeto ao seu nome. Nesse caso, a experiência linguageira inverte aquilo que nomeia para transformá-lo em outra coisa, não dizendo o que não é, mas falando precisamente no lugar do desaparecimento que dissolve tudo.

Eu me nomeio, é como se eu pronunciasse meu canto fúnebre: eu me separo de mim mesmo, não sou mais a minha presença nem minha realidade, mas uma presença objetiva, impessoal, a do meu nome, que me ultrapassa e cuja imobilidade petrificada faz para mim exatamente o efeito de uma lápide, pesando sobre o vazio (Blanchot, 1997, p. 312).

Então, essa ausência, esse vazio é o objeto e a própria criação da experiência essencial. Dessa forma, o essencial orienta a experiência linguageira no sentido de fazer desaparecer, com o poder que lhe é próprio, a realidade embrutecida das coisas, para, em seguida, destruir, com sua capacidade de evocação sensível, o valor abstrato que poderíamos atribuir à ausência que aí é criada.

Para Blanchot, foi Mallarmé e aqueles a quem chamamos de poetas que se interessaram pela materialidade da linguagem – “tudo que é físico tem o primeiro papel: o ritmo, o peso, a massa, a figura, e depois o papel sobre o qual escrevemos, o traço de tinta, o livro. [...] A linguagem é a coisa escrita, um pedaço de casca, uma lasca de rocha, um fragmento de argila em que subsiste a realidade da terra” (Blanchot, 1997, p. 315)

Augusto de Campos situa Mallarmé, com o poema *Um lance de dados*, como o inventor de um processo de composição poética que exige uma tipografia funcional, que, por sua vez, espelhe com real eficácia as metamorfoses, os fluxos e refluxos do pensamento. Mallarmé insiste na letra como elemento básico do livro que deve encontrar mobilidade e expansão, chegando mesmo a utilizar a metáfora da composição musical como uma inspiração para experimentos em tipografia e *layout*.

Em Mallarmé, a utilização de tipos distintos de diferentes dimensões relaciona-se com a importância da emissão oral; a posição das linhas tipográficas indica que sobe ou desce a entonação; a configuração do espaço gráfico da página, assim como as relações entre as páginas, assume importância (Campos, 1975).

Mallarmé deixa claro para Degas que: “Não é com idéias que se faz poesia, é com palavras”. Trata-se de sua resposta a comentário do pintor Edgar Degas que havia lhe dito que ele possuía boas ideias, mas que as mesmas acabavam por não resultar em poemas. Quando Mallarmé lhe diz que a poesia não se faz com ideias, mas com palavras, ele está dizendo que a poesia, não menos que a pintura, é arte, não filosofia. Degas não

dizia ter idéias para quadros: ele simplesmente os fazia. Em seu prefácio para *Um lance de dados*, Mallarmé refere-se às palavras como imagens e requer a intervenção do leitor, no tempo e modo de leitura, a fim de “decifrar” seu poema. O dismantelamento das convenções de leitura fez parte das investigações para seu livro, cujas anotações apontam para a abolição do autor. Ele aniquila a narração e expande o sentido de leitura.

Na busca por uma definição do estatuto da letra no campo da linguagem, Lacan encontra em Joyce um interlocutor privilegiado. Em primeiro lugar, Joyce abandona o significante para ir ao encontro da letra. “A letra, radicalmente, é efeito de discurso” (Lacan, 1972-1973/1985, p. 50).

Se há alguma coisa que possa nos introduzir à dimensão da escrita como tal, é nos apercebermos de que o significado não tem nada a ver com os ouvidos, mas somente com a leitura, com a leitura do que se ouve de significante. O significado não é aquilo que se ouve. O que se ouve é significante. O significado é efeito do significante. Distingue-se aí algo que não passa de efeito do discurso, do discurso enquanto tal, quer dizer, de algo que já funciona como liame (Lacan, 1972-1973/1985, p. 47).

Mais adiante, Lacan prossegue marcando “como a linguagem se aperfeiçoa quando se trata de jogar com a escrita” (Mallarmé, citado por Campos, 1975, p. 17). Nesse jogo, Joyce é uma joia do ilegível, do intraduzível, no qual “O significante vem recheiar o significado” (Lacan, 1972-1983/ 1985, p. 50).

É pelo fato de os significantes se embutirem, se comporem, se engavetarem – leiam *Finnegans Wake* – que se produz algo que, como significado, pode parecer enigmático, mas que é mesmo o que há de mais próximo daquilo que nós analistas, graças ao discurso analítico, temos de ler – o lapso. É a título de lapso que aquilo significa alguma coisa, quer dizer, que aquilo pode ser lido de uma infinidade de maneiras diferentes. Mas é precisamente por isso que aquilo se lê mal, ou que se lê de través, ou que não se lê. Mas esta dimensão do ler-se, não é ela suficiente para mostrar que estamos no registro do discurso analítico? O de que se trata no discurso analítico é sempre isto – ao que se enuncia de significante, vocês dão sempre uma leitura outra que não o que ele significa (Lacan, 1972-1973/1985, p. 51-52).

O modo como Joyce mobiliza a escrita, a maneira como “a letra prepondera sobre o sentido das palavras, tornando possíveis jogos entre

sons e sentidos, permite a Lacan levantar questões a respeito tanto de sua materialidade quanto de sua relação com o significante, e chegar ao questionamento entre o escrito e a leitura” (Mandil, 2003, p. 21). Com a escrita de Joyce, pode-se estabelecer uma conexão entre letra e voz, o que permite pensar a voz para além dos cânones da oralidade.

Joyce subverte a literatura na estrutura mesma da linguagem e chega ao osso da palavra: “ele brinca (e se diverte) com a estrutura d’alíngua. Na progressão de seu trabalho já não conta histórias. O que conta é o que ele faz com alíngua. Isso conta, faz lituraterra” (Maia, 2000, p. 96).

Portanto, lituraterra é a expressão inventada por Lacan para a cunhagem no real do impossível de se escrever, operada pela letra. O sujeito desse texto não é mais representado por um significante para outro significante, mas se trata, agora, de um sujeito da pura diferença – resposta do real. Tal escrita constitui um suporte que vai além da fala, sem sair dos efeitos da linguagem.

Se me fosse permitido ilustrá-la com uma imagem, a tomaria facilmente do que na natureza mais parece aproximar-se a essa redução às dimensões da superfície que exijam o escrito, e que já maravilhava Spinoza: este trabalho de texto que sai do ventre da aranha, a sua teia (Lacan, 1972-1973/1985, p. 125-126).

A escrita exige a redução às dimensões da superfície, trabalho de texto, de teia, “que sai do ventre da aranha”. Na superfície (da) escrita, há que se atentar a uma certa materialidade textual, que é corpo sutil, mas é corpo.

Função verdadeiramente milagrosa, ao se ver, da superfície mesma surgindo de um ponto opaco desse ser estranho, desenhar-se o traço desses escritos, onde perceber os limites, os pontos de impasse, os becos sem-saída, que mostram o real acedendo ao simbólico (Lacan, 1972-1973/1985, p. 126).

Lacan dizia que, ao fim de uma análise, o analisando faz um trânsito semelhante à passagem do romance ao conto. Lacan teria dito que todos nós acabamos tornando-nos um personagem do romance que é nossa vida e que, para isso, não seria necessário fazer uma análise. A operação da análise seria comparável à relação entre o conto e o romance. Para Laurent (1998), enquanto o inconsciente freudiano caminharia próximo à forma narrativa

do romance goethiano – o que implica uma forma de relato específica, com definição clara dos personagens e separação entre a conversa pública e o monólogo interior –, o inconsciente em Lacan seria contemporâneo de uma estrutura narrativa distinta, subvertida pelas contrações do tempo, do dentro e fora, dos personagens. Assim, como a contração do tempo possibilitada pelo conto produz efeitos de estilo, a análise também possibilita ao sujeito perceber efeitos de estilo que podem ser úteis.

Considerando que Lacan costumava discutir com François Cheng sobre a função do vazio no poema chinês, “digamos com ele que, se o analista é poeta, o sujeito pode se tornar esse personagem essencial que é o vazio que circula o poema” (Laurent, 1998, p. 37). Laurent considera que está aí uma indicação preciosa de Lacan: algo de essencial da psicanálise ligava-se à contração do tempo. A análise “contraída” tem no horizonte “fazer do sujeito o vazio do haikai de sua enunciação” (Laurent, 1988, p. 37-38).

Em 1977, Lacan terminou por especificar que os recursos do psicanalista não são referidos ao escritor em geral, mas ao poeta.

François Cheng nos relata que, ao receber o exemplar de *Écriture poétique chinoise* [Escrita poética chinesa], Lacan lhe enviou o seguinte recado: “Declaro: de agora em diante, toda linguagem analítica deve ser poética”. Isso não significa que o analista se iguale em talento ao poeta, o que raramente ocorre, mas indica que ambos utilizam as mesmas fontes (Laurent, 1998, p. 37).

Podemos apreender essa indicação em “Rumo a um significante novo”, no qual ele destaca que a interpretação – ou seja, o que deve fazer o analista – deve ser poética. “É à medida que uma interpretação justa desmancha um sintoma que a verdade se especifica em ser poética” (Lacan, 1977/1998, p. 11). Lacan aproveita “esse troço” cogitado por François Cheng em seu livro *Escrita poética chinesa* para demonstrar por onde um psicanalista pode fazer soar outra coisa que não o sentido. “Certamente, a escrita não é por onde a poesia, a ressonância do corpo, se exprime. Mas é impressionante que os poetas chineses se expressem pela escrita. É necessário que tomemos da escrita chinesa a noção do que é a poesia”. A poesia chinesa opera com a articulação e desarticulação entre

o som e o sentido produzindo o esvaziamento do sentido, tendo como fundamento o equívoco, ele circunscreve o intraduzível na fala.

A poesia que Lacan sugere, quando fala da interpretação, é a poesia dos Tang, aquela feita a partir do século VIII, “uma poesia que é um canto escrito e uma escrita cantada, ou seja, algo que não se deixa marcar pelo litoral, que não se apoia numa completa independência da escrita com a fala, tal como fazem os nós borromeanos” (Andrade, 2016, p. 185). O poeta chinês contorce, amarra e desamarra articulações da matéria dos caracteres, ele manipula os caracteres ao modo com que Lacan fazia com os nós. Da mesma forma, “a escrita poética chinesa e a escrita de Joyce forçam a língua, enlaçam e desenlaçam numa combinatória que não mantém o leitor atento para que ali haja algo a ser lido. Conseguem fazer nós com a materialidade da escrita, sem transformá-los em nós” (Andrade, 2016, p. 186).

Ambos fazem nós com as palavras sem que elas deixem de ser minimamente palavras, muitas vezes sem sentido, mas reconhecíveis. Desarticulam o som e o sentido, a escrita poética chinesa mais o apelo ao som que lhe é imputado ou mantido mesmo que por um fio permite que seja atribuído a ele alguma coisa da ordem significante. “Um significante novo”, evocamos aqui a noção abordada por Lacan no *Seminário 24* (Lacan, 1977/1998). Um significante sem sentido desfeito pela manipulação do poeta, um significante que funciona como letra. Joyce nos exige um som extraído de uma palavra de cem letras, é isso que nos faz acreditar que ali há um significante apesar de ser sem sentido. O poeta chinês não tem um alfabeto à sua disposição – terá que sustentar o som que caiba em uma sílaba, à maneira de Joyce –, para o poeta chinês, a palavra de cem letras terá que ressoar num intervalo de uma sílaba. Quando Lacan diz que a interpretação opera com uma lógica ele se refere não à lógica formal, mas àquilo que a escrita poética chinesa sugere, que essa lógica seja poética.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É nessa perspectiva que Lacan nos convida a encontrar na escrita poética chinesa a semente da interpretação.

Não há nada mais difícil do que apreender esse traço do um-equívoco, que eu traduzo *Unbewusst*, que quer dizer, em alemão, *inconsciente*.

Mas traduzido por um-equívoco, quer dizer totalmente outra coisa – um obstáculo, um tropeço, um deslizamento de palavra por palavra. É exatamente disso que se trata (Lacan, 1977/1998, p. 12).

A orientação de Lacan é que a escrita de Joyce pode dar-nos a ideia de um tratamento possível da linguagem. Joyce, que tenta eliminar qualquer dimensão de alusão, todo envio a outro sentido, toda a dimensão do deciframento e da interpretação, porque ele já inclui, nele mesmo, todos os deciframentos possíveis, todas as alusões possíveis, tão cheios de sentido que não temos mais nenhuma questão para colocar, nada mais para decifrar. São atividades que não se situam no plano da interpretação, mas sobretudo no plano da construção (Zenoni, 2000). Isso permite destacar outra linha na direção da cura: o tratamento pelo sintoma que não é feito por alguma coisa que se desfaz, mas por alguma coisa que se constrói, uma clínica do sintoma como solução. Não somente de um sintoma que deve ser decifrado, mas do sintoma como efeito de criação.

Ao modo de Joyce, Lacan se entrega à polifonia do significante, deixando-se levar pelas propriedades fonêmicas do significante e, com isso, “inaugura” uma clínica que já não se detém em escutar, através do significante, aquilo que foi o recalcado, mas busca marcar o vazio do inconsciente, restando para o analista operar, ora com o deslizamento dos significantes, ora com os restos vocálicos, com a letra que denota (a)gramaticalidade do inconsciente. Dessa forma, a clínica que vai se desenhando direciona para o real do sem sentido, para uma escuta da fonação, do som e não do sentido. “O real tem uma a-versão cabal ao sentido”. É *ab-sens*, jogo de palavras em que se nega o *sens*, “sentido”, mediante sua homofonia com *absence*, “ausência” (Harari, 2002, p. 89). As experiências epifânicas joycianas, próximas do místico, vazias de todo o sentido, indicam o contato com a Coisa, de acordo com o *Seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Essa coisa, posteriormente, dará lugar no nó ao registro do Real. O significante tão priorizado por Lacan nos anos 1950 a partir de 1970 toma um outro estatuto: o de fonema. Ele aparece desprovido de significação, algo mais próximo do som e menos do significante: um significante novo.



As epifanias joycianas nos remetem à produção de uma linguagem primordial, radicalmente *Outra*, na formulação de algo indizível, e Joyce o faz apelando para palavras ininteligíveis de cem letras que, sem escansões, não é possível entender. O quase impronunciável invade tanto o número de letras quanto o número de forma de traços. A escrita poética chinesa desde a origem se recusa a ser um simples suporte da língua falada e não tem à disposição um alfabeto. Seu desenvolvimento, como diz Cheng, foi uma longa luta para assegurar uma autonomia e uma liberdade de combinação (Cheng, 2016). Para o poeta chinês a palavra de cem letras terá que ressoar com a de Joyce, só que num intervalo de uma sílaba. O que a escrita poética chinesa faz com a materialidade dos caracteres é desarticular o som e o sentido, produzindo algo sem sentido, um significante que funciona como letra, contudo, mesmo que por um fio, trata-se de algo da ordem do significante. Um significante quase impronunciável, quase... pois se assim não fosse não seria poesia.

## REFERÊNCIAS

- Andrade, C. (2016). *Lacan chinês: poesia, ideograma e caligrafia chinesa de uma psicanálise*. (2ª ed.). Maceió: EDUFAL.
- Andrade, M. C. (2008). *A experiência de Freud: escrita e invenção da psicanálise*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.
- Andrade, P. de. (2001). *Retira a quem escreve sua caneta: Guimarães Rosa e a subtração da escrita*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.
- Blanchot, M. (1984). *O livro por vir*. Lisboa: Relógio d'água.
- Blanchot, M. (1987). *O espaço literário*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Blanchot, M. (1997). *A parte do fogo*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Campos, H. de. (1975). *Teoria da poesia concreta*. São Paulo: Livraria Duas Cidades.
- Campos, H. de. (1995). O afreudisiaco Lacan na galáxia de lalíngua. In Cesaratto, O. (Org.). *Ideias de Lacan*, p. 175-195. São Paulo: Iluminuras.
- Cheng, F. (2016). Lacan e o pensamento chinês. *Revista Derivas Analíticas*, 5. Recuperado em 10 fev. 2019 de <<http://revistaderivasanaliticas.com.br/index.php/chines>>.
- Delay, J. (1956). *La jeunesse d'André Gide*. Paris: Galimard.
- Duras, M (1986). *O deslumbramento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Freud, S. (1987). Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranoia. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1937)
- Harari, R. (2002). Como se chama James Joyce? A partir do Seminário Le sinthome de J. Lacan. Salvador e Rio de Janeiro: Ágalma e Companhia de Freud.
- Houaiss, A. (2001). Madrigal. In Houaiss, A. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Lacan, J. (1985). *O seminário, livro 20: mais ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Seminário original de 1972-1973).
- Lacan, J. (1992). *O seminário, livro 8: a transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Seminário original de 1960-1961)

- Lacan, J. (1998). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1953)
- Lacan, J. (1998). Situação da psicanálise e formação do psicanalista. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1956)
- Lacan, J. (1998). O seminário sobre “A carta roubada”. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1957a).
- Lacan, J. (1998). A psicanálise e seu ensino. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1957b)
- Lacan, J. (1998). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1957c)
- Lacan, J. (1998). Juventude de Gide ou a letra e o desejo. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1958)
- Lacan, J. (1998). Abertura desta coletânea. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1966)
- Lacan, J. (1998). Nota à edição brasileira. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1998). Rumo a um significante novo. *Opção Lacaniana*, 22, 6-15. (Original publicado em 1977)
- Lacan, J. (2003). Litraturaterra. In Lacan, J. [Autor], *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1965a)
- Lacan, J. (2003a). Homenagem a Marguerite Duras pelo arrebatamento de Lol V. Stein. In Lacan, J. [Autor], *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1965b)
- Laurent., E. (1998). Quatro observações sobre a preocupação científica de Lacan. In Giroud, F. et al. *Lacan, você conhece?* São Paulo: Cultura Editores Associados.
- Llansol, M. G. (2011). *Um falcão no punho*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Maia, E. A. (2000). Escritura: na travessia da escrita. In Branco, L. C., & Brandão, R. S. (Orgs.). *A força da letra: estilo escrita representação*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

- Mandil, R. (2003). *Os efeitos da letra: Lacan leitor de Joyce*. Rio de Janeiro/ Belo Horizonte: Contra Capa Livraria/Faculdade de Letras UFMG.
- Mallarmé, S. (2008). Crise do verso. *Inimigo rumor*, 20, 151-164.
- Mallarmé, S. (2006). Prefácio a Um lance de dados. In Campos, A. de, Pignatari, D., & Campos, H. de (Orgs.). *Mallarmé*. São Paulo: Perspectiva.
- Masson, J. M. (1986). *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess (1887-1904)*. Rio de Janeiro: Imago.
- Schreber, D. P. (1995). *Memórias de um doente dos nervos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Original publicado em 1903)
- Trocoli, F., & Aires, S. (2012). Literatura e Psicanálise: de uma relação que não fosse de aplicação. *Terceira Margem – Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, 26, 11-16.
- Zenoni, A. (2000). Psicanálise e Instituição. *Abrecampos*, 1, 12-93.

Recebido em 24 de fevereiro de 2019

Aceito para publicação em 29 de dezembro de 2020

## PSICANÁLISE E JOGOS DE REGRAS: NOTAS TEÓRICO-CLÍNICAS À LUZ DOS TRABALHOS DA LATÊNCIA

*Mariana Inés Garbarino\**

### RESUMO

Presentes desde a antiguidade na mitologia e na arte, os jogos regrados são uma criação do *homo-ludens* e acompanham a filogênese há, pelo menos, 5.000 anos. Embora sejam utilizados na clínica com crianças e reconhecidos como elementos típicos do período da latência, a literatura psicanalítica se mostra pouco provida de pesquisas sobre jogos em comparação com os estudos do brincar e das produções verbais e gráficas. Assim, com base em autores contemporâneos, especialmente francófonos, o presente artigo analisa a função do jogo no período de latência e suas possíveis contribuições na clínica. Realizando uma releitura de construtos clássicos do desenvolvimento psicosssexual e da metapsicologia freudiana à luz das possibilidades clínicas do jogo, o artigo foi organizado em três pilares: (1) a história e os símbolos dos jogos de regras; (2) os trabalhos da latência, o prazer de pensar e a dimensão sublimatória e metapsicológica do jogo; (3) as especificidades da sua abordagem clínica. Discute-se, ademais, o papel do jogo na reativação da conflitiva edípica e sua fecundidade, considerando a prevalência da queixa escolar na demanda de atendimento durante a latência.

Palavras-chave: latência; jogos; clínica psicanalítica; desenvolvimento psicosssexual.

### PSYCHOANALYSIS AND RULES GAMES: THEORETICAL-CLINICAL NOTES IN LIGHT OF LATENCY WORK

#### ABSTRACT

*Present from antiquity in mythology and art, games are a creation of homo-ludens and accompany phylogenesis for at least 5.000 years. Although*

---

\* Psicóloga pela Universidade de Buenos Aires. Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (USP).

*used in clinical practice with children and recognized as typical elements of the latency period, the psychoanalytic literature is poorly equipped with research on games, compared to studies of play and verbal and graphic productions. Thus, based on contemporary authors, especially francophones, the present article analyses the function of the game in the latency period and its possible contributions in the clinic. Rereading the classic constructs of psychosexual development and Freud's metapsychology in light of the clinical possibilities of the game, the article was organized into three pillars: (1) the history and symbols of the rules games; (2) the work of latency, the pleasure of thinking and the sublimatory and metapsychological dimension of the game; (3) the specificities of its clinical approach. It also discusses the role of the game in the reactivation of Oedipal Conflict and its fecundity, considering the prevalence of the school complaint in the demand for service during the latency.*

*Keywords: latency; games; psychoanalytic clinic; psychosexual development.*

## **PSICOANÁLISIS Y JUEGOS REGLADOS: NOTAS TEÓRICO-CLÍNICAS A LA LUZ DE LOS TRABAJOS DE LA LATENCIA**

### **RESUMEN**

*Presentes desde la antigüedad en la mitología y el arte, los juegos reglados son una creación del homo-ludens y acompañan la filogénesis desde hace, por lo menos, 5.000 años. Aunque se utilizan en la clínica con niños y son reconocidos como elementos típicos del período de latencia, la literatura psicoanalítica se muestra poco provista de investigaciones sobre juegos de reglas, en comparación con los estudios del juego simbólico y de las producciones verbales y gráficas. Así, con base en autores contemporáneos, especialmente francófonos, el presente artículo analiza la función del juego de regla en el período de latencia y sus posibles contribuciones en la clínica. Realizando una relectura de constructos clásicos del desarrollo psicosexual y de la metapsicología freudiana a la luz de las posibilidades clínicas del juego el artículo se organizó en tres pilares: (1) la historia y los símbolos de los juegos de reglas, (2) los trabajos de la latencia, el placer de pensar y la dimensión sublimatoria y metapsicológica del juego; (3) las especificidades de su enfoque clínico. Se discute, además, el papel del juego en la reactivación de la conflictividad edípica y su fecundidad, considerando el predominio de la queja escolar en la demanda de tratamiento durante la latencia.*

*Palabras clave: latencia; juegos; clínica psicoanalítica; desarrollo psicosexual.*

## INTRODUÇÃO

No campo da psicanálise, o jogo, entendido aqui como uma situação lúdica ampla organizada por regras, raramente foi objeto de pesquisas<sup>1</sup>. Classicamente, a produção psicanalítica se ocupa do brincar (jogo simbólico) e das produções verbais e gráficas (Arbisio, 1997/2007; Shlemenson, 2009; Steibel *et al* 2011; Denis, 2011). Entretanto, embora haja escassos artigos sobre jogo e psicanálise, nos trabalhos sobre o período de latência ele nunca deixa de ser mencionado. Diante dessa espécie de “marginalidade” dos jogos na produção teórico-clínica, se a psicanálise pode responder à pergunta “o que nos faz pensar?” (Mijolla-Mellor, 1992/2006), o intuito do presente artigo se orienta em torno das questões: o que nos faz jogar? Qual seria o papel do jogo no desenvolvimento psicosssexual? De que maneira o jogar pode contribuir na clínica psicanalítica com crianças?

Atualmente, as possibilidades clínicas das intervenções com jogos são investigadas desde diversas perspectivas teóricas, tais como a piagetiana (Macedo, Petty, & Passos, 1997/2010; Macedo, 2009; Dell’Agli, & Brenelli, 2009; Queiroz *et al.*, 2011) e a cognitiva-comportamental (Taquet, 2015; Doyen *et al.*, 2015; Ramos *et al.*, 2017). Já as pesquisas de embasamento psicanalítico sobre o tema mantêm uma baixa presença na produção acadêmica (Oder, 2008; Levin, 2012; Le Corre, 2015; Garbarino, 2017). Observando a pouca assiduidade do jogo como objeto de análise na literatura psicanalítica, o presente trabalho pretende contribuir no preenchimento dessa lacuna. Nesse intuito, por um lado, explora a tese de que, mesmo parecendo “marginais” da psicanálise, os jogos constituem valiosos instrumentos de observação e intervenção clínica com crianças do período da latência. Por outro, realiza uma releitura de construtos clássicos do desenvolvimento psicosssexual e da metapsicologia freudiana à luz da análise das possibilidades clínicas do jogo.

Para construir nossa argumentação, esse arcabouço conceitual é revisitado com base em autores contemporâneos, especialmente franceses, que têm realizado estudos sobre a latência. Desse modo, o artigo foi organizado em três pilares: (1) a história e os símbolos dos jogos de regras; (2) os trabalhos da latência, o prazer de pensar e a dimensão sublimatória

do jogo; (3) a análise estrutural e funcional do jogo na clínica, articulada aos processos típicos da latência.

## DESENVOLVIMENTO

### *História e simbolismo dos jogos*

Presentes desde a antiguidade na mitologia e na arte, tanto do oriente como do ocidente, os jogos são a criação de um *homo-ludens* “improdutivo” (Huizinga, 1938/2000; Caillois, 1986). Eles acompanham a filogênese há, pelo menos, 5.000 anos, sendo tão longínquos quanto a escrita. Desde os antigos egípcios, passando pelos gregos e artistas da idade média europeia e de outros continentes, os jogos são utilizados em mitos, metáforas e imagens que nos aproximam ao que não pode ser dito (Lhôte, 1995; Caillois, 1986). Na mitologia egípcia, por exemplo, Thot (deus lunar) joga contra a Lua para conseguir cinco dias a mais no calendário de 360 dias. Ainda hoje, esses dias são chamados de “adicionais” no Egito. Esse mito apresenta um jogo, no sentido próprio do termo, não uma prática mágica: dois adversários, um tabuleiro e dados organizados por regras idênticas para ambos os jogadores.

O simbolismo, registro entre o sonho e a realidade, pode ser encontrado na história dos jogos de mesa, especialmente na literatura que questiona a fronteira taxativa entre jogos simbólicos e regrados (Lhôte, 2010). Conforme Lhôte (1995), jogos e tempo estão estruturalmente vinculados na partida e na história. No primeiro caso, porque os jogos se praticam em porções de tempo definidas, vivenciadas no presente e isoladas. No segundo, porque, além dos mitos fundadores supramencionados, calendários e jogos estão unidos na sua origem. Antigamente, o calendário era representado como um ábaco e muitos tabuleiros derivam diretamente de pranchas de cálculo do calendário. Nesse sentido, o antigo jogo egípcio *Senet* (1.300 a.C.) corresponderia à imagem de mundo dessa civilização, contendo 30 casas que representam os 30 dias do mês. Já os jogos de percurso simbolizam, segundo Lhôte (2010, p. 55), a peregrinação das pessoas no seu destino terrestre: “o homem, com o peão, percorre em certa maneira seu tempo de vida”<sup>2</sup>. Ademais, em cada partida, o sujeito trabalha simultaneamente com seu raciocínio e o acaso, como na vida.



A literatura sobre jogos apresenta diversas classificações. Aos fins do estudo dos aspectos afetivos que eles mobilizam, destaca-se a clássica organização de Roger Caillois (1986). O autor caracteriza o jogo como livre, improdutivo, fictício, regrado, separado (em tempo e espaço), incerto e contrário à impulsividade. Situa dois polos de atributos nos jogos: *paidea*, mais livre e espontânea, ligada à improvisação e à fantasia, e *ludus* ligada às regras arbitrárias. Caillois distingue também quatro modalidades de jogo: competição (*agôn*), chance (*alea*), simulacro (*mimicry*) e vertigem (*ilinx*). O *agôn* representa a dimensão da competência (como nos jogos de regra) e, para seu exercício, o jogador deve dominar várias qualidades, como disciplina, lealdade, perseverança, atenção sustentada, treino e vontade de vencer (Caillois, 1986).

A história dos jogos mostra, ademais, as suas ressonâncias na linguagem cotidiana. As etimologias das palavras *azar*, *chance* e *aleatório* estão diretamente relacionadas ao jogo (Solinski, 2013). A primeira vem do árabe e remete ao nome de uma flor presente em um jogo de dados, são objetos que transmitem a ideia de probabilidade e de imprevisto. Embora no português “azar” seja utilizado em um sentido negativo, no francês e no espanhol a palavra remete tanto a azar como a sorte, ou seja, seria *acaso* ou *fortuito* em português. Já a palavra “chance” está presente no francês desde o século XII, provém de *cadentia* e faz alusão à maneira como caem os dados ao serem lançados da mão do jogador. Por sua vez, o vocábulo *aleatório* origina-se no latim *aleatoris*, que significa casas de jogos, e *aleator* refere-se ao jogador de dados (Solinski, 2013).

Em francês, os jogos de mesa são chamados *jeux de société*, cuja tradução literal seria “jogos de sociedade”, marcando, assim, sua estrutura social, no sentido de que se necessita no mínimo de dois jogadores, em contraposição aos jogos individuais. Além dos jogos de tabuleiro, os *jeux de société* incluem os jogos de cartas que surgiram na Europa no século XIV, com crescente difusão pelo desenvolvimento tecnológico da impressão e da produção de papel. Para Lhôte (1995, 2010), esse tipo de jogos é um espelho da inteligência e do espírito, não só no plano individual, mas também dos imaginários sociais em função de ter sido instrumentos da civilização. Apontando elementos sociológicos e históricos do *homo-ludens* na sua relação com os jogos de tabuleiro, o

autor postula três momentos na evolução do movimento das peças que corresponderiam a três imaginários sociais. Em um primeiro momento, até o século XVI, aproximadamente, o movimento dos peões circulava em um mesmo sentido, em um percurso claro na forma de progressão quase iniciática. O tabuleiro reproduzia uma sorte de espiral de labirinto simplificado que aludia aos gregos e também à simbologia da ascensão aos Céus, no sentido religioso (como no jogo *Escadas e serpentes*).

Em um segundo momento, os pinos foram ao encontro uns dos outros, e a disposição de partida dos peões tinha outra organização, o que, segundo o autor, representou a passagem do simbolismo à mística (como no jogo de *xadrez*). Um terceiro momento, a partir dos anos 1950, surge com jogos do tipo *Monopoly* (ou *Jogo da vida*), emblemático dessa geração. Para o autor, nesse caso o percurso se fecha em si mesmo e não propõe metas, ponto de chegada, território a ser ganho ou peças para extrair do tabuleiro. O objetivo ficou estranho à ideia de peregrinação. Diferentemente, trata-se da gestão de bens que o acaso atribui a cada um. As casas perderam a função de caminho e se tornaram a materialização de uma contagem: “o *Monopoly* passa frequentemente por uma transposição da civilização contemporânea governada pelo dinheiro, mas seu ensino é ainda mais cruel, o *Monopoly* é a imagem de um caminho que não leva a nenhuma parte” (Lhôte, 2010, p. 57).

### *Do tabuleiro ao tablet*

As clássicas estruturas de tabuleiros acima mencionadas coexistem, atualmente, com a modalidade virtual de jogos, com notável presença no cotidiano de crianças, adolescentes e adultos (Houdé, 2015). Os impactos da transição “do tabuleiro ao *tablet*” apresentam-se tanto nos processos de subjetivação como nos riscos da hegemonia dos jogos virtuais no circuito libidinal psíquico (Schejtman, 1999; Le Corre, 2015).

Da ótica das neurociências, pesquisas apontam que a estrutura lúdica dos jogos virtuais enfatiza tanto o prazer do sistema neuronal de recompensas como a estimulação exacerbada da visão em função da explosão simultânea de cores, formas e movimentos velozes ofertados cotidianamente nas telas (Houdé, 2014, 2015). A respeito do uso

frequente de jogos virtuais na infância, a psicanalista Schlemenson e sua equipe (2009) assinalam aspectos positivos e negativos no que diz respeito às suas dimensões temporal e espacial. Por um lado, a temporalidade narrativa das novas tecnologias fratura a sequência linear organizada em antecedentes e consequentes. Por outro lado, ela abre inéditos registros combinando perspectivas diacrônicas e sincrônicas que podem enriquecer a atividade simbólica do sujeito. O espaço também se modifica quebrando a dicotomia “virtual x empírico” ao gerar tramas de figura-fundo complexas e de hierarquias móveis e intercambiáveis<sup>3</sup>.

Na perspectiva teórico-clínica da psicanálise com crianças do período da latência, os jogos virtuais apresentam, no mínimo, duas questões para refletir. Por um lado, no âmbito do desenvolvimento psicossocial, é possível problematizar se essas novas modalidades de relações entre o *ver* e o *prazer* modificariam a gênese da pulsão de saber, engendrando outro dinamismo na curiosidade sobre o mundo e no investimento libidinal do conhecimento. Isso em função de que a pulsão de saber se origina em impulsos escopofílicos, ou seja, na pulsão de ver (Freud, 1905/1996). Segundo Freud (1905/1996), as teorias sexuais infantis se fundam no ato de olhar. Duas são as imagens que semeiam o enigma de saber originário: a diferença sexual e a barriga de uma mulher grávida. Progressivamente, esse impulso de ver se torna apoderamento e domínio epistemofílico, ou seja, investimento pulsional do pensar e do conhecer (Urribarri, 1999).

Por outro lado, numa perspectiva clínica, sugere-se uma relação entre o aumento de consultas e a atual cultura da imagem, caracterizada pela intensidade e velocidade de seus estímulos (Schejtman, 1999; Le Corre, 2015). Conforme aponta Schejtman (1999), grande parte dos jogos virtuais existentes no mercado apresenta caminhos de resolução hiperestruturados e estereotipados que fomentam a repetição e apresentam pouco espaço para a intencionalidade e a criação de novas soluções. Essas modalidades de jogos trazem desafios para a psicanálise quando seu uso exclusivo e compulsivo os transforma, segundo a autora, em atividades isoladas e viciantes que podem levar a alterações na constituição psíquica da criança.

Nessa conjuntura de crescente massificação do virtual, os jogos tradicionais configuram uma alternativa clínica vigorosa para a diversificação e plasticidade psíquica dos trabalhos da latência, ofertando,

ao mesmo tempo, um espaço de resistência cultural. Para sustentar essa afirmação, a seguir apontam-se dois prismas de análise do jogo no contexto desse período de desenvolvimento psicosssexual: (1) o jogo como atividade sublimatória relacionada a processos típicos da latência e (2) os aspectos metapsicológicos e clínicos do jogar no dispositivo de atendimento.

### *Trabalhos da latência, pensamento e sublimação*

O termo “trabalho da latência” foi postulado por Urribarri (1999, 2012) para assinalar o valor positivo desse período, que costuma ser definido como um momento de espera e preparação para a puberdade ressaltando seus aspectos negativos e de suspensão libidinal em relação à fase edípica anterior. Desse modo, o autor quer enfatizar as modificações e neogêneses do aparelho psíquico que levam o Ego<sup>4</sup> à procura de fins sublimatórios. Uma dessas transformações corresponde à progressiva passagem da primazia do princípio de prazer ao de realidade no ato de pensar. Essa transição é uma das principais características do percurso da fase fálica ao período de latência (Freud, 1905/1996; Mijolla-Mellor, 1992/2006).

Quando Freud (1911/1996) apresenta seu modelo de gênese do pensamento, afirma que a prevalência da organização psíquica com base no princípio de realidade não significa necessariamente perda de prazer, mas ganho de um prazer adiado. Encontra-se nessa definição uma ideia-chave acerca da gênese do pensar: a descarga libidinal mediatizada e a criação prazerosa no enquadre da realidade. A intensidade desse trabalho psíquico apresenta seu auge durante o período de latência, caracterizado por Freud (1905,1916/1996) pelo predomínio dos processos sublimatórios e dos mecanismos de defesa. Os grandes avanços do Ego em relação à infância da fase fálica foram assim postulados pelo autor:

[...] renunciar à satisfação imediata, adiar a obtenção de prazer, suportar um pequeno desprazer e abandonar inteiramente determinadas fontes de prazer. Um Ego educado dessa maneira tornou-se “racional”; *não se deixa mais governar pelo princípio de prazer, mas obedece ao princípio de realidade, que, no fundo, também busca obter prazer*, mas prazer que assegura levando em conta a realidade, *ainda que seja um prazer adiado ou diminuído*. A transição do princípio de prazer para

o princípio de realidade é um dos mais importantes passos na direção do desenvolvimento do Ego (Freud, 1916/1996, p. 360; grifos meus).

No contexto desses trabalhos psíquicos apontados por Freud, os jogos funcionam como um dispositivo de mediação da descarga libidinal e da obtenção direta e imediata do prazer, favorecendo desvios em circuitos longos de pensamento, tal como o processo sublimatório (Souza, 2014). Ademais, a estrutura do jogo apresenta analogias com a lógica do declínio edipiano, gerando prazer por ser normalizador, em correspondência com a tendência obsessiva da personalidade desse período do desenvolvimento psicosexual (Gutton, 1973/2009). Esses atributos facilitam o investimento preferencial dos jogos nessa etapa.

A queda do mundo das evidências (Mijolla-Mellor, 1992/2006), tais como a deificação dos pais ou a onipotência do pensamento características da hegemonia do princípio de prazer, instala a possibilidade de pensar o mundo conforme a prevalência do princípio de realidade e dos processos secundários. O Superego e as identificações secundárias após o luto dos objetos primários tendem ao progressivo abandono do jogo de “faz de conta”, cuja narrativa era centrada na família (Gutton, 1973/2009; Denis, 2011). Diferentemente, a regra nos jogos compõe-se de um elemento arbitrário (no sentido de não simbólico) e ao mesmo tempo refere a um consenso plausível de ser mudado, tal como as leis que regulam a sociedade. Desse modo, a matriz do conflito lúdico e da sua resolução apresenta convergências com o dinamismo do desenlace do complexo de Édipo e fim da fase fálica: o jogo precisa da prevalência do princípio de realidade e da renúncia à satisfação pulsional direta e imediata mais próxima do simbolismo da brincadeira (Arbisio, 1997/2007). Em função disso, os jogos configuram uma oportunidade para indagar as modalidades de interação da criança do período de latência com o conflito.

Essa passagem da organização do pensamento a partir do desejo e do imediatismo dos processos primários para um pensar organizado conforme consensos coletivos e regras fica ilustrada nas mudanças da interação da criança com o jogo-objeto. Revela, por exemplo, que uma peça deixa de ser um pedaço de madeira que só serve para empilhar, atirar, manipular ou construir figuras para passar a ser um elemento

estratégico para ganhar uma partida. Progressivamente, o valor figurativo, concreto e simbólico do jogo-objeto (tais como forma, textura, tamanho, cor) é ampliado para um valor de jogo-sistema que permite, mediante abstrações, coordenar as partes de um todo espaço-temporal regulado pela lógica e por regras que devem ser respeitadas por todos os jogadores.

Em vista disso, ao limitar o puro prazer do simbólico, o jogo toma especial significação no período de latência. Diferentemente do brincar, jogar exige novas conquistas psíquicas: a construção e aceitação do limite espaço-temporal e da alteridade, ambos organizados pelas regras consensualizadas. A regra do jogo é, ao mesmo tempo, consenso e arbitrariedade, e desse modo resulta simultaneamente externa e interna ao Ego. Externa porque preexiste e regula para além da lógica imediata e primária do desejo regido pelo princípio de prazer, exigindo postergação e descentração. Interna porque não é produto de uma força divina ou supra-humana, mas criada e reproduzida socialmente e, portanto, pode ser mudada por consenso. Nessa lógica, mas em outra perspectiva teórica, os afinados e clássicos estudos de Piaget (1932/1994, 1945/1975) acerca do jogo enriquecem e amplificam sua análise. De acordo com o autor (1945/1975), a satisfação no jogo de regra resulta legitimada no contexto dos códigos lúdicos, fundamentada na disciplina do coletivo e no ideal de um jogo justo. Com base nesse caráter interno e externo da regra, o jogo não contradiz o prazer da assimilação, mas o transforma em uma assimilação lúdica que concilia as exigências da reciprocidade social (Piaget, 1932/1994).

Desse modo, tal como na brincadeira, nos jogos de regra o prazer é mantido, só que mediado a longo prazo na abstração do pensamento e na articulação de processos primários e secundários que entrecruzam imaginação e lógica. Assim, durante a partida, há reciprocidade entre a permanência das regras consensuais e a criação de estratégias. Esse entrelaçado encontra-se bem ilustrado, segundo Lhôte (1995), na dialética schilleriana do impulso sensível e o impulso formal. As duas tendências convergem naquilo que foi definido como “impulso de jogo”:

[...] o impulso sensível pretende ser determinado, exige receber seu objeto; o impulso formal pretende determinar ele mesmo, exige criar seu objeto: o impulso de jogo se encarregará, pois, de receber, tal como

o impulso formal teria criado, e a criar tal como os sentidos tendem a receber (Lhôte, 1995, p. 9).

Em uma perspectiva metapsicológica, a singular manifestação dessa dialética permite inferir aspectos dinâmicos e econômicos do psiquismo. Por exemplo, nas modalidades energéticas que pendulam nos matizes do amplo leque entre a hiperatividade do agir sem pensar e a inibição do não agir (Denis, 2011). Segundo Golse (2010), ambas as tendências, o impulso e a retração, convergem em uma base de angústia diante da novidade que motoriza a anulação do conflito como defesa. A impulsividade, por apelar aos esquemas errados, mas já conhecidos; e a inibição, por se retrair no investimento do desconhecido. Assim, o conflito não pode ser instalado e, em consequência, resolvido. O jogo, portanto, torna-se um contexto de intervenção fecundo para observar de que modo a criança lida com o conflito intra e intersubjetivo colocando em funcionamento recursos egóicos e mecanismos de defesa.

Nesse sentido, conforme Urribarri (2012), o trabalho de latência caracteriza-se pela confluência de mecanismos defensivos com finalidade sublimatória que progressivamente são reorganizados e operacionalizados em uma nova configuração dinâmica. Para o autor, o trabalho da latência é, ao mesmo tempo, intenso e sutil, promovendo a ampliação egóica, a simbolização e a inserção social. Duas marcas metapsicológicas da latência são por ele destacadas: o desequilíbrio do interjogo entre as instâncias psíquicas e sua acomodação às exigências sociais. Em correspondência, dois elementos intra e intersíquicos são assinalados: por um lado, as operações defensivas e uma nova ordem intersistêmica; por outro, o aumento do interesse pela realidade e pelo mundo exterior em termos racionais (Urribarri, 2012).

Esses elementos dos trabalhos da latência são espelhados na história filogenética do jogo, modelada na confluência do prazer e do pensar em um formato cultural que reúne lógica, ética e estética. Em uma ótica ontogenética, o jogo se fundamenta como atividade sublimatória no seu estatuto de nexos entre a constituição do sujeito e a cultura (Mijolla-Mellor, 2005). A sublimação envolve um processo de transformação psíquica, uma operação de ultrapassagem de si mesmo e, portanto,

uma negociação do narcisismo (Mijolla-Mellor, 2012). As ressonâncias narcisistas do ganhar e do perder no jogo levam a essa negociação entre investir libidinalmente o prazer de pensar e suportar a tensão de resolver os conflitos que a partida apresenta à luz do interdito da regra e da inteligência do adversário.

### *Ganhar, perder e a rivalidade edípica em jogo*

Vários autores apontaram que, durante a latência, a necessidade de ganhar no jogo representa o desejo de vencer a conflitiva edípica (Gutton, 1973/2009; Arbisio, 1997/2007; Oder, 2008). A situação de competição, interpretada como uma analogia com o conflito edípico, também foi assinalada por Laplanche e Pontalis (2009): nela se confrontam desejos contrários que, por sua vez, enfrentam a interdição. A proibição do incesto na situação de jogo é a regra, que terceiriza e transcende aos adversários. O parceiro-adversário, na sua função de alteridade, convoca, por um lado, sua destruição simbólica na derrota e, simultaneamente, a autoconservação narcisista na vitória.

A competição fraterna foi um dos temas desenvolvidos por Freud (1938/1996) tanto na “rivalidade edípica” entre irmãos reais, como também na explicação mítica da horda primitiva. Na obra “Totem e tabu”, o autor desenvolve os fundamentos da lei do incesto com base na hipótese mítica do assassinato de um pai primordial todo-poderoso que foi posteriormente internalizado pelos filhos em um sentimento de culpa organizador da sociedade. O especialista em jogos Lino de Macedo (1995, p. 8) comenta que, etimologicamente, *competir* é “pretender simultaneamente a mesma coisa”. O autor problematiza a crítica à competição salientando que é sua a dimensão cultural e política de reagir diante dela que promove seus aspectos hostis. Em uma analogia entre a competição nos jogos e na vida da criança, Macedo lembra que, assim como nos primeiros a meta é ganhar, na vida, os filhos competem para ganhar o amor dos pais.

Em termos de desenvolvimento psicosssexual, o complexo de Édipo é também uma grande estrutura de competição pelo amor de um progenitor. A filha compete com a mãe pelo amor do pai e o filho com



seu pai pelo amor da mãe (Freud, 1924/1996). Os dois competem pelo amor de um terceiro, mas no jogo edípico a história (no melhor dos casos) já tem um vencedor *a priori*. A promessa edípiana é a promessa de uma vitória futura (Arbisio, 1997/2007). Se o pai e a mãe são sempre melhores jogadores durante a infância fálica, após a puberdade essa competição será reeditada, mas desta vez com verdadeiras chances de ganhar o amor de um objeto extra-familiar.

A respeito da tensão do risco de perder, a psicanalista israelense Oder (2008) afirma que, na clínica, a estrutura do jogo de regras constitui um *setting* que oferece segurança e proteção, facilitando a observação da expressão afetiva no marco legítimo do caráter lúdico. A autora assinala que os jogos de mesa funcionam como uma técnica projetiva que permite o acesso ao mundo interno da criança. Nesse contexto, o estudo da psicodinâmica infantil inclui a distorção ou desconsideração das regras. Esse comportamento pode ser interpretado como a manifestação da permanência do pensamento mágico e onipotente em crianças que não podem aceitar perder no jogo sem vivenciá-lo com uma perda do Ego (Oder, 2008).

No que diz respeito ao desenvolvimento psicosexual, a deformação da regra ao bel-prazer é um comportamento típico e esperado em crianças na fase fálica que ainda interagem com a regra a partir de parâmetros simbólicos e intuitivos. Nesse sentido, embora enganar durante a partida possa ser também uma expressão da criatividade e do estilo singular de uma criança, no contexto do período da latência, espera-se a prevalência do princípio de realidade encarnado nas regras. Elas funcionam como o consenso que enquadra a livre expressão de movimentos e jogadas, aceitando o risco de perder. Mesmo quando a experiência clínica permite observar “trapaças” extremadamente criativas que dão indícios da inteligência da criança, não por isso deixam de constituir procedimentos restritivos que descaracterizam o jogo e seu caráter de reciprocidade.

Assim, durante a partida, o conflito entre instâncias acontece no confronto do princípio de prazer, no desejo de vencer, com a postergação desse prazer regulado pelo princípio de realidade. Essa coexistência dinâmica entre processos primários e secundários, entre o prazer e a realidade, viabiliza a criatividade característica do que Green (1996) denominou como “processos terciários”. O pensamento e a lógica

requerem adiamento do prazer e anulação da hegemonia dos processos primários que converteriam o jogo em simbólico.

Entretanto, o atual discurso social midiático do ganhar e do perder prega o narcisismo exacerbado (Souza, 2014). Essa conjuntura favorece o imaginário ficcional de celebridades de ganhadores (a expressão “ser um *looser*”, ou seja, “perdedor”, tornou-se uma expressão linguística desse fenômeno), cujas vidas estariam regidas pelo puro princípio de prazer da fama e do sucesso. É nesse cenário cultural que se exige um dos quesitos nodais do período de latência, tanto na vivência do jogar como na escolarização, e que reside em suportar o olhar do outro ao ficar exposto a uma possível derrota ou ao erro.

Se para aprender é necessário se saber desconhecedor, para jogar é imprescindível saber-se exposto à dialética do ganhar e perder. Nesse enquadramento, a psicanálise nos remete ao confronto com a ameaça de castração inerente às dinâmicas do aprender e do jogar, desafios nos quais o sujeito precisa suportar a tensão entre a dúvida do desconhecido e a certeza do familiar (Mijolla-Mellor, 1992/2006). Destarte, as confluências entre as instigações do jogo e a situação de aprendizagem escolar é outro ponto fecundo da utilização desse instrumento na clínica com crianças do período de latência.

### *O jogo na clínica com crianças em trabalho de latência*

Em 1913, Freud admitiu as dificuldades de formação e exercício da psicanálise expondo uma analogia entre suas regras e o jogo de xadrez:

Todo aquele que espera aprender o nobre jogo do xadrez nos livros, cedo descobrirá que somente as aberturas e os finais admitem uma apresentação sistemática exaustiva e que a infinita variedade de jogadas que se desenvolvem após a abertura desafia qualquer descrição desse tipo. Essa lacuna na instrução só pode ser preenchida por um estudo diligente dos jogos travados pelos mestres. As regras que podem ser estabelecidas para o exercício do tratamento psicanalítico acham-se sujeitas a limitações similares (Freud, 1913/1996, p. 137).

Mesmo sendo um assíduo jogador de xadrez, somente em uma ocasião ao longo da sua obra Freud (1920/1996) se ocupou de analisar um jogo,

o famoso *fort-da* ou jogo do carretel. Pelas suas características, responde à categoria de jogo simbólico ou brincadeira, atividade habitualmente abordada nos trabalhos da psicanálise (Oliveira, & Fux, 2014). Não obstante, se a literatura psicanalítica se mostra quase desprovida de estudos sobre jogos, isso não necessariamente significa que o jogo não seja reconhecido pelos psicanalistas de crianças como um elemento típico do período da latência (Steibel *et al.* 2011; Souza, 2014).

Donald Winnicott é um dos autores clássicos que mais produziu em torno do lúdico. A tradução da sua obra *O brincar e a realidade* (1972) trouxe questionamentos fundamentais sobre a palavra *playing* para outros idiomas. No francês e no espanhol, por exemplo, não existe distinção linguística entre dois termos para se referir ao jogar e ao brincar. Ambos são expressos a partir dos verbos *jouer* e *jugar*, respectivamente. Interessante destacar que, no prólogo da versão espanhola do livro, Pontalis (de acordo com Winnicott, 1972) assinala que essa indistinção léxica denotaria que também há regras no jogo simbólico, ainda que pareça que a criança pequena esteja fazendo “qualquer coisa” quando brinca. Contudo, a leitura dessa questão não é consenso. Com base no texto winnicottiano, Bailly (2001) relaciona o verdadeiro *self* com a capacidade de brincar e o falso *self* com a capacidade de jogar. O autor postula que, enquanto o brincar é um ato criador e inventivo do sujeito, que permite variações, os jogos são limitados para esse fim.

Diferentemente dessa interpretação, Oder (2008) advertiu que, com frequência, quando uma criança do período da latência não quer brincar ou desenhar, essa atitude costuma ser interpretada como “resistência à terapia”. Mas a autora discorda e aponta que as propostas de imaginação podem não ser significativas para o sujeito pelas características dessa etapa do desenvolvimento. Também por esse ângulo, Bellinson (2013) defende que, se a linguagem da primeira infância é a ação e a linguagem do adulto é a palavra, a da criança da latência seria o jogo estruturado.

Uma analogia entre o jogo e a música sintetiza o postulado de que o jogo de mesa não evita a criatividade nem a expressão subjetiva: o criador do jogo seria o compositor, e os jogadores os músicos (Oder, 2008). Ambos, jogadores e músicos, seguem regras, consensos e instruções, mas criando as suas próprias interpretações. Afirmar, então, que os jogos não

permitted a expression of fantasies and unconscious desires shows a reductionist reading that only considers motor mechanisms, such as playing with blocks and moving pins. Observing the reactions and decisions of the child during play allows analyzing its affective dynamics when considered intentionality, as gestures and bodily expressions, verbalizations, ambiguities, forgetfulness and the expression of feelings in front of conflict, victory or defeat (Oder, 2008).

The analysis of the distinction between playing and playing results, thus, questionable, being more significant due to the development of psychosexual than by its use in the clinic. Winnicott (1963/1993), for example, relativized the use of the free association method with children of the latency period, warning about the feeling of threat that awakens in them. In this way, the choice (not exclusive) of the analyst between playing and playing is justified, on the one hand, by the characteristics and singular needs of the analyzed. On the other hand, in typical and desirable psychical works of each stage of psychosexual development, but also in fears and anxieties that proposals may awaken.

In the clinic, it is observed that, from the beginning of fundamental teaching, the symbolic game is less chosen by children (Denis, 2011; Souza, 2014). Notwithstanding, drawings and dramatization games can also be proposed both in the care of school children as well as of adolescents and adults. The supposed limits of the game structure are then more congruent with its approach in the clinical device, or rather, *as it is used as an instrument, as with the nature of the game in itself*.

In the case of the device of group interventions with games, the typical and dynamic of the demands that the Ego must face from the Id, the Superego and the outside world (Freud, 1923/1996) conform a matrix of analysis of the Ego of the child in the face of relationships of external and intrapsychic dependence. Among the external ones are the game – as object and system of rules –, the parents and the adult-therapist. Among the internal ones, the demands of the Id (the desire for victory governed by the principle of pleasure and the primary process) and the Superego in relation to the fulfillment of the rules (demands of internalized parents, guilt, feelings of shame, Ideal

do Ego). Nessa dinâmica, os mecanismos de defesa visarão preservar a organização do Ego diante dessa multiplicidade de exigências do meio e intrapsíquicas.

Com base nessa perspectiva, cada partida abre espaço para observar e analisar diversas posições subjetivas, que Lenoble (2010) define como as modalizações ou os estilos com que o sujeito investe os processos de pensamento. Para a autora, pensar, construir hipóteses, defendê-las, colocá-las à prova, abandoná-las e reconstruí-las supõem autoconfiança e autonomia, aspectos que conformam uma posição subjetiva (Lenoble, 2010). Assim, o dispositivo do jogo permite um enfoque dialético de análise na tensão da dupla prazer-desprazer e singular-coletivo. Constitui, ao mesmo tempo, um desequilibrador e uma possibilidade de elaboração, tal como as propostas de produção simbólica oral, gráfica e escrita (Schlemensson, 2009).

Dentro do marco do jogar, a repetição pode resultar em possibilidade ou obstrução. No primeiro caso, por ser exercício para a consolidação de estratégias. No segundo, pela rigidez limitante dos mecanismos de defesa quando sua função é evitar a incerteza, o desequilíbrio e a falta (Arbisio, 1997/2007; Denis, 2011). Sendo um meio para observar esquemas de ação recorrentes, tal como assinalado por Freud (1914/1996), cabe ao psicanalista apontar a repetição para, assim, poder elaborar, por exemplo, a tendência de trapacear para ganhar, reduzir o acaso e reduzir a angústia do desconhecido.

Desse modo, concordando com os autores supracitados em relação ao potencial dos jogos na clínica com crianças, e salientando a necessidade de ampliação do clássico leque de recursos (desenho, brincadeira, interpretação de sonhos e/ou produções discursivas), cabe refletir acerca do seu uso no contexto da queixa escolar, motivo de consulta recorrente durante o período de latência.

### *Prazer de pensar e queixa escolar*

Para o francês Bernard Golse (2010), o recalçamento da latência é uma co-construção dialética. Não é puramente endógeno, mas induzido pelos pais e pela cultura. O processo de recalçamento pulsional edipiano

das crianças resulta inconscientemente incitado pelos progenitores. Metapsicologicamente, constitui um fato econômico que, segundo o autor, traz ganhos duplos. Por um lado, em termos de economia pulsional relacional, evita que os pais tomem consciência de suas moções contraedipianas. Por outro, no prisma sociocultural, na maioria das sociedades se apresenta como uma vantagem para o ingresso obrigatório na escola (Golse, 2010).

O papel da escola no desenvolvimento expansivo ou restritivo dos trabalhos da latência é notório (Zulueta, 2010; Souza, 2014). A instituição escolar funciona como um palco de exposição de conflitos que passam a ser manifestados em um domínio público extrafamiliar. Essa passagem exogâmica explica, em parte, que a demanda de atendimento clínico por dificuldades escolares seja prevalente nesse período (Zulueta, 2010; Steibel *et. al.*, 2011; Denis, 2011; Arbisio 1997/2007; Urribarri, 2012; Souza, 2014). A escola inaugura um espaço de inclusão e exclusão que, na latência, pode reviver a angústia do percurso edipiano de ser excluído da dupla parental. A instituição escolar reconfigura essa dupla em um contrato narcisista (Aulagnier, 1975/2001) simbolicamente assinado com as crianças que estabelece expectativas e define o ser “bom aluno”, marcando a fronteira entre os bem-sucedidos incluídos e os que “não aprendem” excluídos.

Novamente com base em Winnicott (1963/1993), pode-se afirmar que, durante a latência, o jogo funciona como um espaço transicional entre a criança e a aprendizagem escolar. É transicional porque a diferença dos conteúdos escolares não carrega consigo a demanda parental e social de ser bem-sucedido, tal como acontece no contrato narcisista implícito do triângulo criança/pais/escola (Aulagnier, 1975/2001). Assim, para uma criança com dificuldade escolar, um tabuleiro providencia a margem de espaço lúdico que a distancia do real do caderno de escola ou da folha de exame. A interação com o conflito e os desafios intelectuais no contexto lúdico ameniza o sentimento de ameaça de punições e a necessidade de reconhecimentos e confirmações externas (como notas escolares). Nesse sentido, conforme Huizinga (1938/2000), o jogo permite uma “consciência de ser” diferente da vida cotidiana. Em uma ótica metapsicológica, esse diferencial do “ser” lúdico em relação ao ordinário conforma-se na

articulação de processos primários e secundários propiciada na interação com símbolos e regras e também na dinâmica intersubjetiva com o adversário (ou consigo mesmo, no caso dos jogos individuais).

Nessa dimensão da metapsicologia freudiana, princípio de prazer e de realidade são forças em constante conflito durante a partida. É nessa oposição que se instaura o prazer de pensar (Mijolla-Mellor, 1992/2006), quando o segundo toma primazia em função de salvaguardar as aspirações lógicas, éticas e estéticas do Ego. Portanto, postergar o prazer no intuito de ganhar não significa que o jogo só faz sentido por seu resultado vitorioso. Tal como na analogia freudiana entre o tratamento psicanalítico e o jogo de xadrez, o prazer de pensar se apresenta na primeira peça colocada no tabuleiro, na tensão que promove o enigma de não saber o que acontecerá no desenrolar da partida. As aberturas do jogo dão lugar a uma infinidade de possíveis jogadas. O prazer maior é postergado em um potencial resultado favorável, que se antecipa em pequenas doses na tensão de fazer um bom movimento, de conseguir interpretar a jogada do outro ou de planejar uma boa estratégia. Nesse sentido, desabrocha a função ambígua do princípio de prazer, que remete a uma mescla de prazer/desprazer e mantém a tensão do aparelho psíquico em níveis de cargas inconciliáveis com seu transbordamento (David-Ménard, 2015).

No que diz respeito aos processos de sublimação, cabe lembrar que os jogos são bem anteriores à escola. A escola é uma invenção da modernidade e o jogo é contemporâneo da origem da escrita (Lhôte, 1995). Filogeneticamente, ele teve origem na capacidade humana de sentir prazer intelectual e criar. Assim, o jogo é paradigmático do prazer de pensar porque nunca foi nem é útil para a sobrevivência (Caillois, 1986). Em virtude da sua gênese, encarna um trabalho sublimatório na intersecção entre o prazer e o intelecto, ao modo de outras atividades culturais como artes, esportes, ciência, etc. O exercício da inteligência humana, nessa acepção sublimatória, pressupõe escolha subjetiva e liberdade estética. Jogar configura, então, um espaço de expansão nesse estatuto da inteligência para além das suas relações com a padronização do quociente intelectual ou do sucesso escolar.

Nesse sentido, o ato de jogar é patrimônio humano e cada membro da espécie que se apropria dessa conquista filogenética a reconstrói na

ontogênese. Portanto, a intervenção clínica com jogos promove um duplo encontro com o tempo histórico. Por um lado, com o seu caráter arcaico, tanto material como gestual, que se reflete, por exemplo, em um tabuleiro de madeira ou em um lance de dados. Por outro, constitui a junção com a transmissão e continuidade geracional que mantém e recria o consenso social das regras. A regra, simultaneamente, configura o limite e a possibilidade de um enquadre em torno do qual gravita o coletivo. Entretanto, o dispositivo interpela, ademais, uma posição subjetiva não só na criação de novas estratégias, mas também na re-criação das próprias regras e das modalidades de jogos.

Os espaços sociais de exercício do prazer intelectual, de “ócio digno” (Macedo, 1995), são diversos. A escola poderia ser um deles. No entanto, a escolarização é inevitável, mas sentir prazer, como sujeito pensante na experiência dialética de valorização do mundo e do si mesmo, é aleatório e contingente (Macedo, 1995). Quando o pensamento fica restringido a um caráter adaptativo e funcional da subsistência, o prazer de pensar fica distante de ser um direito garantido na passagem geracional do contrato narcisista (Schlemenson, 2009). Porque, tal como o espírito lúdico, o prazer de pensar entrama ética, lógica e estética. Nas palavras de Piera Aulagnier (1986, p. 245), “ter que pensar, ter que duvidar do pensado, ter que verificá-lo: essas são as exigências que o Eu não pode esquivar, o preço com o qual paga seu direito de cidadania no campo social e sua participação na aventura cultural”.

Contudo, garantir essa aventura cultural do prazer de pensar não depende só da escolha individual da criança, mas também da presença de adultos que desfrutem e valorizem o pensamento autônomo e com os quais ela possa se identificar e compartilhar seu exercício em um ambiente social diversificado em objetos culturais. Em coerência com o paradigma intersubjetivo do desenvolvimento psicosssexual, a latência é sempre uma co-construção no encontro da criança com o funcionamento étnico-sociológico de seu grupo de pertencimento (Golse, 2010). Por esse motivo, quando acompanhado de um espaço de discussão e trocas, intervir com jogos promove a expansão do prazer de pensar, do desejo de investir novidades, e da vivência íntima de autovalorização como sujeito pensante.



Sendo refletido e articulado a um arcabouço teórico, cada instrumento lúdico pode tornar-se um recurso de apropriação de novidades e de abertura a novos possíveis. Mas se a proposta não convoca o sujeito, sua ação fica no registro do “faz de conta”, no mero cumprir de uma tarefa concebida como uma imposição externa. Desse modo, quando o desequilíbrio e o conflito não fazem sentido para motivar sua resolução, o potencial do jogo como trabalho sublimatório fica empobrecido ou anulado. A manifestação de uma posição subjetiva é propiciada pelas intervenções clínicas na medida em que conseguem convocar a criança diante do enigma, seja com um jogo que não se conhece ou com propostas de desconstrução, reflexão e ressignificação do cotidiano escolar.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na clínica com crianças do período da latência, o jogo resulta um instrumento frequentemente utilizado e, portanto, precisa de mais pesquisas teórico-clínicas para especificar sua abordagem dentro das peculiaridades do *setting* psicanalítico. Estudos de casos e trabalhos empíricos poderão afinar o delineamento de estratégias de intervenção baseadas nessa valiosa ferramenta.

Tal como apontado por Oder (2008), a capacidade de interagir com jogos de regra é um indicador de desenvolvimento da latência por requerer conquistas desse período, tais como a reconhecimento da realidade, dos outros e a habilidade de cooperar com o mundo exterior sentindo prazer. Em função disso, tornam-se ferramentas de intervenção que promovem a instauração de novas formas de investimento do pensar e das relações intersubjetivas. Diante do que foi exposto, a riqueza dos jogos na clínica com crianças do período de latência se fundamenta, pelo menos, em três bases: (1) constituem instrumentos arcaicos para o exercício do prazer de pensar; (2) instalam a necessidade de descentração e reconhecimento da alteridade para interagir com outros conforme regras que funcionam como um terceiro na matriz edipiana e, (3) permitem a configuração do conflito em um contexto ecológico que funciona no modelo winnicottiano de um espaço transicional entre a realidade e a imaginação.

Em síntese, cada partida de jogo responde à metáfora da ponta do *iceberg* de um complexo entramado de fatores conscientes e inconscientes que operam e se manifestam em um fragmento espaço-temporal, sendo o tabuleiro um “espelho do pensamento” (Lhôte, 2010). Assim, os jogos são instrumentos clínicos de observação e análise psicodinâmica da organização do pensamento, de posições subjetivas e de modalidades libidinais prevalentes. No prisma do desenvolvimento psicosexual, os jogos são criações culturais que correspondem às conquistas da latência, constituindo, por um lado, objetos de investimento libidinal e, por outro, atividades com potencial para trabalhos sublimatórios e para a constituição subjetiva do prazer de pensar.

## REFERÊNCIAS

- Arbisio, C. (2007). *L'enfant de la période de latence*. Paris: Dunod. (Original publicado em 1997)
- Aulagnier, P. (1986). *Un interprète en busca de sentido*. México: Siglo XXI.
- Aulagnier, P. (2001). *La violencia de la interpretación*. Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado em 1975)
- Bailly, R. (2001). Le jeu dans l'œuvre de Winnicott. *Enfances & Psy*, 3/2001 (no15), 41-45.
- Bellinson, J. (2013). Board games in psychodynamic psychotherapy. *Child Adolesc Psychiatric Clin*, 22, 283-293.
- Caillois, R. (1986). *Los juegos y los hombres. La máscara y el vértigo*. México: FCE
- David-Ménard, M. (2015). Como ler Além do princípio do prazer? *Reverso*, 37(69), 99-112. Recuperado em 15 abr. 2018 de <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-73952015000100011&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952015000100011&lng=pt&tlng=pt)>.
- Dell'Agli B. A., & Brenelli, R. P. (2009). Análise dos aspectos afetivos em atividades lúdicas e escolares. In Macedo, L. (Org.), *Jogos, psicologia e educação: teoria e pesquisas*, p. 117-129. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Denis, P. (2011). *De l'âge bête, La période de latence*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Doyen, C., Contejeana, Y., Rislera, V., Aschb, M., Amadoc, I., Launayd, C., De Bois Redona, P., Burnoufa, I., & Kaye, K. (2015). Thérapie par remédiation cognitive chez les enfants: données de la littérature et application clinique dans un service de psychiatrie de l'enfant et de l'adolescent. *Archives de Pédiatrie*, 22, 418-426. Recuperado em 18 jun. 2018 de <<https://doi.org/10.1016/j.arcped.2015.01.012>>.
- Freud, S. (1996). Três ensaios sobre a sexualidade. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. VII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1905)
- Freud, S. (1996). Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 12. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1911)

- Freud, S. (1996) Sobre o início do tratamento. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 12. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1913)
- Freud, S. (1996). Recordar, repetir e elaborar (Novas recomendações sobre a técnica da Psicanálise II). In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 12. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1914)
- Freud, S. (1996). (Conferências de introdução à psicanálise). In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 15. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1916)
- Freud, S. (1996). Além do princípio do prazer. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 18. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1920)
- Freud, S. (1996). O ego e o id. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 19. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1923)
- Freud, S. (1996). A dissolução do Complexo de Édipo. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 19. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1924)
- Freud, S. (1996). Esboço de psicanálise. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 23. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1938)
- Garbarino, M. I. (2017). *Construção do prazer de pensar e desenvolvimento: um estudo teórico-clínico com crianças em dificuldade escolar*. (Tese Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo). doi 10.11606/T.47.2017.tde-24072017-181914.
- Golse B. (2010). *Les destins du développement chez l'enfant*. Toulouse: ERES.
- Green, A. (1996). *La metapsicología revisitada*. Buenos Aires: Eudeba.
- Gutton P. (1973/2009). *Le jeu chez l'enfant*. Paris: Larousse. (Original publicado em 1973)
- Houdé, O. (2014). Le raisonnement. Coleção *Que sais-je?* Paris: Puf.
- Houdé, O. (2015). Génération Z: le cerveau des enfants du numérique. *Sciences et Avenir*. Recuperado em 20 abr. 2017 de <[https://www.sciencesetavenir.fr/sante/generation-z-le-cerveau-des-enfants-du-numerique\\_18861](https://www.sciencesetavenir.fr/sante/generation-z-le-cerveau-des-enfants-du-numerique_18861)>.

- Huizinga, J. (1938/2000). *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva. (Original publicado em 1973)
- Laplanche, J., & Pontalis, J. B. (2009). *Diccionario de Psicoanálisis*. Buenos Aires: Paidós.
- Le Corre, V. (2015). De quelques aspects de l'expérience vidéo-ludique. *Savoirs et clinique*, 18(1), 43-52. Recuperado em 10 dez. 2018 de: <doi:10.3917/sc.018.0043>.
- Lenoble, É. (2010). La langue à l'épreuve du scolaire: que nous apprennent les enfants en mal de lecture et d'écriture? *Enfances & Psy*, 47(2), 128-140. Recuperado em 6 jul. 2017 de <doi:10.3917/ep.047.0128>.
- Levin, E. (2012). Angustia, diagnósticos e infância. ¿dónde está el sujeto? *Práxis Revista do ICHLA*, Instituto de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2, 9-18. Recuperado em 7 out. 2017 de: <https://doi.org/10.25112/rp.v2i0.728>.
- Lhôte, J. M. (1995). *Histoire des jeux de société: géométries du désir*. Paris: Flammarion.
- Lhôte, J. M. (2010). *Le symbolisme des jeux*. Paris: Éd. Berg International.
- Macedo, L. (1995). Os jogos e sua importância na escola. *Cadernos de Pesquisa*, 93, 5-10. Recuperado em 15 mar. 2015 de <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/843/850>.
- Macedo, L. (2009). *Jogos, psicologia e educação: teoria e pesquisas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Macedo, L.; Petty, A. L., & Passos, N. C. (2010). *4 Cores, Senha e Dominó: oficinas de jogos em uma perspectiva construtivista e psicopedagógica*. São Paulo: Casa do Psicólogo. (Original publicado em 1997)
- Mijolla-Mellor, S. (1992/2006). *Le plaisir de pensée (Une lecture de l'oeuvre de Piera Aulagnier)*. Paris: PUF.
- Mijolla-Mellor, S. (2005). *La sublimation*. Que sais-je?. Paris: Puf.
- Mijolla-Mellor, S. (2012). (Org.). *Traité sur la sublimation*. Paris: PUF.
- Oder, A. (2008). The use of board games in child psychotherapy. *Journal of Child Psychotherapy*, 3(34), 364-383. Recuperado em 4 jul. 2015 de <https://doi.org/10.1080/00754170802472893>.
- Oliveira, H. M., & Fux, J. (2014). Considerações psicanalíticas sobre os jogos de esconder: do puti ao esconde-esconde. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 17(2), 255-269. Recuperado em 8 set. 2018 de <https://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982014000200007>.

- Piaget, J. (1994). *O Juízo moral na criança*. São Paulo: Ed. Summus. (Original publicado em 1932)
- Piaget, J. (1975). *A formação do símbolo na criança*. Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1945)
- Queiroz, S. S., Dias, L. P., Chagas, J. D., & Nepomoceno, P. S. (2011). Erros e equilíbrio em psicologia genética. *Psicologia Escolar e Educacional*, 15(2), 263-271. Recuperado em 9 out. 2018 de <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v15n2/v15n2a08.pdf>>.
- Ramos, D. K., Rocha, N. L., Rodrigues, K. J. R., & Roisenberg, B. B. (2017). O uso de jogos cognitivos no contexto escolar: contribuições às funções executivas. *Psicologia Escolar e Educacional*, 21(2), 265-275. Recuperado em 27 fev. 2018 de <<https://dx.doi.org/10.1590/2175-3539201702121113>>.
- Schejtman, R. C. (1999). Los juegos del niño en la actualidad. Su incidencia en la estructuración del psiquismo. *Revista Topia: Psicoanálisis, Sociedad y Cultura*, 8(24), 33-35.
- Schlemenson, S. (2009). *La clínica en el tratamiento psicopedagógico*. Buenos Aires: Editorial Paidós.
- Solinski, B. (2013). Jean-Marie Lhôte, histoire du hasard en occident. *Questions de communication*. 24/2013, 473-474. Recuperado em 01 jun. 2015 de <<https://www.cairn.info/revue-questions-de-communication-2013-1-page-473.htm>>.
- Souza, A. S. L. (2014). Re-visitando a latência: reflexões teórico-clínicas sobre os caminhos da sexualidade. *Psicologia USP*, 25(2), 155-161. Recuperado em 20 jun. 2017 de <<https://dx.doi.org/10.1590/0103-656420130003>>.
- Steibel D., Hallberg A. E., Sanchotene B., Campezzatto P. V. M., Silva M. R., & Nunes M. L. T. (2011). A latência na atualidade: considerações sobre crianças encaminhadas para psicoterapia. *Aletheia*, 35-36, 51-68. Recuperado em 4 mai. 2018 de <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-03942011000200005&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942011000200005&lng=pt&tlng=pt)>.
- Taquet, P. (2015). *Addiction au jeu vidéo: Processus cognitifs, émotionnels et comportementaux impliqués dans son émergence, son maintien et sa prise en charge*. Tese de doutorado, Université Charles de Gaulle – Lille III, Lille, França.

- Urribarri, R. (1999). Descorriendo el velo sobre el trabajo de la latencia. *Revista Latino-Americana de Psicanálise FEPAL*, 3(1), 257-292. Recuperado em 18 out. 2018 de <<https://catedraedipica.files.wordpress.com/2010/02/descorriendo-el-velo-sobre-el-trabajo-de-la-latencia-urribarri.pdf>>.
- Urribarri, R. (2012). *Estruturação psíquica e subjetivação da criança em idade escolar*. São Paulo: Escuta.
- Winnicott, D. (1972). *Realidad y Juego*. Barcelona: Ed. Gedisa.
- Winnicott, D. (1993). El análisis del niño en el período de latencia. In D. Winnicott [Autor], *Los procesos de maduración y el ambiente facilitador* (p. 149-160). Buenos Aires: Paidós. (Original publicado em 1963)
- Zulueta, A. L. (2010). Logros y fracasos de la latencia como parámetros del diagnóstico clínico. *Psicopatol. salud mental*, 16, 21-28. Recuperado em 19 jun. 2017 de <<http://www.fundacioorienta.com/wp-content/uploads/2019/02/Lasa-Alberto-16.pdf>>.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Os “jogos” podem incluir jogos de mesa, de tabuleiro, baralho, dados, papel e lápis, etc. Essa categoria exclui as denominadas brincadeiras, jogos de faz de conta ou jogo simbólico. O vocábulo “jogos virtuais” contempla os jogos eletrônicos, videogames e jogos da *internet*, seja em plataformas como celular, computadores, televisão, *tablet*, etc.
- <sup>2</sup> Todas as traduções do espanhol e do francês ao português são da autora.
- <sup>3</sup> A realidade aumentada do jogo eletrônico. *Pokemon Go* é um exemplo.
- <sup>4</sup> Valem duas ressalvas. Por um lado, para facilitar a leitura do texto, optou-se por deixar o termo Ego (em vez de Eu) por ser a nomenclatura prevalente nas traduções aqui utilizadas, tanto nas obras freudianas como nas contemporâneas. Por outro, cabe assinalar que neste trabalho apresentam-se reflexões em torno do jogo, sendo este uma proposta possível, entre outras, da clínica com crianças. Analisasse o jogo no contexto do desenvolvimento psicosssexual e das transformações da organização do psiquismo, do pensamento e do Ego na infância, temáticas psicanalíticas vigentes e presentes desde a fundação da obra freudiana. Portanto, tal como é fundamentado ao longo do trabalho, nossa abordagem situa-se longe de uma leitura “adaptacionista”, sendo que, com base no recorte teórico-clínico escolhido, a análise do jogo nos trabalhos da latência não desestima a lógica do desejo e do inconsciente, pilares da ética da psicanálise.

Recebido em 16 de março de 2019

Aceito para publicação em 22 de outubro de 2020

## NO INÍCIO, ERA O CORPO

*Antonio Henrique Ruiz Nakashima\**  
*Érico Bruno Viana Campos\*\**

Resenha: Rank, O. (2016). *O trauma do nascimento: e seu significado para a psicanálise*. (E. G. de Castro, Trad.). São Paulo: Cienbook. (original publicado em 1924). 191p.

Pertencente à primeira geração de analistas, entre seus colegas Otto Rank era o único que não possuía formação médica. Sua participação no movimento psicanalítico foi marcada por intensa colaboração, ocupando cargos de secretário na Sociedade Psicanalítica de Viena, redator de revistas e diretor da Editora Internacional de Psicanálise. Manteve interesse profícuo pelo campo das artes e da mitologia, como é possível observar por suas produções intelectuais. O livro ao qual dedicamos a presente resenha, *O trauma do nascimento*, foi publicado em 1924. Pela primeira vez, dispomos de uma tradução em português vertida diretamente do alemão.

Nele, Rank parte dos construtos teóricos freudianos, esboçando uma breve história do desenvolvimento da psicanálise, que se assenta em um trabalho alicerçado na primazia do inconsciente na vida psíquica. Salienta que a pesquisa psicanalítica sempre parte da superfície rumo às profundezas mais recônditas e de difícil acesso. Nesse movimento, o analista inevitavelmente se deparara com um limite natural que constituiria a fundamentação do próprio psiquismo. Ele propõe que o inconsciente teria um fundamento biológico, correspondente a

---

\* Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Psicólogo do SEAPES (Serviço de Apoio Psicológico ao Estudante) da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB – Unesp).

\*\* Doutor em Psicologia Experimental pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista (Unesp).



momento do nascimento, com sua característica de ruptura, o trauma do nascimento. Assim, a origem do psiquismo coincidiria com esse trauma.

Enfocando o que ocorre na situação analítica, Rank observa que, em muitos casos, o processo de cura expressa-se simbolicamente como um segundo nascimento. A fantasia do segundo nascimento era muito conhecida, sendo fartamente observada por outros analistas. Porém Rank incomodava-se com o fato de não existir um substrato real para ela. Suas proposições tomam o ato no nascimento como a referência a partir da qual toda a inteligibilidade sobre o psiquismo deveria ser elaborada. Dessa forma, entende que o investimento libidinal sobre o analista, que fundamenta o fenômeno da transferência, é derivado da fixação na mãe. “[...] A verdadeira libido de transferência [...] é uma libido maternal, tal como ela se dá no elo fisiológico pré-natal entre a criança e a mãe” (p. 28). O tratamento transcorre lastreado por uma relação primordial, “puramente fisiológica” (p. 27), estabelecida entre o bebê e o corpo materno. Tal como ocorre no ato do nascimento, a fantasia do segundo nascimento implica uma separação: a libido fixada no analista é libertada, de modo que o tratamento reproduz o nascimento de maneira completa, proporcionando uma separação do corpo da mãe. É sublinhado o caráter biológico de tal reprodução, não se pautando somente pela dimensão metafórica. “[...] Na situação analítica, o paciente reproduz, por assim dizer, biologicamente o período de gestação e, no fim da análise, na separação do objeto de substituição, ele reproduz o ato do nascimento, praticamente em todos os seus detalhes” (p. 27).

A dimensão biológica do corpo focalizada no momento do nascimento é tomada como elementar para a compreensão dos fenômenos psíquicos. Reconhece-se o nascimento como “*o último substrato biologicamente compreensível do psíquico*, chegando assim ao exame do *fundamento e do núcleo do inconsciente*, sobre cuja compreensão se ergue a estrutura criada por Freud da primeira psicologia abrangente e fundamentada psiquicamente” (p. 22, grifos nossos). Toda a estrutura conceitual psicanalítica, oferecendo uma explicação ao psiquismo, teria como lastro o fundamento biológico constituído pelo momento de ingresso à vida. Dessa forma, Rank coloca em destaque a força essencialmente biológica do inconsciente. A realidade psíquica, composta por fantasias que sustentam

as formações sintomáticas, estaria subordinada a uma realidade biológica e a angústia, afeto *princeps*, seria definida pelo ancoramento psíquico de prejuízos fisiológicos atinentes ao momento do nascimento, ou seja, todo o mal-estar relacionado à passagem do meio intrauterino para o mundo.

O principal objetivo da obra é o reconhecimento dessa “lei de formação biologicamente fundamentada” (p. 23) que determina todas as produções psíquicas, procurando antever os problemas que dela decorrem. O segundo objetivo corresponde ao “estabelecimento de um quadro sintético de toda a evolução psíquica da humanidade” (p. 23), partindo do referente atribuível ao trauma do nascimento: o significado último de todas as produções psíquicas corresponderia à tentativa de superar esse trauma. O autor, ao longo do livro, dedica-se ao desenvolvimento das formas segundo as quais o trauma do nascimento comparece nos âmbitos da reprodução neurótica na adaptação simbólica, na idealização estética, nas formações religiosas e na especulação filosófica. Dedicase um capítulo para cada um desses temas.

O trauma do nascimento constitui um marco que instaura a divisão de dois estágios: a vida intrauterina, à qual está relacionada toda experiência de prazer; e a vida extrauterina, que requer um processo de adaptação. A situação intrauterina corresponderia ao horizonte para o qual está vetorizada toda ação humana, de maneira que há uma tendência a voltar para dentro do corpo materno em busca da original vivência de prazer. A adaptação é entendida como os esforços para superar o trauma do nascimento, biológica e culturalmente, procurando aproximar o mundo exterior do estado primitivo vivido anteriormente. Nesse sentido, o homem procura restabelecer o estado primitivo prazeroso por meio das elevadas criações culturais: arte, religião, filosofia, mitologia. Os esforços humanos na direção da construção de habitações mais confortáveis, climatizadas e seguras podem ser entendidos sob essa perspectiva da adaptação. Tal diretriz segue seu curso tendo como referência a substituição da mãe por uma parcela cada vez maior do mundo exterior. “[...] O recém-nascido não poderia viver se não *substituisse a mãe* pela porção do mundo exterior que lhe é mais próxima e, por conseguinte, pelo mundo exterior em sua totalidade”. (p. 100, grifos nossos). O mundo exterior vai, aos poucos, tornando-se uma “segunda mãe” (p. 164).

Embora reconheça a castração como elemento próprio ao desenvolvimento, Rank relativiza sua importância na configuração das neuroses, propondo que ela seria subsidiária ao trauma do nascimento. A preocupação infantil concentrada nos genitais ocorre “precisamente por causa de sua relação obscuramente intuída (ou *lembrada*) *factual* e *biológica* com o nascimento (e com a concepção)” (p. 39, grifos nossos). A angústia atinente à castração esconde aquela que é original, referente à “castração primitiva” (p. 40), da separação do nascimento, esta de fato vivida em sua dor: o corte instituído na fruição do prazer intrauterino.

A tese de Rank concernente ao trauma do nascimento nos remete ao tema clássico das origens do psiquismo. Podemos considerar que tal visada está alinhada à perspectiva freudiana, na qual a busca por um referente esteve sempre no horizonte das investigações. “A *busca da realidade* e a busca ascendente de um primeiro evento sobre o qual se possa dizer que tudo decorre” (Laplanche, 1987, p. 134). O ato do nascimento, em sua dimensão *factual*, marcaria o bebê na passagem pelo canal vaginal. A impressão traumática seria chancelada no corpo, a partir do que a subjetividade se desdobraria em suas particularidades, aí então sendo aplicáveis os aportes teóricos freudianos. Rank chega a adotar o conceito de uma conversão às avessas para descrever tal passagem, referindo-se ao “[...] surgimento do psíquico a partir de uma inervação somática” (p. 164). Segundo ele, portanto, no início era o corpo. Porém não o corpo libidinizado, ou erógeno, dado que tal configuração se constitui no campo da alteridade e das representações. Rank insiste nas lembranças do trauma inaugural, nas diversas tentativas de superá-lo. Então, a qual registro de corpo se refere? De que maneira algo poderia ser registrado em momento tão precoce? Não se pode esquecer que a argumentação tecida também nos indica uma vivência de prazer durante a fase intrauterina. São questões a que a leitura do livro nos incita.

Já dispomos da clássica arguição crítica realizada por Freud acerca do livro de Rank, expressa em “Inibição, sintoma e angústia” (Freud, 1926/2014). Alguns autores (Obaid, 2012; Campos, 2014), inclusive, afirmam que o impacto da tese de Rank foi o principal motivador para a revisão freudiana da teoria da angústia. Como se sabe, Freud levanta o argumento de que o neonato não teria condições sensoriais e psíquicas

para perceber e reter as impressões atinentes ao momento do nascimento, ou seja, sua crítica resume-se ao aspecto do registro mnêmico do fenômeno. Entretanto, a leitura de Rank nos parece interessante não apenas para tomar parte da discussão que Freud empreende, mas por nos remeter àquilo que, da experiência humana, não é recoberto pelo campo do simbólico. Na verdade, entendemos que a contribuição de Rank está em consonância com os próprios limites da teoria centrada na angústia de castração e por isso a necessidade de réplica por parte de Freud. Nesse sentido, como em muitas outras vezes na história da psicanálise (Jung é apenas o caso mais ilustrativo), observamos Freud lutando contra os próprios fantasmas recalcados do movimento de seu pensamento, que retornam por meio de seus discípulos.

Desse modo, a argumentação do livro é paradoxal por propor um arcabouço representacional a um ponto irrecuperável do vivente. O registro do traumático aponta para certas dimensões fundamentais da nossa existência que estão excluídas da experiência. Dentre elas, justamente, figura o corpo da mãe, dentro do qual estivemos e de onde fomos expulsos (Kehl, 2000). Destaca-se a condição de passividade absoluta em que nos encontramos nesse momento, entregues ao poder supremo de um Outro. Rank focaliza este recorte da vida humana, atribuindo estreita relação entre a angústia e o corpo em sua condição de carne, ou biológica. As contribuições de Lacan (2005) sobre a teoria da angústia indicam o ponto *falta-de-significante*; o corpo não organizado pela linguagem; a angústia como sinal da ruptura do eixo simbólico-imaginário; enfim, o Real. Rank assinala a dimensão de corte, atinente ao nascimento. Entretanto, aborda o traumático a partir de uma referência empírica, passando a dar nomes ao desamparo, ao horror, enfim, àquilo que é essencialmente indizível.

Por conta disso, é hoje comum uma certa compreensão de que o trabalho de Rank seja importante pelo pioneirismo, ao buscar essa dimensão originária da vida psíquica. Essa preocupação se dá não apenas do âmbito da teoria, mas na própria condução do tratamento e na dinâmica da transferência. Nesse sentido, seu trabalho se alinha a de outros psicanalistas da época, em especial os de Ferenczi, que também abordou a questão das origens da vida psíquica em uma perspectiva biológica,

além de propor modificações na teoria da técnica para contemplar um analista em posição feminina e maternal (Figueiredo, 1999). Por conta de divergências intelectuais, Freud afastou-se tanto de Ferenczi quanto de Rank. Por sinal, a ruptura definitiva com este deu-se a partir da publicação do livro *O trauma do nascimento* (Gay, 2012). Tal afastamento levou ao ostracismo das obras de ambos por muitas décadas, sendo só mais recentemente resgatadas. Embora a contribuição de Ferenczi já venha sendo retomada e republicada há alguns anos no Brasil, só na última década começou o movimento de publicação das obras de Rank, do qual este livro é certamente o melhor e mais importante exemplo.

A contextualização histórica da obra, indicando o pioneirismo de Rank na atenção ao feminino, ao maternal e ao corpo é muito bem-feita na apresentação a esta edição brasileira. O que cabe acrescentar é que Rank também faz sua tese alicerçado no mais puro espírito freudiano de investigação psicanalítica, articulando de forma muito convincente e consistente fontes clínicas, culturais e teóricas. Além disso, sua discussão sobre o trauma certamente ultrapassa o julgamento de mérito sobre o peso determinante da experiência empírica do nascimento, o ponto que Freud enfatizou corretamente em sua crítica. Diante das discussões contemporâneas sobre o originário, pensado como horizonte irrepresentável da experiência e tomado pela perspectiva traumática da pulsão de morte e do desejo do Outro (Campos, 2014, Nakashima, 2019), certamente é uma contribuição pioneira que não só merece ser ressignificada como também revisitada.

## REFERÊNCIAS

- Campos, E. B. V. (2014) *Limites da representação na metapsicologia freudiana*. São Paulo: Edusp.
- Figueiredo, L. C. M. (1999). *Palavras cruzadas entre Freud e Ferenczi*. São Paulo: Escuta.
- Freud, S. (2014). Inibição, sintoma e angústia. In *Obras completas, volume 17: Inibição, sintoma e angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929)* (pp. 13-123). São Paulo: Companhia das Letras. (original publicado em 1926).
- Gay, P. (2012). *Freud: uma vida para o nosso tempo* (2a. ed). São Paulo: Companhia das Letras.
- Kehl, M. R. (2000). O sexo, a morte, a mãe e o mal. In Nestroviski, A., & Seligman-Silva, M. (Orgs.), *Catástrofe e representação* (p. 137-148). São Paulo: Escuta.
- Lacan, J. (2005). *O Seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Laplanche, J. (1987). *Problemáticas I: a angústia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Nakashima, A. E. R. (2019). *Contrapontos entre Freud e Lacan sobre a angústia: perspectivas do Seminário 10 para Inibição, sintoma e angústia*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP.
- Obaid, F. P. (2012). Sigmund Freud and Otto Rank: debates and confrontations about anxiety and birth. *International Journal of Psychoanalysis*, 93(3): 693-715.